**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BENNO VICTOR WARKEN ALVES

**O Coronel Sydnei
ascensão social e classe dominante na trajetória de um militar e empresário negro**

[Versão revisada]

**SÃO PAULO
2014**

BENNO VICTOR WARKEN ALVES

O Coronel Sydnei
ascensão social e classe dominante na trajetória de um militar e empresário negro

[Versão revisada]

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia Política

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

SÃO PAULO
2014

*Para o meu vô, Victor Mello Alves,
que deveria ter sido gaiteiro, mas acabou sendo sargento*

AGRADECIMENTOS

Enquanto realizava esta pesquisa ampla e longa e escrevia a história aqui contada tornei-me grato a muita gente. Devo expressar minha gratidão, primeiramente, à universidade pública brasileira, que me proporcionou excelente formação gratuita no decorrer dos últimos sete anos. Espero ter estado à altura do que me foi oferecido e desejo que, num futuro próximo, todos tenham essa oportunidade. Devo mencionar, especificamente, a Universidade Federal do Paraná, onde teve início a pesquisa que deu origem ao projeto desta dissertação, e a Universidade de São Paulo, onde o projeto foi acolhido e desenvolvido. Foram imprescindíveis os apoios financeiros de agências públicas – CAPES e FAPESP – na forma de bolsas de mestrado e de verbas para pesquisa e participação em congressos.

Ainda do ponto de vista das condições para realizar a pesquisa, devo agradecer às pessoas que me auxiliaram nos seus verdadeiros labirintos: as buscas em diferentes acervos e arquivos. Funcionários do Arquivo Público do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná e da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Rosa e Lilian, da biblioteca do IPARDES; Leonardo e Edgard, da biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba, e Washington, do Arquivo da Câmara; capitão Ferreira e demais funcionários do Arquivo Histórico do Exército e José Antonio, do Arquivo da Marinha, no Rio (muito obrigado Pedro, Irene e Thiago, por me aguentarem, ao longo de duas semanas, puto com os percalços, as demoras e as limitações da pesquisa; e por terem feito comigo uma das viagens mais fantásticas que já fiz). Devo também agradecer a atenção de Carlos Lessa, aficionado por história militar que, embora eu não conheça pessoalmente, ajudou-me a encontrar o caminho para algumas fontes de que necessitava; e dos pesquisadores Fernando da Silva Rodrigues e Bruno Torquato Silva Ferreira, que responderam prontamente quando entrei em contato querendo saber mais sobre os trabalhos por eles desenvolvidos. Tampouco posso esquecer da atenção dispensada pelo professor Frank McCann, que compartilhou suas impressões sobre a forma como eu vinha desenvolvendo alguns pontos da pesquisa e mostrou-se interessado nos resultados.

Também sou muito grato às pessoas que concederam entrevistas, relatos ou simplesmente que conversaram comigo sobre o assunto. Viviane Zeni – professora da Universidade Tuiuti que, mais do que qualquer dessas coisas, também me guiou para encontrar as pessoas certas na instituição –, Ana Margarida Taborda, Ana Sylvia

Pimentel, Adriana Denise Teixeira Bezerra e Carlos Eduardo Rangel Santos. Todos foram muito solícitos e amáveis e espero que reconheçam algum valor neste esforço de contar uma história da qual fizeram parte. Devo ainda agradecer a Alboni Marisa Dudeque Pianowsky Vieira, com quem tive uma interessante conversa e que me ajudou a encontrar registros da história do Coronel na PUCPR.

Do ponto de vista da produção deste trabalho, foram inestimáveis as discussões de resultados parciais em diversos ambientes. Uma das coisas que mais aprendi a estimar na USP foi o clima de produção e de aprimoramento coletivos das pesquisas. Apresentei textos em seminários de orientação, no Seminário de Sociologia, Política e História e no grupo de pesquisas Raça, Desigualdade e Política, ao qual gostaria de agradecer por meio da professora Marcia Lima, que o coordena. Espero ter aproveitado ao máximo a oportunidade de tantos pesquisadores excelentes terem lido e criticado cada etapa desta dissertação. Não menos importante foi apresentar alguns dos argumentos centrais do trabalho no Seminário de Sociologia e Política da UFPR, em 2014, e receber comentários e críticas fundamentais, em especial dos professores Carlos Lima, Simone Meucci e Alexandro Dantas Trindade. À Simone me encantaria ainda dedicar um cumprimento especial. Foi com a orientação e amizade dela que comecei a me interessar pelo tema racial, foi dela a primeira sugestão e o incentivo de que eu precisava para investigar a história do Coronel e, ainda, me encorajou, terminada a graduação, a pensar em outros horizontes: talvez tentar a seleção para o mestrado da USP?

Pelas ocasiões cruciais em que se dedicaram a analisar meu trabalho e ajudar-me a pensar seu desenvolvimento, agradeço aos professores Ângela Alonso e Brasília Sallum Jr., que participaram de meu exame de qualificação, e também a André Botelho, que veio do Rio de Janeiro para, junto com Ângela e meu orientador Antonio Sérgio Guimarães, completar a banca de defesa de dissertação. Tenho certeza de que todos eles verão muito de si nestas páginas.

Também o verão os colegas – e, muito mais do que isso, amigos – que constituíram nosso grupo de orientação: Matheus, Flavia, Edilza, Gustavo, Renata e Irene. Cumprimento em especial meu orientador Antonio Sérgio. Lembro-me que meu projeto de mestrado foi aceito “porque a história era boa” e espero ter melhorado minha abordagem a ponto de justificar aquela espécie de voto de confiança oferecido a um desconhecido. Há aqui muito que já aprendi com o mestre.

São Paulo teria sido horrível para mim sem os amigos. De fato foi, bem no começo daquele 2012, quando ainda não os tinha; e hoje é um lugar de que gosto tanto! Tantos

amigos compartilharam comigo a experiência de São Paulo ou do mestrado que seria injusto nomear, mas também o seria deixar de nomear alguns: Thiago, Irene, Lucas, Rafael, Matheus, Krista.

Minha família sempre me apoiou, até nas escolhas incertas, e mesmo querendo tanto que eu voltasse para perto de casa, nunca deixou de incentivar que eu fosse atrás do que queria: Santiago, São Paulo, Belo Horizonte... o que depois?

Obrigado, Isa, pela revisão cuidadosa de todo este trabalho e pela companhia.

RESUMO

Analiso a trajetória do militar, professor e empresário negro Sydnei Lima Santos (1925-2001), o Coronel Sydnei. Nascido no Rio de Janeiro e de origem modesta, tornou-se oficial do Exército, mudou-se para Curitiba ainda no início da carreira e ali construiu uma grande instituição de ensino superior, a Universidade Tuiuti do Paraná. Investigo como essa história excepcional foi moldada por condicionantes de classe social e de raça ao longo de dois movimentos distintos no espaço social: o movimento de ascensão e a conquista de uma posição de classe dominante. Desde uma perspectiva mais subjetiva, examino ainda a atitude que o Coronel desenvolveu frente à questão racial em correspondência com a ideologia dominante na sua época: a “democracia racial”.

Palavras-chave: trajetória, raça, ascensão social, Curitiba, democracia racial

ABSTRACT

I analyze the trajectory of the military, professor and businessman Sydnei Lima Santos (1925-2001), also known as *Coronel Sydnei*. Born in a humble family in the city of Rio de Janeiro, he became an army officer, moved to the city of Curitiba still in the beginning of his career, and ended up building an important private higher education institution, *Universidade Tuiuti do Paraná*. I investigate how this exceptional history was shaped by class and race conditionings along two distinct displacements in the social space: a movement of social ascension and the achievement of a dominant class position. From a more subjective standpoint, I still examine the attitude developed by the *Coronel* towards the racial problem in correspondence to the dominant ideology of his time: the “racial democracy”.

Keywords: trajectory, race, social ascension, Curitiba, racial democracy

LISTAS

TABELAS

Tabela 1 – Gerais por arma, nos anos de 1968, 1980 e 1985	59
Tabela 2 – Aspirantes por arma, nas turmas de 1934, 1945 e 1948	60
Tabela 3 – "Cor" dos oficiais da amostra da turma de Sydnei, segundo as fichas de matrícula	62
Tabela 4 – "Cabelos" dos oficiais da amostra da turma de Sydnei, segundo as fichas de matrícula	63
Tabela 5 – "Olhos" dos oficiais da amostra da turma de Sydnei, segundo as fichas de matrícula	63
Tabela 6 – "Aparência"/"cor" dos oficiais da amostra, baseada em "cor", "cabelos" e "olhos"	65
Tabela 7 – "Aparência"/"cor" dos generais formados em 1948	66
Tabela 8 – Os tipos de oficial	79

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Diferença entre o número de aspirantes e o de generais por cada arma	61
---	----

FIGURAS

Figura 1 – Ensino pago	128
Figura 2 – O Coronel Sydnei sobre o ensino pago	129
Figura 3 – Primeira-dama no vestibular da Tuiuti	145
Figura 4 – Outra aprovada	145
Figura 5 – <i>Week-end</i> em Camboriú	145
Figura 6 – Comendador Sagrado	153
Figura 7 – Clube dos 21 Irmãos Amigos	153
Figura 8 – Visita ao Secretário de Estado do Ceará	153
Figura 9 – Personalidade do Ano, 1982	154
Figura 10 – Candidato a Deputado Federal em 1986	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
HISTÓRIA DE SUCESSO E DE SILÊNCIO	7
UMA TRAJETÓRIA EM DOIS MOVIMENTOS	13
PARTE I – ASCENSÃO SOCIAL	21
1 O PAI MARINHEIRO E A JUVENTUDE DE SYDNEI NO RIO DE JANEIRO (1894-1949)	22
1.1 O MENINO ASTOLPHO DIAS DOS SANTOS: FAMÍLIA E POSIÇÃO SOCIAL	23
1.2 O RECRUTAMENTO PARA AS FORÇAS ARMADAS E AS ESCOLAS DE APRENDIZES MARINHEIROS	26
1.3 MUDANÇAS NO RECRUTAMENTO DE APRENDIZES E PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA POSIÇÃO DOS PRAÇAS	31
1.4 UMA CARREIRA RESPEITÁVEL NA MARINHA	36
1.5 SYDNEI LIMA SANTOS, O FILHO DE ASTOLPHO, SEGUE TAMBÉM UMA CARREIRA MILITAR	41
1.6 RAÇA E A ENTRADA PARA A ELITE MILITAR	48
2 UM OFICIAL EM ASCENSÃO, OS OFICIAIS NO PODER	52
2.1 PERSPECTIVAS DO JOVEM OFICIAL	53
2.2 UMA PROMISSORA, MAS IMPROVÁVEL, ASSIMILAÇÃO	56
2.2.1 A INFANTARIA FAZIA MENOS GENERAIS	58
2.2.2 A “COR” DOS CADETES E A DOS GENERAIS	62
2.2.3 O PESO DAS LIGAÇÕES FAMILIARES	67
2.3 ELITE INSTITUCIONAL E PODER	70
2.4 TRAJETÓRIAS DE OFICIAIS E ANÉIS BUROCRÁTICOS	73
PARTE II – CLASSE DOMINANTE	84
3 INSERÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL CURITIBANO (1949-1951)	85
3.1 TRANSFERÊNCIA DE CIDADE E REPOSICIONAMENTO SOCIAL	86
3.2 UMA SENHORITA “DA SOCIEDADE CURITIBANA”	90
3.2.1 ESTABELECIDOS EM CURITIBA	91
3.2.2 DESAFIANDO AS EXPECTATIVAS FAMILIARES	103
3.3 INSERÇÃO NAS ENTRELINHAS DA REARTICULAÇÃO DA IDEOLOGIA RACIAL EM CURITIBA	105
4 OFICIAL, PROFESSOR E EMPRESÁRIO (1951-1973)	114
4.1 TORNANDO-SE PROFESSOR	115
4.2 “UM DOS BALUARTE DA EDUCAÇÃO PARTICULAR EM NOSSO ESTADO”	123
4.2.1 CONVERGÊNCIA DE VISÕES E DE INTERESSES A RESPEITO DO ENSINO SUPERIOR	125
4.2.2 EMPRESÁRIO E VEREADOR	130
4.2.3 A CRIAÇÃO DA FACULDADE	138
4.3 COROLÁRIOS DA POSIÇÃO DE CLASSE DOMINANTE	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	172

ANEXOS	181
ANEXO 1 – FICHA DE MATRÍCULA NA ESCOLA MILITAR DE RESENDE, 1946	181
ANEXO 2 – FOTOS DE ALGUNS DOS GENERAIS DA TURMA DE INFANTARIA DE 1946	182
A – ARMANDO PATRÍCIO – PATRÍCIO É O MILITAR FARDADO MAIS À FRENTE, CARREGANDO O CAIXÃO DO SARGENTO MORTO NO ATENTADO DO RIOCENTRO, EM 1981.	182
B – CARLOS TINOCO RIBEIRO GOMES – TINOCO É O DE TERNO, ENTRE UM GENERAL E UM EX-COMBATENTE DA FEB.	182
ANEXO 3 – DISCURSO DE CIDADÃO HONORÁRIO, 18 DE AGOSTO DE 1988	183

INTRODUÇÃO

*nada tão comum
que não possa chamá-lo
meu*

*nada tão meu
que não possa dizê-lo
nosso*

Paulo Leminski

Quando escreveu a biografia do indígena bororo Tiago Marques Aipobireu, nos anos 1940, Florestan Fernandes duvidava que o estudo de um único caso pudesse ter validade para a Sociologia. “Não há risco de se fazer menos um trabalho de pesquisa original e de revisão teórica, que uma simples ilustração?”, perguntava, acrescentando que, talvez, o problema pudesse ser superado aumentando o número de casos investigados e procurando evitar as lacunas narrativas pelo emprego de diversas técnicas de pesquisa (FERNANDES, 2007a, p. 294).

Segundo José de Souza Martins, Fernandes desenvolveu mais tarde outra atitude frente à questão dos estudos de biografias, dispondo-se a encará-los “como uma espécie de sucedâneo da experimentação científica”. Por ser impossível ao cientista social realizar experimentos, sobretudo com o passado, analisar o confronto entre biografia e História “[ofereceria] uma alternativa quase experimental para a verificação de como surgem e se desenrolam os processos sociais” (MARTINS, 1996, p. 16).

Contudo, nem todos os casos seriam relevantes. O trabalho do sociólogo começaria com a própria seleção das histórias em busca daquelas capazes de subsidiar a descoberta do *típico* ou do *significativo* (*idem*, p. 17). Especialmente interessantes, dessa perspectiva, seriam as “biografias ricas em contradições” e as “biografias liminares” – ou seja, “que se encontram no limite de situações históricas” (*idem*, p. 18) –, pois

[...] são as biografias gestadas nesses pontos de desencontro que mostram melhor como cada um é alcançado e golpeado por situações sociais [...] em que o próprio indivíduo, singular e “não-normal”, tem que decidir os rumos de sua vida e neles os rumos da sociedade (*ibidem*).

A objeção quanto à representatividade sociológica do estudo de um único caso foi superada em favor de uma atitude investigativa interessada em revelar, por um lado, os condicionamentos objetivos das escolhas e, por outro, o espaço de liberdade do

indivíduo diante das determinações sociais. Nesse sentido, o *significativo* – que pode ou não ser *típico* – seria uma ideia com potencial de encontrar o ponto preciso da agência, do sujeito, entre a coação e a liberdade. E o valor heurístico da biografia vivida na liminaridade histórica seria tornar evidentes os sentidos das escolhas, pois, na situação liminar, não há como escapar delas. Não escolher não é uma escolha possível e, portanto, o problema do sentido precisa ser vivido como um problema pessoal.

Os “casos” sobre os quais Florestan aplicou a perspectiva biográfica revelam, realmente, coerência com o princípio: uma história é sociologicamente interessante quando é capaz de mostrar que o conflito social é de alguma forma internalizado, tornando-se conflito pessoal. Pode-se lembrar, além da história de Tiago, o “bororo marginal”, a história de João Camargo, o “carismático” líder religioso de Sorocaba (FERNANDES, 2007b);¹ e não há como evitar que venha à memória a profunda análise de Florestan sobre a situação – objetiva e subjetiva – do “negro que sobe” na São Paulo que se fazia “burguesa” com a industrialização (FERNANDES, 2008, v. 2).

Florestan não foi o único dos grandes sociólogos do século XX que se ocupou do problema da biografia. A “imaginação sociológica” que Charles Wright-Mills preconizava nos Estados Unidos dos “anos dourados” era precisamente a capacidade de perceber as relações existentes entre as angústias individuais, descobrindo no seu caráter comum a ação de processos históricos coletivos. Afinal, a “psicologia de homens e mulheres é formulada” no interior de um marco compartilhado de experiências: a época, a estrutura social, as transformações históricas. Por isso, um problema individual nunca é *apenas* um problema individual (WRIGHT-MILLS, 2000, p. 6-7).

Wright-Mills vinculava a capacidade da “imaginação sociológica” a um programa científico que poderia ser considerado “iluminista” (o que hoje parece até insulto): os “trabalhadores culturais”, incluídos os sociólogos, ao exercitar a “imaginação”, mostrar-se-iam úteis pelo menos de duas maneiras – justificando, assim, seu lugar à parte da produção material na sociedade industrial de massas emergente no pós-Segunda Guerra. Primeiro, proporcionando ao “público” melhores condições de inteligibilidade acerca da própria existência. Segundo – pensando no patamar da direção da sociedade e

¹ Prova de que o interesse pela perspectiva biográfica de cunho sociológico pode muito bem superar a academia é o bom filme sobre a história de João Camargo, baseado em parte no trabalho de Florestan, dirigido por Paulo Betti e estrelado por Lázaro Ramos. O filme é *Cafundó*, de 2005.

da atuação de suas elites –, ao subsidiar tomadas de decisões mais racionais, em face de um melhor conhecimento teórico das relações entre objetivos, meios e fins das ações (em especial aquelas que afetam a vida de muitas pessoas). A análise sociológica de tipo biográfico já foi pensada como interessante em vista de um amplo espectro de propósitos: desde o mais particular, intimamente ligado às angústias pessoais, até o mais abstrato, no nível da formulação de políticas; além, é claro, de ter o seu próprio valor para objetivos mais cientificamente orientados, embora nem por isso apartados da realidade.

Uma das biografias sociológicas mais conhecidas, *Mozart: sociologia de um gênio*, foi escrita por alguém bem alinhado com essa concepção “iluminista” de ciência social, ou seja, de que buscar conhecer a realidade é conquistar algum poder sobre nossas próprias vidas. Em uma de suas obras, Norbert Elias definiu da seguinte forma a “tarefa” da Sociologia:

Por longo lapso de tempo, as sequências sociais procederam cegamente, sem orientação – como o curso de um jogo. A tarefa da pesquisa sociológica é *tornar esses processos cegos, incontrolados, mais acessíveis ao entendimento humano*, explicando-os, e, assim, permitir às pessoas orientar-se em meio à intrincada trama social – a qual, ainda que criada por suas próprias necessidades e ações, permanece opaca a elas – para poder controlá-los melhor (ELIAS, 1978, p. 153-154).

É certo que essa forma de pensar sociologicamente a biografia traz consigo uma tensão entre o “interno” e o “externo”, o “sujeito” e as “estruturas”. Por um lado, a questão que deixou Florestan desconfortável quanto à validade do emprego do método biográfico em sociologia recebeu, das mãos dele, uma solução que não suprimia totalmente esse dualismo: o caso *típico* ou o *significativo* interessavam enquanto exemplares da internalização das contradições sociais – ou aquelas engendradas pelas mudanças históricas ou, então, aquelas com que o agente se defronta quando transita entre situações díspares, ainda que coexistentes. O “negro que sobe” percebia que “não adianta[va] fugir da cor da pele”, mas também que era preciso adotar radicalmente o estilo de vida burguês, visto como “branco”, para ter a sua chance de ascensão social (FERNANDES, 2008, v. 2, p. 377). Tiago Marques Aipobireu, um bororo nascido no território do Mato Grosso, foi adotado aos 12 anos pelos padres salesianos, que o deram refinada educação e o mandaram à Europa completar os estudos; voltou a sua região de origem e buscou integrar-se novamente à missão dos salesianos, como professor. Nunca,

porém, conseguiu *ser* uma ou outra coisa, indígena ou “civilizado”, embora o quisesse muito. A contradição, em ambos os casos, existe ao mesmo tempo em dois níveis: nas coisas e nas pessoas.

Aquela concepção racionalista de sociologia tem estreita afinidade com essa forma de colocar o problema da biografia. Mas não como se poderia pensar de imediato: não como se a crescente inteligibilidade científica proporcionasse as respostas certas para todos os problemas. Afinal, o sujeito que sente as contradições sociais como problema pessoal é também um agente e as estruturas sociais “objetivas” são tão importantes quanto a sua margem de liberdade para interpretá-las e para agir.

Mesmo Elias, que pensava poder controlar melhor os processos sociais ao torná-los “mais acessíveis ao entendimento humano”, passou muito longe de suprimir a subjetividade de Mozart em favor de aspectos mais objetivos, quando escreveu sua versão da história do compositor. Um dos principais objetivos de Elias era compreender os “anseios primordiais” de Mozart e suas tentativas de satisfazê-los. Para isso explorou profundamente seus sentimentos, desejos e frustrações. Sem deixar de considerar, no entanto, a ligação entre desejos e possibilidades concretas de realização, subjetividade e processos históricos de longo alcance:

Se pudermos reconstruir o que a grande mudança na relação entre produtores e consumidores de arte significou para a experiência e a situação dos primeiros, e portanto para a natureza de suas obras, podemos chegar a um entendimento mais claro e profundo de um artista individual como Mozart, que – em parte porque quis, em parte porque foi impelido – deu alguns passos na direção deste processo (ELIAS, 1994, p. 48-49).

Elias foi um mestre em mostrar que o que há de mais íntimo e o que há de mais comum – o “meu” e o “nosso” do trecho de Leminski – são inseparáveis: surgem e se desenvolvem simultaneamente e em relação. O desejo de Mozart era tornar-se um *músico burguês*, ao invés de um *músico de corte*, como fora o seu pai. Essa possibilidade começava a ser concebível, mas ainda de difícil realização, mesmo para um gênio – ao menos até a geração seguinte de compositores. No tempo de Mozart, ainda não se formara para a música um público independente das cortes principescas. Seu desejo era um prematuro sinal dos tempos, e sua tragédia, reflexo da prematuridade.

O Mozart de Elias, deve-se notar, é um agente que tem pouca consciência do drama em que está envolvido. Move-se por um forte desejo que, entretanto, não se pode realizar plenamente nas condições dadas. Não importa a sucessão de frustrações; o

desejo continua implacável, até que acaba por consumir o gênio no desgosto. Mozart nunca se dá conta realisticamente da armadilha em que está metido e morre pobre, anônimo, triste e ainda jovem.

Assim como não necessariamente se suprime a subjetividade quando se analisa a história de uma vida mantendo em foco as estruturas e processos “externos”, também não decorre dessa perspectiva retratar o agente como alguém inconsciente de seu próprio drama, o que Elias fez em certa medida. Assim, a reflexividade tampouco precisa ser vitimada pelo olhar objetivo. É o que mostrou Bourdieu em *As regras da arte*, quando fez de Flaubert um “analista de si mesmo”. No caso, a estrutura social e o processo histórico não apenas foram surpreendidos, simultaneamente, na subjetividade do agente e no mundo externo “objetivo”; mas também o próprio agente, um intelectual, foi descoberto recriando, em um de seus mundos ficcionais, o universo social que percebia desde a sua particular perspectiva de aspirante a *escritor* (que também era uma categoria em formação, assim como o *músico burguês*) (BOURDIEU, 1996). Quer dizer, o agente não apenas deseja, mas também reflete, esquematiza e – por que não? – compreende a realidade.

Mas apenas o intelectual é capaz de ter consciência de sua situação? A pessoa “comum” não pode ter, também, seu próprio relato com peso de verdade – e não apenas na condição de objeto de análise a ser confrontado com a realidade “objetiva”? Se, por um lado, essa parece uma perspectiva interessante a aprofundar, a tendência mais atual na “sociologia biográfica” parece dar um passo adiante, apontando para a sua radicalização.

A prática do estudo de caso nos moldes que vim delineando parece ter saído de moda. Muitos sociólogos têm preferido relegar a investigação dos aspectos objetivos, estruturais, que permitem compreender o sentido pessoal *em relação* às determinações da realidade social – que era um dos pilares daquela prática que Fernandes e outros “clássicos” acabaram subscrevendo – em nome de uma perspectiva mais subjetivista. Por um lado, enfatiza-se no plano metodológico a importância das histórias de vida; por outro, com relação aos princípios de análise, aposta-se na necessidade de o analista basear-se no relato do agente e levá-lo radicalmente a sério, abrindo mão de confrontá-lo com a reconstrução de suas motivações profundas, de suas “estratégias”, dos processos em que se encontra imerso e dos quais seria possível considerá-lo um caso típico ou significativo; enfim, o sociólogo deveria evitar confrontar a narrativa pessoal

com outras construções analíticas capazes de deslegitimá-la.² A tendência, assim, é trabalhar fundamentalmente com narrativas – entrevistas, relatos pessoais, diários, etc. – e cada vez menos com histórias passadas ou, sobretudo, histórias para as quais seja difícil acessar mais imediatamente a subjetividade do agente (ROBERTS; KYLLÖNEN, 2006). No mesmo espírito da abstenção, por parte do sociólogo, do papel de analista objetivo, também ganha importância a questão do envolvimento biográfico, pessoal, do pesquisador com seu tema (SHANTZ, 2009).

Há quem considere que a pesquisa atual no Brasil precisa se colocar a par da tendência internacional, defendendo que, esgotado seu potencial na forma de investigações mais objetivas e estruturais, é “a interpretação subjetiva da realidade ou do contexto social que poderia oferecer boas perspectivas para o desenvolvimento da pesquisa com narrativas biográficas na sociologia brasileira” (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 377; SANTOS, 2012).

Considero válida a exortação em favor da abertura de novas frentes de investigação, mas discordo que uma sociologia mais subjetiva seja o caminho. A razão principal é que me custa aceitar os traços com que os partidários da nova tendência caracterizam aquela “sociologia biográfica” que vim ancorando em uma tradição sociológica mais antiga; ao contrário deles, não penso existir uma clivagem entre tradição objetivista e renovação subjetivista. Em minha argumentação até aqui, na verdade, tentei mostrar que há uma forma sociológica de analisar histórias individuais que não pode ser comportada nesses termos contraditórios.³ Sua característica fundamental é precisamente partir da ideia de que a subjetividade individual e a vida coletiva, que é histórica, são indivisíveis. Pode ser difícil superar de uma vez por todas essa dualidade, mas penso que o mais importante não é superá-la e sim explorar a riqueza que ela comporta. No melhor espírito que desejo aqui desenvolver, considero

² É impossível não ver nessa atitude o reflexo dos recentes esforços teóricos de simetrização em antropologia, que têm como um de seus objetivos combater a atitude tipicamente sociológica de ver crenças, mitos e ilusões nas práticas dos “outros” (sejam eles “nativos” ou agentes sociais considerados ingênuos) e tentar destruí-los revelando suas verdadeiras motivações etc. (LATOIR, 2002).

³ Acredito que Lilia Schwarcz tinha em mente essa tradição quando, recentemente, escreveu sobre “Biografia como gênero e problema”. De maneira muito sugestiva, traça algumas características do que chama uma “nova forma de biografar”, surgida em oposição às biografias apoloéticas ou polêmicas típicas do século XIX. Um dos traços da “nova forma” é o cuidado ao dosar determinação social e liberdade do agente na hora de interpretar, chegando, talvez, a um resultado como aquele que Antonio Candido brindou na biografia que fez de um funcionário de segundo escalão do Império: “um perfil com valor de paradigma” (SCHWARCZ, 2013, p. 69).

que o “caráter pessoal” e as “circunstâncias históricas”, segundo Octavio Paz, “são a mesma coisa”, porque o homem “ao servir-se das circunstâncias as transforma em matéria plástica e se funde com elas” (PAZ, 2014 [1950], p. 73).

Com o caso do Coronel Sydnei, encontramos-nos diante de uma daquelas biografias liminares de que Florestan se referia. Ao contá-la, espero poder mostrar como estruturas, processos e “contradições” contribuíram para moldar escolhas individuais que vão do típico ao significativo. E como essas escolhas fizeram da realidade “objetiva” matéria plástica, fundindo agente e história. Desejo também que esse esforço possa ajudar a compreender melhor outras escolhas e outros destinos.

História de sucesso e de silêncio

Sydnei Lima Santos nasceu em 1925 no Rio de Janeiro, então Capital da República. Seu pai, o sergipano Astolpho Severo Dias dos Santos, fora recrutado ainda criança pela Marinha como aprendiz e serviu na Armada, no patamar de baixo da hierarquia, até se aposentar. Menino negro e pobre do Nordeste, como a maioria dos que eram recrutados, Astolpho recebeu da Marinha instrução básica e a chance de seguir uma carreira segura, embora modesta. Sua condição de vida no Rio era, certamente, melhor do que a que tivera no interior de Sergipe; assim como provavelmente era melhor do que aquela a que poderia aspirar se não tivesse entrado para a Marinha.

Sydnei aproveitou bem os dois grandes trunfos que a trajetória de ascensão social do pai lhe oferecia: como filho de militar e residente na Capital, tinha acesso privilegiado ao Colégio Militar do Rio de Janeiro (único do tipo existente à época). Em grande medida pelas regras e regalias que encorajavam a transmissão hereditária do pertencimento à elite militar, formar-se no Colégio facilitou-lhe a entrada para a escola de oficiais do Exército, em 1946, embora, filho de praça e não de oficial, não fosse exatamente um destinado àquela academia. A imediata promoção social representada pelo ingresso na Escola Militar foi alcançada através de uma estreita passagem entre os patamares inferior e superior das Forças Armadas.

Oficial do Exército em início de carreira, casou-se, em 1949, ainda no Rio, com uma moça branca natural de Curitiba, um pouco mais velha do que ele. Solicitou transferência dois anos depois e mudou-se para a cidade da esposa com a família. Ali, seu interesse foi cada vez mais atraído pelo ensino. A princípio, direcionou-se na carreira para atividades

relacionadas com a instrução militar, mas logo procurou tornar-se propriamente professor, passando a se dedicar quase inteiramente à docência. Dava aulas de português e de matemática em diversos cursos preparatórios na cidade (para exames de admissão ao antigo ginásio, vestibulares, escolas das Forças Armadas etc.)

Abriu seu próprio cursinho no ano de 1958, em sociedade com um colega oficial. O foco era preparar rapazes para os exames de admissão do Colégio Militar de Curitiba, que começaria a funcionar no ano seguinte e do qual Sydnei se tornaria professor. O cursinho e as ambições pessoais cresceram, levando a uma nova reinvenção: de professor, tornava-se empresário. No ano de 1967, abriu o Colégio Tuiuti, que em pouco tempo já oferecia todos os níveis de ensino básico, e em 1973 fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti. Sydnei já se havia aposentado no posto de tenente-coronel e, no período crucial de transformação em empresário, que compreendeu a abertura da Faculdade, tivera alguma atuação política: foi eleito vereador de Curitiba em 1968, ocupando o cargo de 1969 até o fim de 1972. É possível que tenha sido o primeiro vereador negro de Curitiba. Nos anos seguintes, tentou ainda se eleger deputado em três ocasiões, mas em nenhuma teve sucesso.

Com o negócio e a entrada para a política, vieram prosperidade e reconhecimento social, bem como a consagração do apelido “Coronel Sydnei”. A Tuiuti foi promovida a Universidade em 1997, passando a figurar entre as maiores instituições particulares do Paraná, e chegou a ser considerada a maior empresa já levantada por um negro no Brasil (CARVALHO, 2008). Tratou-se, sem dúvida, de uma “história de sucesso” – ou ainda de uma “trajetória de sucesso” – como resumiu o jornal curitibano *Gazeta do Povo* na notícia de sua morte, em dezembro de 2001 (MORRE FUNDADOR, 2001).

Mas a forma como sua história já foi muita vezes contada decepcionaria até mesmo o observador sem qualquer ambição analítica caso tivesse pouco mais de curiosidade. Um “perfil” do Coronel publicado alguns anos após sua morte resume bem o espírito predominante nas reconstruções espontâneas de sua história: “pouca gente diria que aquele menino que gostava de ensinar os colegas chegaria tão longe” (PEREIRA JUNIOR, 2005, p. 114). Ou seja, de origem humilde, dedicou-se à educação e, por meio dela (como aluno, professor ou empresário), mudou o próprio destino. É uma leitura que recorre à excepcionalidade como explicação, oferecendo nada mais do que alguma satisfação a nossa vontade de acreditar que qualquer pessoa pode fazer o mesmo. Se quisermos saber pouco mais sobre *como* fazê-lo, no entanto – ou ao menos sobre como forças que

não controlamos tornam mais difícil assumir nossos próprios destinos –, caberia empregar a excepcionalidade não como resposta, mas como estímulo a fazer novas perguntas.

Por um lado, à primeira vista a história parece excepcional quando se considera o contraste entre origem social e ponto de chegada – proprietário de uma grande instituição de ensino superior. E Sydnei foi, de fato, exceção nesse grupo seletivo. Se tomarmos como amostra representativa dos proprietários e gestores de instituições superiores privadas os entrevistados para a publicação *Trajetórias da universidade privada no Brasil*, a formação acadêmica é um bom indicador. Dos 22 entrevistados, 7 eram formados em Direito, 4 em Medicina (3 deles dentistas) e 4 em Engenharia, dos quais um foi oficial do Exército, mas formado no Instituto Militar de Engenharia (não na mesma escola militar em que Sydnei se formou, a dos oficiais de carreira). Isto é, dois terços dos proprietários e gestores formaram-se nas profissões liberais tradicionais (TRAJETÓRIAS, 2002).⁴ A formação acadêmica de Sydnei, além de destoante, era muito mais modesta: em Matemática e em Psicologia. A diferença quanto à origem social típica é ainda reforçada pelo que se pode inferir das informações mais pessoais registradas nas entrevistas.

Por outro lado, a história do Coronel também pode ser considerada excepcional em virtude de um aspecto negligenciado quase todas as vezes que foi contada (incluindo a publicação que acabo de mencionar e todos os “perfis” e resumos biográficos que encontrei): a cor. Somente em uma reportagem mais recente, publicada sete anos depois de sua morte, toca-se nesse assunto. Um dos filhos e, na ocasião, administrador da Universidade Tuiuti, foi entrevistado como representante da “elite preta” do país, relatando como até mesmo a vida recheada de sucessos do pai fora marcada por episódios de racismo (CARVALHO, 2008). Não surpreende que Sydnei era o único negro em meio àquela amostra dos donos e gestores de universidades privadas.⁵

⁴ Os restantes, excetuando Sydnei, eram: arquiteto, economista, administrador, físico, padre jesuíta e pedagogo.

⁵ Como revelou uma rápida busca pelas fotos dos entrevistados na publicação *Trajetórias da universidade privada no Brasil*. As únicas fotos que não foi possível encontrar por meio da pesquisa por imagens no Google (realizada em agosto de 2014) foram, curiosamente, as de Sydnei e de Carlos Antonio Lopes Pereira, o engenheiro formado no Instituto Militar de Engenharia.

Na entrevista mencionada, Carlos Eduardo Rangel Santos, um dos filhos do Coronel, assume a identidade negra para si e refere-se ao pai simplesmente como “negro”. Mas Sydnei nunca foi tão explícito quanto à cor, pelo menos em declarações públicas: nos textos institucionais que escrevia na condição de Reitor da Tuiuti, em entrevistas e em discursos (inclusive no discurso que proferiu na Câmara Municipal de Curitiba quando foi homenageado com o título de cidadão honorário no significativo ano de 1988, centenário da Abolição). Outros que escreveram a seu respeito tampouco mencionaram a cor.

Seria então a importância da cor, e da questão racial mais em geral, uma distorção causada pelas lentes do analista, uma imposição de categorias e prioridades minhas à história de um agente que não a considerou algo que merecesse ser comentado? (Essa, aliás, é uma das críticas que os autores que se consideram parte da vertente mais “subjetivista” dirigem com frequência a seus colegas que trabalham com a perspectiva biográfica.) Fui levado a desconfiar que não, antes e durante a pesquisa. A questão da cor insistiu em aparecer, apresentando-se na forma de uma série de indícios: o Coronel foi talvez o primeiro vereador negro de Curitiba, era o cadete mais escuro da sua turma da Escola Militar, era único negro dono de universidade e certamente tem um lugar entre os empresários negros mais bem sucedidos de seu tempo. Mas essas são indicações externas de sua excepcionalidade que, poder-se-ia argumentar, não necessariamente se tornaram importantes ou, mesmo, conscientes para o Coronel. No limite, é verdade, mas como não se dar conta, ou então desprezar por irrelevante, o fato de ser o único de sua cor na grande maioria dos espaços em que frequentou?

No entanto, é por outra razão que acredito não ter me enganado quanto à importância da questão racial para compreender a história do Coronel Sydnei. Foi difícil saber o que ele sentia e pensava a respeito. Essa lacuna é devida, em parte, à natureza das fontes que coligi, mas também, em parte importante, ao silêncio do Coronel acerca do tema.⁶ Mas é importante ir com calma: se o silêncio prevaleceu quando estava em

⁶ Certamente a realização mais sistemática de entrevistas aprofundadas com pessoas que viveram próximas a Sydnei permitiria cuidar melhor dessa lacuna. Algumas entrevistas que realizei, de fato, mostraram-se muito interessantes nesse sentido. Mas que não nos iludamos quanto ao potencial das entrevistas: se é difícil para o analista não impor suas próprias prioridades ao pesquisar e contar uma história – que não necessariamente foi vivida e sentida nos mesmos termos daquelas prioridades – é mais ainda saber depurar os crescentes graus de mediação implicados no contar a história de outro, baseando-se naquilo que um terceiro, um quarto ou, ainda, um quinto contaram sobre a mesma história (é claro que, cada um, impondo seus próprios critérios de relevância aos assuntos e questões). É fácil perceber isso

jogo a imagem pública, pretendo discutir ao longo da narrativa a emergência, em diversas oportunidades, da coisa silenciada. Algumas vezes, na forma de indícios e sugestões interpretativas minhas; outras, mais explicitamente, revelando aspectos da consciência particular do Coronel sobre a questão da cor. O silêncio, que não deixa de dizer algo, é eloquente sobre a forma como o Coronel encarou o tema. Essa atitude relaciona-se intimamente com os condicionamentos raciais da abertura social – as oportunidades e barreiras racialmente condicionadas – no período em que construiu a sua história. Entro agora em terreno bastante geral. É importante deixar claro desde já a minha interpretação nesse nível porque vai conferir sentido à análise mais minuciosa empreendida em cada um dos capítulos.

Em artigo recente, Antonio Sérgio Guimarães propôs uma periodização para o processo de conquista de cidadania por parte dos negros no Brasil. O autor divisou três períodos, cada um marcado por uma importante ruptura social e política. É possível distingui-los a partir das características do exercício da cidadania em cada um, combinadas – em um país onde as diferenças raciais sempre foram tão relevantes – com as *ideologias raciais* que o condicionaram. Além disso, e em relação dinâmica com esses dois elementos, cada período presenciou a emergência de uma combinação de *retóricas negras de inclusão social* (GUIMARÃES, 2012b).

O primeiro período, iniciado com a abolição da escravidão, representou a conquista básica da liberdade. A distância e a hierarquia que separavam elites e povo, no entanto, se manteve – se é que não se aprofundou. Várias revoltas populares e massacres marcaram esse estranhamento no novo arranjo político. Pensando de cima para baixo, essa foi a época de ouro do “racismo científico” e, mais concretamente, das doutrinas de embranquecimento da população (SCHWARCZ, 1993). De baixo pra cima, predominou como retórica de inclusão o “puritanismo” de uma ascendente, ainda que pequena, classe média negra, retratado por Florestan Fernandes (2008, v. 2, p. 357). Esse primeiro período compreende praticamente a I República, de 1888 a 1930.

O segundo período recobre realidades sociopolíticas muito distintas: vai da revolução de 1930, passando pelo Estado Novo, pela Segunda República, e termina com o fim da Ditadura Militar, em 1985. Com relação à ideologia racial, entretanto,

com relação ao tema da cor: o filho Carlos Eduardo, na entrevista que mencionei, não dá nenhuma pista para entendermos por que o Coronel, ao menos em público, silenciava sobre o tema.

predominou a ideia da “democracia racial” – que estabelecia não haver preconceito *racial* no Brasil, mas apenas *de cor*, e não haver barreira racial à mobilidade social (GUIMARÃES, 2012b, p. 29-30).⁷

Com relação às condições de acesso à cidadania, que influenciaram o desenvolvimento das retóricas negras de inclusão, o período poderia ser dividido em dois: a primeira parte marcada pela conquista de direitos por parte dos trabalhadores urbanos, cujo maior símbolo é a Consolidação das Leis Trabalhistas sob Vargas. Correspondia-lhe, de certa forma, a ideologia racial da “negritude brasileira” – “o povo é negro” –, que na época, todavia, não representou sério desafio à democracia racial. A segunda parte teve a marca da ditadura de 64. Por um lado, começaram a ganhar peso vozes que defendiam uma política de identidade étnica e racial, claramente inspiradas no movimento negro dos Estados Unidos. Por outro, destruída a democracia efetiva, começou também a emergir um pensamento de esquerda radicalmente democrático. Entre essas duas polarizações, no entanto, a democracia racial prevaleceu, tanto como ideologia racial quanto, até mesmo, na forma de retórica negra de inclusão. Até a década de 1980 a construção da “verdadeira democracia racial” – ausência de barreiras raciais, especialmente quanto à mobilidade social – continuou uma forte consigna do movimento negro (*idem*, p. 35).

O terceiro período é o atual, inaugurado com a redemocratização que nos trouxe à Terceira República. “Demandas congruentes”, como a política da diferença e o radicalismo democrático, acabaram levando ao abandono da democracia racial como retórica de inclusão, e têm subsidiado a construção de um radical igualitarismo negro (*ibidem*).

O período que interessa mais diretamente neste ponto é o segundo. Embora a história de ascensão do Coronel Sydnei constitua uma exceção – e por isso apenas a análise cuidadosa de seus aspectos particulares possa explicá-la – acredito que sua atitude com relação à cor, o silêncio, deva ser compreendida como típica do período de vigência da democracia racial.

Na forma de ideologia racial, ela não deixava de determinar as condições de ascensão social de um homem negro. Ao mesmo tempo em que se reconhecia e, em certa

⁷ A democracia racial, como mostrou Antonio Sérgio, vinha sendo gestada já antes de 1930 nos meios negros, com especial destaque para a imprensa negra de São Paulo (GUIMARÃES, 2011, p. 26-27).

medida, tolerava-se a existência de preconceito de cor e de classe social, a ideologia da democracia racial minava a denúncia e até mesmo a percepção dos casos de preconceito como casos propriamente “raciais” – e, portanto, repudiáveis –, afinal, “não havia preconceito de raça no Brasil”. Por sua vez, enquanto retórica de inclusão, a democracia racial conformava o campo de possibilidades aberto ao agente na hora de compreender em tintes raciais a própria história. Dessa forma é que, na minha opinião, trazê-la à tona ajuda a compreender a atitude do Coronel Sydnei, que combinava silêncio público acerca da questão da cor com algumas confissões privadas e manifestações discretas de consciência, carregadas até de sentimentalismo.

O conjunto de questões que guia esta investigação pode ser dividido, para fins analíticos, em dois tipos. Primeiro, procurei evidenciar os atalhos, as fronteiras e as barreiras que Sydnei encontrou ao se deslocar no espaço social, conforme se tornava “o Coronel”. Ataquei o problema em duas frentes: focando no menino de origem modesta que se tornou poderoso empresário, mas também no negro que se encontrava, sucessivamente, em condição excepcional, pela cor, nos meios sociais a que sua ascensão lhe dava acesso. Assim, nessa chave mais objetiva, questionei sobre as *condições* e os *efeitos* de *classe* e de *raça* atuantes em cada um dos marcos relevantes do deslocamento do Coronel no espaço social. Segundo, esforcei-me para compreender as escolhas, as reações, as atitudes, enfim, a forma como o Coronel compreendeu e projetou a própria história. Como não pude adentrar mais profundamente – como gostaria – em sua subjetividade, espero que alguns indícios reunidos neste trabalho ao menos apontem a direção com alguma nitidez. Não deixo de desconfiar, no entanto, que o lado mais objetivamente ancorado da narrativa pode sutilmente reconstruir e permitir que se intuem os traços fundamentais dessa subjetividade.

Finalmente, penso que contar a história de uma vida aproxima-nos de vários grupos, em diferentes épocas e situações, e ajuda entender melhor suas vidas. Não deixo assim de me alinhar com os que pensam que a sociologia vale a pena porque permite tornar mais visíveis as forças – às vezes ocultas, às vezes confusas – que determinam as vidas de todos nós.

Uma trajetória em dois movimentos

As questões que animam este trabalho, e que acabei de expor, supõem já de partida uma forma determinada de analisar a história do Coronel com base em alguns conceitos. Procurarei na sequência apresentar sucintamente esses conceitos e explicitar o esquema a partir do qual penso sua articulação. Deveria ser desnecessário lembrar que se trata de um conjunto de ferramentas que utilizo com a finalidade de objetivar uma história que, em si mesma, tem muito mais riqueza e complexidade do que se pode assim captar. Ou seja, embora apoiado nesse esquema, em momento algum quis reduzir a ele a história do Coronel. Mas, como não poderia deixar de ser, traz algumas coisas à luz e deixa outras fora do alcance da vista e reflete minhas principais preocupações teóricas e empíricas.

Contarei a história do Coronel Sydnei apoiando-me fundamentalmente na ideia de *trajetória*. Não no sentido espontâneo da “trajetória de sucesso” que um importante jornal curitibano lembrou no dia seguinte à morte do Coronel, no final de 2001. Sentido espontâneo que reproduzia o que parece ter se tornado uma espécie de narrativa-padrão presente em todos os resumos sobre a biografia do Coronel: menino pobre que estudou e virou oficial do exército, mas tinha vocação para professor – era o que ele amava; tornou-se, assim, professor e depois dono de universidade. Não deixa de ser uma “trajetória”, com ponto de partida, etapas intermediárias e ponto de chegada. Tampouco é falso. Mas qual o significado de cada ponto desse itinerário: “menino pobre”, “oficial”, “professor” e “empresário”? Que deslocamentos levaram de um a outro? Quais os não-ditos da narrativa-padrão? Uma ideia sociológica de trajetória deve oferecer ferramentas conceituais que permitam especificar cada um desses diferentes aspectos da história e entender como se relacionaram.

Por *trajetória* entendo o deslocamento, neste caso, de um indivíduo, desde uma *posição social* a outra. A natureza de cada posição, por sua vez, é relacional, definida pelas relações (posso adiantar: de poder) que mantém com as demais posições. A totalidade das posições sociais – uma totalidade mais teórica do que empiricamente definível – constitui o *espaço social*.⁸

O *espaço* é uma forma de representar a estrutura social, assumindo que “o mundo social é [a] história acumulada” (BOURDIEU, 1986b, p. 46) da “competição pela

⁸ Baseio-me na definição, já clássica, de Pierre Bourdieu, que entende por trajetória uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele mesmo em devir e submetido a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1986a, p. 71).

apropriação de bens escassos” (*idem*, 1989, p. 17). Isto é, por um lado, o estado do espaço em determinado momento resulta de uma luta social. E consiste em uma distribuição dos agentes (que podem ser indivíduos ou grupos) em função das relações de poder estabelecidas entre eles nessa luta. Por outro lado, pode-se dizer que o estado das relações estabelecidas é a “estrutura imanente do mundo social, isto é, os conjuntos de coações, inscritos na própria realidade daquele mundo, que governam seu funcionamento de maneira durável, determinando as chances de sucesso para as práticas” (*idem*, 1986b, p. 47). Ou seja, além de resultado das lutas já ocorridas, o espaço social é também a arena em que serão disputadas as seguintes.

Ative-me até aqui a uma ideia abstrata do princípio ativo da luta social, daquilo com que e por que se luta, em sentido mais geral: poder. Nesse nível de abstração, o *espaço social* de Bourdieu está muito próximo da definição de *estrutura* de Norbert Elias: os indivíduos (bem como os grupos) compõem uma teia de relações, a estrutura social, e cada relação particular estabelece uma *interdependência* entre distintas partes; nela, cada qual tem certo poder sobre o outro, mas, é claro, esses poderes são, via de regra, desiguais; as diferentes posições na estrutura são, assim, determinadas relacionalmente – em relação às demais posições – em virtude dos balanços diferenciais de poder que mantêm.⁹ Um primeiro aspecto que há que sublinhar, portanto, é que minha abordagem de trajetória ancora-se nessa definição *relacional* acerca do *espaço* em que se move o agente. Isso terá implicações importantes na forma que exploro o significado das posições sucessivamente ocupadas pelo agente.

Mas como o *poder*, essa ideia abstrata, apresenta-se nas situações concretas com que nos depararemos adiante? É preciso primeiro avisar que não se trata, aqui, simplesmente de “mando”, da capacidade de dar ordens. Trata-se de poder no sentido weberiano amplo, de “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria”, definição que engloba tanto o mando, forma de dominação baseada puramente na autoridade, quanto o que Weber denominou “dominação em virtude de uma constelação de interesses” (WEBER, 1999, v. 2, p. 188).

Essa última forma permite decifrar as posições que constituem o deslocamento do agente no espaço social em boa parte das situações concretas com que vamos nos deparar. Isso acontece porque a definição converge com o conceito seguinte que quero

⁹ Trata-se de uma síntese das definições contidas na obra de Elias *O que é Sociologia?* (ELIAS, 1978).

introduzir. A “dominação em virtude de uma constelação de interesses” traduz bem a atuação do poder econômico (*ibidem*); representa uma coação econômica. Logo, afina-se com a definição de *capital* proposta por Bourdieu.

As *posições* sintetizam os atributos relevantes dos agentes no espaço social, os seus recursos, que são nada mais do que o poder de que podem lançar mão para distintas finalidades. Bourdieu apropriou-se da teoria marxista para conceber o espaço social como regulado por relações de coação “econômica” decorrentes da posse diferencial de poder. O poder efetivo no espaço social é o *capital*, ou seja, “trabalho acumulado (em sua forma materializada ou incorporada), o qual, quando apropriado por agentes ou grupos de agentes em caráter privado, exclusivo, permite-lhes apropriar-se de energia social na forma de trabalho vivo reificado” (BOURDIEU, 1986b, p. 46). Fica claro que a fonte dos efeitos do capital e, assim, das próprias diferenças entre as posições, é simplesmente a sua distribuição desigual (*idem*, p. 49).

A “história acumulada” que define a estrutura do espaço social, assim, traduz-se no estado da apropriação do capital pelos diversos agentes. O capital pode ser acumulado em diferentes formas, pois sua redefinição por Bourdieu supera o materialismo da definição empregada por Marx; as principais são o *capital econômico*, o *cultural* e o *social*. Cada forma funciona de modo particular nas diferentes esferas do mundo social; é moeda corrente à sua própria maneira, mas, ainda assim, é conversível nas outras formas. Afinal, no fundo, o equivalente comum de todas elas é o tempo de trabalho (*idem*, p. 54). As conversões, entretanto, são realizadas ao custo de um esforço, ou seja, um trabalho extra, e são sujeitas a taxas variáveis de conversão. A forma econômica pode ser considerada a “raiz” de todas as outras, a forma mais fundamental (*ibidem*): por um lado, é a expressão mais crua e necessariamente reconhecível do poder sobre os recursos sociais acumulados, sua expressão material; por outro, o capital econômico é o que tem maior liquidez, podendo se converter mais facilmente nos demais.

Embora já tenhamos entrado no domínio da “luta de classes” pela apropriação do capital, as posições não representam, automaticamente, as classes sociais. Agentes próximos no espaço social o são porque se encontram em situações competitivas semelhantes – possuem capitais (recursos) semelhantes. A análise das posições no espaço social tem o poder de revelar a “situação de mercado” (WEBER, 1982, p. 214) dos agentes, ou as “classes no papel” (BOURDIEU, 1987, p. 7). A semelhança de situações significa apenas, no entanto, que os agentes têm interesses comuns em potencial, que

podem vir a subsidiar a constituição do grupo em classe social real. É uma possibilidade, não uma necessidade, e depende do trabalho político de produção da classe.

Ao acompanhar a trajetória de Sydnei Lima Santos, seu deslocamento no espaço social ao longo de sucessivas posições, perseguiremos as transformações dos seus recursos sociais – compreendendo as condições competitivas pensadas mais objetivamente e as propriedades relacionais das posições. O grande desafio desse procedimento, a meu ver, é traduzir, conforme as informações disponíveis, a situação de “classe no papel” de maneira relevante para compreender a trajetória individual (procedendo de maneira mais dedutiva e estabelecendo parâmetros) ou, ao contrário, traduzir dados sobre a situação individual em termos de condições compartilhadas por um grupo (procedendo, assim, mais indutivamente, em busca de complexificar a compreensão, a princípio, mais panorâmica a respeito da situação do grupo).

A armação conceitual que, nesses termos, fundamenta a reconstrução da trajetória tem por foco a dimensão de *classe* do mundo social. Acredito, no entanto, acompanhando Michael Omi e Howard Winant, que a *raça* não pode ser subsumida naquela dimensão (OMI; WINANT, 1986, p. 13). Tentar enquadrá-la nesse mesmo esquema de espaço social, talvez como um tipo específico de capital (o “capital racial”), significaria provavelmente tratá-la como “epifenômeno” de uma categoria supostamente mais abrangente – a classe. Será preciso, portanto, empregar *raça* como conceito analítico (GUIMARÃES, 2003) que se refere a uma dimensão específica da produção e manutenção de diferenças – a qual seria possivelmente ignorada trabalhando-se com uma perspectiva integrada em função da classe –, mas cujos efeitos operam em conexão com as condicionantes de classe. É claro: as relações de poder de que tratei mais acima em termos mais abstratos se traduzem não apenas em relações de grupos que podem ser considerados classes – seja no papel, seja na realidade –, mas também em relações de grupos considerados “raças”.

Vale esclarecer neste ponto que considero *cor* uma categoria nativa, o critério central de nosso sistema brasileiro de classificação racial (GUIMARÃES, 2011a), e emprego *raça* como categoria analítica que se refere a uma das dimensões das diferenças que se verificam no mundo social. Dessa forma, trabalhar com *raça* e *classe* lado a lado, explorando suas interfaces, pode ser considerada uma opção não somente teórica, mas também ancorada na realidade concreta em que se inscreve esta análise. *Raça* é uma ideia cujo significado e cujas expressões são produtos históricos (OMI;

WINANT, 1986, p. 60). Os estudos clássicos de “relações raciais” no Brasil oferecem bons exemplos de como as duas dimensões interagem em nossa sociedade, além de ferramentas conceituais fecundas para analisar diversos aspectos da questão racial. Empregarei essas contribuições ao analisar a história do Coronel.

Mas não apenas as raças são fenômenos sociais históricos; as relações entre as classes também o são. A trajetória, seguindo ainda a definição de Bourdieu, acontece *no tempo* e, assim, em um espaço social em transformação. Com frequência, ao longo da análise, fez muito mais sentido captar o significado de determinada posição social no interior de algum processo histórico do que com referência a um espaço estático. O conceito de *processo* de Norbert Elias é muito apropriado para captar essas transformações e não se choca com a estrutura conceitual armada até aqui.

Elias considera que, ao inscrever suas ações na realidade social, cada agente acresce-as à soma das ações de todos os outros, como em um imenso jogo em que se tem de jogar sem, antes, poder prever as jogadas dos demais participantes (estamos, aqui, nas proximidades do conceito weberiano de “ação social”). Nenhum agente, portanto, por mais poderoso que seja, consegue controlar completamente o curso do jogo, que se desenvolve gradualmente. Como as relações entre os agentes são relações de poder – sustentadas pela própria história já “acumulada” –, o curso do jogo tensiona as inúmeras relações estabelecidas, isto é, a *estrutura*. Ao agir buscando alterá-la ou conservá-la – ou seja, ao inscrever suas ações em lutas visando manter ou alterar os balanços de poder que constituem a estrutura –, cada agente faz uma nova “jogada”, contribuindo para o curso imprevisível de sua transformação. Se essa transformação acabar por assumir os contornos de uma mudança sustentada, de longo alcance, e apresentar ainda determinado sentido distinguível, será possível identificar na transformação da estrutura o desenrolar de um *processo social* (ELIAS, 1978, p. 147).¹⁰ Os *processos*

¹⁰ Ver em especial o capítulo de *O que é sociologia?* sobre os “modelos de jogos”. Os pontos que gostaria de destacar são a indeterminação fundamental do curso das mudanças sociais e que encontrar nelas um sentido é papel do analista. Assim, inscrever a trajetória em processos sociais, como fiz, sobretudo na primeira parte deste trabalho, não é “encaixar” a história da vida em uma mudança que teria obviamente ocorrido; mas sim testar os efeitos da história sobre a vida individual ao mesmo tempo em que questionamos em que medida o agente contribui para o curso da história – seja embarcando neles ou resistindo aos processos sociais. Esse é um problema que perpassa toda a análise da trajetória. O seguinte trecho dá uma ideia clara do que Elias quer dizer com a analogia do “jogo”: “[...] o processo de jogo ganha autonomia relativa em relação aos planos e intenções de qualquer dos jogadores individuais que criam e mantêm o jogo por meio de suas ações. Isso pode ser expressado negativamente dizendo que o curso do jogo não está sob o poder de nenhum dos jogadores. O outro lado da moeda é que o curso do jogo tem, ele

atingem diretamente os agentes porque as mudanças cruciais nos balanços de poder que eles descrevem traduzem-se em “ascensão e queda de grupos de pessoas. Significa que alguns grupos terão maiores oportunidades de poder; e que outros [...] perderão todas ou parte das suas chances de poder.” (*idem*, p. 172).

Dividi a história do Coronel Sydnei em dois grandes movimentos, dois deslocamentos distintos no espaço social: o primeiro, um movimento de ascensão social, de que trata a primeira parte deste trabalho (capítulos 1 e 2); o segundo, de conquista de uma posição de classe dominante, de que se ocupa a segunda parte (capítulos 3 e 4).

Por meio do primeiro movimento, de ascensão social, Sydnei, um filho de marinheiro de baixa patente, tornou-se oficial do Exército, membro da elite da instituição. O deslocamento pode ser considerado “linear”, pois aumentou consideravelmente os recursos à sua disposição – seu capital – sem que se alterasse, a princípio, a estrutura da sua composição. Isso é muito claro quando se considera que o que ocorreu foi praticamente uma escalada na hierarquia das Forças Armadas. Vale notar que o movimento tem um sentido familiar, mais que individual, pois, em termos da hierarquia militar, o jovem Sydnei continuou a trajetória do pai precisamente do ponto em que este havia estagnado: a rígida linha que separa praças de oficiais.

No primeiro capítulo, investigo a história do marinheiro Astolpho Severo Dias dos Santos e os primeiros passos na trajetória de seu filho. Veremos que a possibilidade de ascensão social para a família vinculou-se a importantes mudanças no recrutamento para as Forças Armadas e na posição social dos membros de patamares mais baixos, processos em curso entre o final do século XIX e o início do XX. As mudanças proporcionaram não apenas a modesta ascensão conquistada por Astolpho, mas também a oportunidade de Sydnei entrar para o oficialato, conquistando uma promoção social imediata em relação à condição em que fora criado.

mesmo, poder sobre o comportamento e o pensamento dos jogadores individuais. Porque suas ações e ideias não podem ser explicadas e compreendidas se são considerados apenas em si mesmos; é preciso entendê-los e explicá-los em função do jogo. O modelo mostra como as interdependências das pessoas enquanto jogadores coagem cada um dos indivíduos assim ligados uns aos outros; a coação provém da natureza particular do seu relacionamento e interdependência enquanto jogadores. Aqui, também, o poder é a característica estrutural de uma relação” (ELIAS, 1978, p. 95-96).

Se as transformações no recrutamento das Forças Armadas determinaram a possibilidade de Sydnei ascender a oficial do Exército, outro processo determinou o que a nova posição representaria quanto às oportunidades de vida. A tomada do poder político pelos militares em 1964 ampliou o escopo de atuação dos membros da elite militar. No capítulo 2, portanto, analiso por que, em virtude do processo, a posição de oficial – ponto de chegada do movimento familiar de ascensão social – tornou-se um fundamento sólido para desencadear o movimento seguinte na trajetória do Coronel Sydnei: de oficial do Exército a uma posição de classe dominante.

Na segunda parte deste trabalho trato concretamente desse deslocamento (capítulos 3 e 4). Ao lado da condição de membro da elite militar, outro fator essencial, que abordo especificamente no terceiro capítulo, foi a inserção social particular de que Sydnei desfrutou quando se mudou para Curitiba. Casado com uma mulher branca, pertencente a uma família de alguma antiguidade e reconhecimento na cidade, o jovem oficial pôde começar a adentrar nos círculos sociais restritos da classe alta.

A inserção em Curitiba proporcionou-lhe importante reserva de capital social. Quando, mais tarde, desinteressado da vida de militar, Sydnei já se dedicava a outras atividades, como professor e empresário, a ascensão política dos militares colocou-o em posição de potencializar os recursos sociais que tinha à disposição, incluindo aqueles decorrentes da sua inserção na “sociedade” curitibana. Por meio de hábil manuseio dos recursos de que dispunha, em especial o trânsito em esferas nas quais se tomavam decisões importantes, tornou-se um próspero empresário da educação.

A reinvenção do oficial em professor e, logo, em empresário, é o tema do quarto e último capítulo. O crescimento dos negócios, sobretudo com a abertura da Faculdade, em 1973, marcou a consolidação da posição de classe dominante à qual a inserção social privilegiada já permitira ao Coronel aspirar. Afinal, a posição dominante, caracterizada pela posse em abundância de capital, em suas diversas formas, não poderia se consolidar se não tivesse uma base econômica. Ao construí-la, o Coronel garantia a sua permanência, e presumivelmente também a de gerações de sua família, no seio da classe dominante curitibana. O principal meio pelo qual construiu tal fundamento econômico foi a hábil costura de projetos pessoais e de relacionamentos (“contatos”), potencializada pela ocupação de cargos de certo poder político, ao longo de uma dinâmica de conversão, frequentemente de mão dupla, de *capital social* em *capital econômico*.

PARTE I – ASCENSÃO SOCIAL

1 O PAI MARINHEIRO E A JUVENTUDE DE SYDNEI NO RIO DE JANEIRO (1894-1949)

Toda história precisa começar em algum ponto. Há duas boas razões para começar esta contando sobre a vida de Astolpho Severo Dias dos Santos, pai de Sydnei Lima Santos. A primeira delas é a importância dos caracteres herdados. Mais do que investigar a “origem social”, uma ideia que via de regra é simplificadora, importa identificar os recursos sociais conformadores da trajetória no espaço social. E os primeiros deles vêm, certamente, da família (independente de mais ou menos “aberta e competitiva” for a sociedade, na expressão de Florestan Fernandes). Buscarei explorar neste capítulo como os caracteres de posição social, como *capitais*, cor e local de moradia, traduziram-se, concretamente, em possibilidades que conformaram os primeiros deslocamentos da trajetória de Sydnei. Recuarei, nesse sentido, tanto quanto possível na história do pai, o marinheiro Astolpho.

A segunda razão para fazê-lo é a atuação dos efeitos de trajetória na conformação das atitudes. É claro que não se trata de reduzir a ação que se analisa às determinantes de posição social; e, logo, ao identificar os fatores da trajetória que levou à posição, complexificar a operação dedutiva. No entanto, quando se referiu à relação entre *habitus* e posição no espaço social (embora eu não empregue o conceito de *habitus*), Pierre Bourdieu achou importante acrescentar à compreensão sincrônica uma perspectiva diacrônica; afinal, o comportamento não pode ser “calculado” em face apenas das condições imediatas com que o agente se defronta – como poderia o comportamento “racional”, se algo assim existisse –, mas é produto de uma sedimentação que acontece com o tempo, ao longo da vida (BOURDIEU, 1987, p. 6). Por isso, de um ponto de vista analítico é preciso, para dar conta minimamente das atitudes, compor um quadro que inclua a posição social atual, com seus possíveis efeitos, bem como o peso da trajetória de classe, também com seus efeitos sedimentados. A história da trajetória de classe é, em grande medida, uma história familiar.

Uma terceira razão poderia ainda entrar a compor minha justificativa. Em termos bem sintéticos, a experiência social da família, e do jovem que nela cresceu, pode levar a pistas interessantes e por vezes cruciais sobre as atitudes. Refiro-me, aqui, a aspectos bem menos objetivos do que os caracteres de posição de que vinha tratando. Essa terceira deverá se mostrar também uma boa razão ao longo do capítulo.

1.1 O menino Astolpho Dias dos Santos: família e posição social

Negro do Arsenal de Marinha, entre 1817 e 1829, Debret e o Brasil – Obra completa

Astolpho Dias dos Santos nasceu em 27 de junho de 1893, em Sergipe, provavelmente na localidade de Maruim. O município, muito próximo de Aracaju, chegara a ser importante centro econômico da província ao longo do século XIX. Maruim e Laranjeiras, as maiores e mais ricas cidades da região do Rio Cotinguiba, que se espalha a Noroeste da capital, concentravam a produção açucareira que sustentava a província de Sergipe. Isso em uma época em que já tinham ficado longe no passado os tempos áureos do açúcar (AVELINO, 2010, p. 27-8). Depois de 1850 tornara-se muito mais difícil adquirir escravos, em razão da restrição ao tráfico, e a modesta economia local não podia bancar maiores afluxos desde outras regiões, ainda que a Cotinguiba fosse a região que mais dispusesse de escravos em toda a província. As migrações internas de cativos, bem como o tráfico ilegal, direcionavam-se para a pujante agricultura cafeeira mais ao sul.

Assim como a Bahia, província de que se emancipou em 1820, Sergipe tinha uma grande população livre quando ocorreu a Abolição. Em 1872, eram escravos somente 12,8% dos habitantes e a tendência é que a razão tenha diminuído conforme se aproximava o fim do escravismo, talvez chegando a menos de uma décima parte.¹¹ No

¹¹ A proporção de escravos na população não era tão grande, de acordo com o Censo de 1872. No total, para o Império, era de 15,2%. Um pouco maior do que em Sergipe, portanto. Chegava a quase 40% na província do Rio de Janeiro, excluída a Corte (onde era de 17,8%), a 27,6% no Espírito Santo e cerca de 18% em São Paulo e em Minas Gerais. Fora do eixo cafeeiro do Sudeste, apenas Maranhão (20,9%) e Rio Grande do Sul (15,6%) tinham proporção de escravos na população maior do que a média do Império.

mesmo ano, a população compunha-se de 51,4% de pardos e 18,6% de pretos.¹² A economia agrária já vinha se reorganizando para prescindir, ao menos em boa medida, do trabalho escravo, e a Abolição encontrou Sergipe com abundante mão de obra livre, grande parte dela negra ou mestiça. É muito provável, portanto, que os proprietários de engenhos do Cotinguiba não lhe tenham apresentado oposição vigorosa, sua reação alinhando-se à dos proprietários de Bahia, Pernambuco e outras províncias do Nordeste, que se achavam em situação semelhante (GUIMARÃES, 2011b, p. 23).

A reação dos senhores de engenho refletiu uma acomodação gradual à nova ordem econômica. Historiadores já apontaram a possibilidade de ter existido, ainda no interior do sistema escravista, uma “brecha camponesa”, ou seja, uma margem de autonomia, inclusive econômica, para que os escravos desenvolvessem atividades que escapavam ao sistema de *plantation*, frequentemente cultivando lotes de terras cedidos para seu uso (CARDOSO, 1987, p. 54). Na Bahia, nos séculos XVIII e XIX (isto é, quando o território de Sergipe ainda lhe pertencia), o sistema era comum, sendo “muitos [...] os engenhos que usavam o sistema dos lotes de terra dados aos escravos com o tempo para cultivá-los e a possibilidade de dispor livremente dos excedentes produzidos” (*idem*, p. 95). A Abolição de 1888 surpreendeu, assim, em algumas regiões, um sistema produtivo que associava exploração de engenho em grande propriedade e vida camponesa a orbitar em torno dela. Presumivelmente, não seriam necessárias grandes rupturas na transição à ordem do trabalho livre: já vinha de longe a formação de um contingente de trabalhadores negros ou mestiços, escravos com certo grau de autonomia material, alforriados e, mais tarde, libertos. Mais ou menos livres, o certo é que se mantinham sujeitados ao poder econômico dos proprietários.

Cândida Dias Pinna, mãe de Astolpho, era muito provavelmente parda ou preta, talvez ex-escrava ou descendente de escravos, e fazia parte desse contingente de trabalhadores pobres que emergia da Abolição de 1888 em condição apenas pouco melhor do que a dos recém-libertos. Pode ser que Cândida tenha ficado viúva de um homem de sobrenome Santos, pai de Astolpho, quando este ainda era criança; ou pode ser que ela fosse “mãe solteira”, pois não levava o sobrenome “Santos” que devia ser o

¹² Os dados são do Censo de 1872, disponibilizado no portal do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) da UFMG: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br>>.

do pai de seu filho. O certo é que o pequeno não vivia com o pai, apenas com a mãe e irmãos, estes em número que desconheço.

Nascido menos de cinco anos após a proclamação da República, o pequeno Astolpho era parte da população que o novo regime teria que transformar em “povo”. Mas a cidadania, implícita nessa transformação, não se produziu imediatamente e de forma irrestrita. Ao menos três fraturas sociais já existentes se traduziram, entre a última década do século XIX e as primeiras do XX, no estabelecimento do que Lilia Schwarcz chamou “critérios diferenciados de cidadania” (SCHWARCZ, 1993, p. 18). O primeiro critério, de que trata a obra da própria autora, pode ser sintetizado pela adaptação das doutrinas do “racismo científico” à realidade brasileira. Os outros dois critérios podem ser extraídos da natureza dos principais conflitos dos primeiros anos da República: “estranharam-se” (GUIMARÃES, 2012b, p. 17) o povo e a elite, como na Revolta da Vacina (1904) e na Revolta dos Marinheiros (ou da Chibata); mas também as populações citadinas do litoral com os bárbaros – ou, na expressão da época, “fanáticos” – dos sertões, como nas guerras de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916).

A história de Astolpho é, em grande medida, a história de como ele encontrou um lugar para si na ordem social que se formava com base numa cidadania assim condicionada. Saiu de casa para engrossar as fileiras das forças armadas, que estiveram por trás da proclamação da República e foram o grande esteio de sua consolidação. Com 13 anos incompletos, em maio de 1906, Astolpho foi alistado pela mãe na Escola de Aprendizes Marinheiros localizada na capital de Sergipe. Assim como ele, boa parte dos meninos alistados na Escola haviam crescido em Aracaju ou nas redondezas e tinham entre 13 e 16 anos, de acordo com o que se pode depreender das observações de um médico que inspecionou os internos em 1916 (BENCHIMOL; SÁ, 2007, p. 355-360).

Das anotações daquele médico, é possível também concluir que apenas uma parte dos meninos havia sido alistada com a idade mínima exigida – 13 anos –, o que oferece uma primeira pista sobre as condições de ingresso de Astolpho na instituição: entrou assim que pôde. Soma-se outra informação para compor esse quadro. Em sua pasta pessoal no Arquivo da Marinha, na parte das informações dedicada à filiação, consta apenas o nome da mãe; não há qualquer menção ao pai. Observando o regulamento vigente então para as Escolas de Aprendizes, descobre-se que o alistamento dos menores deveria ser feito pelo pai ou pelo tutor. Havia apenas um caso em que era permitido à mãe apresentá-lo: quando o filho fosse ilegítimo. Mas não se pode saber se

era mesmo esse o caso, pois o regulamento é omissivo quanto a todas as demais situações possíveis de ausência do pai.

Relatos posteriores dos descendentes de Astolpho dão a conhecer que a entrada dele para a Escola de Aprendizes foi, de certa forma, forçada, tendo sido “laçado junto com outros meninos” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 731). Mais à frente veremos que a situação é muito plausível, embora cada vez menos comum conforme se adentrava no século XX. Tenha a mãe apresentado o menino Astolpho à Escola, tenha ela simplesmente se conformado com o seu alistamento, a condição de vida da família só poderia ser bastante precária. Por um lado, à mãe não era possível lançar mão de nada melhor do que a modesta perspectiva de fazer do filho aprendiz de marinheiro. Por outro, não tinha condições de contestar o alistamento forçado do filho, se foi esse o caso, mesmo sendo a prática proscrita para a obtenção de aprendizes desde 1885. Assim, a falta de recursos materiais ou culturais perpassa as duas possibilidades. Uma terceira possibilidade é que dona Cândida tenha se conformado *a posteriori*, quando descobriu que seu menino fora “laçado”, ao antever para ele alguma oportunidade naquele destino.

Embora sejam poucas as pistas dessa história já remota, a posição social da família do menino Astolpho deve se revestir de maior significado conforme se caracterize, a seguir, que tipo de instituição eram as Escolas de Aprendizes marinheiros.

1.2 O recrutamento para as Forças Armadas e as Escolas de Aprendizes marinheiros

As pesquisas sobre as Escolas de Aprendizes marinheiros concentraram-se, até agora, no período imperial e, portanto, são poucas as informações sobre elas na primeira década do século XX. Mas, no final do XIX, sabe-se que eram instituições nada atraentes. Os pais relutavam em entregar seus filhos àquele regime de internato e com frequência os meninos eram capturados e alistados à força pelas autoridades sem a autorização de seus responsáveis legais. Em Aracaju mesmo, em 1893, um pai furioso foi à imprensa para denunciar o assédio do juiz de órfãos ao seu rapaz. Acusado de algum delito, o menor de 12 anos fora “capturado” e corria risco de acabar alistado na então Companhia

de Aprendizes Marinheiros (JORNAL DO ARACAJU, 1883 *apud* LIMA, 2013, p. 83).¹³ A reclamação na imprensa sugere, no entanto, que havia probabilidade de a prática da captura de meninos por parte das autoridades causar desaprovação pública.

Não era à toa que a captura ou o aliciamento desagradavam os pais: as condições das instituições eram muito precárias e cabe duvidar se ofereciam verdadeira formação profissional para o ofício de marinheiro. Na Companhia de Aprendizes do Paraná, localizada na cidade portuária de Paranaguá, na década de 1880, o edifício principal ameaçava desabar e a enfermaria era “anti-higiênica em todas as condições”, segundo o próprio capitão do porto, responsável pela Companhia. Vários aprendizes morreram no surto de malária que acometeu a cidade no final do século (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 86). O médico que visitou a escola de Aracaju em 1916 também achou importante apontar as más condições de saúde dos rapazes. Na mesma escola, pouco antes da inauguração do novo edifício em 1906, faltava dinheiro para terminar a reforma. O prédio parece ter ficado sem o forro do teto da enfermaria, sem o calçamento entre os edifícios e sem pintura externa (LIMA, 2013, p. 148-149). A ausência de infraestrutura mínima para a instrução naval era também um problema sério das escolas: a unidade de Paranaguá funcionou por 23 anos sem qualquer embarcação em que pudesse treinar os aprendizes (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 1; p. 95).

É que a função de preparar quadros para o corpo da Armada não era a única desempenhada pelas Companhias – e, talvez, por muito tempo, não fosse sequer a principal. Desde a fundação da primeira, na Corte, em 1840, passando pela época de Astolpho, essa função concorria com outras duas: assistência e controle social. Ambas se relacionavam intrinsecamente na cabeça do presidente da província de Sergipe quando rogou ao ministro da marinha do Império, em 1864 ou 1865, a criação de uma Companhia na sua capital:

V. Ex.^a pode ficar bem certo de que uma quantidade imensa de crianças, já por falta de seus pais, já por falta de meios, vagam ociosas pelas nossas praias e povoados deixando de frequentar as escolas bem como a igreja por não terem vestuário, nem a necessária alimentação, e neste abandono vivem embrutecidas, até que um dia, quando escaparão da morte, [...] ou vem a ser soldados, [...] ou então, não tendo tido correção a sua perversa índole, entregam-se ao crime, e terminam seus dias numa prisão.

¹³ Até 1885, as Escolas eram chamadas Companhias de Aprendizes Marinheiros.

Esse futuro desastroso do órfão desamparado desaparecerá desde que se essa Província tiver uma escola em que possa colocá-los, onde, recebendo educação apropriada, se tornem úteis a seu país e nenhuma delas é mais apropriada do que a de Aprendizes Marinheiros (LIMA, 2013, p. 79).

O presidente de Sergipe deixa claro com qual grupo social essas escolas preenchiam as suas fileiras na segunda metade do século XIX. E a situação perdurou sem mudanças substanciais até os últimos anos do Império. O autor de um artigo publicado na revista da Marinha em 1882 lamenta-se de que as companhias de aprendizes pareciam mais “asilos de menores desvalidos do que escolas de ensino profissional da arte de marinheiro” (LINS, 2012, p. 60). Mas se, por um lado, elas serviam para “assistir meninos abandonados ou expostos” (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 102), por outro, as Escolas de Aprendizes também serviam como quartéis para guardar e disciplinar jovens que não se queria que andassem soltos pelas ruas – jovens perigosos. Diante dessas funções, torná-los úteis à nação como marinheiros pode ter sido encarado até como mero bônus – por grande parte da elite política, embora não para os chefes da Armada –, e a inexistência de um barco qualquer em uma escola de instrução naval, um problema muito pequeno.

A face complementar da posição social dos rapazes recrutados para aprendizes (pobres, vadios e/ou perigosos) era a perspectiva muito modesta de futuro que aquelas escolas ofereciam. Uma vez “formados” eles se tornavam marinheiros, isto é, passavam a servir a Armada nos patamares mais baixos (o nível de “praça”), compartilhando a sorte dos “voluntários” empregados tanto na Marinha quanto no Exército:

[...] [assim chamados,] a maioria dos praças provinha das fileiras de desempregados. Alguns se alistavam espontaneamente, interessados em comida e teto, mas muitos outros, talvez até a maioria, eram pegos pela polícia em batidas, as chamadas “canoas”, e despachados para os quartéis sob escolta (McCANN, 2007, p. 111).

O recrutamento forçado era comum às duas forças, pois no Império, e mesmo até a primeira década do século XX, “o serviço militar era parte do sistema penitenciário” (*idem*, p. 29). As surras continuavam sendo forma corrente de punição e de disciplinamento dos praças, embora tivessem sido oficialmente abolidas desde a Constituição do Império de 1824 (*idem*, p. 111-112; p. 157). Entretanto, parece que na Marinha a disciplina era ainda mais dura do que no Exército.

Estacionado na baía de Guanabara, ficava a “presiganga” (do inglês *press-gang*, o mesmo que “canoa”), velho navio avariado que servia como prisão e campo de trabalhos forçados para os marinheiros indisciplinados (FONSECA *in* CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004). Frank McCann descreve como “abominável” a disciplina vigente na Marinha mesmo no início do século XX, destacando a aberração que era alguns dos navios mais modernos do mundo serem comandados “com disciplina do século XVIII” (McCANN, 2007, p. 157-158). E sequer deve ser necessário comentar que um dos motivos centrais da revolta dos marinheiros de 1910, ou Revolta da Chibata, que estourou nesses modernos navios, foram os castigos aplicados pelos oficiais nos praças.

Em boa medida, o aspecto degradante da posição profissional dos marinheiros devia-se à enorme distância social que os separava dos oficiais. Quanto ao oficialato do Exército, no início do século XX, “a burguesia branca via com horror a vida de caserna” (*idem*, p. 110), mas “a oportunidade de educação gratuita atraía jovens para o corpo de oficiais” porque, “para os que não tinham recursos, o Exército oferecia a possibilidade de ascensão social” (*idem*, p. 120). Se o oficialato do Exército, “burguês e branco” em boa medida, já era socialmente distante dos praças, o da Marinha, muito mais aristocrático, o era ainda mais. Basta lembrar que o marechal Deodoro da Fonseca era o que McCann chamou “um homem do povo”, produto de um processo de relativa popularização do acesso ao topo do oficialato do Exército que se deveu, em medida importante, à Guerra do Paraguai. O oficialato da Marinha não passou por processo equivalente até, pelo menos, a década de 1930.

Abaixo dos oficiais da Armada, o contingente de praças era recrutado entre os pobres, desocupados, jovens desvalidos e criminosos – em suma, os que não tinham padrinhos influentes e que estavam à mercê das autoridades –, a maioria deles negros (*idem*, p. 112). Não é difícil ilustrar como a distância social, associada à disciplina dura, tornava a posição dos praças degradante. Pouco antes de estourar a revolta de 1910, um coitado havia sido castigado com 250 golpes, apesar de ter caído inconsciente em meio ao castigo. Sob a vigência da disciplina da chibata, “vivas imagens de senhores e escravos emergem quando consideramos que a maioria dos oficiais era branca, e dos marinheiros, negra” (*idem*, p. 157-158). Os próprios marinheiros associavam naquela época o emprego da chibata com a sujeição escravista, ainda tão pouco distante no tempo.

As possibilidades de carreira dos praças eram limitadas de forma muito concreta pela segmentação do efetivo: via de regra, não se podiam tornar oficiais porque não possuíam a formação necessária nas escolas militares. Estas, por sua vez, barravam (mesmo que em medida variável, dependendo do momento e da escola) os indivíduos provenientes dos grupos em que eram recrutados os praças: ora por pura discriminação – e não raro racial –, ora de forma indireta, pelas credenciais educacionais exigidas ou em virtude da folgada condição econômica necessária para que uma família pudesse manter seu filho já crescido em uma dessas escolas.

A posição da família de Astolpho possibilitou-lhe entrar na Marinha de Guerra por um canal que oferecia chances de futuro muito modestas; mas que ainda assim eram chances. Ele recebeu alguma instrução formal gratuita e logo se empregou em uma instituição de caráter e alcance nacionais. Assim que se tornou efetivamente marinheiro, foi embora de Sergipe e instalou-se na Capital da República. A condição de ex-aprendiz colocava-o, também, em situação pouco melhor do que a dos demais praças, pois os aprendizes podiam receber algumas promoções ainda nas escolas e mantê-las, o que lhes permitia desfrutar de algum prestígio extra enquanto “pratas da casa”.

A assimetria existente entre as Forças Armadas – representadas pelas elites do governo e pelos corpos de oficiais – e os grupos subalternos em que recrutavam os seus praças pode ser considerada um fator estrutural, da ordem das relações de poder consolidadas, que determinou o início da trajetória do menino Astolpho na Marinha.

1.3 Mudanças no recrutamento de aprendizes e processo de transformação da posição dos praças

O novo commandante do «Minas Geraes», capitão de mar e guerra Pereira Leite, chegando ao couraçado, d'elle toma posse e é recebido pelo chefe da revolta, marinheiro João Candido, que lhe faz a continência do «estylô»

Foto de 1910, exposição virtual A Revolta da Chibata, sítio do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

As companhias de aprendizes começaram a se parecer um pouco menos com orfanatos a partir de 1885. A reforma de organização e funcionamento que, naquele ano, significativamente, trocou o nome das Companhias de Aprendizes Marinheiros para Escolas de Aprendizes Marinheiros alterou pelo menos dois pontos fundamentais quanto ao recrutamento de aprendizes, em relação ao regulamento anterior, de 1855. Alterando-se o recrutamento, transformaram-se fatores estruturais, relativos às relações de poder consolidadas entre grupos, que regulavam aspectos importantes da posição dos aprendizes marinheiros. Esse fato pode ser relacionado, ainda, com um processo de transformação da posição dos praças em geral, tanto no interior da Marinha, quanto na sociedade abrangente. O processo teve impacto importante sobre a trajetória de Astolpho, moldando o tipo de carreira que lhe foi possível seguir nos patamares inferiores do serviço da Armada.¹⁴

¹⁴ A discussão que segue baseia-se em dois marcos legais principais: os decretos nº 1.517 de 14 de janeiro de 1855 e nº 9.371 de 14 de fevereiro de 1885. Não custa lembrar que o primeiro instituiu e regulamentou a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, segunda a existir (a do Rio de Janeiro foi fundada em 1840), e regeu o funcionamento das 16 outras instituições fundadas nos anos subsequentes. O segundo decreto extinguiu seis das companhias então existentes e reformulou o funcionamento das demais,

O primeiro ponto que o regulamento de 1885 mudou foi quanto à idade exigida. De acordo com as normas antigas, e talvez já desde 1840,¹⁵ as três exigências básicas para o alistamento de meninos eram as seguintes: 1) ser brasileiro, 2) ter de 10 a 17 anos e 3) ser de constituição física robusta e própria para a vida no mar. Não obstante, meninos que, mesmo com menos de 10 anos, tivessem desenvolvimento físico suficiente também poderiam ser admitidos. Essa ressalva não deve ser menosprezada, pois a avaliação da suficiência do desenvolvimento físico dos rapazes só poderia ser muito “subjetiva”, por assim dizer. Relatório de 1885 apresentado ao presidente da província do Paraná pelo oficial responsável pela Escola de Aprendizizes do estado afirma que “a maioria das crianças [...] havia sido alistada com 6 ou 7 anos de idade”. Reclamava o oficial que elas necessitavam ainda de “cuidados maternos”, além de terem sido admitidas sem exames médicos precedentes (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 86).

O novo regulamento passou a determinar que, pelo menos formalmente, não deveriam mais ser aceitas crianças tão jovens. Foram três os pontos que mudaram no rol de exigências básicas para admissão: os menores alistados deveriam já ser vacinados; deveriam ter de 13 a 16 anos de idade, e não mais de 10 a 17; e deixou de existir o adendo que permitia o alistamento de jovens abaixo da idade mínima, desde que fisicamente aptos. Os poucos indícios que temos apontam que as mudanças alteraram, de fato, o perfil etário dos aprendizes. Basta comparar a reclamação do oficial a cargo da Escola do Paraná em 1885 com a composição da escola de Sergipe anotada pelo médico que a visitou em 1916, descrita mais acima.¹⁶

A segunda mudança importante que veio com o novo regulamento dizia respeito aos anos de permanência na instituição. Pelo regulamento antigo, os aprendizes deveriam tornar-se “imperiais marinheiros” (transferindo-se da Companhia para o

inclusive trocando os nomes das instituições de “Companhia de Aprendizizes” para “Escola de Aprendizizes”. O decreto era vigente quando começou novo ciclo de expansão do projeto das escolas, em 1905, no qual foram abertas mais seis unidades, e foi tornado obsoleto pelo decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907, que instituiu novo regulamento. Este último, todavia, não alterou significativamente o texto de 1885 nos pontos que interessam a essa discussão. Por isso é que o foco serão as transformações ocorridas da lei de 1855 para a de 1885.

¹⁵ De quando data o primeiro regulamento de uma Escola de Aprendizizes (decreto n. 14 de 27 de agosto de 1840).

¹⁶ Não há dados que permitam comparar a composição do alunado de uma mesma instituição antes e depois do decreto de 1885. Deve ser feita a ressalva de que não é impossível que o médico que examinou os rapazes da escola de Sergipe em 1916 tenha sido enganado ou mesmo levado a disfarçar as idades deles, já que não era permitido alistar com menos de 13 anos e, talvez, isso de fato ocorresse.

corpo da Armada) quando tivessem completos 16 anos de idade e, pelo menos, três de instrução. Meninos alistados com seis anos, como parece ter ocorrido no Paraná, ficariam, fosse o regulamento cumprido estritamente, cerca de dez anos na Companhia. Era tempo demais, considerando que, para o Governo, a partir de 1885, três anos de instrução (o mínimo exigido para a incorporação como marinheiro) seriam suficientes. Fosse seguida a orientação preferencial, alistando-se aprendizes com no mínimo dez de idade, ainda assim eles permaneceriam por seis anos. O regulamento novo determinou que o tempo máximo de permanência do aprendiz na Escola seria de três anos; aos dezoito, seria incorporado como marinheiro. Completando três anos de Escola antes dos 18 de idade, serviria, até lá, embarcado em um “navio escola”. Enfim, o tempo máximo de aprendizado passara a ser de cinco anos, três de Escola e mais dois de navio – e nunca mais do que três na Escola de Aprendizes.

Além de a faixa etária e o tempo de permanência terem diminuído, houve também a supressão de uma modalidade de alistamento: a apresentação voluntária do menor. Desde 1855, era possível que se alistassem: “menores voluntários”, “contratados a prêmio” ou “órfãos e desvalidos remetidos pelas autoridades”. Em 1885, passaram a poder ser apenas os “contratados a prêmio” ou “órfãos desvalidos ou ingênuos remetidos pelas autoridades” – e, no primeiro caso, exclusivamente aquele rapaz que fosse “apresentado por seu pai ou tutor, ou por sua mãe quando filho ilegítimo”.¹⁷

Na mudança de regulamento, a supressão do item que permitia o alistamento de menores “voluntários” foi reforçada pela inclusão daquele que previa que o menor alistado deveria ser apresentado por um responsável adulto. O cuidado que o legislador teve de cercar esse ponto indica que havia intenção de mudar tanto a forma como o resultado do recrutamento para as Escolas. Considerando apenas as regras estipuladas pelo decreto de 1885, pode-se projetar as mudanças em cada um desses aspectos.

¹⁷ É necessário explicar a categoria “contratado a prêmio”. Presente em ambos os regulamentos, o mais antigo apenas a menciona, sem especificar; o novo, por sua vez, esclarece: o governo oferecia prêmio de 100\$000 (cem-mil réis) por guri, que poderia ser retirado pelos pais ou tutores até seis meses depois do alistamento. Caso não fosse reivindicado em tempo, ou caso os pais abrissem mão dele em favor do menor, o prêmio seria revertido para este, podendo ser cobrado, junto com o pecúlio restante que ele acumulasse, ao completar a sua formação (é que, enquanto serviam na companhia/escola, os menores recebiam um pequeno pagamento que, no entanto, não podiam sacar – apenas o receberiam quando fossem incorporados à Armada). O aprendiz que ingressasse na escola sabendo ler, escrever e fazer contas valeria prêmio maior: 150\$000.

Quanto à forma, tratava-se do próprio procedimento de recrutamento. Outro decreto de 1855¹⁸ – não o mesmo que regulamentava as Companhias de Aprendizes – dispunha sobre o alistamento de voluntários e recrutas para a Armada. Suas determinações especificavam, entre outras coisas, como deveria ocorrer a busca por menores para servirem nas Companhias. Após determinar que cada província contribuiria, anualmente, com um número estipulado de voluntários e recrutas e que o cumprimento da meta ficava a cargo do presidente da província e de oficiais da Marinha em serviço no local, o decreto estabeleceu que os agentes diretos de recrutamento, às ordens dos ditos oficiais, seriam gratificados por cabeça – 2\$000 (dois mil-réis) por cada novo praça alistado. Seu oficial superior também era gratificado, e ainda melhor: 5\$000.

De acordo com o regulamento de 1855, os guris assim recolhidos (tanto pelo oficial de alistamento quanto entregues por particulares) só podiam ser enquadrados como “voluntários”, pois que não haviam sido “contratados a prêmio” com seus responsáveis nem tampouco entregues pelas autoridades de menores como desvalidos. Desaparecendo a figura do “voluntário” no momento do alistamento, os menores só poderiam provir de autoridades de menores ou dos próprios responsáveis adultos. Com isso, parece ter diminuído a margem para arbitrariedades: os agentes não poderiam mais simplesmente recolher meninos desacompanhados, considerando-os largados, e alistá-los como “voluntários”.

A nova definição das categorias sujeitas ao alistamento presumivelmente mudou, além da forma, também o seu resultado: o perfil dos alistados e, conseqüentemente, a composição dos corpos das Escolas. Os aprendizes passaram a ser mais velhos, em geral, e a ter idades menos díspares. Isso deveria facilitar muito o desempenho das atividades de ensino e treinamento. Além disso, o tempo de permanência máximo estipulado passara a ser bem mais curto. Essas mudanças devem ter contribuído para tornar as escolas mais profissionalizantes e menos parecidas com orfanatos. Deve também ter sido alterado paulatinamente o perfil dos aprendizes quanto à origem social.

Oficiais reformadores, sobretudo do Exército, lutaram por longo tempo para instituir o serviço militar obrigatório (por sorteio), que começou a funcionar de fato em

¹⁸ Decreto nº 1.591 de 14 de abril.

1916.¹⁹ Um dos principais argumentos dos reformadores era que o sorteio melhoraria a extração social das tropas (McCANN, 2007, p. 131-133); é claro, não seria mais necessário esperar voluntários ou alistar à força entre “os ex-escravos e a escória da sociedade”, como Exército e Marinha faziam (*idem*, p. 29). Para os oficiais, as vantagens daí esperadas eram relevantes e de amplo alcance: desde a maior respeitabilidade da instituição até a inculcação de maior sentimento cívico na população.

Seria exagero afirmar que as transformações no recrutamento de aprendizes marinheiros instituíram nas Escolas de Aprendizes, ainda durante o Império, a profissionalização que os oficiais reformadores das Forças Armadas almejavam desde o final da Guerra do Paraguai – e só conseguiram começar a implantar em 1916. E pode também ser exagerado falar em “profissionalização” apoiando-me em tão poucas evidências e com referência às Escolas de Aprendizes, que, afinal, eram responsáveis pela formação de apenas uma parte do contingente da Marinha. Mas parece razoável considerar que as mudanças do regulamento de 1885 sinalizam que se enfraquecia o aspecto fundamentalmente servil da posição dos praças e que, com isso, podiam surgir novas possibilidades de encarar uma carreira nesse modesto patamar.

Em 1923, o comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros da Bahia afirmou ser “natural [que, dentre candidatos ‘brancos e pretos’,] sejam preferidos os primeiros” (BACELAR *apud* MAGALHÃES, 2012, p. 45). À parte expressar ingenuamente o puro racismo, a colocação confirma sutilmente a hipótese traçada até aqui sobre as transformações produzidas pelo novo regulamento de 1885. Se o racismo manifestava-se na seleção para a escola da Bahia em termos de *preterição*, é porque não se tratava mais de uma instituição punitiva, que a duras penas preenchia seus bancos com órfãos encaminhados pelas autoridades públicas ou – por meio de batidas (as “canoas”) – com coitados apresados pelas ruas. Se o “natural”, para utilizar a expressão do capitão-de-corveta, era que o “preto” fosse passado para trás, isso ocorria na hora de distribuir um privilégio ou de construir um corpo de praças não mais com a “escória da sociedade”, na expressão de McCann, mas com elementos considerados de melhor qualidade. Fosse distribuição de um privilégio (instrução grátis) ou preferência a determinados grupos

¹⁹ E somente após uma história conturbada que inclui as revoltas contra a lei do sorteio militar de 1874, nunca de fato posta em prática (FERREIRA; MARTINS Jr, 2009, p. 301), e o inefetivo parágrafo 86 da Constituição de 1891, que declarava que “todo brasileiro é obrigado ao serviço militar” (McCANN, 2007, p. 131).

para compor o “corpo” da Armada, o certo é que a operação do mecanismo racialmente discriminatório da preterição indica que as Escolas de Aprendizes eram já no início dos anos 1920 uma instituição seletiva.²⁰ Astolpho havia ingressado a meio caminho entre o regulamento de 1885 e esse ponto.

1.4 Uma carreira respeitável na Marinha

O processo de melhora da posição relativa dos praças incidiu sobre a trajetória de Astolpho na medida em que transformou as possibilidades de carreira – e não apenas num sentido objetivista, mas também porque afetou a forma de encará-la.

Perdemos a pista do jovem Astolpho no período em que servia na Escola de Aprendizes de Sergipe. Deve ter saído após três anos de engajamento, em 1909, devido ao tempo limite de permanência. Àquela altura, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Bahia, em Salvador, já funcionava como escola-modelo, instituição de segundo grau pela qual os aprendizes das demais escolas da região Nordeste podiam passar antes de serem efetivados como marinheiros. Talvez Astolpho tenha passado por lá em 1909. Ao se tornar efetivamente marinheiro, juntava-se aos pardos ou aos pretos que compunham mais de dois terços das fileiras de praças em 1908 (respectivamente 56,4% e 11,6%) (CAPANEMA DE ALMEIDA, no prelo, p. 231).

Em 1911, ele se encontrava a bordo de um navio de guerra: o cruzador Rio Grande do Sul, fabricado na Grã Bretanha e agregado à frota brasileira havia apenas um ano.²¹ Astolpho fez parte da tripulação do navio em viagem à República do Uruguai, numa expedição que tinha como fito prestar homenagem do governo brasileiro às comemorações pátrias que ocorreriam em Montevidéu.²²

²⁰ A *preterição* seria, para Oracy Nogueira, o mecanismo de discriminação racial típico de uma sociedade, como a brasileira, em que o “preconceito” é de “cor” ou de “marca racial”, e não de “origem” (baseado no conhecimento da ascendência do indivíduo). Os membros do grupo discriminado não seriam, assim, excluídos ou segregados incondicionalmente, mas preteridos “quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos do grupo discriminador” (NOGUEIRA, 1998, p. 243). Além disso, a preterição seria mais forte “quanto mais escuro o indivíduo ou quanto mais carregados os seus caracteres negróides”, tornando, dessa forma, mais alto “o preço da ascensão social ou da consideração social” (*idem*, p. 200).

²¹ *Navios de guerra brasileiros*, Cruzador Rio Grande do Sul – C11/C03, disponível em: <<http://www.naviosbrasil.com.br/>>

²² Arquivo da Marinha, pasta de Astolpho Severo Dias dos Santos.

Conhecer outro país, mesmo que a serviço, já era alguma coisa para o jovem de dezoito anos, de família pobre, saído de uma pequena cidade de Sergipe. Isto é, se desembarcou. Em compensação, apenas começara a pagar os nove anos de serviço obrigatório que devia desde que sentara praça. Se isso realmente ocorreu em 1909, ele estaria compromissado com a Marinha até 1918, quando teria vinte e cinco anos. É significativo, porém, que tenha continuado por muito mais tempo do que era obrigado, solicitando reforma, isto é, sua aposentadoria, apenas em 1933, aos quarenta anos.

Se, quando da viagem para o Uruguai, Astolpho já servia no cruzador Rio Grande do Sul havia mais de um ano – se estava no navio logo após ser agregado à frota em 1910 –, era parte da tripulação que não aderiu à revolta chefiada por João Cândido. Houve um princípio de motim no navio em 9 de dezembro, alguns dias depois da eclosão da revolta no encouraçado Minas Gerais (22 de novembro). Mas o motim foi controlado, sendo o cruzador invadido por forças do Exército, e a tripulação, afinal, manteve-se ordeira.²³ De fato, o Rio Grande do Sul chegou a trocar tiros com uma guarnição dissidente.²⁴

O cruzador Rio Grande do Sul permaneceu baseado na Baía de Guanabara em períodos de calmaria, mas chegou a participar de operações de guerra em 1918, lado a lado com o cruzador Bahia, em que Astolpho veio a servir posteriormente. A bordo de um dos dois, ele deve ter participado da expedição naval brasileira rumo a Gibraltar, que visava tomar parte nos combates da Primeira Guerra (expedição abortada antes de ter havido qualquer combate); de operações em Santa Catarina do lado dos revolucionários em 1930; e do bloqueio ao porto de Santos durante a revolta de 1932.

Astolpho acabou se instalando na Capital da República e casou-se, em 1924, aos 31 anos, com Alayde Cavalcante de Lima, nascida em 1906 e, portanto, de 18 anos. Ele apenas teve permissão para se casar em 1919, ao completar dez anos de serviço, mas não o fez imediatamente. É um indício de que Astolpho não tinha família até então; pois era subterfúgio comum dos praças – que não se podiam casar senão depois de cumprirem longo período de serviço – que, sendo casados de fato, muitos deles não o fossem legalmente e escondessem das autoridades que tinham família. Se Astolpho

²³ Informações contidas nas fichas respectivas dos navios mencionados no portal *Navios de guerra brasileiros*.

²⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1912, p. 3.

vivesse nessa situação, provavelmente a teria regularizado assim que pudesse, quando recebeu a autorização em 1919.

As famílias de Astolpho e Alayde se conheciam de Sergipe, pois a parentela dela também tinha raízes nas cercanias de Aracaju. Sua situação era, com grande probabilidade, semelhante à da mãe de Astolpho. Os irmãos de ambos migraram, por volta da época de que tratamos, para o Rio de Janeiro e lá se mantiveram próximos. Um irmão de Astolpho casou-se, também no Rio, com uma sobrinha da esposa (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 731).

Ainda na Escola de Aprendizes, os meninos podiam receber algumas promoções: partindo de marinheiro de segunda classe, o nível mais baixo, podiam ascender à primeira, e, então, passarem a cabo, a segundo sargento e até a primeiro sargento. Enquanto aprendizes, a diferença era exclusivamente “honorífica”, conforme o regulamento de 1885. Mas, com a incorporação à marinhagem, as promoções eram mantidas e a remuneração paga de acordo. As diferenças eram grandes: em 1909, o vencimento básico (mensal) dos marinheiros de segunda classe era 360\$000 (360 mil-réis); o dos cabos, 500\$000, e o dos primeiros-sargentos era de 1.250\$000. O sargento de nível mais alto, sargento-ajudante (posto a que os aprendizes já não podiam aceder enquanto aprendizes) recebia 2.000\$000 e mais uma gratificação mensal (ARIAS NETO, 2001, p. 250). O aprendiz tinha chance, portanto, em termos regulamentares, de ingressar no corpo de marinheiros em patamar até bastante superior ao dos praças sem passagem pelas escolas, ganhando até quase quatro vezes mais do que o “voluntário” recém-engajado – e vale lembrar que os aprendizes saíam das escolas ainda bem jovens.

Se é que a possibilidade de progressão enquanto aprendiz era real, Astolpho não se destacou durante a formação. Em 1923, mais de dez anos depois de ter sido efetivado (e pouco antes de se casar), era segundo sargento.²⁵ Portanto, ainda estava abaixo do nível máximo (primeiro sargento) em que havia a possibilidade formal de terminar a preparação na Escola.

Astolpho tinha bom comportamento e foi elogiado publicamente por superiores; não constam repreensões em sua pasta no Arquivo da Marinha. A promoção a primeiro sargento veio entre 1923 e 1929. Em janeiro deste último ano, passou do posto de

²⁵ *Diário Oficial da União*, 8 de fevereiro de 1923, p. 4.341.

primeiro sargento auxiliar a sargento ajudante.²⁶ Já era contramestre, especialidade que compreendia funções de comando prático de operações nos navios. Em 1932, tinha alcançado o topo que a sua condição de praça permitia, o posto de suboficial (último nível de sargento). Foi quando recebeu a Medalha da Vitória, oferecida pela participação em campanha ou nas operações militares ligadas à Primeira Guerra mundial.²⁷

Chegou, assim, ao nível mais alto que poderia almejar na Marinha. As Escolas de Aprendizes não formavam futuros oficiais – para isso havia uma instituição específica, na capital, a Escola Naval –, mas braços disciplinados e qualificados para servirem em patamares inferiores. Havia a possibilidade de ascensão dos praças aos primeiros níveis do oficialato (tenentes), mas deveria ser algo infrequente enquanto ainda na ativa.²⁸ Astolpho se aposentou como praça mais graduado e, apenas ao ganhar uma promoção resultado de sua reforma, foi elevado a segundo-tenente.

Os indícios coligidos apontam que Astolpho encarou a vida na Armada como uma verdadeira carreira. Para os marinheiros de nível mais baixo, essa possibilidade se estava apenas configurando por volta do momento em que Astolpho se efetivou (em torno de 1910). Se, por um lado, a carreira já era formalmente estruturada desde muito antes, como nas demais Forças Armadas, por outro, fatores de grande importância atuavam contra que os praças pudessem encarar o serviço militar como carreira. Os principais eram o recrutamento forçado, o dilatado tempo de serviço obrigatório, o baixo status social, a submissão humilhante aos oficiais e, talvez o mais importante deles, embora vigente apenas até 1910, os castigos físicos. Até aquele momento, a experiência do serviço militar nos níveis inferiores e, em especial, na Marinha, se aproximava muito mais de uma pena do que de uma carreira. Os índices de deserção foram sempre muito altos ao longo do período de que tratamos e os casos subtraíam mais da metade do número de novos marinheiros com que as Escolas de Aprendizes conseguiam suprir a Armada.²⁹

²⁶ *Diário Oficial da União*, 26 de janeiro de 1929, p. 2.008.

²⁷ *Diário Oficial da União*, 27 de julho de 1932, p. 14.438. Sobre a Medalha da Vitória, ver o decreto presidencial n. 40.556, de 17 de dezembro de 1.956.

²⁸ A possibilidade estava estabelecida no decreto nº 673 de 21 de agosto de 1890, que regulava o funcionamento do Corpo de Marinheiros Nacionais.

²⁹ Em 1888, formaram-se 431 aprendizes para a Armada e houve 360 deserções; em 1900, foram 261 e 127, respectivamente; em 1920, 478 e 258; e em 1929, 409 e 241. Os efetivos cresceram, ao longo desses anos, somando-se aos aprendizes os muitos praças recrutados à força e um punhado de voluntários, que

O fim do direito de castigar diminuiu a arbitrariedade no emprego da violência e o poder de humilhar dos oficiais: os marinheiros, apesar de humildes diante deles, também deveriam ser respeitados e tratados como homens iguais. E podiam passar a encarar o serviço na Marinha como um trabalho mais decente. A supressão dos castigos fora um passo na direção da conquista de direitos de cidadania por uma categoria específica.

Quando solicitou reforma, em 1933,³⁰ Astolpho foi beneficiado por uma lei do ano anterior. Totalizando vinte e nove anos de serviço na Armada, valia para ele o benefício concedido aos suboficiais que, ao reformarem, somavam entre 25 e 35 anos: promoção ao posto de segundo-tenente, mas recebendo apenas dois terços dos vencimentos e vantagens correspondentes, mais 2 por cento por cada ano de serviço excedente a 20 – ou seja, no caso dele, mais 18%.³¹ Em 1950,³² tirou a sorte: os benefícios de uma lei de 1948,³³ que concedia uma promoção extra, no momento da reforma, aos oficiais que serviram em zonas de guerra, foram estendidos também aos praças. Logo as adequações de soldo dos inativos começaram a ser feitas e, no ano seguinte, Astolpho foi novamente promovido na reserva, dessa vez a primeiro-tenente.³⁴

Astolpho serviu por muito mais tempo do que lhe era exigido por lei, subiu na hierarquia dos postos inferiores, foi elogiado e não deu margem para que se levantasse qualquer objeção mais séria à sua progressão funcional, tal como, por exemplo, alguma falta disciplinar. Por meio da Marinha foi que se pôde instruir, sair da terra natal, instalar-se na capital, tornar-se independente, construir carreira, sustentar a família e aposentar-se. Isso tudo sempre se movendo nos níveis inferiores da hierarquia. A Marinha absorveu sua dedicação e moldou sua vida. Mas as realizações de Astolpho no

foram, nos anos apontados, respectivamente, 64, 7, 159 e 20 (CARVALHO, 1977, p. 91). A figura legal do “voluntário” fora extinta do recrutamento para as Escolas de Aprendizes, mas não do recrutamento de adultos para as Forças Armadas.

³⁰ *Diário Oficial da União*, 19 de dezembro de 1933, p. 23.640.

³¹ Decreto nº 21.887, de 29 de setembro de 1932.

³² Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950.

³³ Lei nº 288 de 8 de junho de 1948.

³⁴ *Diário Oficial da União*, 3 de setembro de 1951, seção 1, p. 1. A promoção pode ter sido decorrente do seu precoce serviço embarcado na Primeira Guerra (a bordo do Rio Grande do Sul ou do Bahia) ou, então, o que a lei também contemplava, de lotação em bases ou missões costeiras encarregadas de “patrulhamento, vigilância e segurança do litoral” na mesma época.

interior dessa instituição eram limitadas por uma condição: a forma como ingressou. As portas para a elite da instituição estavam-lhe fechadas.

1.5 Sydnei Lima Santos, o filho de Astolpho, segue também uma carreira militar

*Sydnei, aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro
(O Tuiuti, órgão de divulgação da Sociedade Educacional Tuiuti, edição especial, "Professor Sydnei Lima Santos, Cidadão Honorário de Curitiba", 19 de agosto de 1988).*

Astolpho foi eleito, em 1954, para o conselho deliberativo da Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha.³⁵ Apesar da promoção a tenente obtida no momento da reforma, continuava sendo um sargento. Se é verdade que, nos anos 1920, quando Sydnei nasceu, até os oficiais do Exército com patentes inferiores ganhavam tão pouco que pareciam “viver à margem da classe média” (McCANN, 2007, p. 313) – e a situação dos marinheiros não seria diferente –, podemos ter uma ideia da condição econômica do sargento Astolpho por volta de quando nasceu seu primeiro filho, Sydnei, em 1925.

A família morava no bairro Piedade no Rio de Janeiro, que não era um bairro pobre, mas um “subúrbio”, querendo seu significado corrente corresponder a um bairro residencial, não-central, de classe média (mais para baixa do que para alta). Na década de 1950 já era comum referir-se à região como “subúrbio”.³⁶ A paisagem atual do bairro reforça essa ideia: ainda se encontram muitas casas antigas baixas e simples – várias

³⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1954.

³⁶ Como mostra a seguinte notícia: “PROBLEMAS JURÍDICO-SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – Realizou-se hoje, às 20 horas, uma reunião preliminar dos presidentes de Diretórios e Centros Acadêmicos e demais interessados destinada a organizar o programa da ‘1ª mesa-redonda sobre problemas jurídico-sociais do Distrito Federal’. O local da reunião é a Faculdade de Ciências Jurídicas, no subúrbio da Piedade”, *Correio da Manhã*, 25 de março de 1955, p. 11.

delas centenárias. Entre 1920 e o início dos anos 1930, era um dos bairros cariocas em que mais havia casas de madeira e “casebres”, condição que o fazia similar a bairros como Engenho Novo, Méier, Madureira, Realengo e Inhaúma; essas habitações típicas eram os “barracões” de que chegou a falar Lima Barreto, conhecedor da área (MATTOS, 2009, p. 37).

Piedade era também um dos bairros com maior concentração de população negra (os “pretos” e os “pardos” das estatísticas oficiais). Em 1940, eram 28,62% do total da população da cidade. Já no bairro da família de Sydnei, eram 30,55% (COSTA PINTO, 1998). Não temos informações diretas sobre as “cores” dos pais de Sydnei, mas eles muito provavelmente poderiam ser considerados “pretos” ou “pardos” – até mesmo no Rio de Janeiro dos anos 1940, em que a categoria “branco” deveria ser mais abrangente do que é hoje.

Uma das primeiras notícias que temos de Sydnei é relatada por ele mesmo:

Nós [refere-se também à irmã] fomos frequentar um curso de preparação para fazer exames – eu, para o Colégio Militar, e ela, para o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Nós dávamos umas aulas particulares na nossa casa para as crianças ali da Piedade, procurando ensinar o que aprendíamos no curso de preparação. Eu devia ter dez anos, e ela, um ano mais moça que eu, nove anos (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 736).

Sydnei e sua irmã, Aladyr, recebiam uma preparação que não era comum entre as crianças vizinhas, possuindo conhecimentos importantes, que já os colocavam, na época, no papel de “professores”. Ambos assistiam a cursos preparatórios visando entrar em escolas determinadas – Colégio Militar e Instituto de Educação, instituições públicas que ofereciam formação gratuita ou subsidiada.³⁷ Preparar os filhos para ingressarem nessas instituições pode ser considerado uma espécie de estratégia familiar. A mãe, Alayde, tinha consciência disso em certa medida. Seu neto, filho de Sydnei, lembrou-se de ela ter dito alguma vez que o Colégio Militar e o Instituto de Educação eram as únicas chances para meninos e meninas negros no Rio de Janeiro em que viviam.³⁸ O certo é que eram

³⁷ O colégio não era exatamente gratuito para Sydnei. Alguns grupos beneficiavam-se de gratuidade: os órfãos de militares, os filhos de militares desde que o pai tivesse pelo menos três filhos e cujo soldo fosse de até um conto de réis mensal e, ainda, meninos cujos pais, militares, tivessem pelo menos sete filhos. Por esses critérios, Sydnei não tinha gratuidade, mas, de pai reformado, beneficiava-se de trinta por cento de desconto na contribuição anual ao colégio.

³⁸ Carlos Eduardo Rangel Santos, em entrevista ao autor. Talvez “negro” não fosse exatamente o termo empregado por Alayde, mas, caso não fosse, é significativo que o neto tenha relatado dessa maneira.

perseguidos não apenas o estudo, mas também a inserção em determinadas instituições que levavam a carreiras profissionais no Estado. O que reforça a ideia de que havia um desígnio familiar e, provavelmente, uma organização da vida da família (que, aliás, tinha poucos filhos) em função dele. Adicionalmente, as condições de realizar o propósito não parecem ter sido amplamente partilhadas com a vizinhança no bairro da Piedade. As crianças vizinhas, ao menos aquelas para quem os irmãos chegaram a dar aulas, topavam o auxílio com os estudos, mas de segunda mão, e não diretamente nos cursinhos frequentados pelos filhos de Alayde e Astolpho. Por outro lado, isso indica que era partilhado, em alguma medida, o ideal de entrar naquelas instituições.

Aladyr, a irmã de Sydnei, entrou para o Instituto, formou-se, tornou-se professora primária e permaneceu no Rio (“era uma alfabetizadora exponencial” [TRAJETÓRIAS, 2002, p. 736]). Sydnei entrou para o Colégio Militar. O Colégio destinava-se, por lei, a atender preferencialmente os órfãos e os filhos de militares. Embora Sydnei o fosse – filho de marinheiro reformado – preparou-se para prestar exames de admissão. Pelo estatuto de 1939,³⁹ seriam abertas a não-órfãos e filhos de civis apenas as vagas não preenchidas pelos grupos preferenciais. Entretanto, o fato de haver competição no interior do grupo preferencial mostra que essas vagas não sobravam, ou sobravam muito poucas, talvez por algum tipo reserva. É claro, somando os militares do Exército e da Armada, a capital deveria ter, na época, a maior guarnição concentrada em apenas uma cidade do país.

Sydnei cursou o primeiro ano primário no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1935, com dez anos. Fez os quatro anos de primário e começou o ginásio em 1939. No final de 1942, terminou o ginásio e, em 1945, formou-se no Colégio, terminando o último ano do científico.⁴⁰ Por “ordem de merecimento intelectual”, foi o vigésimo sétimo aluno de sua turma – de um total de trinta e sete. Não foi dos mais dedicados ou brilhantes, portanto. Sete rapazes daquela turma, entre eles Sydnei, entraram no ano seguinte no

³⁹ Decreto nº 3.809 de 13 de março de 1939.

⁴⁰ Em 3 de dezembro de 1942, junto com um punhado de colegas, Sydnei foi chamado com urgência pelo colégio “para tratar de assunto do próprio interesse”. É possível que o assunto fosse a continuidade dos estudos na mesma instituição no ano seguinte, ou seja, a matrícula para o colegial. Hélvio Moreira, que alguns anos depois seria colega de Sydnei na Escola Militar de Resende, era também um dos convocados pelo colégio na ocasião (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1942, p. 8). Esse tipo de trajetória com formação completa nas instituições militares deve ter sido comum. Hélvio era também, muito provavelmente, filho de militar.

curso de infantaria da Escola Militar de Resende, destinada a preparar os oficiais do Exército, e formaram-se juntos no final de 1948. Outros, dos trinta e sete, certamente entraram para a Escola Militar nos cursos de outras armas.

Uma estimativa pode ser reveladora. Em 1948, formaram-se 364 aspirantes a oficial, no total, em todas as armas: 197 na infantaria, 69 na cavalaria, 60 na artilharia e 38 na engenharia. Aplicando-se essas proporções aos formandos do Colégio Militar de 1945, tem-se que, além dos 7 alunos que se encaminharam no ano seguinte para o curso de infantaria, outros três teriam se encaminhado para a cavalaria, dois para a artilharia e um para a engenharia. Ou seja, treze dos trinta e sete formandos, pouco mais de um terço deles, virariam aspirantes a oficial três anos mais tarde. E não é que o resto das vagas para aspirante na Escola Militar fosse ocupado por jovens de outras origens, ou filhos de não-militares. Escola Militar havia apenas uma; mas além do Colégio Militar do Rio de Janeiro, havia outras instituições que lhe enviavam cadetes, como as escolas de preparação de cadetes existentes em algumas capitais estaduais (nos anos 1940 havia, pelo menos, uma em Porto Alegre, uma em Fortaleza e uma em São Paulo).

Faz-se uma ideia muito clara de qual era o “estoque” com que a escola de formação dos oficiais de carreira do Exército preenchia suas fileiras levando-se em consideração dois elementos. Por um lado, os egressos do Colégio Militar tinham entrada franca na Escola de Resende; eram dispensados dos exames admissionais. Deviam apenas passar por exame de saúde. Quer dizer, era muito fácil e natural para eles ingressarem na carreira militar – e ingressarem por cima, “pela porta da frente”. Por outro lado, o alunado dos Colégios era constituído, em grande medida, por filhos de militares. Aí está, acredito, um dos grandes motivos por que eram recorrentes as famílias com gerações e gerações de oficiais.⁴¹ Não há motivos para acreditar que fosse muito diferente a origem dos alunos das escolas de preparação de cadetes.

Da perspectiva histórica, no período entre cerca de 1930 e 1960 parece ter ocorrido acentuado aumento na endogenia do alunado da Academia Militar, isto é, os cadetes eram cada vez mais filhos de militares. Segundo Alfred Stepan, “em 1939, 61,6% dos cadetes da Academia provinham diretamente de colégios civis. Entretanto, de 1962

⁴¹ Em sua obra sobre a história do Exército brasileiro, Frank McCann (2007) acompanhou a instituição desde a proclamação da República até a do Estado Novo e levantou muitas evidências disso ao resumir as origens e carreiras de alguns oficiais de destaque.

a 1966, apenas 7,6% haviam cursado colégios civis” (STEPAN, 1975, p. 28-32). O crescimento devia-se, certamente, à abertura de várias escolas de preparação de cadetes do Exército nos anos 1940 (quando surgiram as já mencionadas de Porto Alegre, Fortaleza e São Paulo) e à abertura de muitos Colégios Militares nos anos 1950 (em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e Recife). Os índices de endogenia já eram muito altos antes de 1930, como veremos em uma das seções do capítulo seguinte, mas os filhos de militares que não serviam na Capital da República estudavam em colégios civis antes de ingressarem na Escola Militar. Depois da rápida expansão da rede de instituições militares de ensino, seus filhos passavam por elas. É claro que a expansão representou uma facilidade a mais para a reprodução endógena dos quadros da corporação, devido às regras de entrada nos Colégios Militares.

Filho de praça, e não de oficial, Sydnei corria por fora nesse meio. Era de origem mais pobre do que a maioria dos seus colegas. Não obstante, ele não quis, a princípio, aproveitar a chance de se matricular diretamente na escola de oficiais do Exército, evitando os exames admissionais. Ele conta que, depois de terminar o colégio, “pensava em ir para a vida civil” e fazer um curso superior. Interessava-se pela “química industrial” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 732). A carreira militar não foi uma paixão precoce. Embora usasse farda desde os dez anos (um uniforme de aluno, modesto), aos dezenove ou vinte a “farda cheia de dourados de oficial do Exército” não exercia sobre ele a “atração” que Gilberto Freyre dizia exercer sobre o “mestiço” no final do século XIX (FREYRE, 1977, p. 587). Além disso, como já disse, Sydnei não era um dos alunos mais brilhantes; talvez o Colégio, com sua disciplina dura e, não raro, sem sentido para os alunos, não o empolgasse (SODRÉ, 1967, p. 5-22). E não o empolgasse a perspectiva de fazer uma vida profissional em ambiente como aquele.

Sydnei chegou até a perder o exame de saúde que lhe permitiria a matrícula direta para a Escola Militar, o que mostra o seu desinteresse. Na ocasião, a mãe, certamente desesperada por ver o filho desperdiçar chance tão segura de conquistar, quase de imediato, posição – e possivelmente vencimento – superior ao que o pai aposentado jamais tivera, teria insistido muito, até por fim convencê-lo a requerer uma segunda chance de fazer valer a facilidade de entrada para a Escola Militar (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 732).

Mas, em seu relato do ocorrido, Sydnei não lembrou ou não quis comentar alguns dos detalhes da história. Formado no Colégio Militar, o que ele queria mesmo era

ingressar na Força Aérea, uma instituição nova, criada durante a Segunda Guerra Mundial. Apresentou-se para as provas de admissão da Escola de Aeronáutica, situada no Campo dos Afonsos, no Rio. Ao ver o resultado, no entanto, descobriu que tinha sido reprovado no exame médico. Presumiu qual tinha sido o motivo ao se dar conta de que todos os outros rapazes reprovados na etapa do exame médico eram negros.⁴² Humilhado e desiludido, aí sim é que cogitou a sério escolher uma carreira civil.

As duas versões da história, esta última relatada ao autor por um dos filhos de Sydnei, não são necessariamente excludentes. É possível que a carreira militar realmente não lhe parecesse tão atraente, mas fosse uma opção realista. E que o episódio com a Aeronáutica – cuja comissão de seleção valeu-se de expedientes que, como veremos adiante, eram velhos conhecidos na Marinha – tenha mudado tudo. Sem dúvida, o acontecido na Escola de Aeronáutica, se ocorreu, foi uma experiência dolorosa. E o silêncio de Sydnei sobre o aspecto racial quando, mais de cinquenta anos depois, narrou o acontecimento, sugere que uma determinada atitude de enfrentamento da questão racial conformou sua maneira de lidar com a experiência.

Foi a partir dos anos 1930 que “as ideias em torno da democracia racial, enquanto sociabilidade autenticamente brasileira, tornaram-se consensuais entre todos os agrupamentos políticos e ideológicos, independentemente de clivagens étnicas ou raciais” (GUIMARÃES, 2012b, p. 19). A “mobilização partidária racial”, bem como, com ela, muito da força política de reivindicações propriamente raciais por parte dos negros, fora “abortada” com a consolidação do regime autoritário de Getúlio Vargas (*ibidem*). Ou seja, de um lado ganhou força uma ideia que já vinha fincando raízes no pensamento social brasileiro, e que só se fortaleceu com a crise da democracia liberal no mundo ocidental depois de 1929: existe um ideal autenticamente brasileiro de democracia que supera o formalismo da democracia liberal e é mais profundo do que ela, porque assenta na organicidade das relações sociais; trata-se da inexistência de barreiras de raça à mobilidade e ao convívio sociais (*idem*, p. 32). Nos Estados Unidos, a grande democracia liberal, há barreiras de raça. Na Europa, há uma sociedade mais fechada em estamentos e, além do mais, há nobreza, há monarquias. No Brasil não, embora haja “preconceito de cor” e, é claro, classes sociais. Por outro lado, com a proscrição dos partidos e das

⁴² A história foi contada por Carlos Eduardo Rangel Santos, filho de Sydnei, em entrevista ao autor.

organizações de negros, não restaram em circulação “retóricas negras de inclusão” alternativas à democracia racial.

O ponto é que a vigência, e mesmo o consenso, quanto à democracia racial atravessaram grande parte da vida de Sydnei. Sua atitude frente à questão racial foi conformada nesse contexto. Assim como sua sensibilidade. Parece claro que sentiu o episódio da Aeronáutica como discriminação racial e mais tarde assim o relatou aos filhos. Mas não se sabe ao certo como interpretou o acontecido no momento e como o veio a processar. O certo é que, se ainda lembrava bem do fato no ano de 2001, preferiu cercá-lo de silêncio – e até recobri-lo com uma versão alternativa da história – quando se viu na posição de explicar sua hesitação e finalmente a escolha por se tornar oficial do Exército. A hipótese da opção pelo silêncio quanto à questão racial combina muito bem com a ideologia da democracia racial. Afinal, o quê denunciar – ou a quê atribuir todos os candidatos recusados serem negros – se não havia discriminação racial, nem tampouco barreiras raciais, no Brasil? Acusar o “preconceito de cor” do oficial encarregado da seleção – oficial que, certamente, até “amigos negros” teria? Fazê-lo seria disparate ou coisa de “negro complexado” (FERNANDES, 2008, v. 1, p. 266 e ss.) Entretanto, para ingressar na elite da Aeronáutica, aqueles meninos não serviam. Para a Marinha também não; apenas como praça, a exemplo do marinheiro Astolpho.

Veremos que silenciar em público e às vezes confidenciar em particular – ou deixar que a questão da raça emergisse em outras situações particulares – não foi uma atitude isolada, mas um padrão. De uma parte, atitude típica da fase de hegemonia da ideologia da democracia racial. De outra, também atitude típica do que poderíamos chamar, com Pierre Bourdieu, de uma “classe de trajetória”; quer dizer, uma espécie de classe social definida menos por seus recursos atuais do que pela sedimentação de disposições (o *habitus*) em conformidade com as sucessivas experiências de classe que o agente viveu até chegar ao ponto atual. Nesse sentido, a contemporização frente à discriminação, mesmo que com plena consciência do seu caráter racial, poderia ser considerada – de forma mais precisa – uma atitude forjada especialmente na experiência de ascensão social do negro naqueles anos da democracia racial.

Sydnei tinha consciência do peso da cor, mas não quis dar-lhe importância que talvez pensasse não merecer. Para ele, valia mais a pena lutar por seu lugar onde era possível consegui-lo. Não “dar murro em ponta de faca”, como se diz. Para isso, era

preciso fazer valer o esforço próprio, mas também era imprescindível saber onde procurar.

Aos vinte anos, a mãe sabia melhor do que ele. Foi ela que, com um “pendor todo especial para convencer as pessoas”, disse-lhe: “Meu filho, eu queria que você fosse para a Escola Militar”. Sydnei, talvez ainda hesitante e com a situação da Escola de Aeronáutica em mente, lembrou que o exame médico para a academia do Exército já tinha passado, mas ela não recuou: “Veja se você vai”. Ele foi. E na repartição encontrou, por acaso, dois ex-colegas de colégio que, estando machucados, tiveram seus exames adiados. Acabou indo com eles para Resende na nova data que lhes fora atribuída e entrou (*idem*, p. 732-733).

1.6 Raça e a entrada para a elite militar

Quando o cadete aprovado matriculava-se na Escola Militar de Resende, era preenchida uma ficha em que, em meio a outras informações pessoais, constavam algumas características físicas que permitiam identificá-lo, inclusive racialmente. Em uma instituição que disciplina os corpos, era importante poder identificar, pela aparência, um insubordinado, um desertor, um criminoso, ou até um cadáver. A caracterização racial, ao lado da descrição de marcas e cicatrizes, por exemplo, era útil; mas também era mais sintética, pois certamente não se restringia a sua função manifesta (ver um exemplo de ficha no Anexo 1).

Em uma amostra de 36 dos 197 cadetes de infantaria da turma de Sydnei, ele era o mais escuro.⁴³ Quanto à “cor”, foi considerado “pardo” – o único classificado dessa forma –, enquanto 4 cadetes foram descritos como “pardo claro”, 3 como “moreno” e 28 como “branco”. A diferença entre Sydnei e a maioria branca dos cadetes era significativa, em vista das duas categorias raciais intermediárias que os separavam. Quanto aos cabelos de Sydnei, foi anotado “castanhos crespos” e, quanto aos olhos, “castanhos escuros”. Essa cor de olhos foi também a mais escura presente nos documentos consultados.

Impressões de observadores da época ajudam-nos a compreender melhor o episódio ocorrido na seleção para a Força Aérea. É uma pena nenhum dos observadores

⁴³ A amostra corresponde às fichas que pude consultar. O tema é melhor discutido no item “A ‘cor’ dos cadetes e a dos generais”, adiante.

ter se referido diretamente a ela, mas, na ausência de informações, as impressões sobre a composição do oficialato da Marinha devem se encaixar mais ou menos bem àquela organização surgida durante a Segunda Guerra.⁴⁴

Referindo-se à década de 1920, Frank McCann menciona o seguinte relato:

com respeito a raça e cor, o major Baker [adido militar dos Estados Unidos no Brasil nos anos 1920] achava que o Exército era consideravelmente mais democrático do que a Marinha: “Os oficiais negros são numerosos no Exército, mas na Marinha são raríssimos, embora em ambas as armas haja muitos do tipo ‘moreno’ ou mestiço”. A elite do Rio costumava frequentar os eventos sociais do Clube Naval muito mais do que os do Clube Militar (McCANN, 2007, p 311-312).

McCann mesmo alerta que esses relatórios de funcionários do serviço diplomático estadunidense eram impregnados de preconceitos e de etnocentrismo. Entretanto, isso só torna as informações ainda mais interessantes. Sabemos exatamente que, nesse caso, ao usar a palavra “negro”, o major Baker empregava o seu critério de “uma gota de sangue”. Portanto, os oficiais “negros”, “numerosos no Exército”, deveriam ser semelhantes aos “morenos” e “mestiços” a que faz menção em seguida – referindo-se claramente, neste caso, aos patamares inferiores da hierarquia. Dos oficiais “negros”, presumo que os pardos, como Sydnei, estavam entre os mais escuros, e os outros não-brancos – pardos-claros e morenos –, que foram seus colegas de turma na Escola Militar, entre os mais claros.

Já na Marinha de guerra, até os mais claros dentre os “mestiços” eram raríssimos no oficialato. Isso não impedia, no entanto, que a composição racial do corpo de praças fosse parecida com a do Exército, comportando os muitos morenos e “mestiços” – e, certamente, também pretos. Isso concorda plenamente com as informações que mencionamos acima sobre o recrutamento para as fileiras mais baixas das Forças Armadas.

Observação de Gilberto Freyre na década de 1930, embora não insuspeita, corrobora a impressão de Baker:

a Marinha que, até recentemente, através de dissimulações, de pretextos de ordem técnica os mais sutis, conservou fechados de modo quase absoluto, ao

⁴⁴ Mesmo que com uma ressalva importante: ao passo que a Marinha era instituição tradicionalíssima, a Força Aérea acabara de ser criada; é uma forte sugestão de que tradição e modernidade não são par de conceitos efetivo para pensar a questão.

mulato e até mesmo ao caboclo mais escuro, os postos de direção, sua aristocracia de oficiais formando talvez a nossa mais perfeita seleção de quase-arianos, tem sido, como se sabe, o oposto do Exército (FREYRE, 1977 [1936], p. 586).⁴⁵

Mas se até a metade da década de 1930 as impressões continuavam as mesmas, mudanças importantes estavam a caminho. Nos primeiros meses depois do golpe do Estado Novo, o procedimento de seleção dos aspirantes a oficial do Exército foi tema de escrutínio do general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra de Vargas em 1937. Suas novas instruções para a matrícula na então Escola Militar do Realengo tornaram o processo altamente discricionário. O documento

[...] previa que não seriam admitidos no concurso candidatos que, a juízo do Comandante da Escola, não satisfizessem as condições de bons antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem para a Escola. Para tanto, o juízo desfavorável do comandante seria expresso no despacho do requerimento [de inscrição para a seleção] (RODRIGUES, 2008, p. 157).

A instrução abriu precedente para que, segundo Fernando da Silva Rodrigues, nos anos seguintes fossem sumária e sistematicamente negadas fichas de inscrição para a Escola de muitos candidatos identificados pelo comandante como inferiores socialmente, estrangeiros, judeus, muçulmanos e negros. No Estado Novo, a construção da elite militar passava a ser objeto de plano racional. O que havia de novo nisso era o rigor na seleção para o oficialato do Exército, em especial.⁴⁶

Esse sistema durou o período do Estado Novo. Há indícios fortes de que a discriminação por origem nacional, por etnia e por religião caíram ou enfraqueceram

⁴⁵ Cabe notar, de passagem, que as “dissimulações” e os “pretextos de ordem técnica mais sutis” são exatamente daquele tipo empregado na Escola de Aeronáutica. As tecnologias da discriminação racial difundiram-se rapidamente pelos novos órgãos das Forças Armadas. É claro que de acordo com as condições de cada arma para fazerem valer os exclusivismos (e, não é impossível, também de acordo com as ideologias predominantes em cada organização).

⁴⁶ Nos bilhetes anexos às fichas dos jovens candidatos cuja matrícula foi recusada era comum encontrar anotações sobre inferioridade social, como: “Seu pai é barbeiro a bordo do Almirante Jaceguay. A profissão de barbeiro, embora honesta, é servil; gorjeta regula-lhes a situação econômica”. Também havia os julgamentos mais sumários, que poderiam ser resumidos a uma só palavra: “Pai húngaro naturalizado. Tudo leva a crer que se trata de judeu que não revela a sua religião e se diz livre-pensador”. A meio caminho entre a “significação social” e a discriminação sumária por “judeu” ou por “negro” podemos colocar os seguintes juízos: “Os pais são italianos sem significação social. Seu pai tem banca de jornais e o seu padasto vendia peixe no mercado e feiras livres”, assim como também “É de cor. Seu pai é cabo da Polícia Militar” (RODRIGUES, 2008, p. 233-256 [anexo J até anexo R]).

muito a partir de 1945.⁴⁷ A discriminação por razões de inferioridade social e raça também deve ter afrouxado, o que não significa que desapareceu ou, muito menos, que os seus efeitos deixaram de ser produzidos por outros mecanismos. A exigência de formação de nível médio para postular entrada na Escola Militar excluía, em 1950, grande parte da população negra do Rio de Janeiro, por exemplo.⁴⁸ O fato é que, mesmo com as mudanças ocorridas, a cor ainda servia para definir a elite do Exército – e, ainda mais, das Forças Armadas em geral.

A entrada de Sydney, em 1946, com cerca de vinte anos, para a escola de oficiais significava a continuação de uma trajetória *familiar* de ascensão no interior das Forças Armadas – e continuação precisamente desde o ponto em que o pai havia parado. Astolpho dera o exemplo: aproveitar as facilidades de instrução e a carreira segura em uma instituição de peso na realidade nacional. Sydney “trocou” a Marinha pelo Exército, cujo oficialato era mais aberto a não-brancos – embora, talvez, excluísse os pretos. E a posição já alcançada pelo marujo proporcionou ao filho as condições necessárias para “entrar pela porta da frente” e poder almejar os patamares da elite institucional, confirmando, assim, o deslocamento familiar ascendente no espaço social.

⁴⁷ Pois oficiais de origens judaica e árabe compunham o batalhão do Exército enviado em missão da ONU a Suez em 1957. Agradeço a Fernando da Silva Rodrigues, autor da tese *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1925 a 1946*, por ter me alertado sobre esse indício, em conversa por email.

⁴⁸ Sydney estava entre os 1% a 2% dos negros do Rio de Janeiro com mais de 15 anos de idade que possuía diploma de nível médio em 1950. Cheguei ao número a partir dos dados fornecidos por Costa Pinto (1998).

2 UM OFICIAL EM ASCENSÃO, OS OFICIAIS NO PODER

Diário do Paraná, 8 de abril de 1971.

Este segundo capítulo não aborda propriamente nenhum dos dois movimentos em que dividi a trajetória de Sydnei: ascensão social e entrada para a classe dominante. Discuto aqui aspectos fundamentais da transição entre eles. Trata-se de examinar um processo de longo alcance, a ascensão política do exército, e de analisar suas implicações sobre a posição e as perspectivas do jovem oficial. O cadete Sydnei alcançara a imediata promoção social representada pelo ingresso na Escola Militar. Mas que horizontes a nova posição descortinava? Como ele a teria encarado? O que era-lhe realista esperar alcançar e o que não era? Como a posição de membro da elite militar condicionou os próximos passos?

As perspectivas de um jovem oficial eram em geral, naquele momento, promissoras. E durante os dois anos em que estive na Escola Militar, Sydnei parece ter pegado gosto pela profissão. Percebeu que tinha no Exército uma chance incomum, que lhe fora negada, pela cor, em uma instituição e para uma posição de níveis análogos. Tornou-se, na academia de Resende, aluno muito mais dedicado do que fora até então. Mas, com o tempo, a simples entrada para a elite do Exército parece não lhe ter trazido satisfação plena. Aspectos de sua situação individual em meio àquela elite – incluindo a cor – sugerem que as chances de se integrar perfeitamente, ou de ser *assimilado*, eram limitadas. Proponho que essa tenha sido uma forte razão a influenciar sua escolha

posterior (poucos anos depois de formado oficial) por buscar realização em atividades que apontavam para fora da carreira militar. Ou seja, o caráter racial e socialmente condicionado das possibilidades de realização levaram-no a nova frustração – ainda que, desta vez, possivelmente menos traumática. Longe de representar uma aventura, entretanto, a busca por outros caminhos de realização pessoal deve ser vista na esteira da ascensão política dos militares que culminou no golpe de 1964: a conquista do poder político significou, para os membros da elite da instituição – os oficiais – abertura de novas oportunidades em áreas da vida social sobre as quais, antes do golpe, os militares não tinham qualquer influência direta e, depois, passaram a ter. Em especial, pois relevante para a trajetória de Sydnei, a educação e os negócios.

2.1 Perspectivas do jovem oficial

Sydnei começou o curso de oficial na Escola Militar de Resende, em regime de internato, no início de 1946. Dentre as especializações (armas), escolheu a de infantaria, que, nas representações particulares vigentes na academia, era a menos nobre: “arma dos boçais”, dos “burros” e dos “que têm ‘QI de ameba’” (CASTRO, 1990, p. 62; p. 65). Mais numerosos dentre os oficiais formados na escola, os infantistas são a linha de frente das tropas. A posição social de Sydnei, que, mesmo sendo filho de militar, dificilmente poderia ser considerado um dos destinados àquela academia, deve ter influenciado essa escolha. Não deixa de fazer algum sentido que, em meio à sua trajetória, trilhada, até aqui, pelas brechas da estrutura social, ele tenha escolhido a arma menos nobre da mais “popular” – e menos “branca” – das Forças Armadas.

Aquela turma de 1946 foi a terceira a realizar o curso inteiro de oficial na nova Escola Militar de Resende. Inaugurada no começo de 1944, a academia estava em construção desde 1938, mas começara a ser planejada em 1931 por um oficial idealista que ficou a cargo da antiga escola militar, a do Realengo, após a revolução de 1930. Apesar de a nova escola parecer ter sido, em grande medida, um projeto pessoal do seu idealizador, o oficial José Pessoa (irmão de João Pessoa), foi projetada no começo dos anos Vargas e inteiramente construída durante o Estado Novo, época em que o Exército recuperava a centralidade que tivera na cena política nos anos da jovem República. A construção de uma escola militar monumental em lugar da sóbria e, até, “modesta” escola do Realengo (MOTTA, 1976, p. 269) não deixa de ser representativa do processo.

Como veremos adiante, a ascendência do Exército sobre a política, exacerbada no período do “tumulto republicano” (McCANN, 2007, p. 27), decaíra ao longo da primeira República, transformando-se o Exército, de instituição central, em “poder desestabilizador” (CARVALHO, 1977) – ou seja, mero perturbador da ordem oligárquica (ainda que fosse um incômodo de peso). Alçado novamente ao centro da política em 1930, retornou aos bastidores com a deposição de Vargas. Mas, nessa nova saída de cena, não voltou à condição de poder desestabilizador que tivera na Primeira República. Em 1945, o Exército voltava vitorioso de uma guerra na Europa e as oligarquias estaduais já não tinham o poder de antes dos anos 1930, quando se impunham controlando as forças militares estaduais (cujo canto de cisne foi a revolta de 1932). Na segunda República, o Exército tornou-se força militar soberana, verdadeiro fiador de uma democracia a nível nacional (McCANN, 2007, p. 552-553).⁴⁹

Feito cadete da nova escola de oficiais na aurora dessa nova fase do Exército enquanto ator político, Sydnei entrava a compor a elite da instituição, um grupo altamente unido formado inteiramente na mesma Escola – aliás, uma “instituição total”, nos termos de Goffman, pensada para forjar a personalidade dos internos e criar fortes vínculos entre eles (McCANN, 2007, p. 16). Não devemos subestimar a coesão interna de um grupo assim formado. Umberto Peregrino, oficial e autor de influente livro sobre as “instituições culturais” do Exército, chegou a afirmar que o oficialato é o próprio Exército:

[...] quem não estiver devidamente preparado não saberá avaliar, em toda a medida, o que significa para um Exército a sua Escola Militar. Tê-la é tudo, porque é ter oficiais bem formados, sem o que não há Exército verdadeiramente eficiente, inda que ocorram todas as outras condições: número, equipamento, bravura. Podemos dizer, sem exagero: primeiro a Escola Militar, depois o resto. Mesmo porque o resto – Estado-Maior, organização,

⁴⁹ Basta notar que o alinhamento do Exército pela legalidade ou pelo golpismo mediou a maioria das transições eleitorais na Segunda República. Começando, é claro, pelo papel da força na própria deposição de Vargas, em outubro de 1945. O alinhamento dos generais e as costuras político-militares que o sedimentaram foram decisivos na nova posse de Vargas em 1951, cercada de inseguranças quanto às tendências autoritárias do ex-ditador, assim como nas transições e crises que se seguiram ao suicídio (1954 e 1955). João Goulart não assumiu a presidência em 1961 sem antes enfrentar uma grave crise militar, anunciada pelas inquietações que já haviam cercado sua primeira eleição para a vice-presidência de Juscelino Kubitschek. Todos os anos mencionados conheceram movimentos militares voltados, de alguma forma, para a transição da presidência. Relatos dessas sucessivas crises podem ser encontrados na biografia de João Goulart, provavelmente o personagem mais importante do período (FERREIRA, 2011, caps. 3, 4 e 5). A expressão de que as Forças Armadas seriam “fiadoras dos poderes constitucionais” é do general Eurico Gaspar Dutra, quando presidente entre 1946 e 1951 (McCANN, 2007, p. 553).

equipamento, reservas, evolução técnica – tudo isso virá infalivelmente do oficial bem formado, será, por assim dizer, um desdobramento (PEREGRINO, 1967, p. 88).

Assim, a inauguração da nova escola militar em 1944 representou não apenas a nova centralidade política do Exército, mas também o assentamento definitivo da *alma mater* em que toda a elite da instituição receberia os seus primeiros anos de formação.⁵⁰ Se, como afirmou Norbert Elias, os processos históricos de transformação social significam, geralmente, a ascensão de uns grupos e a ruína ou decadência de outros – e, concretamente, mais ou menos oportunidades de poder aos membros desses grupos⁵¹ –, então o processo que se desenha dessas considerações coloca as indagações a respeito da trajetória de um oficial do Exército, no período, em termos de uma análise das tais oportunidades de poder daquela elite institucional.

É nesse sentido que se desenvolve o argumento do presente capítulo, buscando cercar a seguinte hipótese: o movimento de oficial a empresário na trajetória de Sydnei (o segundo movimento de que trata este trabalho, e que será analisado nos capítulos subsequentes) esteve intimamente relacionado com a escalada de poder político do Exército, culminando com o golpe de 1964, e com as oportunidades de poder que daí decorreram para os membros da elite da instituição (oficialato).

Trata-se, todavia, de uma hipótese geral que precisa ser melhor qualificada. A ascensão social de Sydnei relacionou-se com a ascensão política do Exército de duas formas distintas, delineando-se com alguma clareza dois períodos correspondentes. Primeiro, antes do golpe, a posição de oficial no contexto da escalada de poder do Exército conferiu a Sydnei (a) caracteres decisivos de posição social, como o status – recurso importante, conforme veremos no próximo capítulo, no momento em que Sydnei mudou para a cidade de Curitiba e começou a erguer um negócio; e (b) alguma proximidade em relação a determinadas decisões importantes, diretamente relacionada com o pertencimento a uma elite institucional.

⁵⁰ No tempo de Sydnei, o curso durava três anos. Na década de 1960, foi acrescido de um ano. Formação posterior era dada aos oficiais, ao longo da carreira, em outros centros de aperfeiçoamento, de acordo com o posto de cada oficial. Essa formação extra condicionava a promoção em certos patamares da carreira.

⁵¹ “[Nos processos sociais,] a ascensão e queda significa a ascensão e queda de grupos de pessoas. Isso significa que certos grupos terão maiores oportunidades de poder; e significa que outros, perdendo algumas ou todas as suas funções, perderão todas ou parte das suas oportunidade de poder” [tradução do autor] (ELIAS, 1978, p. 172).

Segundo, depois do golpe, é preciso considerar a centralidade política (e econômica) da cúpula do Exército, aquele grupo coeso que passou, via de regra, pelas mesmas escolas, experiências e tradições, forjando um forte senso de camaradagem. Desenhou-se, com o golpe (e sobretudo a partir do “golpe dentro do golpe”, em 1968), uma sistemática de tomada de decisões políticas e econômicas que colocava os militares em posição central nos gabinetes do poder estatal em que a troca de influências e favores se materializava em decisões (CARDOSO, 1975, p. 187-221). Antes eles estavam, em geral, fora desses espaços. Em todo caso, nos dois períodos, a ascensão política do Exército representou maior proximidade de sua elite em relação às decisões importantes. No segundo, entretanto, com o golpe, essa proximidade foi muito potencializada.

Se a transição de oficial a empresário realizada por Sydnei foi marcada pelos caracteres daquele primeiro período, anterior ao golpe, o grande sucesso dos negócios, que caracteriza o que poderíamos tomar como uma nova transição em sua trajetória – desta vez de empresário a grande empresário – foi marcado pelos caracteres do segundo período, posterior a 1964. Primeiro, foi decisiva a condição de membro da elite militar; depois, somaram-se a ela os efeitos da formação do que Fernando Henrique Cardoso denominou “anéis burocráticos” (*idem*, p. 208), cujo funcionamento deve ficar mais claro no último capítulo deste trabalho.

2.2 Uma promissora, mas improvável, assimilação

Ao olhar para o passado e ver consumado o processo de tomada do poder político pelos militares no Brasil em 1964/1968, é fácil concluir que o jovem oficial formado no período da redemocratização pós-Guerra tinha perspectivas promissoras de carreira. Em parte devido ao processo acima delineado, que, após a deposição militar de Vargas em 1945 “projetou o Exército na política no duplo papel de moderador e participante” (McCANN, 2007, p. 557); em parte em virtude da trajetória ascendente que fizera do jovem Sydnei aspirante à posição de oficial – e da qual ele certamente se orgulhava –, afigurava-se-lhe cada vez mais atraente perseguir a fundo a escolha que fizera.

Sua dedicação aos estudos mudou radicalmente. Formara-se no curso científico como aluno medíocre, classificado em vigésimo-sétimo dos trinta e sete de sua turma. Na academia de oficiais, entretanto, foi o décimo-quarto melhor cadete de infantaria

dentre os 197 de seu ano. Para compreender a mudança de comportamento, é interessante somar ao “efeito de trajetória” aquele episódio de discriminação na seleção para a Força Aérea. Dificilmente escapou-lhe à sensibilidade o fato de que, para conquistar algo, teria de ser melhor do que seus pares brancos, que compunham a grande maioria dos cadetes. Tivera uma oportunidade rara e, agora, entendia que seria necessário muito esforço para aproveitá-la bem.

Não era apenas pela cor – sozinha, já um fator importante – que Sydnei não era como os demais cadetes. A cor colocava-lhe, no geral, em situação especial, pois sem dúvida era um dos jovens mais escuros da academia. Ele tampouco estava entre aqueles melhor destinados ao topo da carreira, em função de outros dois elementos: a arma em cujo curso ingressara, a infantaria (que era a menos “nobre” de todas), e a ausência de qualquer ligação familiar no oficialato das Forças Armadas.

Embora tivesse entrado, o que já fora uma conquista, suas condições de entrada eram subalternas. Assim, a simples “assimilação”⁵² ao grupo dominante seria no mínimo difícil, se é que não improvável. Nesse caso, cabe questionar se, uma vez admitido, teria boas chances de progredir plenamente na carreira; se era realista esperar atingir o patamar mais alto, o nível de oficial-general.

Uma das dimensões analíticas do conceito de *assimilação* empregado por Leo Spitzer coloca a questão em bons termos: a abertura de certas oportunidades (como, neste caso, a entrada para a Academia Militar) acenava com a possibilidade de assimilação, ou seja, continha uma *promessa* de eventual inclusão no grupo detentor de direitos e, mesmo, de privilégios (o que se aproxima mais do caso), e levava o sujeito a *ter expectativas* de que se ampliasse, para ele, o espectro de possibilidades sociais (SPITZER, 1989, p. 35). Na academia, Sydnei deve ter pegado gosto pela carreira que não lhe empolgava um pouco antes, quando estava no colégio. Mas a crescente dedicação representava, ademais, compromisso com uma boa formação e um início brilhante de carreira. Compromisso apoiado em expectativas de assimilação plena à elite militar, ou seja, – além de algo como “aceitação” – a possibilidade real de alcançar todas as potencialidades nela inscritas.

Mas é significativo que o esforço de assimilação, conforme encarado pelo indivíduo que a persegue, vise geralmente a entrada e a aceitação *no sistema conforme definido*

⁵² De acordo com o conceito utilizado por Leo Spitzer em *Vidas de entremeio* (SPITZER, 1989, p. 3-15).

pelos dominantes – sem que impacte de qualquer forma decisiva sobre ele (*idem*, p. 37). Assim, nos termos de Spitzer, foi um desenlace bastante comum que os postulantes à assimilação terminassem por compreender que eram uma espécie de “aspirantes inelegíveis” (*idem*, p. 39); mesmo que triunfasse, individualmente, no sistema moldado por e para os dominantes, o membro do grupo subalterno nunca deixaria de ter sido aceito *condicionalmente*. Assim, não bastava nem superar as barreiras à entrada para a elite militar, nem se destacar no desempenho de suas capacidades específicas.

É claro que se tornar general não era o caminho natural, e muito menos necessário, na carreira de Sydnei; trata-se de posição que também é “política” (em um sentido bem amplo), e à qual apenas um em cada vinte (10 dos 197) aspirantes a oficial que se formaram com Sydnei em 1948 chegaram. Mas há vários indícios a apontar que a realização plena da carreira, encarnada nessa já distante possibilidade, era ainda mais distante para o jovem. E ele deve tê-lo percebido. Possivelmente não em seu tempo de formação na academia, mas nos primeiros anos de desempenho como oficial. Acredito que o fato de, já nesses primeiros anos, ter voltado sua dedicação, pouco a pouco, para fora da carreira propriamente militar (primeiro como professor e, depois, como empresário) foi determinado, em alguma medida, pela percepção de que seria improvável realizar-se plenamente na carreira das armas, isto é, alcançar o generalato. Persigo, a seguir, alguns indícios que apontam nessa direção.

2.2.1 A infantaria fazia menos gerais

O antropólogo Celso Castro apontou, em seu trabalho de observação realizado na Escola Militar das Agulhas Negras⁵³ no final dos anos 1980, a vigência de uma série de estereótipos sobre a inferioridade intelectual dos cadetes da arma de infantaria (CASTRO, 1990, p. 62-65). Sugeri, acima, que é possível que esses estereótipos tenham um significado social; que, assim como apontam que a infantaria era a menos nobre das armas, apontem também que os infantaria tinham origem social mais baixa do que os demais oficiais. Não será possível averiguar, mas há evidências quantitativas que apontam nessa direção.

⁵³ É o nome atual da Escola Militar de Resende.

A tabela abaixo compara a composição de três gerações de generais quanto à arma de formatura.

Tabela 1 – Generais por arma, nos anos de 1968, 1980 e 1985⁵⁴

		ano			total	
		1968	1980	1985		
arma	artilharia	n	27	43	47	117
			26,2%	34,4%	33,1%	31,6%
	cavalaria	n	24	29	36	89
			23,3%	23,2%	25,4%	24,1%
	engenharia	n	15	11	13	39
			14,6%	8,8%	9,2%	10,5%
	infantaria	n	37	42	46	125
			35,9%	33,6%	32,4%	33,8%
total	n	103	125	142	370	
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Somando os resultados das três gerações, vê-se que a arma a que pertencia a maior parte dos generais era a infantaria. Mas o aspecto geral dos dados é elusivo. A série temporal mostra uma queda na representação da infantaria em favor da cavalaria e, principalmente, da artilharia – movimento que, neste caso, pode ter relação com o caráter progressivamente tecnológico da própria arte militar. Se a infantaria era muito melhor representada no generalato em 1968, esse movimento tornou-a a segunda em importância, atrás da artilharia, nas duas gerações seguintes.

Tomando em separado cada uma das gerações, estabeleci em qual turma da escola militar (em qual ano) o maior número de generais se formou (ano-moda, no caso 1934 para a geração de 1968; 1945 para a de 1980; e 1948 para a geração de 1985). Calculei, então, as proporções de formandos de cada arma naquela turma (**Tabela 2**).

⁵⁴ A tabela é baseada em um banco de dados, composto a partir dos almanaques de oficiais do Exército, com informações sobre as carreiras de três “gerações” de generais. Tomei o conjunto dos generais na ativa em cada um dos anos – 1968, 1980 e 1985 – como uma geração. Selecionei o ano de 1968 porque foi quando Sydnei obteve a reforma, saindo do serviço ativo; portanto, os generais de 1968 podem ser tomados como a geração que estava no comando no final da carreira de Sydnei. O ano de 1980 marca as primeiras promoções de colegas de turma de Sydnei para o generalato; representa, assim, a geração de generais imediatamente anterior àquela que poderia ter sido “a sua”. Em 1985, todos os colegas de Sydnei que chegaram a general (10 deles) já o eram; a geração dele, portanto, fazia parte da cúpula militar naqueles anos de transição para a democracia.

Tabela 2 – Aspirantes por arma, nas turmas de 1934, 1945 e 1948⁵⁵

Tabela 2 – Aspirantes por arma, nas turmas de 1934, 1945 e 1948					
		ano de formatura			total
		1934 (gerais da geração de 1968)	1945 (gerais da geração de 1980)	1948 (gerais da geração de 1985)	
arma	artilharia	54	75	60	189
		28,2%	28,5%	16,4%	23,1%
	cavalaria	45	46	69	160
		23,5%	17,4%	18,9%	19,5%
	engenharia	17	28	38	83
		8,9%	10,6%	10,4%	10,1%
	infantaria	75	114	197	386
		39,4%	43,5%	54,3%	47,4%
total	191	263	364	818	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Cotejando os dados das duas tabelas foi possível comparar: i) as proporções de generais por arma nas gerações de referência com ii) as proporções de aspirantes de cada arma nos anos-moda de formatura dos generais. Dessa forma, fica evidente a ocorrência de sub ou sobre-representação de cada arma nas promoções ao generalato (**Gráfico 1**).

⁵⁵ Nos anos de 1934 e 1945 houve mais de uma formatura de cadetes, quando, geralmente, ocorria apenas uma por ano. Para o primeiro caso, desconheço a razão. Para o segundo, possivelmente esteve relacionado ao funcionamento simultâneo das escolas do Realengo e de Resende. Tomei, em cada caso, a turma que pareceu constituir o principal corpo de formandos do ano: a turma declarada aspirante em 25 de janeiro de 1934 e a de 11 de agosto de 1945.

Gráfico 1 – Diferença entre o número de aspirantes e o de generais por cada arma

A grande diferença em favor da linha escura na arma de infantaria significa que, somando as três gerações de generais e confrontando com os seus respectivos anos-moda de formatura, a proporção de infantes no generalato foi muito menor do que a proporção de infantes formados pela academia de oficiais. Todas as outras armas apresentaram uma razão oposta. Ou seja, no período considerado elas faziam proporcionalmente mais generais em detrimento da infantaria. O resultado seria ainda mais desfavorável para a infantaria se apenas as duas últimas gerações fossem analisadas.

Nesse sentido, embora formasse muitos oficiais, a infantaria era sub-representada no generalato. Para o cadete de infantaria, era menos provável chegar ao topo da carreira do que para os seus colegas das outras armas.

Qual o significado da sub-representação? Por um lado, a sub-representação pode ser consequência da posição social, em geral, inferior dos cadetes da infantaria; uma hipótese interessante que ajuda a compreender o encaminhamento de Sydnei para a arma ligado à sua posição social de origem. Mas não é possível averiguá-la. Por outro lado, o que é mais certo, a menor representação proporcional no generalato influenciava tanto o status do oficial de infantaria em relação aos demais oficiais quanto as perspectivas de realização profissional, fazendo da infantaria uma arma mais modesta.

2.2.2 A “cor” dos cadetes e a dos generais

O Exército produz numerosos registros sobre os seus membros. Um especialmente interessante é a ficha de matrícula para a escola militar, tal como era preenchida em 1946, quando Sydnei entrou. A ficha incluía perguntas que compõem verdadeira descrição racial dos cadetes: “cor”, “cabelos” (cor e tipo) e “olhos” (cor).⁵⁶ Pude consultar, no Arquivo Histórico do Exército, uma amostra das fichas dos colegas de turma de Sydnei, cujas informações estão sistematizadas nas três tabelas seguintes (**Tabelas 3, 4 e 5**).⁵⁷

Tabela 3 – “Cor” dos oficiais da amostra da turma de Sydnei, segundo as fichas de matrícula

	n	% da amostra	% da turma de infantaria de 1946
branca	28	77,8	14,2
morena	3	8,3	1,5
parda clara	4	11,1	2,0
parda	1	2,8	,5
total	36	100,0	18,3

⁵⁶ Para um exemplo dessas fichas, ver **Anexo 1**.

⁵⁷ Devido às regras de consulta do arquivo, que atrasam muito a pesquisa nas pastas individuais, tive acesso somente às pastas de cerca de 80 dos 197 cadetes de infantaria de 1946. Dessas pastas, apenas 36 continham as fichas de matrícula. Por isso é que a amostra com que trabalho, nesta seção, é reduzida e não pode ser tomada como estatisticamente representativa da turma. Com ressalvas, entretanto, é possível fazer algumas inferências.

Tabela 4 – "Cabelos" dos oficiais da amostra da turma de Sydnei, segundo as fichas de matrícula

	n	% da amostra	% da turma de infantaria de 1946
loiro liso	1	2,8	,5
aloiado	2	5,6	1,0
castanho claro liso	1	2,8	,5
castanho claro	2	5,6	1,0
castanho liso	4	11,1	2,0
castanho	6	16,7	3,0
castanho ondulado	2	5,6	1,0
castanho médio liso	2	5,6	1,0
castanho médio	5	13,9	2,5
castanho médio, ondulado	1	2,8	,5
castanho escuro	5	13,9	2,5
castanho crespo	3	8,3	1,5
preto	2	5,6	1,0
total	36	100,0	18,3

Tabela 5 – "Olhos" dos oficiais da amostra da turma de Sydnei, segundo as fichas de matrícula

	n	% da amostra	% da turma de infantaria de 1946
azul claro	1	2,8	,5
esverdeado	4	11,1	2,0
castanho claro	8	22,2	4,1
castanho médio	7	19,4	3,6
castanho	11	30,6	5,6
castanho escuro	5	13,9	2,5
total	36	100,0	18,3

Os três campos da ficha, "cor", "cabelo" e "olhos", compõem uma descrição racial dos cadetes por duas razões. Primeiro, porque endereçam aspectos físicos correntemente empregados para demarcar diferenças raciais. Segundo, porque as categorias usadas para descrever essas características enfatizam tais diferenças. Na descrição dos olhos, por exemplo, poderiam interessar também (e compor a descrição) características como "grandes", "amendoados", "puxados", "fundos" ou "separados". Por um lado, são características físicas que não deixariam de auxiliar na identificação individual dos cadetes, se fosse apenas esse o objetivo das anotações nas fichas. Por outro, algumas dessas características hipotéticas poderiam servir para distribuir os cadetes ao longo de determinadas distinções raciais. Mas não era do interesse da instituição registrar as divisões raciais que poderiam ser assim construídas, a partir dessas características; ou seja, não era importante, por exemplo, marcar determinado cadete como "asiático".

É muito claro que permitir a identificação individual de cada cadete não era o único interesse plasmado nas descrições das fichas, pois, se fosse esse o caso, inúmeras outras diferenças poderiam ser anotadas. No entanto, quanto aos olhos, bastou anotar as cores. As diferenças consideradas *relevantes* para os encarregados de anotá-las eram precisamente aquelas que permitiam situar os cadetes no gradiente de “cor” negro-branco.

É possível compreender, ao menos em parte, o significado das descrições raciais contidas nas fichas se penetrarmos no domínio do sistema de classificação racial que informava a sua concepção. Apoiado na tradição de análise das “relações raciais” no Brasil, Antonio Sérgio Guimarães afirma que o clássico sistema brasileiro de classificação racial vigente durante o século XX (e que opera até hoje, embora esteja enfraquecendo e dando lugar a outro sistema, com novas determinantes), produzia a identificação racial a partir de um cálculo envolvendo cor da pele, traços físicos – tais como cabelos, lábios e olhos – e indícios de posição social – como cultura, comportamento, vestimenta etc. (GUIMARÃES, 2011a, p. 267; *idem*, 2012a, p. 2).

Afinado com a ideologia do embranquecimento, um cálculo assim simplesmente não funcionaria caso não se assumisse, implicitamente, tanto a superioridade dos caracteres tipicamente brancos quanto a desejabilidade de “passar por branco” ou por mais branco, sempre que possível. Dessa forma, é importante ter em mente que a posição social relativamente alta dos cadetes, em geral, ou pelo menos de média para alta, possivelmente contribuía para “embranquecer” os caracteres anotados.

Em busca de uma maneira de analisar alguns aspectos da composição racial do oficialato a partir desses dados, não seria despropositado pensar em simular a combinação das características físicas das fichas, “recriando”, em parte, o cálculo embutido no nosso sistema clássico de classificação racial.

Considerando isso, armei uma forma de combinar as categorias preenchidas nos três campos das fichas para criar uma escala de “aparência racial”. Se, para Guimarães, o cálculo complexo do sistema brasileiro de classificação resulta na “cor”, que, longe de se referir apenas à cor da pele, é o nosso conceito vulgar e corrente para raça (*ibidem*); então a escala de aparência, ponderada com alguns escrúpulos quanto à influência presumida da posição social nas descrições – possivelmente no sentido de “embranquecer” os cadetes –, poderia servir como uma forma, ainda que muito simplificada, de sintetizar as “cores” dos cadetes naquele contexto.

Para criar a escala, primeiro, agreguei as categorias resultantes em cada campo (“cor”, “cabelos” e “olhos”) em três categorias abrangentes: uma representando características mais tipicamente negras, outra intermediária e outra representando características mais tipicamente brancas. Atribuí, logo, respectivamente, os valores 1, 2 e 3 às novas categorias assim formadas. Como resultado, quanto à “cor” anotada nas fichas, a “parda” ficou com valor 1, a “morena” e a “parda clara” com valor 2 e a “branca” com valor 3. Os cabelos foram reagrupados assim: “preto”, “castanho crespo”, “castanho escuro” e “castanho médio, ondulado” com valor 1; “castanho médio”, “castanho médio liso”, “castanho ondulado” e “castanho” com valor 2; “castanho liso”, “castanho claro”, “castanho claro liso”, “aloiado” e “loiro liso” com valor 3. Quanto aos olhos, “castanho escuro” e “castanho” receberam valor 1, “castanho médio” e “castanho claro”, valor 2 e “esverdeado” e “azul claro”, valor 3. Somei as variáveis e agrupei os resultados em uma escala de 1 a 7, em que o primeiro valor representa aparência (“cor” + “cabelos” + “olhos”) mais negra e o último, aparência mais branca (**Tabela 6**).

Tenho consciência de que o procedimento é limitado, mas parece razoável para dar uma ideia da composição racial do oficialato. Quando afirmo, como já o fiz no primeiro capítulo, que Sydnei era o “mais escuro” dentre os seus colegas (evidentemente, da amostra colhida) quero dizer, em um sentido mais simples, que ele foi o único considerado “pardo”, mas, também, em um sentido mais composto, que a combinação das características anotadas naquela sua ficha aponta para uma “cor” mais próxima de negro do que a “cor” de qualquer dos outros cadetes (também consta em sua ficha “cabelos castanhos crespos” e “olhos castanhos escuros”).

Tabela 6 – “Aparência”/“cor” dos oficiais da amostra, baseada em “cor”, “cabelos” e “olhos”

	Frequência	% da amostra	% da turma de infantaria de 1946
1, mais negro	1	2,8	,5
2	1	2,8	,5
3	7	19,4	3,6
4	9	25,0	4,6
5	11	30,6	5,6
6	5	13,9	2,5
7, mais branco	2	5,6	1,0
total	36	100,0	18,3

A aparência, assim como as variáveis que combinadas a originaram, cobre apenas pequena amostra do total de cadetes e, por isso, não é conclusivo cruzá-la com outras

variáveis. No entanto, há dados para 9 dos 10 cadetes que chegaram a general. Portanto, é interessante ver a aparência/"cor" nesse caso.⁵⁸ Como nenhum dos generais situava-se nos extremos da escala, a tabela tem apenas os valores intermediários (**Tabela 7**).

Tabela 7 – "Aparência"/"cor" dos generais formados em 1948

	general de Exército (nível mais alto)	general de divisão	general de brigada	total
2	1	0	0	1
3	1	0	1	2
4	0	1	1	2
5	0	0	1	1
6	0	0	3	3
total	2	1	6	9

Os dois colegas de Sydnei que alcançaram o posto mais alto, general de Exército, situavam-se, pela escala, mais distantes de "branco". Um deles, o único general com o valor 2 na escala, era Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, que foi classificado na ficha, quanto à cor da pele, como "moreno".⁵⁹ Olhando rapidamente para uma foto sua (ver **Anexo 2 – b**) pode-se averiguar que, apesar da proximidade na escala aqui construída, Carlos Tinoco seria identificado como negro com muito menos probabilidade do que Sydnei (único da amostra com valor de "aparência" igual a 1). Não é impossível, aliás, que, em muitas situações, Tinoco fosse considerado, "socialmente", simplesmente branco. Ou seja, mesmo com a sensação de *continuum* que uma escala do tipo proporciona, os patamares mais altos da hierarquia da instituição eram muito brancos – ou, pelo menos, sob a ideologia do embranquecimento, seus membros poderiam ser considerados de "cor" branca sem grandes dificuldades.

Não há informações seguras sobre a composição racial do generalato, mas, de acordo com reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, o Exército tivera apenas um

⁵⁸ O único general cuja ficha não encontrei no Arquivo Histórico do Exército foi Armando Patrício. Deixo uma foto dele no **Anexo 2 – a**, caso se deseje consultar. Ele parece bastante claro na foto, e provavelmente se situaria mais próximo ao polo branco da escala. Patrício terminou a carreira como general de divisão.

⁵⁹ A ambiguidade dessa categoria é um dos motivos por que se torna muito questionável a precisão de qualquer escala do tipo.

general negro até 1999, quando o segundo da história, Jorge Alves, foi nomeado.⁶⁰ Ainda segundo informação do jornal, o primeiro havia sido João Batista de Matos, feito general em 1955. Realizando pesquisa mais acurada, o historiador Sionei Leão encontrou casos que o próprio Exército, que forneceu as informações à reportagem de 1999 da *Folha*, parece ter ignorado. De acordo com Leão, até 2006 os generais negros haviam sido cinco, em toda a história do Exército.⁶¹

Ainda que a questão do número possa ser disputada, é impressionante a exclusão dos negros do quadro da elite do Exército, especialmente em vista de duas coisas: a relativa abertura racial do próprio quadro de oficiais do Exército, em contraste com as outras armas – pelo menos desde um ponto de vista histórico – e o grande número de negros no quadro geral das Forças Armadas, incluindo aí os praças. Sydnei, o mais negro da sua turma, deveria ter consciência desse descompasso. Mesmo que a questão racial fosse, naquela época – e é, ainda hoje –, um forte tabu para o Exército (ALENCASTRO, 2012), cuja “cor”, na fala do general Jorge Alves, é verde-oliva (ver nota sobre a sua nomeação, acima).

2.2.3 O peso das ligações familiares

Um indício a mais de que a assimilação total à condição de oficial do Exército era difícil é que Sydnei, apesar de filho de marinheiro, e, portanto, de ter algo do que poderíamos chamar “tradição militar” na família, não tinha qualquer parente oficial. Talvez essa vantagem não se fizesse muito concreta ao longo da progressão “normal” na carreira, até coronel – regulada por mecanismos mais formais. Mas é de se presumir que, no salto dessa posição para a posição mais política de general, tais vínculos com a

⁶⁰ Na ocasião – suponho que quando perguntado pelo repórter sobre o significado da sua nomeação enquanto negro – Alves afirmou: “a cor do Exército é verde-oliva. Não me preocupo com essa questão de distinção racial, pois o meu parâmetro é ‘trabalho e estudo’.” (Ver a reportagem “FHC promove segundo general negro na história do Brasil”, *Folha de São Paulo*, 1º de abril de 1999.) A posição de Alves parece diferenciar-se da de Sydnei quanto à questão racial, tendendo mais à negação intransigente do que ao silêncio, pelo menos no posicionamento público. Fica a questão: pode-se considerar as duas atitudes como típicas do negro em ascensão social sob a hegemonia ideológica da democracia racial, de que tratei na introdução e no primeiro capítulo?

⁶¹ A informação é dada por Sionei Leão na reportagem “Negros têm dificuldades para progredir nas Forças Armadas”, *Agência Câmara Notícias*, 28 de novembro de 2006.

instituição – e, especialmente, com os seus decanos, no caso de o postulante ser filho, sobrinho ou genro de um militar reconhecido – tivesse o seu valor.

Contando todos os generais desde a independência até 1930, nada menos do que 83% eram filhos de oficiais (Exército ou Marinha), constituindo o que Ernesto Seidl afirmou ser “um dos maiores índices de endogenia dentro dos grupos dirigentes brasileiros até o final da Primeira República”. O autor afirma que o número corrobora o juízo unânime da literatura de que a “oficialidade [era] essencialmente ‘aristocrática’ [...] até meados do século XIX”, além de indicar que, para a segunda metade do século, o padrão não se altera (SEIDL, 2010, p. 82).

Contudo, uma mudança importante ocorreu a partir das primeiras décadas da República. Contabilizados os generais desde a proclamação até 1930 inverte-se a lógica do período anterior: passam a predominar os filhos de oficiais subalternos (43%), em lugar dos filhos de oficiais superiores (34%).⁶² Para Seidl, essa mudança indica que a carreira de oficial se tornava mais “palpável” para indivíduos com menos recursos sociais (*idem*, p. 83).

Entretanto, o sentido da mudança não é totalmente claro. Um dos significados possíveis é que os oficiais subalternos cujos filhos passavam a ter melhores condições de chegar ao generalato fossem tenentes sem formação de oficial de carreira – em escola militar – que chegaram ao posto de oficial subalterno em condições semelhantes às condições em que o marinheiro Astolpho Dias dos Santos também chegou: recebendo uma promoção extra ao se aposentar, após ter passado a carreira toda como praça. Se essa interpretação for correta, pode-se situar o caso de Sydnei na corrente dessa mudança histórica. Mas acredito que essa linha é menos provável. A mudança deve ter ocorrido, simplesmente, em benefício dos filhos de oficiais de carreira que não chegaram aos postos mais altos; somando-se a que, talvez, no período considerado, os filhos dos generais estivessem percebendo melhores oportunidades fora da carreira dos pais, e entrando em menor proporção para a academia de oficiais.

É certo que, no período do Estado Novo, o recrutamento da elite militar assumiu um padrão menos liberal, recusando-se sumariamente a entrada na Escola Militar a

⁶² Não fica claro se Seidl refere-se à classificação atual desses tipos de oficial (subalternos: aspirantes e tenentes; intermediários: capitães – podendo, estes também, ser considerados subalternos; e superiores: maiores, tenentes-coronéis e coronéis) ou a outra forma de classificação.

filhos de estrangeiros, negros, judeus e pobres “sem significação social”; e é possível que a guinada de padrão, entre 1937 e 1945, tenha injetado novo vigor à consolidação das dinastias de oficiais.⁶³ Os números compilados por Alfred Stepan a partir de documentos do arquivo da Academia Militar das Agulhas Negras mostram que, de 1941 a 1943, somente 21% dos cadetes eram filhos de militares (STEPAN, 1975, p. 28). Se a matriz de composição do generalato não foi radicalmente alterada no Estado Novo, tem-se uma ideia da imensa vantagem que os filhos de oficiais desfrutavam, frente aos oficiais sem ligações familiares na elite do Exército, quanto às possibilidades de receber as duas estrelas de general.

Voltando aos termos de Spitzer: embora as perspectivas do jovem oficial, em geral, fossem promissoras, a *promessa* de inclusão plena no grupo detentor de direitos e privilégios, representada pela possibilidade de acesso ao topo da carreira, era, para o jovem oficial Sydnei, atravessada por dificuldades. No entanto, a assimilação não se realiza apenas na inclusão, ou mesmo na identificação plena com o grupo dominante; ela pode ser parcial, com a inclusão impossível ou difícil, mas, ainda assim, proporcionando uma extensão no alcance das possibilidades individuais. Quando Sydnei passou no concurso para o magistério militar, em 1958 (o que será abordado no quarto capítulo), abriu mão definitivamente da perspectiva de chegar ao topo da carreira, pois, tornando-se tenente-coronel professor, foi movido para a reserva da força e situado em um quadro de pessoal alternativo, o quadro do magistério do Exército. A abdicação já vinha se desenhando desde antes, e o concurso para o magistério foi a decisão definitiva nessa direção.

O sucesso na carreira das armas mostrou-se condicionado pela herança social. Porém, o pertencimento à elite institucional abriu outras possibilidades, em conexão com o status e com as crescentes oportunidades de poder dos membros do oficialato.

⁶³ Sobre o recrutamento da elite militar no Estado Novo, ver o comentário de José Murilo de Carvalho em “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador” (CARVALHO, 1977) e a tese de Fernando da Silva Rodrigues (2008).

2.3 Elite institucional e poder

Como já afirmei, o processo de ascensão política dos militares, em especial depois da redemocratização de 1945, impactou de duas maneiras – e em períodos diferentes – a trajetória de Sydnei. Trato aqui de como foi esse impacto antes do golpe de 1964, tendo em vista compreender melhor a transformação de Sydnei de oficial em empresário sob a perspectiva de um deslocamento no espaço social.

É importante frisar que um dos aspectos importantes desse impacto foi a valorização crescente do oficial como membro de um grupo de status, conforme a definição weberiana clássica (WEBER, 1982, p. 218-226). Vimos que o grupo apresentava acentuada hereditariedade desde pelo menos a Primeira República. Além disso, alguns aspectos da posição social de seus membros deviam-se a determinados privilégios exclusivos, como permissão para o porte de armas (uma situação específica com que nos defrontaremos no capítulo seguinte mostrará a importância desse privilégio). Enfim, parte importante de seus caracteres de posição social derivava mais da honra, que incluía por si mesma certas prerrogativas, do que da situação propriamente econômica dos oficiais. A condição de grupo de status perpassa a discussão sobre a inserção social de Sydnei em Curitiba, de que trata o terceiro capítulo. Por isso, não abordarei aqui a questão do status em abstrato, deixando para examiná-la mais tarde em conexão com a história concreta.

O que desejo discutir mais a fundo neste ponto é como a escalada de poder do grupo dos oficiais pode ter influenciado a transformação de Sydnei de oficial em empresário. Que tipo de vantagens o membro de uma elite ascendente poderia auferir em benefício de um deslocamento individual no espaço social? Ou, mais especificamente: como a condição de membro do oficialato pôde proporcionar recursos ou facilidades no acúmulo e na reconversão de capitais em setores da vida social que não necessariamente estavam sob o poder direto daquele grupo? Responder a essa questão ajudará a ajustar o olhar, para saber onde procurar, mais tarde, os indícios decisivos desse deslocamento.

Uma definição clássica de *elite* é a seguinte, de Vilfredo Pareto:

Assumamos que em todas as áreas de atividade humana atribuamos a cada indivíduo um valor que sirva como indicador da sua capacidade, da mesma forma que se atribuem notas para as várias matérias nos exames escolares. O

melhor tipo de advogado, no caso, receberá 10. Àquele que não consegue um cliente será dado 1 – reservando zero para o que for um completo idiota. Para o homem que ganhou os seus milhões – não importa se honesta ou desonestamente –, daremos 10. Para o homem que ganhou milhares, daremos 6; para aquele que mal escapa à indigência, 1, guardando o zero para aqueles que não escapam. [...] Façamos, então, uma classe com aquelas pessoas que têm os maiores graus nas suas áreas de atividade e a chamemos elite (PARETO, 1935, p. 1421-1423).

Desfiando, a partir dessa ideia inicial, proposições que tornam o conceito mais e mais complexo, Pareto é obrigado a lidar sistematicamente com um sério defeito da definição de que partiu: seu conceito de elite baseia-se em capacidades individuais. O problema é que nem sempre os indivíduos excelentes em determinada “área de atividade humana” possuem as prerrogativas sociais que a sua excelência, em tese, lhes conferiria; muito pelo contrário, não é incomum que indivíduos menos capacitados as detenham. Ou seja, há os indivíduos que pertencem, em teoria, a uma elite, mas que não pertencem de fato a ela, enquanto grupo detentor de prerrogativas; e há o oposto. Um caso exemplar, levantado por Pareto, é o da transmissão hereditária de poder político, seja diretamente – pelo princípio de sucessão monárquico –, seja indiretamente – por meio de capital herdado, digamos. No caso, não é a capacidade individual para a política, mas fatores “exteriores” que determinam o pertencimento à elite política concreta. Mesmo o advento da sociedade moderna e a república não puderam resolver esse desajuste, permanecendo frequentemente no poder indivíduos desqualificados (*idem*, p. 1425).

A dinâmica do desajuste entre situação de fato e situação teoricamente presumível funciona de acordo com um mecanismo: a “circulação das elites” (*idem*, p. 1426). A alocação dos indivíduos em grupos nas situações de fato (em elite e não-elite) recria-se constantemente e o processo é sempre sujeito às particularidades históricas.⁶⁴ Vimos que mesmo nas sociedades modernas a hereditariedade não deixa de ser relevante para

⁶⁴ Um exemplo dado pelo próprio Pareto pode esclarecer esse ponto e ainda ilustrar a maneira como o autor concebe a relação entre capacidades individuais e pertencimento à elite. De acordo com o exemplo, a demanda por grandes generais é maior nos tempos de paz do que nos tempos de guerra, mas isso não significa que o “estoque” disponível desse tipo de homem, ou a sua velocidade de surgimento, necessariamente se altere em conformidade. Assim, pelo mecanismo de oferta e demanda, alguns indivíduos podem ser sobrevalorizados – em tempos de guerra, digamos –, tornando-se parte da “elite governante”, sem, no entanto, possuir a “excelência” que lhes daria esse direito. Inversamente, generais excelentes podem ser subvalorizados em tempos de paz por serem mais escassas as posições na elite governante para os homens do seu tipo. Dessa forma, como aponta Pareto, é que a heterogeneidade dos grupos seria presidida pelas particularidades históricas.

essa alocação; e esse é um princípio que promove um tipo indesejável de heterogeneidade na elite, porque permite que indivíduos não-aptos herdem posições de poder. Mas, no fim das contas, a dinâmica da circulação das elites – que funciona com base em na competição – promove o “equilíbrio social” (*idem*, p. 1430), isto é, o contínuo ajuste da alocação de fato dos indivíduos às suas colocações de direito (os melhores na elite e os demais fora dela). Tendencialmente, em função dessa dinâmica, os usurpadores do poder acabam por perdê-lo e os melhores acabam cedendo às posições de condução da sociedade.

No entanto, a conclusão é contra-factual. A tendência ao equilíbrio social de Pareto, em função da competição, depende de que a sociedade seja “aberta” e competitiva. Mas sabemos que, por mais que o possa ser determinada sociedade, as posições de poder não são ocupadas de acordo com o critério único da excelência individual, medida e sancionada pela competição aberta, em cada área de atuação. As posições de poder são, no mínimo, condicionadas pela estrutura e pelo funcionamento próprios das organizações cujo topo essas posições representam (estamos dando um passo adiante e supondo que o poder normalmente é exercido de forma organizada por meio de instituições); é impossível derivar de um mecanismo abstrato de competição o acesso às posições superiores. E era apenas através de uma tal alocação competitiva que o conceito fundamental de Pareto podia ligar quase diretamente capacidades individuais a posições sociais: os melhores e a elite. A relação era *quase* direta porque os problemas que apontamos obrigaram-no a estabelecer distinções intermediárias, *ad hoc*, para resguardar a ligação fundamental suposta.

Charles Wright-Mills ofereceu uma solução simples e eficaz para esse problema conceitual. Em uma de suas obras clássicas, define o grupo que lhe empresta o nome, “a elite do poder”, como sendo

[...] composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. [...] comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. [...] Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que possuem (WRIGHT-MILLS, 1981, p. 12).

A *elite* a que se refere Wright-Mills não é senão a unificação, em uma única cúpula decisória, de representantes de distintas elites: os grupos que comandam as instituições poderosas (*idem*, p. 17; p. 39-40). Mas o que interessa diretamente, na verdade, é a

virada em direção a uma definição *institucional* de elite, que aprimora o conceito de Pareto ao vinculá-lo às dinâmicas institucionais. Parece muito mais produtivo pensar o recrutamento e o poder específico das elites em correlação com essas dinâmicas, ao invés de pensá-los em relação a aptidões individuais.

A questão do poder específico das elites traz ainda outra contribuição substancial de Wright-Mills para pensar o caso do Coronel Sydnei: os indivíduos que compõem a elite exercem seu poder, sobretudo, por meio de *decisões* que têm consequências sobre a vida de muitas pessoas. Fazer parte de uma elite, especialmente quando ela conforma, também, um grupo de status, é estar próximo dos *loci* de tomada de decisões e, num sentido social, senão físico, estar próximo das pessoas que as tomam. Acredito que assim é possível conectar o processo de ascensão política dos militares no pós-Segunda Guerra, suas crescentes chances de exercício do poder e as *decisões* que influenciaram diretamente na trajetória de Sydnei.

No período antes do golpe será possível identificar, conforme avancemos na narrativa, o surgimento de oportunidades e a atuação de facilidades ligadas a uma proximidade desse tipo com as decisões importantes. Além – não menos relevante – de ocasiões em que o aspecto em certo sentido comunitário do grupo de oficiais foi responsável pelo estabelecimento de amizades e sociedades promissoras, sobretudo para os primeiros negócios que Sydnei tentou. Para pensar a trajetória, portanto, será proveitoso mirar de que maneira determinadas decisões em esferas sob comando ou influência militar condicionaram a dinâmica dos recursos pessoais do Coronel Sydnei quando ele passou a direcionar seus esforços para outras esferas que não a propriamente militar. Será útil ter isso em mente durante a análise do segundo movimento na trajetória: não mais o de ascensão social, senão o de conquista de uma posição de classe dominante.

2.4 Trajetórias de oficiais e *anéis burocráticos*

O tipo de influência que acabo de delinear não se restringiu ao período que precedeu o golpe. Pelo contrário: manteve-se atuando da mesma forma, no fundamental. De maneira estendida e potencializada, no entanto. O que o golpe de 1964 fez, em relação a esse ponto, foi colocar nas mãos da elite militar decisões que, antes, estavam longe de sua alçada; por meio delas, alargou-se, e muito, seu escopo de atuação. O golpe

constituiu uma radicalização da ampliação das oportunidades de poder do grupo, no contexto da sua ascensão política – o auge desse processo. Revisemos rapidamente seu desenvolvimento histórico e significado, para em seguida examinar as implicações dessa radicalização para as trajetórias dos oficiais de infantaria que se formaram com Sydney em 1948.

A proclamação da República de 1889 foi a primeira de um ciclo de intervenções militares periódicas que culminou com o golpe de 1964. Isso porque o golpe, de uma parte, inaugurou o mais longo período de ingerência militar direta na política e, de outra, a redemocratização de 1985 fechou o ciclo de intervenções. Desde então, vivemos o mais longo período sem intervenções militares da nossa história republicana.

Para José Murilo de Carvalho, o modelo de intervenção militar que atingiria seu ponto máximo no golpe de 1964 foi gestado durante a Primeira República, de 1889 a 1930. Buscando explicar o desenvolvimento desse modelo, o autor levantou um conjunto de fatores internos ao Exército, com destaque para as “ideologias de intervenção”. Até os anos 1920, duas ideologias contrárias animavam os oficiais (mas também os civis, como o poeta Olavo Bilac): a do “soldado-cidadão” e a do “soldado profissional”. Os partidários de ambas lutavam por objetivos concretos: os primeiros queriam, antes de qualquer outra coisa, o recrutamento militar universal; os segundos, a modernização do Exército, à imagem dos seus congêneres europeus. Mas as ideologias também se opunham quanto à definição sobre o papel político e social do Exército. Para os aderentes da ideologia do soldado-cidadão, os quartéis seriam como escolas: de civismo, para os ricos, e de hábitos civilizados, para os pobres; e os oficiais seriam os reformadores da nação. Os defensores do profissionalismo, por outro lado, preferiam um Exército mais fechado, inclusive para a política, e focado em sua competência específica: a guerra (CARVALHO, 1977, p. 209-213).

A intervenção militar em 1930 correspondeu ao desenlace dessa situação. Aspectos das duas ideologias se fundiram em uma nova: a do “soldado-corporação”. O dilema do Exército deixara de ser ou o envolvimento político ou a modernização. Embora já constituído em uma força modernizada, mais parecida com as europeias, ele, ainda assim, não se fecharia para a política. Sua forma de atuação política não seria

trazer o povo para os quartéis, como desejavam os ideólogos do civismo,⁶⁵ e sim abrir a sociedade à influência militar e intervir diretamente, quando considerado necessário. Mas não só: sob o fantasma das convulsões intestinas do tenentismo dos anos 1920, estabeleceu-se como condição para exercer essa influência que as Forças Armadas intervissem na política agindo como um todo, evitando assim os embates “fratricidas”. Por isso é que a nova ideologia, vitoriosa em 1930, também foi chamada “intervenção moderadora”: as forças passariam a agir, em unidade, como um quarto poder (*idem*, p. 213-215).⁶⁶

No período republicano e até o final da ditadura de 1964, as Forças Armadas brasileiras nunca chegaram a ser “profissionais” – pelo menos no sentido que o conceito assumiu nos debates acadêmicos. Para Samuel Huntington, primeiro autor que abordou conceitualmente o assunto, o militar profissional é um *tipo social* novo, surgido no ocidente no século XIX (HUNTINGTON, 2000, p. 19-20). Sua habilidade exclusiva é a “gestão da violência” e sua função, “obter sucesso no combate armado”. O papel político do soldado deve ser compreendido, para Huntington, em função da relação estabelecida entre ele e o Estado. Relação que, no caso do tipo ideal do soldado profissional, é passiva: o soldado responde ao Estado – que representa a sociedade – apenas pela sua área de competência específica, a gestão da violência, e não se pode impor em outras esferas (tampouco pode impor as finalidades legítimas da violência ao gerenciar a sua aplicação) (*idem*, p. 16).⁶⁷

⁶⁵ Ver *A defesa nacional*, compilação dos discursos de Olavo Bilac em sua campanha cívica nos anos 1910.

⁶⁶ Foi esse o termo empregado por Alfred Stepan para designar o modelo de “relações civil-militares” do Brasil da Segunda República: “padrão moderador”. Apesar de muito pouco ancorada na história, a análise de Stepan não deixa de ser interessante, pois foca o “lado”, nessas relações, que Carvalho deixa intocado: os incentivos dos civis à ingerência política dos fardados. Mas parece que, se ambas as análises pecam por unilateralismo, a de Carvalho acertou melhor o alvo: ainda nos anos 2010, militares dos mais graduados não se livraram da disposição a ameaçar com a invasão da política pelas armas, e invocando precisamente o termo “poder moderador”. A última aparição da ideia parece ter sido em torno às discussões sobre a Lei de Anistia. Em 2012, o general de pantufas Leônidas Pires Gonçalves afirmou, ao *Estado de São Paulo*: “é impossível mexer na Lei de Anistia [...] se quiserem fazer pressão no Supremo, o *poder moderador* tem de entrar em atuação no país.” (grifo meu) Ver “Comissão da verdade é moeda falsa, diz general”, *O Estado de São Paulo*, 18 de maio de 2012.

⁶⁷ Uma discussão mais apurada sobre a relação entre intervenção política e profissionalismo poderia ser feita com o caso do golpe de 1964 e dos governos militares no Brasil em vista. Afinal, em que medida não era profissional o militar que apenas cumpria ordens superiores, mas sob o “Estado ilegal” dos ditadores militares (SAFATLE, 2010)? Por exemplo, a entrevista concedida aos pesquisadores do CPDOC pelo coronel Adyr Fiúza de Castro, apontado como torturador em listas elaboradas por sobreviventes, estimula tais questões (OS ANOS, 1994). Não obstante, persistirei no uso do conceito huntingtoniano de

O “profissionalismo” de Huntington tornou-se o conceito central de todo um campo de estudos, o das “relações civil-militares”, e até hoje “a maioria do que se escreveu [no campo] foi uma resposta explícita ou implícita ao seu argumento” (FEAVER, 1999, p. 212). É que, à parte ter ancorado o conceito em uma análise de casos históricos, sobretudo o dos Estados Unidos, e, portanto, ter colocado o profissionalismo como um processo histórico em desenvolvimento, a obra *O soldado profissional* se tornou especialmente inquietante por levantar uma questão normativa inescapável para as sociedades democráticas: os soldados do Estado têm o direito de intervir, como força Armada, na política? Se sim, em quais situações e sob que condições? O significado do conceito de profissionalismo demarca as respostas.

Entretanto, por inescapável que seja a questão de fundo, a história de intervenções Armadas no Brasil republicano – para não falar dos países sul-americanos – obriga a questionar a pertinência do aspecto histórico do argumento de Huntington. Foi essa dúvida que moveu Alfred Stepan, nos anos 1970, a tentar rever o conceito clássico de profissionalismo. O golpismo que assolou o continente seria, para Stepan, consequência não do desenvolvimento tido como normal, na história do ocidente, do profissionalismo huntingtoniano, mas sim de um “novo profissionalismo”: com a guerra fria, o grande inimigo dos Estados sul-americanos (o comunismo) passara a ameaçar mais de dentro do que do exterior. Transformou-se, portanto, a função das Forças Armadas (passando a ser a defesa interna), e a especificidade da nova função exigiu o intervencionismo.⁶⁸

Para Frank McCann, a emenda conceitual é furada: Stepan ignorou o intenso intervencionismo do Exército brasileiro desde 1889. Indo além, McCann afirma que a força nunca teve como principal função a defesa externa, mas sempre a interna. E nem por isso, apesar das sucessivas intervenções, tomou antes o poder segurando-o por mais de 20 anos. Por um lado, não houve profissionalismo no sentido de Huntington; por outro, o “novo profissionalismo” tinha características muito antigas (McCANN, 1979, p. 506-508). Ou seja, no Brasil, o profissionalismo de Huntington não se verificou como processo histórico.

profissionalismo para tratar do corpo de oficiais enquanto grupo envolvido, então, senão com a implantação – com o golpe, propriamente dito –, ao menos com a gestão do estado ilegal.

⁶⁸ A ideologia do “novo profissionalismo”, no caso brasileiro, teria sido a doutrina de segurança nacional, engendrada no ambiente civil-militar da Escola Superior de Guerra desde os anos precedentes ao golpe (STEPAN, 1973, p. 59).

McCann, assim como Carvalho, observou que o processo, na verdade, desenvolveu-se na direção oposta. Ele defende que a ideologia da intervenção moderadora, surgida e consolidada por volta de 1930, teve vida longa, continuando a se desenvolver. Desse ponto de vista, a ditadura de 1964 aparece como “resultado lógico de uma evolução de longo alcance” (*idem*, p. 507): a tomada do poder político pelos militares seria a culminação do processo de desenvolvimento de uma ideologia intervencionista e dos meios para pô-la em prática.⁶⁹ O último golpe significou a perfeita subversão do tipo de relação entre militares e Estado que Huntington tinha previsto. Vê-se como é forçada a ideia de “novo profissionalismo”.

Por um lado, a tomada e a manutenção do poder representaram a culminação do processo. Mas, por outro, a intimidade da elite militar com o poder já tinha raízes e revelava-se em uma tendência mais antiga na relação dos militares com a sociedade – e aqui a trajetória de Sydnei volta à cena. José Murilo de Carvalho notou, de passagem, que na sequência da proclamação da República, em 1889, havia grande número de oficiais em postos administrativos do governo (CARVALHO, 1977, p. 228). É indício de que o poder político, naquela situação, multiplicou as oportunidades de atuação (ou mesmo, mais simplesmente, de poder) para os membros da corporação – abriu-lhes novas portas. Algo semelhante ocorreu após o golpe de 1964, embora, provavelmente, em proporções muito maiores.

A trajetória de Sydnei, em especial seu movimento de oficial a empresário, relacionou-se com a tomada do poder político pelos militares. À *tomada do poder* (que foi o ponto máximo do *processo de ascensão política* dos militares, de que tratei no início do capítulo) seguiu-se a expansão da influência da instituição na sociedade, abarcando várias esferas da vida social. Oficiais do Exército passaram a se envolver corriqueiramente na política, mas também na segurança pública, na administração das empresas estatais, na iniciativa privada e na educação. Em suma, exerceram oportunidades de poder ligadas à ascensão do grupo, nos termos de Elias (1978, p. 172). Talvez o processo delineado por Carvalho e McCann tenha representado mais precisamente uma longa abertura da sociedade aos militares e à sua *influência*, em

⁶⁹ Um dos personagens militares mais destacados nesse processo, Juarez Távora, não deixou de interpretar o processo como um *crescendo*: “todos esses acontecimentos [as intervenções ou tentativas de intervenção militares] desde 1922 até 1964 são como degraus que foram sendo sucessivamente alcançados” (JUAREZ TÁVORA, 2000).

sentido geral, do que simplesmente a transformação e o crescimento do *intervencionismo político* dos militares.⁷⁰

Pesquisei as trajetórias dos oficiais que se formaram com Sydnei em 1948. De acordo com as funções que eles exerceram enquanto oficiais – ou que me pareceram decorrentes da posição de oficial – estabeleci alguns tipos. Destacou-se a frequência de oficiais em funções alheias às da competência militar específica, no sentido do conceito de profissionalismo de Huntington.⁷¹ O resultado oferece imediatamente sugestões de como aquele processo social moldou as trajetórias possíveis para uma coorte de oficiais (**Tabela 8**).

⁷⁰ A expressão “abertura da sociedade ao Exército” foi usada por Carvalho para se referir a um dos aspectos da ideologia do soldado-cidadão: na França, após a revolução de 1789, a ideologia do soldado-cidadão teria sido encampada pelos reformadores com o objetivo de abrir o Exército à sociedade. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a ideologia teria servido ao propósito oposto, precisamente *abrir a sociedade ao Exército* (CARVALHO, 1977, p. 234). Na medida em que a ideologia intervencionista do soldado-corporação resultou de uma fusão das duas ideologias anteriores, acho razoável presumir que esse aspecto, esse propósito muito particular de “abertura”, tenha subsistido, em algum grau, e, como apontam os indícios que juntei e abordarei logo adiante, frutificado, subsidiando moralmente o crescimento da influência dos militares na sociedade. Fui alertado de que “abertura” talvez não seja o melhor termo para descrever a coisa. Por isso, embora o meu argumento esteja vinculado ao argumento de Carvalho para um período anterior, evitarei utilizar a expressão do autor, preferindo alternativas como “expansão da influência dos militares”, ou dos oficiais etc.

⁷¹ Embora o “profissionalismo” de Huntington não sirva, para o nosso caso, como processo histórico, o conceito tem poder analítico. O próprio aumento da influência dos militares na sociedade é demarcado com referência a determinada ideia do que seria uma força militar idealmente profissional, ou seja, restrita à sua competência específica (gestão da violência, subordinada às finalidades estabelecidas pelo Estado nas figuras dos seus chefes). Considerarei a atuação individual dos oficiais como “fora do escopo profissional” sempre que as funções ocupadas por eles extrapolaram o rol de funções que considerarei como necessárias ao funcionamento “normal” (apolítico) de uma força militar.

Tabela 8 – Os tipos de oficial

		casos	porcentagem
escopo profissional	militar comum	76	51,6
	engenheiro, topógrafo ou cartógrafo	9	6,1
	adido militar	1	0,7
	professor	12	8,2
fora do escopo profissional	chefe de instituição pública de ensino	2	1,4
	agente de repressão	7	4,8
	secretário de segurança pública	11	7,5
	político ou prefeito nomeado	4	2,7
	ministro de Estado	3	2,0
	empresas estatais ou iniciativa privada	16	10,9
outro	afastado por ato institucional	6	4,1
total		147	100,0
ausente		50	
total		197	

Fonte: informações sobre trajetórias colhidas pelo autor⁷²

O *militar comum* é o tipo básico. Constitui-se dos oficiais de que não encontrei qualquer rastro de atividade fora do Exército ou em funções mais específicas no interior da instituição. Sua atribuição frequente era o comando de tropas, mas eles também tinham cargos relacionados com os procedimentos internos do Exército. Os demais tipos foram definidos em contraste com esse, pois compreendem os oficiais com atuação mais específica. Os *professores* trabalhavam, quase todos, nos colégios militares. Os tipos incluídos na grande categoria “escopo profissional” são aqueles cuja existência não parece ter relação com a tomada do poder político pelos militares.

Os demais tipos podem ser considerados anormais, em face do profissionalismo. Sua existência deve-se, pelo menos em grande medida, ao golpe, e mostra o movimento

⁷² Busquei reunir informações sobre as trajetórias dos formandos de 1948 da arma de infantaria da Escola Militar de Resende (a turma de Sydney). Eram 197 oficiais, no total, e pude encontrar informações relevantes para 147 deles. Considerei relevantes os indícios que mostrassem o que faziam os oficiais enquanto ainda militares ou logo depois de afastados, se fosse o caso. As principais fontes foram as edições do Diário Oficial da União e os jornais antigos do portal Hemeroteca Digital Brasileira, mantido pela Biblioteca Nacional – todas disponíveis online. O resultado é uma ideia geral das trajetórias de uma coorte de oficiais que atingiu o alto oficialato (major, tenente-coronel e coronel) ou, até mesmo, o generalato, durante a ditadura. Mas as trajetórias reunidas sofrem de uma importante limitação: as informações disponíveis eram esparsas. Buscando cobrir número grande de casos, não pude investigar a fundo a carreira de cada oficial. Não obstante, acredito que o valor desses dados não está tanto na precisão, mas nas indicações gerais que oferecem.

em direção à profusão das atividades dos militares na sociedade – e, conseqüentemente, da sua influência.

Há, porém, duas exceções parciais. Os *políticos ou prefeitos* e os *ministros* exemplificam melhor aquela forma de ingerência política mais pura, que Carvalho e McCann não deixavam de ter em mente – mesmo que o foco dos autores fossem os golpes e as quarteladas. De fato, na Primeira República, sempre houve militares na Câmara, no Senado e nos ministérios (CARVALHO, 1977, p. 276-277). Não obstante, o pós-1964 teve, a esse respeito, pelo menos duas particularidades. Primeiro, os militares abocanharam outros ministérios que não o da guerra: ilustrativamente, Rubem Carlos Ludwig, colega de Sydnei, foi ministro da educação e cultura entre 1980 e 1982; pelo menos outros dois oficiais do Exército ocuparam a mesma pasta durante a ditadura, e os exemplos poderiam ser multiplicados. Segundo, muitos militares foram nomeados prefeitos, o que parece ser um fato novo – ao menos no que concerne à magnitude. Apenas dentre os colegas de Sydnei, alguns exemplos seriam Júlio Werner Hackradt, prefeito de Foz do Iguaçu no final dos anos 1960, Ary Oliveira, prefeito de Florianópolis entre 1970 e 1973, e Américo Gomes de Barros Filho, prefeito de Duque de Caxias/RJ entre 1979 e 1982; todos nomeados, e não eleitos.

Os demais tipos, *chefe de instituição pública de ensino* (nomeado, assim como os prefeitos), *secretário de segurança pública*, *agente de repressão* e funcionário de *empresa estatal ou empresário* não eram ligados à política institucional, mas tinham, todos, certo significado político. Que oficiais ocupassem cargos desse tipo ampliava o poder do Exército de gerir não apenas o emprego da violência, conforme a definição de Huntington, mas variadas esferas da vida social por meio dos seus oficiais. E eles o faziam porque se tinham tornado, além de elite institucional, uma espécie de grupo de notáveis gabaritado para essas funções. O aumento do poder dessa elite institucional certamente aumentou a permeabilidade da classe dominante aos oficiais do Exército, como bem exemplifica a trajetória de Sydnei.

Dos colegas de turma de Sydnei, 16 foram para os negócios. É o tipo mais numeroso, compreendendo cerca de 10% dos oficiais daquela turma. Embora as trajetórias sejam heterogêneas, a maioria desses oficiais realizou uma transição para o mundo dos negócios estreitamente vinculada com as suas posições no Exército. Houve os que trabalharam diretamente em empresas estatais, como Amarylio Penha Lopes Pereira, que foi diretor de administração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco,

Ary Canguçu de Mesquita, que foi diretor do BRDE, e Décio Alvares da Cunha, que trabalhou na SUDENE. Dois foram diretores do fundo de pensão militar CAPEMI. Joffre Gil da Silva trabalhou na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Outros trabalharam em instituições ligadas ao governo ou patronais. Luiz Frederico de Albuquerque foi diretor do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná e ocupou cargos no governo do estado. Caio Augusto do Amaral foi consultor de relações públicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Na iniciativa privada propriamente, Cid Scarone Vieira, que fora nomeado prefeito de Rio Grande/RS em 1969, começou a trabalhar, após o fim do mandato, no grupo empresarial gaúcho Habitasul (com empreendimentos industriais em metalurgia e celulose); o fundador do grupo, Péricles de Freitas Druck, recebeu a medalha da Ordem do Mérito Militar, o que indica que talvez ele mesmo tenha sido militar. Eloy Prado Meinicke foi diretor de informações e segurança da Empresa Nipo-Brasileira de Reflorestamento, FLONIBRA. Menos evidentemente relacionado com a posição militar, Fernando Ferreira Vieira da Silva, o “Coronel Fernando” de Uberaba, tornou-se pecuarista e presidiu, por cerca de 20 anos, a Copervale, empresa produtora de leite e derivados.

Esses pedaços de trajetória evidenciam o processo no interior do qual se compreende melhor o deslocamento de oficial a empresário na trajetória de Sydnei. Afinal, o movimento parece ter sido bastante comum para os oficiais daquela coorte. Basta destacar que houve mais deles que foram para os negócios do que os que entraram para o magistério militar, também um movimento muito comum e que considere normal, ou seja, dentro do escopo de atuação propriamente profissional.⁷³ A posição de oficial passara a abrir portas não apenas para a política, mas também para os negócios.⁷⁴

⁷³ Embora seja razoável questionar em que medida a existência de uma ampla rede de Colégios Militares pode ser considerada “normal”, ainda no marco do conceito huntingtoniano de profissionalismo.

⁷⁴ A relação entre ditadura e empresariado mereceu alguma atenção recentemente. A Comissão Nacional da Verdade organizou, em março de 2014, o seminário “Como as empresas se beneficiaram ou apoiaram a ditadura militar”. No dia 10 de dezembro de 2014, serão publicados os resultados do relatório final da Comissão, que deverão incluir um estudo mais aprofundado sobre empresas que apoiaram o regime (NOME AOS PATRÕES, 2014). Há também uma dissertação de mestrado em História de 2012 sobre o empresário Henning Boilesen, ex-diretor do grupo Ultra – controlador da Ultragaz – e notório apoiador da repressão (MELO, 2012). Embora o argumento deste texto tenha ido na direção oposta – observar o trânsito dos oficiais do Exército para os negócios – trata-se de um aspecto complementar do problema das relações entre interesses econômicos e poder político na ditadura.

O modelo segundo o qual a elite institucional desfruta de proximidade em relação às decisões importantes e tira daí a possibilidade de converter sua posição institucional em vantagens em outras esferas, que foi esboçado mais acima, pode explicar, em um nível bastante geral, porque os oficiais, sobretudo depois do golpe militar, circulavam com alguma fluidez na política e nos negócios. Mas fica longe de sugerir como funcionava a circulação.

Fernando Henrique Cardoso descreveu bem o arranjo institucional próprio dessa forma de “trânsito” de influências entre, de um lado, poder político, representado por oficiais militares e tecnocratas, e de outro, poder econômico, representado por empresas. Para o autor, em sua perspectiva marxista, o Estado estabelecido em 1964 plasmava uma aliança de classes “empresariado-classe média”, mas

que empresariado, e que setores das classes médias? Sinteticamente, os chamados “setores modernos” de ambas as classes. Dito sem o adjetivo: o setor da burguesia industrial que se organizou na Grande Empresa e os setores da classe média que se escudam no Estado Empresarial e na Grande Empresa, inclusive e principalmente os militares que assumiram como missão própria alcançar e fortalecer o desenvolvimento capitalista (CARDOSO, 1975, p. 178).

Tratando-se de uma aliança de classes, era natural que tal arranjo operasse em benefício mútuo dos grupos que estavam dentro do “bloco no poder”. É claro que diferenças ideológicas separavam os componentes da aliança: uns, mais ligados ao capital privado, defendiam o “capitalismo de empresa”; outros, mais próximos da burocracia estatal, o “capitalismo de Estado”. Mas os unia o interesse comum no “Estado de Desenvolvimento Capitalista” como modelo mais geral.

O “golpe dentro do golpe” de 1968 consolidou essa aliança de classes, garantindo autoritariamente sua continuidade no poder. O arranjo institucional próprio de negociação das políticas no interior da aliança, que já se insinuava tendencialmente desde 1964, também se aprofundou e consolidou: “a capacidade decisória escorregou mais e mais para o automatismo do Sistema”, surgiu a figura do “tecnocrata” e as decisões eram tomadas por “funcionários de segunda linha e de limitada responsabilidade política [...] todos, direta ou indiretamente, dependentes de órgãos internos das forças armadas” (*idem*, p. 202-203). Seria a era dos *anéis burocráticos*, uma forma particular de articulação de interesses privados e públicos e de tomada de

decisões no âmbito do Estado: os *anéis* eram “círculos de informação e pressão (portanto, de poder) que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive as forças armadas) e setores das classes sociais”, necessitando “estar centralizados ao redor do detentor de algum cargo” (*idem*, p. 208).

É bastante claro que a potencialização das oportunidades de poder para os oficiais, especialmente depois da radicalização do regime, passava por estruturas como os *anéis burocráticos*. Era assim quando estavam de um dos lados da mesa da repartição, como no caso dos tantos oficiais da turma de Sydnei que se tornaram funcionários de empresas ou escritórios estatais; e também quando estavam do outro lado, no papel de funcionários de empresas privadas ou de empresários defendendo seus interesses.

Se Sydnei se tornara gradualmente empresário, nos anos 1950 e 1960, sem deixar de auferir recursos, e mesmo facilidades, decorrentes sua posição de oficial, em 1973, já na reserva do Exército, ao fundar a Faculdade Tuiuti e se tornar o que poderíamos chamar um grande empresário, mostrou transitar com desenvoltura nos *anéis burocráticos* do regime. Devo chamar a atenção, a esse respeito, para a análise de suas ligações no Conselho Federal de Educação, que será desenvolvida no quarto capítulo.

PARTE II – CLASSE DOMINANTE

3 INSERÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL CURITIBANO (1949-1951)

O segundo movimento que compõe a trajetória do Coronel Sydnei foi o que o levou de *membro da elite* militar a uma posição de *classe dominante* em Curitiba. Afinal, após muitos anos na cidade e com o êxito dos seus negócios na área de educação, Sydnei construiu um grande e duradouro patrimônio familiar, participou ativamente de várias esferas da vida associativa em Curitiba, ocupou cargos importantes, inclusive no poder público, e conquistou reconhecimento social. Afirmando que o Coronel – e mais ou menos no momento em que se tornava “o Coronel” – alcançou uma posição de classe dominante, quero dizer que passou a dispor de cada um dos tipos de capital em abundância. Se o espaço social é a representação do estado em que se encontra uma luta, sua posição dominante significa que conquistou, em geral, aquilo por que se luta. Em uma palavra: poder; ou os “poderes” efetivos no mundo social, aqueles que permitem ser, ter e fazer o que se quer.⁷⁵ Assim, sua situação competitiva folgada no espaço social passou a favorecer o prolongamento da posição superior na sucessão das gerações e, em especial, a reprodução sustentada de capital econômico.

A análise do deslocamento social até uma posição de classe dominante será feita em duas partes. No presente capítulo, acompanharemos a entrada do jovem oficial Sydnei no espaço das classes da Curitiba dos anos 50, buscando compreender quais as suas características de posição social logo quando chegou à cidade. Será dada atenção especial ao que chamei *inserção*: a capacidade de transitar com certa fluidez em diferentes áreas da vida social, sobretudo nas esferas importantes da “sociedade curitibana”. Ter bom trânsito nessas esferas significava poder mobilizar com facilidade o capital social para realizar diversos projetos, angariando apoio e dinheiro, por exemplo. Mais tarde, no quarto capítulo, veremos que a inserção de Sydnei no momento em que ingressou no espaço das classes de Curitiba foi um dos fatores que potencializou as suas chances de, posteriormente, consolidar uma posição economicamente dominante por

⁷⁵ É claro que o *poder*, segundo essa definição, não permite satisfazer necessariamente, quaisquer que sejam, os desejos íntimos. Mas, da mesma forma como o “tempo de trabalho socialmente necessário” de Marx regula os tempos de trabalho individuais, “o que se quer ser, ter e fazer” poderia ser tomado como uma medida geral – em relação direta com o poder necessário para tal – que regula, de certa forma, os desejos realmente existentes.

meio da conversão de capital social em oportunidades econômicas – em última instância, em capital econômico.⁷⁶

3.1 Transferência de cidade e reposicionamento social

Na coluna “No lar e na sociedade” da edição de 3 de julho de 1949, o *Diário de Notícias* do então Distrito Federal anunciava: “estão habilitados para casar [...] Sydnei Lima Santos e Maria de Lourdes Rangel”.⁷⁷ Cinco dias depois, em 8 de julho, o mesmo periódico noticiava, na seção de “Permissões” do “Boletim da Diretoria do Pessoal do Exército”, o deferimento do pedido de permissão feito por Sydnei para “contrair matrimônio”.⁷⁸ Uma semana mais tarde anunciava-se a cerimônia:

Realiza-se hoje, às 15 ½ horas, na Igreja de São José, o casamento da senhorita Maria de Lourdes Rangel, *da sociedade curitibana*, filha do sr. Flávio Rangel e da d. América Rangel, com o *tenente* Sydnei Lima Santos, filho do sr. Astolfo Severo Dias dos Santos e de d. Alayde Lima Santos.⁷⁹ [grifos do autor].

Sydnei era então segundo-tenente de infantaria, tinha 24 anos e formara-se na Escola Militar havia pouco mais de seis meses, no final de 1948. Em 3 de março de 1949, o *Correio da Manhã* registrara uma convocação da divisão de pessoal do Exército, que incluía Sydnei entre outros recém formados de Resende, para o recebimento de carta-patente, o que indicava a formalização da posição de aspirante a oficial.⁸⁰ Pouco tempo depois, em 5 de julho do mesmo ano, encontra-se registro da primeira promoção de Sydnei na carreira, promoção de aspirante a segundo-tenente.⁸¹ Portanto, quando se casou, havia acabado de receber sua primeira promoção.

⁷⁶ O capital social é um “crédito” cuja fonte é o pertencimento a determinados grupos: “é a soma dos recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo – ou, em outras palavras, à condição de membro de um grupo – que proporciona a cada um de seus membros o apoio do capital possuído pela coletividade, uma ‘credencial’ que os permite ter crédito, nos vários sentidos da palavra” (BOURDIEU, 1986, p. 51).

⁷⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1949, p. 6.

⁷⁸ *Idem*, 8 de julho de 1949, p. 3.

⁷⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1949, p. 12.

⁸⁰ *Idem*, 3 de março de 1949.

⁸¹ *Diário de Notícias*, 5 de julho de 1949; *A Manhã*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1949.

Maria de Lourdes era normalista, isto é, formada no magistério, na então Escola de Professores do Paraná, sediada em Curitiba.⁸² Nascida lá, chegou a trabalhar como professora. Tendo uma profissão, a moça era uma mulher “independente” para os padrões de uma cidade que, em 1950, tinha menos de 200 mil habitantes. Se não o fosse, ao menos em alguma medida, dificilmente teria conhecido Sydnei no Rio de Janeiro e se casado lá, longe da família, e com um homem mais novo; Maria de Lourdes tinha 27 anos, sendo, portanto, três anos mais velha do que Sydnei. Além do mais, a moça era branca, de uma família de certa inserção social na cidade, e voltava da Capital da República casada com um oficial do Exército negro, carioca, e que acabava de começar sua carreira.

É preciso destacar três pontos a respeito de sua atitude. Primeiro, tratou-se certamente de uma decisão subversiva frente a família e, de maneira mais ampla, frente à moralidade da época. Tanto pela diferença de idade quanto pela cor do marido – que, embora de constituição física pequena (não era alto nem muito forte), tinha talvez um charme de mulato (romantizado por Gilberto Freyre em seu capítulo sobre “o bacharel e o mulato” [FREYRE, 1977]), quem sabe temperado por certa simpatia e loquacidade de carioca, que não deixava de mexer com os estereótipos acerca da sexualidade tropical, “brasileira”. Tão distante do também estereotipado jeito curitibano. Segundo, como veremos mais adiante, a mãe de Maria de Lourdes, dona América, se separara do marido quando a filha era ainda pequena, nos anos 1920 ou 1930. Professora, como a filha viria a ser, era também uma mulher “independente”. Assim, a atitude subversiva de Maria de Lourdes, que se casou, ao que tudo indica, longe dos olhos e dos comentários da família e da “sociedade curitibana”, tinha precedentes muito próximos. Um último ponto que deve ser ressaltado reúne aspectos dos demais. Aproximava-se dos 30 anos, idade em que era considerado normal moças já estarem casadas, e pode ainda que fosse considerada independente demais aos olhos da moralidade machista da cidade pequena.

Sydnei e Maria de Lourdes se conheceram no Rio de Janeiro quando estava hospedada na casa de um tio. O tio morava na penúltima casa de uma vila na Rua Leopoldina, bairro da Piedade. Sydnei tinha um amigo próximo (e colega do Colégio Militar) que morava justo ao lado, na última casa da mesma vila (TRAJETÓRIAS, 2002, p.

⁸² A instituição foi fundada em 1876 como Escola Normal ligada ao Ginásio Paranaense. Atualmente, funciona como Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto (IWAYA, 2000, p. 2).

735). E moravam também o próprio Sydnei e sua família no bairro da Piedade, na Rua Bernardino de Campos (*ibidem*). Ele era, portanto, quase vizinho do tio da moça e tinha um amigo que morava justamente na casa ao lado. Sydnei e Maria de Lourdes devem ter começado a namorar pouco depois que Sydnei havia terminado o curso da Escola Militar e voltado para o Rio de Janeiro, no final de 1948. Ela pode ter estendido a estadia no Rio e não demoraram muito para tomar uma decisão mais definitiva.

Casando-se em julho de 1949, no Rio de Janeiro mesmo, eles logo tiveram o primeiro filho, Sydnei Antônio Rangel Santos, que era “pequeno” quando o tenente pediu transferência para Curitiba. O casal mudou-se em setembro de 1951 (*idem*, p. 736). Ao lado da maior tranquilidade oferecida pela capital paranaense, um dos principais motivos que tiveram para mudar para Curitiba, segundo Sydnei, foi a proximidade com os parentes e conhecidos da esposa, que poderiam auxiliar nos cuidados com o pequeno (*idem*, p. 735-736). Ela deveria apostar que a família acabaria por aceitar bem sua decisão se pudesse conhecer melhor o marido. Os demais filhos do casal, três homens, nasceriam na nova cidade.

Outra razão importante para a mudança foi a vida corrida que se levava no Rio de Janeiro. Por um lado, a atividade militar era intensa na capital. Sydnei lembrou que na época os militares viviam de prontidão com medo de ações dos comunistas e que ele, casado havia pouco, precisava passar longos períodos em operações de campo (*ibidem*). Por outro lado, a vida era corrida também porque os deslocamentos entre a casa e o trabalho eram longos e Sydnei os realizava em transporte público; o tempo era ainda mais exíguo porque começara a dar aulas em um curso depois do expediente no quartel. De acordo com o relato dele sobre a vida naquela época, “saía de casa às quatro horas da manhã para, às sete, estar em forma lá na Vila Militar. Saía do quartel às quatro e meia, cinco horas da tarde e chegava em casa às nove e meia, dez horas da noite em casa” (*idem*, p. 737).

É razoável inferir que, muitos anos mais tarde, quando deu esse depoimento, Sydnei tenha lembrado de tantas coisas que lhe desagradavam na vida no Rio porque o pensava em contraste com a vida que o casal passou a ter em Curitiba. As distâncias eram muito menores e não se perdia, em deslocamentos, nada perto do tempo de transitar entre o subúrbio, a Vila Militar e o centro do Rio. Alguns minutos bastavam para ir de casa até o quartel do Bacacheri, onde servia. Pouco mais de um ano depois de ser transferido para Curitiba, Sydnei foi promovido a capitão e passou a desfrutar de

carona diária de casa para o quartel e vice-versa, em viatura do Exército. Tinha mais tempo livre em virtude dessas facilidades. Ainda com relação à vida profissional, viera transferido de um centro, a Capital da República, onde se tinha contato direto com tudo o que havia de mais atualizado, em termos técnicos, o que lhe foi importante para conseguir uma função, no quartel, do tipo que desejava, isto é, de instrução (sua predileção por funções ligadas ao ensino será discutida no quarto capítulo).

Da perspectiva analítica, a principal implicação da mudança foi o *reposicionamento social*. Ou seja, a simples transferência de um espaço social a outro modificou a *posição de classe*, mesmo que mantidas as mesmas *condições de classe* (o soldo, as prerrogativas objetivas do oficial etc.). Assumo, com Pierre Bourdieu, que em espaços sociais diferentes, como o eram o da capital da República e o da provinciana Curitiba, as mesmas *condições* – profissionais, de vida material – proporcionavam *posições* diferentes, pois as posições se definem no espaço social em relação às outras posições e ao sistema que compõem como um todo (BOURDIEU, 2007, p. 3-6).

Tem também peso importante nessa requalificação o *status* diferencial do oficial do Exército na Capital em contraposição a seu status relativamente maior na Curitiba dos anos 1950. É claro que é preciso levar em conta que o status do oficial militar, em geral, ganhava importância conforme o Exército se tornava ao mesmo tempo “moderador e participante” na política da Segunda República (McCANN, 2007, p. 557) – e, é claro, principalmente após o golpe de 1964. O status de oficial, ademais, potencializava o acesso a grupos tanto menos acessíveis quanto mais poderosos.

Um dos efeitos mais importantes do reposicionamento sobre a trajetória de Sydnei foi abrir as portas do convívio em círculos de posição social superior àqueles que, presumivelmente, devido à sua origem de classe, constituíam os relacionamentos do tenente Sydnei no Rio de Janeiro. Entretanto, seria muito difícil traçar o significado e a dimensão desse efeito levando em conta apenas uma ideia abstrata da nova posição enquanto oficial. E, sobretudo, ela não produziu efeitos sobre a trajetória senão em combinação com outro elemento, ainda mais importante.

A notícia que anunciava o casamento, no jornal do Rio de Janeiro, referiu-se a Maria de Lourdes como uma “*senhorita da sociedade curitibana*”. Uma pequena pesquisa nos anúncios de bodas do mesmo jornal, algumas semanas antes e algumas semanas depois da data do casamento, revela que, se informações sobre as profissões dos noivos eram comuns, aparecendo mais ou menos na metade das notas (incluindo várias

referências a patentes militares), uma qualificação do tipo “*da sociedade...*” não o era. Seguindo a pista da caracterização da noiva, veremos, a seguir, quem era Maria de Lourdes naquela “sociedade curitibana” – o que nos levará a indagar quem era a sua família –, já que o pertencimento a essa sociedade foi considerado digno de nota pelo redator do anúncio ou por quem porventura o tenha encomendado.

3.2 Uma senhorita “da sociedade curitibana”

Complementando o efeito de reposicionamento causado pela condição diferencial de oficial no novo espaço, houve o efeito da *inserção* na “sociedade curitibana” como membro da família da esposa. Passaremos a acompanhar, então, as histórias de alguns dos familiares de Maria de Lourdes Rangel, lançando mão de um pequeno estudo genealógico. É importante explorar o potencial explicativo das famílias, afinal, pelas linhas familiares e dependendo das posições relativas nessas linhas são transmitidos todos os tipos de capital. Elas são, portanto, bom indicador da reprodução das classes sociais ao longo do tempo e das vicissitudes desse processo. A análise permitirá ter uma ideia de como a família da esposa, “estabelecida” na sociedade local, pode ter influenciado a *inserção social*.

A análise que segue baseia-se em uma pesquisa dupla: genealógica e de trajetórias. O levantamento genealógico foi realizado, em parte, por meio de informações fornecidas por parentes do Coronel e, em parte (principalmente para os ascendentes mais antigos), por meio de consulta a registros religiosos de batismo e de casamento.⁸³ Já para os parentes mais próximos de Maria de Lourdes, tentei descobrir também algumas balizas que permitissem localizá-los na sociedade em que viveram, tendo conseguido reconstruir parcialmente as trajetórias de alguns deles.⁸⁴

⁸³ Consultei-os no portal *familisearch.org*. Os dados do portal são, frequentemente, incompletos. Mas foi possível confirmá-las e encadeá-las ao cotejar com outras fontes de informação.

⁸⁴ Esse procedimento foi possível porque um dos principais jornais curitibanos do século XIX e do começo do século XX tem, no momento, todas as suas edições digitalizadas disponíveis para consulta no portal da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Nas suas páginas encontrei registros da vida dos pais da esposa do Coronel, de seu ilustre tio paterno e de seu avô paterno.

3.2.1 Estabelecidos em Curitiba

O pai de Maria de Lourdes era Flavio Rangel. Nascido em 1897, estudou no *Collegio Paranaense* até 1909 ou 1910, fazendo ali o curso básico,⁸⁵ e terminou o curso intermediário em 1913 no *Collegio Santa Julia*. Formou-se com distinção, merecendo por ocasião de sua aprovação nos exames finais uma foto, ao lado de outros dois colegas, na primeira página do jornal curitibano *A Republica*.⁸⁶ Em 8 de setembro de 1920 o “digno moço sr. Flavio Rangel” casou-se com “a gentil senhorinha América Silva”.⁸⁷

Apenas no ano de 1929 é possível reencontrar a sua pista nas páginas de *A Republica*. Flavio aparece no jornal em cinco ocasiões ao longo do ano, todas relacionadas com o mesmo caso. Em 12 de janeiro, a prefeitura de Curitiba anunciou a ampliação das concessões para instalação de bombas de gasolina na cidade.⁸⁸ Carmello Rangel, irmão de Flavio, havia recebido recentemente a única concessão do tipo, em 10 de março de 1927, que, entretanto, obrigava-lhe a instalar dez bombas até o final de junho do mesmo ano – prazo que foi depois prorrogado até a metade do ano seguinte. Talvez desinteressado do negócio, Carmello repassou suas concessões em 3 de outubro do mesmo ano ao irmão Flavio e a um sócio dele, Francisco de Souza Netto. Flavio, por sua vez, saiu do negócio e repassou sua parte ao sócio em 8 de fevereiro de 1928, talvez prevendo a impossibilidade de cumprir o prazo para a instalação de novas bombas. Francisco, o ex-sócio, já sozinho no empreendimento, acabou entrando em conflito judicial com a prefeitura por não conseguir cumprir a meta até o prazo estipulado.⁸⁹ Nesse contexto foi que, em janeiro de 1929, a prefeitura acabou com a exclusividade de Francisco de Souza Netto no negócio e concedeu treze novas licenças de instalação e operação de bombas de gasolina; duas delas a Flavio Rangel.

⁸⁵ *A Republica*, Curitiba, 16 de dezembro de 1909, p. 2. No que se refere aos familiares de Maria de Lourdes e suas vidas em Curitiba, a pesquisa ficou quase totalmente restrita ao jornal *A Republica* porque, no momento, é o único que se encontra digitalizado, facilitando, assim, as pesquisas. A disponibilidade de *A Republica*, porém, é muito fortuita. Tratava-se do jornal oficial do Partido Republicano em Curitiba entre o final do século XIX e o início do XX. Sem dúvida encontra-se mais informações sobre Carmello Rangel, tio de Maria de Lourdes e republicano convicto – partidário do editor-chefe do jornal –, em *A Republica* do que se encontraria em qualquer outro jornal.

⁸⁶ *A Republica*, Curitiba, 15 de dezembro de 1913.

⁸⁷ *Idem*, 9 de setembro de 1920, s/p.

⁸⁸ *Idem*, 12 de janeiro de 1929, p. 4.

⁸⁹ *Idem*, 23 de fevereiro de 1929, s/p.

Esse “rolo” comercial é o único indício da atividade econômica do pai de Maria de Lourdes, que parece ter sido comerciante, possivelmente de pequeno porte. Cabe, por enquanto, destacar um fato do maior interesse: foi o irmão Carmello quem recebeu a concessão original de operação das bombas, tendo-a cedido a Flavio. Retornarei mais tarde a esse ponto.

Da esposa de Flavio, América Silva, *A Republica* registra apenas alguns momentos da sua trajetória escolar anterior ao casamento. Não há pistas sobre quem eram os seus familiares. América cursou o primeiro ano em 1902 na escola da normalista Candida do Nascimento Dias.⁹⁰ Em 1916, estava no curso intermediário do *Grupo Escolar Tiradentes*, que era então dirigido pela notória professora Júlia Wanderley.⁹¹ Talvez inspirada no exemplo dela, no começo de 1918 foi aprovada no exame de admissão e entrou para a Escola Normal.⁹² Em 1919, antes de terminar o curso,⁹³ foi nomeada professora adjunta do Grupo Escolar Oliveira Bello, em Curitiba.⁹⁴ Apenas no ano seguinte, 1920, já professora e com cerca de 25 anos de idade, é que se casou com Flavio Rangel. A filha Maria de Lourdes nasceu em 1922. Em 1928, ou seja, quando a filha tinha 6 anos, América assumiu o cargo de professora adjunta do jardim de infância “recentemente anexado à Escola Normal Secundária”.⁹⁵ Ela voltava, portanto, como professora, à instituição em que havia se formado, uma das mais importantes do estado. É certo que, em 1929, ainda ocupava o cargo.⁹⁶ América e Flavio tiveram, além de Maria de Lourdes, uma outra filha.

⁹⁰ *Idem*, 26 de novembro de 1902, p. 1.

⁹¹ *Idem*, 27 de novembro de 1916, p. 1. Júlia Wanderley foi a primeira aluna mulher da Escola Normal de Curitiba.

⁹² Arquivo Público do Paraná, coleção do Instituto Estadual de Educação Erasmo Pilotto – Escola Normal Secundária, Actas de exames de admissão, 1917-1935, ata de 18 de fevereiro de 1918. America Araujo e Silva parece ter sido seu nome de solteira, conforme consta na ata. O sobrenome Araujo não foi encontrado em nenhum outro documento. Sua aprovação no exame de admissão para a Escola Normal também foi registrada na edição de *A Republica* de 17 de setembro de 1918, p. 3.

⁹³ América ainda consta na lista de alunos examinados na instituição em 1919. Ver a edição de *A Republica* de 5 de dezembro de 1919, p. 1.

⁹⁴ *A Republica*, 26 de julho de 1919, p. 1.

⁹⁵ Arquivo Público do Paraná, coleção do Instituto Estadual de Educação Erasmo Pilotto – Livro de posse no cargo de professora da Escola Normal de Aplicação Secundária, “Promessa legal” de 3 de abril de 1928. América assumiu o cargo nessa data, mas foi nomeada um pouco antes, em 23 de março.

⁹⁶ *A Republica*, 12 de abril de 1929, p. 4.

As posições profissionais do casal, entretanto, parecem incompatíveis com a educação que Maria de Lourdes recebeu. Em entrevista concedida, aos 80 anos de idade, ao periódico institucional da Universidade Tuiuti, ela afirma:

A educação, na minha adolescência, era muito rígida. Meu pai (seguindo uma característica inerente à época) era muito controlador. Ele nos educou para sermos damas, ensinando-nos as regras de etiqueta e propiciando-nos requintada educação. Preceptoras vindas dos Estados Unidos foram responsáveis por minha alfabetização. Elas eram muito severas. Na juventude passei então a estudar no Colégio Inter Americano, com moças do mundo todo (PROMOVER, jul 2002, p. 10-11).

Ter as primeiras letras sob responsabilidade de preceptoras estrangeiras e estudar inglês durante a adolescência em uma escola internacional não seriam coisas comuns para uma filha de pequeno comerciante e professora normalista. Ainda mais considerando que América Rangel divorciou-se do marido Flavio, “lembrado pela filha como “muito controlador”, quando Maria de Lourdes e sua irmã ainda eram pequenas, o que deve ter gerado dificuldades econômicas ou mesmo uma queda de padrão de vida.⁹⁷

A esse respeito, uma das netas de Sydnei lembra, em entrevista, que a avó Maria de Lourdes e sua irmã “cresceram sob o estigma de serem filhas da divorciada”, em uma sociedade bastante conservadora a esse respeito. Acrescente-se a lembrança da mesma neta de que a família da avó era muito conhecida na cidade, e, aparentemente, bem inserida nos círculos sociais: a neta ouviu muitas histórias sobre festas e bailes e tem consciência de Maria de Lourdes “sempre se posicionou bem”, “frequentava muito e sempre teve muito jogo de cintura nessa questão social”. Entretanto, a família não era “abastada”.⁹⁸

A combinação de trânsito social, em festas e eventos da “sociedade curitibana” – ou seja, de status relativamente alto –, com situação econômica longe de “abastada” pode explicar porque, apesar de ter recebido uma educação de dama da classe alta, Maria de Lourdes formou-se no magistério e possivelmente trabalhou como professora antes de

⁹⁷ Desconheço quando ocorreu, bem como quaisquer outros detalhes sobre o divórcio.

⁹⁸ Entrevista de Ana Sylvia Pimentel ao autor em 23 de março de 2013. Ana é filha de uma filha adotiva de Sydnei e Maria de Lourdes e foi criada pelo casal após a morte precoce da mãe. Os filhos de Sydnei e Maria de Lourdes já eram crescidos na época.

se casar.⁹⁹ Soma-se a impressão dela própria, externada na mesma entrevista concedida aos 80 anos, de que sua educação foi determinante para que desenvolvesse uma visão de mundo mais aberta, “livre e não dependente apenas da família” (PROMOVER, jul 2010, p. 10).¹⁰⁰

Nesse sentido, adquirir uma profissão parece fundamental para a moça que prezava por certa liberdade. E a de professora era uma das poucas profissões concebíveis para a mulher de classe superior. Ou que, ao menos, tivesse incorporados certos recursos que a aproximavam da classe superior (e a inclinavam a aspirar a uma posição mais consolidada nessa classe), como a educação e o bom trânsito na “sociedade”.

Assim como a primeira concessão de Flavio Rangel no ramo de revenda de combustíveis foi-lhe repassada pelo irmão mais velho, Carmello, a educação de Maria de Lourdes (e, provavelmente, também a da sua irmã) foi patrocinada pelo tio. Carmello teve vários negócios em Curitiba e, assim como às vezes ganhava muito dinheiro, às vezes sofria revezes. Era com o dinheiro ganho nos períodos de prosperidade que Carmello bancava a educação requintada da sobrinha.¹⁰¹

Mas quem era esse tio? O primeiro registro da vida de Carmello que pude encontrar está no *Diário Oficial da República* de 7 de novembro de 1894. Carmello figura em uma extensa lista de homens – militares e civis – recompensados com “honras e postos em atenção aos serviços prestados à República durante a revolta”.¹⁰² Tratava-se da recém esmagada Revolta Federalista, em que o Paraná, mantendo-se leal à jovem república e a seu presidente, marechal Floriano Peixoto, impediu a passagem das tropas

⁹⁹ Um estudo sobre as origens sociais dos alunos e alunas do equivalente à Escola Normal de Curitiba na época também poderia esclarecer melhor essa questão.

¹⁰⁰ Maria Thereza Fontella, que seria esposa de João Goulart, também estudou em colégio americano, em Porto Alegre, entre 1944 e 1954, e relatou impressões semelhantes. Em contraste com o colégio de freiras em São Borja, na fronteira, onde antes estudara, tudo no Colégio Americano da capital a fascinava: “as professoras, as amigas, a educação que recebia, as prioridades dadas às crianças [...] tudo era bonito, sedutor” e, como em Curitiba, “algumas professoras vinham dos Estados Unidos” – o que deveria ser o máximo para aquelas moças, que não deixam de lembrar do fato quando relatam a experiência no colégio (FERREIRA, 2011, p. 44).

¹⁰¹ Entrevista concedida ao autor por Carlos Eduardo Rangel Santos, filho do Coronel Sydnei, em 23 de maio de 2013.

¹⁰² *Diário Oficial da União*, 7 de novembro de 1894, p. 4.237.

sulistas do caudilho Gumerindo Saraiva rumo à capital Rio de Janeiro.¹⁰³ Assim como fora em 1835-45, na Revolução Farroupilha, e em 1848 na Revolta Liberal, o Paraná ficou, em 1894, do lado do governo central contra a ameaça sulista (OLIVEIRA, 2001, p. 2-3). Não por acaso, em 1889 um dos três quartéis-generais do Exército ficava em Curitiba – os outros dois ficavam no Rio de Janeiro (McCANN, 2007, p. 39).¹⁰⁴ Carmello Rangel tinha 17 ou 18 anos e parece ter se alistado voluntariamente nas tropas legalistas. Após sua participação na campanha militar de 1894 – pode ter estado no combate da Lapa, o principal travado no Paraná –, foi um dos quase dois mil combatentes que recebeu de forma honorária a patente de alferes, que era o oficial de menor graduação, equivalente ao atual posto de tenente. Honorífica, a patente possivelmente não dava direito a receber os vencimentos relativos ao cargo.

Carmello era republicano convicto, do grupo de Vicente Machado, como atesta a nota por seu vigésimo aniversário em *A Republica*, jornal cujo redator era esse chefe político local:

Anniversario – completa hoje 20 primaveras, o nosso distincto amigo e intransigente correligionario sr. alferes Carmello Rangel. Tão jovem ainda já conta muitos serviços prestados à pátria republicana. Fazemos sinceros votos pela sua felicidade.¹⁰⁵

Descendente de importantes famílias do Paraná colonial, Vicente Machado bacharelou-se em Direito em São Paulo, foi professor, redator-chefe do jornal *A Republica*, ocupou diversos cargos públicos e governou o Paraná por duas vezes. Na primeira, às portas da Revolta Federalista, acabou fugindo do estado quando se viu desesperançado, retornando após a expulsão dos sulistas – assim, não é de admirar o seu reconhecimento por aqueles que, como Carmello, tomaram parte na campanha. Em seguida, Machado abriu mão do cargo de governador para se eleger senador. Em 1904

¹⁰³ Saraiva obteve uma vitória “pírrica” contra as tropas republicanas no cerco da Lapa, combate que proporcionou aos republicanos tempo para fortalecer outras posições. Após a conquista dessa cidade paranaense, as tropas de Saraiva acabaram se dispersando pelo interior. A atual 5ª Região Militar do Exército brasileiro, sediada em Curitiba, é alcunhada “Heróis da Lapa”, em memória desse feito.

¹⁰⁴ O Paraná era um importante centro militar em 1889. Contava com três das 53 unidades do Exército. Ficava atrás apenas do Rio Grande do Sul, que tinha 18, do Rio de Janeiro, com 10, e do Mato Grosso, com 5 (McCANN, 2007, p. 39). Considerando que a maioria das unidades estava situada na capital e nas fronteiras do país, não seria exagerado considerar que o Paraná era uma espécie de fronteira interna, protegendo a capital dos demais polos de concentração militar.

¹⁰⁵ *A Republica*, 12 de março de 1899, p. 1.

foi eleito para novamente governar o Paraná (CARNEIRO; VARGAS, 1994, p. 108-114). Carmello, que talvez não fosse exatamente membro de círculos políticos de tão alto nível, era pelo menos lembrado, apesar da sua pouca idade, como “amigo” e “correligionário” pelo periódico sob os cuidados de Vicente Machado. E fazia questão de cultivar a boa relação com o chefe político, como na ocasião em que, junto com alguns companheiros, assinou uma nota de boas-vindas ao então senador Vicente Machado, publicada n’*A Republica* por ocasião de seu regresso a Curitiba em 1897.¹⁰⁶

Os “muitos serviços prestados à pátria republicana” por Carmello, que foram lembrados no jornal em 1899, incluíam, também, outra sangrenta campanha militar. O tio de Maria de Lourdes formou nas fileiras do Exército no sertão baiano, em Canudos, três anos depois dos combates em solo paranaense. Alistou-se na única unidade do estado que foi destacada para o combate; era um dos 43 oficiais do 39º batalhão de Infantaria (McCANN, 2007, p. 81). Carmello serviu sob as ordens do general Arthur Oscar (CARNEIRO, 1995, p. 292), retratado por Frank McCann como um comandante medíocre, muito ambicioso e que levou suas tropas a travarem um dos combates mais desastrosos da campanha, mergulhando-as no cerco do inimigo. O ataque que romperia o cerco, após duas semanas de agonia,

também mancharia depois permanentemente a reputação do general Arthur Oscar. Aquele avanço custara 1014 baixas, ou quase um a cada três homens nas forças atacantes. Os feridos permaneceram horas expostos ao sol causticante antes que os poucos homens incumbidos de recolhê-los comessem a trabalhar. Muitos morreram de sede ou de hemorragia das feridas cobertas de moscas (McCANN, 2007, p. 92).

A experiência de Carmello Rangel com o Exército em Canudos, como alferes do 39º batalhão, foi terrível. Outro paranaense, companheiro seu de barraca, o também alferes Ângelo Sampaio, morreu no sertão e não retornou à sua terra. O próprio Carmello foi ferido duas vezes. Ao regressar o 39º batalhão a Curitiba, “apoiado em muletas vinha um moço de dezenove anos, combalido por graves ferimentos. Era Carmelo Rangel” (CARNEIRO, 1995, p. 292-293). Há notícia de que em 1912 Carmello alistou-se em um batalhão patriótico mais uma vez, agora rumo à Guerra do Contestado. A mesma edição de *A Republica* que anunciava, entre outros, seu alistamento trazia estampado um

¹⁰⁶ *Idem*, 12 de janeiro de 1897, p. 1.

telegrama remetido da frente de batalha que comunicava a morte do chefe de polícia paranaense João Gualberto em combate contra os “fanáticos” no território catarinense.¹⁰⁷

A lealdade à causa republicana e ao grupo do chefe político Vicente Machado certamente têm relação com as nomeações para cargos públicos que Carmello recebeu, ainda muito jovem, quando ainda não era comerciante. Pouco antes de partir para Canudos, Carmello foi nomeado ajudante do administrador da hospedaria de imigrantes de Curitiba. Tinha apenas 19 anos e assumia o lugar deixado por Julio Pernetta, escritor e irmão do famoso poeta Emiliano Pernetta.¹⁰⁸ Em 1900, alguns anos depois de Canudos, Carmello foi nomeado fiscal de bonde da prefeitura,¹⁰⁹ cargo que parece ter deixado em 1902.¹¹⁰

É de 1909, contando 32 anos de idade, o primeiro vestígio, na imprensa local, de Carmello como empresário. Recebeu naquele ano, da administração municipal, concessão para instalar e explorar “divertimentos” na praça Carlos Gomes, no centro de Curitiba.¹¹¹ Talvez em 1910 estivesse em boa situação econômica, pois por ocasião do 30º dia de falecimento do seu pai (e avô de Maria de Lourdes), João de Macedo Rangel, Carmello doou 25 mil-réis (25\$000) para a igreja em benefício dos pobres.¹¹² O fato de Carmello ter feito a doação “em seu nome e de sua excelentíssima família” pode sinalizar que ele era não apenas o filho mais velho do falecido, mas o membro da família em melhores condições.

Em 1912, sua empresa *Rangel & Co.* incluía um grupo de teatro¹¹³ e começou a anunciar sessões de cinema no antigo Theatro Guayra (não o atual, que começou a ser construído na década de 1950).¹¹⁴ No começo de 1914, ainda encontramos anúncios de espetáculos da sua companhia¹¹⁵ e, no final do mesmo ano, *A Republica* anuncia viagem

¹⁰⁷ *Idem*, 28 de outubro de 1912, p. 1.

¹⁰⁸ *Idem*, 10 de abril de 1896, p. 1.

¹⁰⁹ *Idem*, 12 de maio de 1900, p. 1.

¹¹⁰ *Idem*, 10 de fevereiro de 1902, p. 2.

¹¹¹ *Idem*, 3 de julho de 1909, p. 1.

¹¹² *Idem*, 23 de novembro de 1910, p. 2.

¹¹³ *Idem*, 19 de outubro de 1912, p. 2.

¹¹⁴ *Idem*, 21 de outubro de 1912, p. 1.

¹¹⁵ *Idem*, 9 de fevereiro de 1914.

de Carmello a negócios para Porto Alegre como “agente da sociedade mútua de seguros ‘A Goytacaz’ ”.¹¹⁶ Carmello não se confinava a um só ramo de atividade e tinha vários negócios, embora não seja possível saber, com certeza, se teve grande sucesso em qualquer um deles. A já mencionada concessão para operação de bombas de gasolina, que passou para o irmão Flavio, em 1927, deveria ser apenas mais um – e não deveria ser dos mais importantes.

Os feitos do tio Carmello Rangel foram determinantes para a formação recebida por Maria de Lourdes (e provavelmente, também, para sua irmã). Nesse sentido, a relativa prosperidade que o tio alcançou nos negócios – tributária de sua lealdade ao partido político dominante e, em especial, a seu chefe, Vicente Machado – converteu-se para a sobrinha em importantes investimentos educacionais. Os feitos de Carmello influenciaram fortemente a posição da família na sociedade curitibana, sob os aspectos econômico, de status e de possibilidades de reprodução social, por meio dos investimentos educacionais nas sobrinhas.

Entretanto, a posição da família não decorria exclusivamente do dinheiro e do reconhecimento de Carmello. Um breve estudo genealógico mostra que a esposa de Sydney descende de uma família tradicional da classe dominante paranaense: os “de Macedo”; muito embora, pelas informações levantadas, seus ascendentes próximos não estejam entre os membros mais ilustres da família. A linhagem de Maria de Lourdes deve ser uma daquelas tantas que, apesar de ligadas aos grupos dominantes, permaneceram periféricas nos processos de transmissão hereditária de capitais.

Seguindo a linha de hereditariedade paterna, o avô de Maria de Lourdes, pai de Flavio e Carmello, era João de Macedo Rangel, que parece ter tido pelo menos dez filhos e filhas. Casou-se em 1872 com Maria da Luz Ozorio, tendo cinco filhos, incluindo Carmello e Flavio. João ficou viúvo e voltou a se casar em 1884, com Maria da Glória Craveiro, tendo mais cinco filhos. Ele faleceu em 1910 e não foi possível descobrir exatamente de que vivia, mas uma publicação de registro eleitoral do ano de 1898 diz: “Carmello Rangel, 21 anos, filho de João M. Rangel, solteiro, negociante.”¹¹⁷ Ora, se já tão novo (e acabara de voltar de Canudos), Carmello era considerado negociante, é bem

¹¹⁶ *Idem*, 28 de dezembro de 1914, p. 2.

¹¹⁷ *Idem*, 11 de outubro de 1898, s/p.

possível que trabalhasse ou que tivesse uma parte nos negócios familiares e, portanto, que o pai também o fosse.

João de Macedo Rangel era, por sua vez, filho de José Maria de Macedo Rangel (bisavô de Maria de Lourdes), que em algum momento da vida deteve a patente de alferes do Exército. José Maria nasceu em 1814¹¹⁸ e foi casado com Rosa Maria da Conceição (bisavó de Maria de Lourdes), nascida em 1824 e batizada na Catedral de Curitiba. Ela era sobrinha de Eduardo Bento Ozorio, capitão do Exército, membro da Câmara Municipal de Curitiba (um dos “homens-bons” da colônia, portanto) e fundador de loja maçônica.

O bisavô de Maria de Lourdes, José Maria de Macedo Rangel, era filho de Manuel Antônio Rangel, que foi tenente-coronel do Exército, e Anna Joaquina de Macedo. Essa antepassada, trisavó da esposa de Sydnei, deve ter sido filha de um homem do tronco principal da família “de Macedo”, algo que certamente tinha significação social. Porque além de os filhos de Antônio e Anna terem sido batizados “de Macedo Rangel”, a geração seguinte manteve o mesmo sobrenome, já como nome composto – não ocultando o sobrenome de solteira da avó. A primeira geração em cujo nome foi plasmada essa opção foi a do avô de Maria de Lourdes, pai de Flavio e Carmello: João de Macedo Rangel. Os dois irmãos receberam também o sobrenome composto, mas é curioso que o “de Macedo” não apareceria em grande parte dos registros jornalísticos em que eles eram mencionados.

Merece destaque a recorrência das patentes militares na linha de ascendência masculina da família de Maria de Lourdes Rangel. É mais um elemento para compreender o fervor com que Carmello se lançou por três vezes a defender, como soldado, a República – parece que, em todas elas, como voluntário. O mais importante, todavia, é que provavelmente o tio Carmello era muito querido pelas sobrinhas; e a imagem do militar, como ele o fora – de certa forma – e como foram tantos outros ascendentes de sua linhagem paterna (fossem militares de fato ou apenas detentores de patentes honoríficas), pode ter exercido certo fascínio sobre a jovem Maria de Lourdes quando conheceu o tenente Sydnei. Como veremos um pouco adiante, todavia, a

¹¹⁸ José Maria de Macedo Rangel nasceu em São Paulo em 1814. Ou seja, é possível que tenha nascido, na verdade, em Curitiba, visto que a localidade pertencia, até 1853, à província de S. Paulo.

identificação com a figura de militar não impediu que, ao menos, parte da família da esposa não tenha aceitado facilmente seu casamento.

A ligação, ainda que longínqua, com a família “de Macedo” pode proporcionar mais indícios sobre a posição social de Maria de Lourdes. Trata-se de “uma das principais famílias históricas do Paraná”, pioneiros na ocupação e na liderança do processo de formação do estado. Seus ascendentes podem ser traçados até a fundação da vila de Curitiba, em 1693, quando “já detinham poder político”. Desde 1835 até hoje, cinco prefeitos de Curitiba eram pertencentes à família, incluindo o primeiro deles, que governou a partir daquele ano, e Rafael Greca de Macedo, prefeito de 1993 a 1996 (OLIVEIRA, 2001, p. 6; *idem*, p. 302). É uma das famílias que se mantêm há séculos estabelecidas no processo de formação da classe dominante local (*idem*, p. 11).

Assim como outras famílias tradicionais, sua reprodução na classe dominante local não se apoiou somente em meios que poderíamos chamar de “tradicionais” – como a propriedade da terra e a garantia de cargos políticos. Pelo contrário, a dominação reinventou-se. Algumas das marcas mais fortes de sua dominância podem ser encontradas justamente em um período considerado aquele que representou, por um lado, a decolagem econômica e a autonomização política do estado (CARNEIRO, 1963, p. 96) e, por outro, a transição da economia paranaense do escravismo para o capitalismo (IANNI, 1962, p. 128-130): o ciclo econômico da indústria da erva-mate.

Mesmo que sua produção tenha sido organizada progressivamente em moldes capitalistas, forçando uma “racionalização” da economia (*ibidem*), a erva-mate representou mais uma “modernização conservadora” do que uma “revolução burguesa” (OLIVEIRA, 2001, p. 68). Mais ainda do que em São Paulo, e até mesmo ao contrário do que aconteceu lá,

[...] onde a origem social da burguesia nacional está mais relacionada com os imigrantes, [...] [no] Paraná as famílias tradicionais e históricas participam e promovem aspectos fundamentais no processo de modernização e industrialização regional. Com isto, a continuidade da classe dominante vinda do período colonial será muito mais substancial” (*idem*, p. 68-69).

Ao longo do século de prosperidade do mate no Paraná (mais ou menos de 1820 a 1920 [*idem*, p. 73]), pode-se encontrar membros da família “de Macedo” em posse de vários engenhos. Em 1830, Manuel Ribeiro de Macedo era senhor de um engenho de mate no litoral (*idem*, p. 85). Em 1880, José Ribeiro de Macedo, muito provavelmente seu

descendente direto, era ainda proprietário de engenho no litoral, talvez a mesma propriedade; três outros “de Macedo” eram donos de três dos onze engenhos de Campo Largo, nas proximidades de Curitiba e outro membro da família possuía um engenho na própria capital (*idem*, p. 89). Observa-se, portanto, a transmissão de substantivo capital econômico ao longo de algumas linhas de hereditariedade; como também de capital social e, em suma, simbólico, levando-se em conta a reiterada afirmação da legitimidade da sua posição dominante nas várias eleições de seus membros para a representação máxima do município.

O ramo de que descendia Maria de Lourdes, entretanto, não era ligado diretamente, pelo que pude constatar, a nenhum desses homens. Tampouco qualquer dos seus ascendentes aparece entre os mais de 50 indivíduos destacados da família, listados por Ricardo Costa de Oliveira (*idem*, p. p. 402-405). O nome foi transmitido ao longo de duas ou três gerações, a partir de uma remota ascendente mulher – talvez filha de um homem poderoso da família –, para desaparecer, provavelmente, na geração de Maria de Lourdes e sua irmã. Assim, os parentes mais próximos de Maria de Lourdes não compunham, como aqueles membros mais destacados da família, o que Oliveira elencou como o núcleo da classe dominante tradicional no Paraná.

O parentesco mais distante, porém, ainda pode ter proporcionado vantagens, na forma de “heranças” mais ou menos palpáveis. Desde a transmissão de capital econômico ou cultural, passando, por exemplo, pelo negócio familiar que Carmello provavelmente herdou do pai, ou ainda pelos cargos e concessões públicos que recebeu da prefeitura e que foram cruciais para a educação de alto nível que financiou às sobrinhas (é verdade que a lealdade política ao chefe republicano local deve ter tido uma influência mais direta nesse sentido, mas, muito possivelmente, não exclusiva, somando-se às demais). A transmissão de capitais pelo parentesco poderia ocorrer, até, em termos dos contatos e redes de conhecidos, facilitando o acesso a círculos fechados em clubes, festas e instituições – um rol de vantagens que compõe importante soma de capital social. Aliás, parece ser precisamente esse o sentido tanto da expressão usada na nota de casamento de Sydnei e Maria de Lourdes veiculada pelo jornal carioca quanto da afirmação da neta do casal, que lembrou que a avó tinha muito bom trânsito social. Ser “da sociedade curitibana”, no caso, representa alguma inserção na classe dominante local, mesmo que de forma indireta – significando pouco mais do que a convivência em determinadas situações como festas – e por intermédio de remotas ligações familiares.

O prestígio e a relativa prosperidade econômica do tio Carmello devem ter propiciado alguma reinserção nos círculos sociais dominantes. Pode-se interpretar nesse sentido os esforços que descrevem uma estratégia familiar de conversão do capital econômico conquistado – mesmo que volátil – em capital cultural. Talvez uma nova injeção de recursos na família fosse encarada como capaz de complementar sua antiguidade na sociedade local e o status conquistado pelo tio, podendo alçá-la, em uma geração seguinte – por intermédio do casamento de uma moça da família, digamos –, àquele que seria “o seu devido lugar”.

Qualquer que fosse a estratégia familiar de reclassificação social, a posição da família tinha um fundamento principal: era “estabelecida”, no sentido de Norbert Elias e John Scotson (2000). Nos termos dos autores isso quer dizer que, em função da antiguidade na comunidade local, a família formava parte de uma rede de famílias dominantes. Sua identidade, enquanto grupo, baseava-se na antiguidade e no compartilhamento de uma história comum – passando pelos seus ascendentes – que, sem surpresa, deveriam gerar o sentimento de possuírem direito à dominação no “seu” espaço. Já o poder sobre o grupo dos “de fora”, os *outsiders*, seria exercido, no caso-limite de não haver nenhuma diferença de poder econômico, por meio da estigmatização e do correlato reconhecimento mútuo da excelência social dos estabelecidos. De fato, os principais instrumentos da dominação seriam, nesse caso, a abertura ou fechamento dos círculos de convivência e o teor das relações sociais no interior desses círculos e entre os distintos círculos. Nessas relações seriam gestadas as categorias e classificações que estigmatizam, culpam e desvalorizam ou, então, que reconhecem a excelência, relevam os comportamentos equivocados e elogiam os grupos e indivíduos.

A perspectiva de Elias e Scotson, que leva em consideração exclusivamente o status em função do pertencimento à comunidade, é útil para compreender um dos aspectos da posição da família de Maria de Lourdes. É que independente das flutuações dos recursos familiares que definem outras dimensões do posicionamento no espaço social, como os capitais econômico e cultural, o status dos membros da família deve ter permanecido mais ou menos resguardado, por formar parte do grupo estabelecido da comunidade. Assim, torna-se possível compreender a direção do investimento familiar em Maria de Lourdes, educada para ser uma “dama”. Se a expectativa era mesmo de que a moça se casasse no interior da classe dominante local, o investimento cultural requeria, como complemento necessário, acesso aos círculos sociais frequentados por essa classe;

acesso que, para uma família que não era rica, apenas poderia ser garantido por se tratar de uma família estabelecida.

3.2.2 Desafiando as expectativas familiares

Para a família de Maria de Lourdes, a educação proporcionada à moça pode ter sido sentida, após o casamento com Sydnei, como uma faca de dois gumes. Por um lado, como vimos, representava uma espécie de investimento. Por outro, ao contrário, pode ter parecido gerar, ao menos em um primeiro momento, o próprio fracasso enquanto investimento.

É que o exemplo e a companhia de moças “do mundo todo”, “de culturas diversas” e que “levavam vidas mais livres e comunicativas” (PROMOVER, jul 2002, p. 10) devem tê-la predisposto a questionar os preconceitos familiares e da sociedade em que vivia, terminando, mais tarde, por afrontá-los. Segundo ela:

em minha juventude, nós não éramos consultadas pelos nossos pais; fazíamos o que eles queriam. Jamais eu poderia pensar que um dia eu seria professora e que iria casar com um educador. Os nossos pais pensavam pela gente (*ibidem*).

A educação diferenciada é o fundamento de dois elementos que são colocados lado a lado por Maria de Lourdes em termos de importância na conformação do seu destino. Primeiro, a abertura da visão de mundo por meio do contato com círculos sociais alternativos àqueles mais imediatamente acessíveis. Segundo, e que, em parte, decorre do primeiro, a disposição para desafiar as expectativas familiares sobre a sua vida – assim como, também, as próprias expectativas, certamente condicionadas pelas expectativas abrangentes. Os dois elementos decorrentes da educação que recebeu determinaram, por sua vez, dois desenlaces inesperados, segundo ela própria: tornar-se professora e casar-se com um educador.

É difícil concordar que se tornar professora fosse realmente uma surpresa para a família. Ou até mesmo um problema, já que se pode depreender das palavras da própria Maria de Lourdes que “os pais” não queriam que fosse professora. Afinal, América, a sua mãe, formou-se na Escola de Professores, futura Escola Normal – mesma instituição em que a filha mais tarde veio a se formar – e foi professora, senão ao longo de toda a vida, ao menos por boa parte dela. Já era professora antes do nascimento da filha e foi

empossada em uma das principais instituições públicas do estado quando a filha tinha 7 anos de idade. Entrando para uma boa instituição, não deve ter desistido tão cedo. Ainda mais porque, ao que parece, não tardou a se divorciar – ou já era divorciada. Seguindo o exemplo materno, é difícil imaginar onde estaria a surpresa, principalmente considerando que Maria de Lourdes prezava, desde jovem, pela independência em relação à família e que uma mulher profissional, com filhas e divorciada dificilmente poderia ser melhor símbolo de independência feminina em uma sociedade conservadora. O magistério parece, desse ponto de vista, uma escolha bastante natural para a filha.

Pode-se arriscar uma hipótese sobre a surpresa que a escolha pelo magistério acarretou. Já que foi o tio paterno Carmello quem bancou a educação da sobrinha, ele, assim como a família paterna em geral, deveria cultivar certas ambições para ela – como, por exemplo, o casamento dentro da classe dominante local. Nesse caso, adquirir uma profissão era algo supérfluo, ou até mesmo desvantajoso. Suponhamos que essa hipótese seja correta, isto é, que a escolha de Maria de Lourdes por uma profissão – o magistério – tenha decepcionado as ambições (e os investimentos) que parte da família depositava nela. Sabendo-se, então, que a escolha consistia justamente em seguir a trajetória materna, devemos imaginar que havia importante distância social entre as famílias paterna e materna de Maria de Lourdes. Mas, se havia a ambição familiar de que a moça se casasse no interior da classe dominante curitibana, ela foi menos afrontada pelo encaminhamento para o magistério do que pelo casamento, no Rio de Janeiro – longe da família – com um “educador”. A disposição de Maria de Lourdes para enfrentar as expectativas parecia cada vez maior.

Sydnei não era “educador” quando se casaram, mas militar. Muito jovem, ainda no começo da carreira e de uma família modesta e sem maior significação social – muito menos em Curitiba –, sua posição social poderia ser motivo suficiente para que se frustrasse profundamente a parte mais ambiciosa da família da noiva. Mas o que parece ter sido mais traumático para os familiares de Maria de Lourdes é o fato de Sydnei ser negro. Por isso, quando comenta o malogro das expectativas nela depositadas, ao afirmar que não poderia imaginar que se casaria com um “educador”, talvez Maria de Lourdes tivesse em mente que não poderia imaginar que se casaria com um negro.

De fato, parte da família dela não aceitou Sydnei com facilidade. Sabendo o que a esperava, essa deve ter sido uma das razões pelas quais resolveu se casar no Rio. O mais

provável, dado o cenário, é que o tio em cuja casa Maria de Lourdes se hospedava no Rio fosse irmão da mãe. Pois a família da mãe, ao que tudo indica, não era tradicionalmente curitibana e tinha uma posição social inferior à família paterna. O tio, inclusive, morava muito próximo da casa dos pais de Sydnei e, portanto, deveria ter um nível de vida semelhante. Presumivelmente, a questão da cor seria, para ele, muito menos problemática do que para o lado paterno da família.

A reação da avó paterna de Maria de Lourdes evidencia que, do lado curitibano, a questão era, sim, um problema. A avó era “muito preconceituosa” e foi contrária ao casamento. Mas, como gostava muito da neta, e como acabou também gostando de Sydnei depois de conhecê-lo melhor, finalmente se conformou com a situação. No entanto, “negava que ele fosse negro [...] é como se ela fingisse que não via, para aceitar”. Demorou muito para que o desconforto fosse superado, ou ao menos atenuado.¹¹⁹ Por ironia, quando já começava a ter algum sucesso nos negócios, foi Sydnei quem auxiliou a família da esposa nos momentos em que passaram por dificuldades econômicas.¹²⁰

Maria de Lourdes frustrou algumas das expectativas nela depositadas pela família, em especial do lado paterno – seja por ter seguido o magistério, seja por ter casado com um homem mais novo, forasteiro, oficial em início de carreira e negro. Não seria por meio do casamento de uma das meninas no interior da classe dominante local que se consolidariam as ligações da família naquele meio. No longo prazo, no entanto, e por caminhos inimagináveis, o desígnio seria, de certa forma, alcançado.

3.3 Inserção nas entrelinhas da rearticulação da ideologia racial em Curitiba

Não foi somente por meio da rejeição inicial manifestada por alguns dos familiares de Maria de Lourdes que Sydnei travou contato com as linhas raciais vigentes na capital do Paraná. Algumas situações que ocorriam em público deixavam claro que a cor dificultaria a inserção social.

Os passeios com a esposa eram ocasiões especialmente críticas. Era frequente, sobretudo antes de Sydnei ficar mais conhecido, que pessoas na rua olhassem ostensivamente para o casal, por vezes comentando indiscretamente com algum

¹¹⁹ Entrevista de Ana Sylvia Pimentel ao autor.

¹²⁰ Entrevista de Carlos Eduardo Rangel Santos ao autor.

acompanhante. Quando caminhavam na rua XV de Novembro, um dos passeios de Curitiba, e se aproximavam dos cafés e lancherias apinhados de gente, a situação algumas vezes se tornava escandalosa, recaindo sobre eles muitos olhares, desde os curiosos até os mais maliciosos. Mas nem sempre a situação se limitava ao desconforto. Às vezes chegavam a ouvir brincadeiras e, até mesmo, dirigiam-lhes ofensas diretas – em especial, à mulher. A situação ficava pior porque Sydnei, quando novo, era magro e não muito alto; aproveitando-se da vantagem física, “alemães de dois metros” sentiam-se ainda mais à vontade para “mexer” com eles na rua.¹²¹

Em algum momento, Sydnei decidiu que enfrentaria o incômodo causado por essas situações saindo de casa, mesmo que a passeio, usando farda e armado – possivelmente deixando bem visível a arma que portava (CARVALHO, 2008). Resolveu lidar com os episódios pontuais (embora, talvez, frequentes) de racismo *vestindo* a autoridade da condição de oficial, para que até o mais desavisado pudesse entender que não se tratava de qualquer um. Era preciso deixar visíveis, figurando junto com a cor, os símbolos da posição social. É interessante que, à parte constituir uma atitude de enfrentamento, não deixava de ser uma forma de se esconder na figura de autoridade; uma tentativa de tornar a questão da cor irrelevante por trás dessa figura.

A imaginação e a argúcia de Gilberto Freyre fizeram-no ver o emprego da farda pelo negro, para finalidades honoríficas, em personagens do século XIX: “farda agradável à sua vaidade de igualar-se ao branco pelas insígnias de autoridade e de mando e, ao mesmo tempo, instrumento de poder e elemento de força nas suas mãos inquietas” (FREYRE, 1977, p. 587). Mas acredito que, no caso de Sydnei, não se tratava de vaidade. Nossa diferença de posição está na diferença entre a maneira como Freyre entendia o propósito de “igualar-se ao branco” pela farda na sociedade Imperial e a maneira como entendo que o mesmo propósito de “igualdade” constituía, na Segunda República, uma forma típica de reação ao racismo; reação que se mantinha, é verdade, no marco da ideologia da democracia racial. Abordei esse ponto noutro lugar, mas é importante lembrar: poucos anos após a queda do Estado Novo, que suprimiu a mobilização partidária negra, não havia em circulação retóricas de igualdade e de inclusão que não se apoiassem na perspectiva hegemônica da democracia racial. Ou seja, o tema

¹²¹ As informações também provêm da entrevista realizada pelo autor com Carlos Eduardo Rangel Santos. Exceto sobre a situação durante os passeios na Rua XV, que me foi relatada em conversas informais.

propriamente racial não podia entrar em pauta, e a discriminação era vista não como questão política, como *locus* de confronto, mas como preconceito pessoal, de desinformação, ignorância e, mesmo, de estrangeirismo. Era, portanto, praticamente uma não-questão. Talvez escapar ao problema da cor – na verdade, ao racismo – sobrepondo-lhe uma marca social ainda mais forte fosse a única alternativa, ao mesmo tempo ativa e realista, no horizonte de Sydnei. Mas não deixava de ser mais uma modalidade daquela forma de enfrentar o problema apenas silenciosamente.

Os episódios de racismo que Sydnei enfrentou naqueles primeiros anos em Curitiba, conforme descritos acima, eram, por vezes, de uma hostilidade quase aberta; e quando começou a se vestir de capitão para passear, havia hostilidade de ambos os lados, tanto por parte de quem atacava quanto – mais em potencial, em forma de aviso – por parte de quem se defendia. Não é difícil de imaginar que algumas situações podiam até beirar o confronto. É interessante que a tensão dessas situações contrasta bastante com o caráter tipicamente velado do racismo no Brasil.

Ao justificar o que ocorria, o mesmo filho do Coronel que contou sobre os passeios oferece uma boa pista sobre como pensar a situação racial da Curitiba dos anos 1950 e a reação do pai, que, “em 1951, chegou a uma Curitiba dominada por alemães, poloneses e italianos” (*ibidem*). Tratava-se de uma realidade racial distinta daquela que ele vivenciara, até então, no Rio de Janeiro. A farda e a arma certamente serviam para dissuadir as eclosões pontuais de uma situação tensa, que ele deveria sentir agudamente em função do contraste. Mas será que a reação do capitão Sydnei, ostentando a autoridade de militar, não tocava, também, em outros aspectos daquela particular realidade racial, que estava em plena transformação quando Sydnei chegou a Curitiba, em 1951?

Assumo, com Howard Winant e Michael Omi, que “raça” é um conceito sócio-histórico e que, assim, o seu significado e, mais especificamente, as categorias raciais que o dão expressão definida, são “formadas, transformadas, destruídas e reformadas” ao longo de processos históricos. O processo por meio do qual “forças sociais, econômicas e políticas determinam o conteúdo e a importância das categorias raciais e pelo qual, por sua vez, essas forças são determinadas pelos significados raciais” é designado pelos autores como *formação racial* (OMI; WINANT, 1986, p. 60-61).

É possível compreender a transformação pela qual as ideias raciais passavam no Paraná dos anos 1950 abordando um dos aspectos do processo de formação racial

naquele momento: isto é, analisando uma obra influente de um intelectual local que propunha, nos termos de Omi e Winant, a “rearticulação da ideologia racial pré-existente”, ao mesmo tempo “desorganizando a ideologia dominante e construindo um marco alternativo” (*idem*, p. 84-85). A ideologia da democracia racial encontrava-se em pleno auge de sua força, com o descrédito do racismo¹²² nos anos posteriores à barbárie da Segunda Guerra Mundial. Gilberto Freyre tornara-se o grande intérprete de um país em que não haveria preconceito propriamente de raça, a UNESCO patrocinava seminários e publicações antirracistas de intelectuais como Lévi-Strauss, além de pesquisas no suposto “paraíso racial” que seria o Brasil, e Emílio Willems lançava sua obra sobre a “aculturação dos alemães” no país.

Quanto aos debates sobre raça, é esse o caldo de influências de *Um Brasil diferente*, obra escrita pelo crítico literário radicado em Curitiba Wilson Martins e publicada em 1955. Sua tese principal era que o Paraná seria uma região singular do Brasil, e mesmo do Sul, devido ao fato de que sua população originara-se, em grande medida, da imigração europeia mais ou menos recente (os maiores surtos tendo ocorrido havia menos de três quartos de século em 1955) e de origem variada (poloneses, alemães, ucranianos, italianos, russos, franceses, etc.). Com essa tese, Wilson Martins desejava contrastar à maior obra de Gilberto Freyre – *Casa grande & senzala* – a formação de um complexo cultural distinto daquele do Brasil colonial, racialmente mestiço; uma “cultura” nova formada exclusivamente a partir das contribuições das “etnias” europeias. Apesar de o foco de Martins ser o estado do Paraná – mais especificamente, a cidade de Curitiba –, ele acreditava que a ideia poderia ser verdadeira, em linhas gerais, para toda a região Sul. Era uma voz que destoava do consenso sobre a democracia racial; mas não a criticando nos pontos que, hoje, já são quase lugares comuns – tratava-se de uma ideologia conservadora socialmente, que encobre o racismo etc. –, e sim tentando

¹²² Por “racismo”, refiro-me ao emprego de qualquer tipo de categoria racial, mesmo que para fins de investigação e denúncia do racismo. Um exemplo de como o antirracismo (recusar totalmente o uso de categorias raciais) não implica automaticamente em antirracismo é o elogio de Arthur Ramos ao pioneirismo e à “atualidade”, no final dos anos 1930, dos estudos de Nina Rodrigues sobre o negro. Segundo Ramos, bastaria ler “cultura” onde Rodrigues escrevera “raça” e sua cientificidade estaria mantida (GUIMARÃES, 2013, p. 6).

recriar, em seus mesmos moldes, uma narrativa alternativa igualmente conservadora e racista.¹²³

Considerando diminuto o peso da escravidão na história da formação do Paraná, Martins situava na ocupação por estrangeiros o seu verdadeiro ponto de origem, propondo que, assim, “sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira” (MARTINS, 1989 [1955], p. 446). Não seria, se o objetivo de Martins fosse colocar a história da região à parte da brasileira. Mas seu propósito era outro: defender que o surgimento do “homem paranaense” a partir da *aculturação* dos diversos grupos de imigrantes constituíra uma nova dimensão da nacionalidade brasileira. Irredutível à brasilidade “mestiça”, mas não menos autêntica. Martins não precisou se defrontar com o problema da *amalgamação* (ou seja, da “mistura biológica”), pois considerava que todos os elementos básicos da fusão eram brancos. Era simples, portanto, tratá-la como uma questão exclusivamente cultural.

Um Brasil diferente sintetizava uma fórmula identitária que acabou por se enraizar no senso comum.¹²⁴ Ao fazê-lo, representou a radicalização intelectual de um processo mais abrangente de *racialização* da identidade local. Seguindo Omi e Winant, pode-se considerar que a racialização é a extensão de significação racial a relações, práticas ou grupos que anteriormente não eram racialmente classificados (OMI; WINANT, 1986, p. 64). Foi precisamente esse o caso do “homem paranaense” na obra de Martins. Surgido da homogeneização, por *aculturação*, dos grupos das diversas “etnias” europeias, sua particularidade fundamental, no entanto, e que o diferenciaria do brasileiro tradicional, era ser exclusivamente branco.

A branquidade construída na obra de Martins revela um deslocamento importante na questão do pertencimento. O “homem paranaense” seria uma nova forma de ser branco “puro” e, ao mesmo tempo, autenticamente brasileiro. Tal redefinição conceitual, por um lado, conferia inclusão plena na nacionalidade para os descendentes de

¹²³ Apesar do propósito de contestar que o complexo cultural “brasileiro” descrito em *Casa grande & senzala* valesse para o Sul do país, Martins apoiava-se conceitualmente no culturalismo de Freyre, que considerava acertado. Por isso, o conceito central que empregou, e que servia para descrever a formação do complexo cultural propriamente paranaense, foi o de *aculturação*, emprestado da obra de Emílio Willems *A aculturação dos alemães no Brasil*.

¹²⁴ A obra de Martins já foi várias vezes apontada como marco da formulação de uma síntese identitária local tão difundida e persistente quanto estimuladora de práticas racistas (MORAES; SOUZA, 1999; SOUZA, 2003; MARCHIORI, 2009).

imigrantes. Por outro, em função da suposta pureza branca da população local, a redefinição permitia até mesmo aos seus elementos que, embora brancos, não reivindicam origem estrangeira, a inclusão na identidade branca estrangeirizada. Trata-se do processo de construção da identidade sulista.

Pretendo estudar melhor essa questão em outros trabalhos, mas posso aqui sugerir uma hipótese que me parece promissora. Pesquisas recentes sobre a formação da branquidade nos Estados Unidos mostraram que as levas de “novos imigrantes”, como eles chamam os contingentes de europeus que chegaram à América entre a segunda metade do século XIX e as primeiras três décadas do século XX (o mesmo contingente, portanto, de que trata Wilson Martins), não foram imediatamente incorporados como autênticos “americanos”. Vicejou, inclusive, uma ciência racial preocupada em esquadriñar as diferenças entre o estoque de imigrantes pioneiros, a “raça anglo-saxã”, e os novos estoques: “teutos”, “hebreus”, “celtas”, “ibéricos”, “eslavos” etc. É claro que todas essas últimas categorias eram intermediárias entre os verdadeiros “brancos” e os “negros” e serviam para regular privilégios e até o exercício da cidadania. Em algum momento, no entanto, todas aquelas sub-raças “brancas” acabaram sumindo do debate público e foram subsumidas na categoria “caucasiano” (JACOBSON, 1998). Uma das sugestões mais interessantes a esse respeito é que a unificação na categoria “caucasiano”, um claro movimento na direção da formação da branquidade (*whiteness*) hoje vigente nos Estados Unidos, significou uma espécie de concessão da classe dominante branca, aceitando a branquidade dos novos imigrantes, em nome da manutenção da rígida fratura racial que ainda hoje divide aquele país (ROEDIGER, 2005, p. 12).

Gostaria de sugerir que a obra de Martins se inscreve em um processo de formação racial que tem alguns paralelos. Por exemplo, certo estranhamento inicial com que mesmo os imigrantes europeus foram encarados por algum tempo, embora as diferenças não se tenham traduzido em um esquadriñamento racial tão rigoroso. Mas, sobretudo, que sua incorporação a uma nova ideia de branquidade, que os incluía lado a lado com os brasileiros de origem portuguesa, respondia também à manutenção de uma fratura racial entre brancos e negros. A diferença é que, no Brasil, os imigrantes europeus não podiam ser considerados, mesmo a princípio, menos brancos do que a classe dominante branca de origem colonial; bem pelo contrário. E, portanto, a formação da branquidade ocorreu de forma distinta. É cedo para fechar a questão, mas penso que,

muito menos do que uma “concessão”, o que aconteceu se pareceu mais com uma solução em que ambas as partes ganhavam: a classe dominante branca colonial, menos “branca”, permitia aos imigrantes aceder às posições dominantes na sociedade que, até então, haviam sido praticamente exclusividade sua; os imigrantes e seus descendentes, por sua vez, mais “brancos”, não levantariam fraturas raciais “internas” à branquidade.

O “homem paranaense” de Martins era, de certa forma, produto desse arranjo. Mas, não menos importante, o arranjo situava-se no interior de um processo de formação racial em uma região periférica do país, cujos termos foram formulados desde o princípio em contraposição a uma definição hegemônica de brasilidade: a do povo mestiço.

É possível compreender à luz dessa hipótese a relativa hostilidade que permeava as situações de conflito racial com que Sydnei se defrontou nos primeiros anos em Curitiba. Realizava-se um fechamento identitário em torno da branquidade, inclusive surgindo uma formulação sintética e bem argumentada que tratava, especificamente, do caso do Paraná. Mas a situação racial era, também, relativamente pouco consolidada e poderia apresentar ambiguidades, oferecendo brechas à afirmação e valorização, por exemplo, de uma identidade “brasileira” por parte do jovem oficial Sydnei, isto é, como representante da nacionalidade hegemônica em contraposição à branquidade local. Ainda mais porque, por um lado, Sydnei era nascido na capital do país, nada menos do que a cidade que veio a quase monopolizar a definição dos caracteres da autêntica brasilidade; por outro, porque era um membro da elite do Exército – ou, pelo menos, um postulante.

Basta notar, a esse respeito, que, pelo menos até 1930, o Exército era a única instituição realmente nacional (McCANN, 2007, p. 10-11). Se, depois de 1930, instituições como os partidos políticos e a estrutura do Estado passaram a se “nacionalizar” – em termos de centralização e alcance –, as Forças Armadas e, em especial, o Exército, permaneceram como um dos grandes articuladores da circulação de uma elite pelo território nacional. Soma-se que, naquela altura, após importantes mudanças na formação dos oficiais, cuja principal novidade foi a criação de uma grande escola militar, a de Resende (1944), a elite militar tinha certa homogeneidade, forjada por meio de uma “tradição aglutinadora” (*idem*, p. 13). Além disso, gozava de prestígio reconhecido em todo o território nacional.

Sydnei, portanto, apesar de chegar como um “estranho” naquela cidade pequena, tinha o suporte de ser reconhecido, logo de início, como membro de uma importante instituição. E não apenas membro, mas parte da elite. Além disso, o caráter nacional do Exército conferia um reconhecimento que podia passar por sobre as particularidades individuais: o corpo de oficiais era, em primeiro lugar, a própria “pátria armada”. Se, de uma parte, a integração plena à comunidade local – enquanto uma dimensão particular do Brasil – passava, de fato, pelo crivo da branquidade e da europeidade, por outra, o pertencimento a uma instituição como o Exército poderia muito bem se sobrepor a esse localismo, proporcionando a integração, o pertencimento e a percepção de plena cidadania não em relação a uma dimensão local da nacionalidade, mas sim em relação à própria ideia hegemônica de nacionalidade. É evidente, no entanto, que a inserção de Sydnei em Curitiba não foi livre de conflitos.

Foram essas as condições da entrada de Sydnei no espaço social da Curitiba dos anos 1950. Seu aspecto mais importante foi a *inserção social* particular que o colocou, quase imediatamente, senão como membro da classe alta, ao menos como indivíduo – ou talvez, melhor, como casal – que tinha algum trânsito na “boa sociedade” da cidade pequena.

Sydnei era negro e Curitiba uma cidade em que as ideias raciais estavam especialmente “à flor da pele”: mais especificamente, desenrolava-se naquele momento o processo de formação de uma identidade local manifestamente branca. Configurava-se uma situação desfavorável à sua inserção social, ainda que a condição de militar proporcionasse também contrapesos nesse âmbito. De concreto, pode-se mencionar a autoridade com que resolveu se impor para lidar com as ofensas pessoais, ao sair de casa fardado. Além disso, poderia ser possível a Sydnei mobilizar uma espécie de identidade autenticamente brasileira, em oposição à variante identitária local (que passava por pleno processo de formulação e consolidação). A possibilidade tem mais sentido na medida em que o Exército era uma das instituições verdadeiramente nacionais (em termos simbólicos, mas também de centralização, alcance e circulação da sua elite pelo território).

Chegar à cidade casado com uma branca deve ter sido, porém, o fato mais importante. Por mais que se tenham desencadeado situações de tensão racial aberta, os indícios apontam que elas ocorreram mais tipicamente no espaço público, em interações com desconhecidos. Acho menos provável que tais tensões permeassem as interações pessoais e, nesse sentido, o casamento com uma branca pode ter absorvido alguns dos efeitos da discriminação racial. É preciso lembrar que Sydnei foi, a princípio, rejeitado por parte da família da esposa em virtude da sua cor. Nesse nível pessoal de relação, contudo, a questão, se chegava a se tornar um problema, resolvia-se, possivelmente, de maneira menos tensa, mais evasiva: como no caso da avó de Maria de Lourdes, que, como gostou do marido da neta quando o conheceu pessoalmente, passou a negar que fosse negro. O casamento também precedia o “embranquecimento” físico ao longo das gerações seguintes, uma das formas típicas de embranquecimento social permitida por nosso sistema de classificação racial, abrindo, assim, as portas à “promoção de classe”, nas palavras de Oracy Nogueira.¹²⁵

Ao menos tão importante quanto o fato de a esposa ser branca era a condição “estabelecida” da sua família na sociedade curitibana, que gozava de certa antiguidade e reconhecimento social. Embora sua situação econômica fosse instável, a família tinha acesso a círculos mais restritos da “sociedade” curitibana, nos quais Maria de Lourdes foi criada, detendo importante capital social. Esse trunfo, aliado aos que Sydnei passaria a acumular por outras vias – em especial, pela condição de membro da elite militar – constituiria o fundamento da consolidação, ao longo dos anos seguintes, de uma posição de classe dominante no espaço social curitibano.

¹²⁵ “O branqueamento através das gerações, [...] se não corresponde a uma promoção de classe, é pelo menos uma condição que a possibilita” (NOGUEIRA, 1998, p. 66).

4 OFICIAL, PROFESSOR E EMPRESÁRIO (1951-1973)

Quando chegaram a Curitiba, em 1951, embora gozassem de certa inserção social, de trânsito em alguns dos círculos da “sociedade”, Sydnei e Maria de Lourdes não tinham posição dominante no espaço social. De um lado, não tinham nem de longe o reconhecimento que viriam a conquistar – em função dos negócios, mas também da atuação política do Coronel. De outro, não eram proprietários. Dificilmente a esposa tinha, naquele momento, algum capital econômico familiar, e Sydnei tampouco herdara qualquer coisa de significativo. Para quem chegou aonde eles chegaram, as biografias espontâneas (que comentei na introdução) estão certas em considerar que vieram de baixo.

De baixo, *pero no mucho*. Procurei, até aqui, revelar os contornos de uma posição social que, no momento da chegada a Curitiba, embora relativamente modesta, era marcada por alguns caracteres potencialmente rentáveis. Meu objetivo, com isso, foi construir as condições para uma compreensão não voluntarista da história do Coronel, seguindo aquele princípio racionalista de que, por mais excepcional e, até, fantástica, que possa ser uma história, o que acontece é resultado, em grande medida, de uma “história acumulada” (BOURDIEU, 1986b, p. 46). Como disse Norbert Elias, o curso do “jogo” de sociedade é indefinido, pois nenhum agente é poderoso o suficiente para prever ou controlar as jogadas de todos os outros (ELIAS, 1975, p. 95-96); mas as estruturas conformadas pelo estado da acumulação de capitais estabelecem regularidades bastante rígidas.

Acompanharemos, neste último capítulo, a construção simultânea do Coronel Sydnei e de sua maior realização, a Faculdade Tuiuti, aberta em 1973. Em termos analíticos, seguiremos o traçado de seu deslocamento no espaço social desde aquela posição relativamente modesta, embora inscrita de certos potenciais, e a conquista do fundamento econômico para uma posição de classe dominante – a Faculdade. O deslocamento, isto é, a própria dinâmica de acúmulo e conversão de capitais que, finalmente, o colocou à frente de uma promissora empresa educacional, traduz-se nas sucessivas construções e reinvenções de si que poderemos acompanhar: de oficial do Exército em professor e de professor em empresário. Ao final, depois de abordar as etapas da construção de uma posição economicamente dominante, analisarei alguns indícios de como essa posição se projetou, em termos de consagração social, no

surgimento do Coronel para a “sociedade” curitibana dos anos 1970, a “sociedade” das colunas sociais.

4.1 Tornando-se professor

Sydnei dirigiu-se bastante cedo na carreira militar para atividades ligadas ao ensino. A princípio, na forma de instrução militar. Ainda no Rio de Janeiro, pouco tempo depois de formado na academia de oficiais, serviu no Regimento Escola de Infantaria, dedicado a aprender técnicas militares modernas com o Exército estadunidense e demonstrá-las ao nosso. A Segunda Grande Guerra terminara havia poucos anos (era 1948 ou 1949) e, assim como acontecera antes de 1914 com o alemão e depois de 1918 com o francês, foi a vez de o Exército dos Estados Unidos tornar-se o novo modelo de força moderna. A ligação com as Forças Armadas do Brasil foi, é claro, reforçada pela colaboração na Segunda Guerra. Sydnei servia naquela unidade “escola”, conectada com o que havia de mais novo em termos de técnica militar no país, quando recebeu sua primeira promoção como oficial – de segundo a primeiro-tenente, em 25 de junho de 1949 – e quando se casou, menos de um mês depois.

Ao se mudar para Curitiba, em setembro de 1951, ingressou no 20º batalhão de infantaria, quartel do Bacacheri, e logo buscou reassumir uma função ligada à instrução militar – e possivelmente o fato de ter atuado em uma unidade de vanguarda na capital o tenha qualificado. Em 1952, foi nomeado auxiliar de instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), destinado à formação de oficiais (tenentes) para serviço temporário. Promovido a capitão em dezembro de 1953, no ano seguinte tornou-se efetivamente instrutor do centro, função que desempenhou por cinco anos letivos, pelo menos até o final de 1958.¹²⁶

É possível que as funções de instrução militar tivessem um prestígio próprio no interior do Exército. De acordo com Alfred Stepan, o mérito acadêmico tinha papel muito importante nas carreiras dos oficiais brasileiros. Possivelmente por ser um Exército bastante “moderno”, em termos da organização das carreiras (com a progressão muito sujeita a normas burocráticas), e, no entanto, pouco se envolver em combates, a avaliação acadêmica tornou-se uma das principais medidas de valor do soldado da força

¹²⁶ Ver o *Diário do Paraná* de 3 de dezembro de 1955.

terrestre brasileira – afinal, permitia hierarquizar e legitimava a hierarquização das posições com base em um critério de realização individual (STEPAN, 1975, p. 40-41). O mérito acadêmico relevante e que mediava a progressão na carreira, não custa lembrar, era avaliado pelas instituições do próprio Exército: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os capitães, Escola de Comando e Estado-maior, para os escalões superiores, e a Escola Superior de Guerra. O oficial, conforme avançasse na hierarquia, passava sucessivamente pelas primeiras duas. A última funcionava mais como um centro de altos estudos, que reunia militares e civis.¹²⁷

Sydnei escolheu precocemente as funções ligadas à instrução militar. Mas, em determinado ponto, essa preferência parece ter se transformado no seu oposto: em um desinvestimento pessoal na carreira militar, propriamente dita. Acredito que o desinteresse que o abateu teve estreita relação com as barreiras, discutidas no segundo capítulo, que tornavam difícil a sua assimilação plena à elite militar – incluindo as de ordem racial. E a saída escolhida por Sydnei reforça essa impressão.

O desinteresse pela carreira militar manifestou-se claramente por volta de 1958. Naquele ano aconteceram três eventos que configuram uma reviravolta importante na carreira do oficial de 33 anos. Todas elas ligam-se à fundação do Colégio Militar de Curitiba, cujas atividades foram iniciadas no ano seguinte, mas cuja abertura já era anunciada e preparada desde, pelo menos, o início de 1958. Na verdade, a expectativa deveria ser até mais antiga, pois se iniciara pouco antes um processo inédito de expansão da rede de colégios militares, com a abertura dos de Belo Horizonte em 1955, de Salvador em 1957, de Curitiba em 1958 (com início das atividades em 1959) e do Recife em 1959; antes de 1955, funcionava apenas o Colégio do Rio de Janeiro, em que o menino Sydnei estudou.

¹²⁷ Essa é apenas uma hipótese sociológica. Não significa que o Exército fosse bacharelesco naquele tempo. Uma série de fatores importantes já tinham abalado profundamente o predomínio dos “doutores” no oficialato: a guerra da Tríplice Aliança, no Paraguai, que presenciou a ascensão dos “tarimbeiros”, o afã modernizador dos “jovens turcos”, que defendiam a profissionalização da força terrestre, a missão indígena e a missão francesa e a Segunda Guerra mundial, com a consequente ascendência do Exército estadunidense, prático ao extremo, sobre o brasileiro. Não obstante, conforme o argumento de Stepan, a peculiar meritocracia que regia a hierarquia do Exército operava (e pode ser que ainda opere) apoiada em critérios bastante “acadêmicos” de alocação do mérito – que respondem, como não poderia deixar de ser em uma instituição fechada, a uma lógica própria. O acesso a cada novo estágio na carreira dos oficiais (assim como dos praças) é mediado pela necessidade de formação complementar em escolas específicas, que distribuem credenciais de mérito acadêmico.

Tendo o anúncio em vista, o capitão Sydnei ingressou no curso superior de matemática da Universidade Católica do Paraná. Ele já desejava tornar-se professor da matéria e o desejo havia-se manifestado alguns anos antes, quando era instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Em algum momento entre 1952 e 1958, um vizinho de Sydnei, também militar, convidou-o para ser professor do curso preparatório para os candidatos às escolas de sargentos das três Forças Armadas, que ministrava em casa. Sydnei manifestou interesse nas aulas de matemática, mas teve que se conformar com as de português, para as quais havia vaga.¹²⁸ Sua entrada para o curso de graduação em matemática da Católica representa a materialização, na busca por formação superior, do desejo mais antigo de se fazer professor – e tendo em vista, certamente, o posto no novo Colégio Militar.

O segundo movimento crucial de Sydnei em 1958 foi abrir um cursinho preparatório para as provas de admissão do novo colégio. Sydnei sabia que haveria alta demanda, a exemplo do que ocorrera com a unidade recentemente aberta em Belo Horizonte. Afirmou em entrevista ao *Diário do Paraná* em junho de 1958:

Desde o primeiro instante em que foi anunciada a criação do Colégio Militar de Curitiba, aumenta de dia para dia o número de candidatos. Ainda não foi fixado o total de vagas. Acredito, porém, que elas não serão suficientes para atender ao elevado número de candidatos. Tal fenômeno ocorreu, igualmente, em Belo Horizonte, onde as instalações do Colégio Militar não permitiram um grande número de alunos.¹²⁹

Não é pouco significativo que precisamente Sydnei tenha sido designado para falar ao jornal sobre a abertura do colégio: não estava apenas empolgado, mas também muito envolvido com o projeto. O então capitão somou-se a um colega oficial, Waldyr Jansen de Mello – que também fora instrutor do CPOR em Curitiba – para aproveitar a oportunidade surgida da alta demanda por vagas no colégio: abriram em sociedade um curso preparatório para os exames de admissão. Repartiram as aulas e Sydnei, presumivelmente, deixou de atuar no curso organizado por seu vizinho, em que dera aulas desde pouco tempo depois de transferido para Curitiba.

O curso de Sydnei e Waldyr funcionou, a princípio, em instalações cedidas pelo quartel (de acordo com a mesma reportagem, “anexo ao CPOR”, unidade em que os

¹²⁸ Relato do próprio Coronel Sydnei (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 737-738).

¹²⁹ *Diário do Paraná*, 15 de junho de 1958.

sócios eram instrutores). Essa localização inicial reforça a impressão relatada ao autor por um ex-aluno do curso de Sydnei, hoje professor universitário, que se sentia deslocado porque não era filho de militar, enquanto a maioria dos postulantes às vagas do colégio o era. É claro: ser filho de militar foi fator determinante para que o próprio menino Sydnei entrasse para o Colégio Militar do Rio de Janeiro; se, ainda assim, era preciso disputar vagas com outros filhos de militares no concurso de admissão, a competição era certamente mais ferrenha entre os filhos de civis, que apenas podiam postular às vagas remanescentes. Foi assim no tempo de menino de Sydnei e ainda era nos anos 1950. Muitos dos alunos do curso aberto em 1958 eram filhos dos companheiros de farda dos professores Sydnei e Waldyr. Para o primeiro, a experiência pessoal de menino na capital da República¹³⁰ e o caráter *insider* da posição de militar significaram, naquela situação, aguda consciência da oportunidade que a abertura do colégio representava.

A parceria com Mello rendeu bons frutos. Ele também ingressou na graduação em matemática da Universidade Católica e os dois formaram-se bacharéis na disciplina juntos, em dezembro de 1961. Juntos também publicaram um livro didático que sintetizava suas experiências de cursinho. O *ABC da Admissão* saiu em 1960 e cobria os conhecimentos exigidos no exame que condicionava a entrada para o ensino ginásial (nível em que os rapazes ingressavam no colégio militar), foco das atividades dos dois militares. Nos anos seguintes, o curso passou a funcionar na própria casa de Sydnei. Até sua esposa, que era normalista, chegou a ser professora do curso, dando aulas de história. A casa da família, na época, era repleta de alunos, os cômodos transformados em salas de aula.

O terceiro movimento do capitão Sydnei em 1958 foi submeter-se ao concurso para o magistério militar, realizado em dezembro. Inscreveu-se nas provas para três matérias: latim, português e matemática, o que indica que desejava muito entrar, pois nenhum outro candidato se inscreveu em tantas disciplinas naquele concurso.¹³¹ Sua

¹³⁰ Dos colégios militares que chegaram a existir antes de 1950 (Rio, Porto Alegre, Barbacena e Fortaleza), o da capital era o mais antigo e o único que funcionou constantemente. Os demais foram experimentos de existência curta e fecharam as portas ainda antes daquele ano, mesmo que, depois, voltando eventualmente a funcionar. Enfim, seria muito menos provável que Sydnei tivesse a experiência desse tipo de instituição se não tivesse vivido, de menino, na capital.

¹³¹ *Diário do Paraná*, 27 de dezembro de 1958.

preferência era pela matemática, como já havia demonstrado, mas, se a inscrição em várias provas foi uma estratégia para passar a todo custo, foi desnecessária, pois Sydnei foi muito bem nos exames para a disciplina que preferia e que já cursava, na Universidade Católica, desde o início do ano de 1958 (passou na segunda colocação a nível nacional).¹³² Em abril de 1959, às vésperas do início das atividades no Colégio Militar de Curitiba, Sydnei foi nomeado adjunto de catedrático da disciplina de matemática.¹³³

Com o cursinho para admissão ao ginásio e o cargo de professor no Colégio, Sydnei já atuava mais como professor de crianças e jovens do que como instrutor militar. Os três acontecimentos de 1958 configuram essa transição, embora ele não tenha deixado por completo, naquele momento, a atuação como instrutor militar. Em 1959, ainda exerceu funções de instrução na Escola de Especialistas e Infantaria de Guarda da Aeronáutica (hoje Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica). Mas o sentido da transição estava dado. E se ela apontou, no primeiro momento, na direção de atividades ainda muito ligadas ao Exército (cursinho preparatório e cátedra de matemática no colégio militar), logo a formação e a atuação como professor se ampliariam para além desses horizontes.

Na Escola de Especialistas da Aeronáutica, em 1959, Sydnei foi professor de técnica de ensino (uma especialidade surpreendentemente quase tão comum para os oficiais quanto a de educação física, constatação que reforça aquela sugestão sobre a importância do mérito educacional para a carreira dos oficiais¹³⁴). Ele gostou do assunto, ou já estava interessado por ele naquela época. Tanto é que, em 1959, começou o curso de graduação em orientação educacional da Universidade Católica, que concluiu também em 1961, talvez junto com o de bacharel em matemática. Sydnei não perdeu tempo e, no final de 1962, licenciou-se em matemática e terminou um curso rápido de pós-graduação em orientação educacional, também na Católica. Assim, seus primeiros anos como professor foram também de intensa formação acadêmica.

¹³² Entrevista com Maria de Lourdes Rangel, 1999.

¹³³ *Diário do Paraná*, 3 de abril de 1959.

¹³⁴ Segundo os dados que coligi sobre a turma de 1948 da Academia Militar, discutidos no capítulo dois deste trabalho. Cerca de 10% dos oficiais da turma de Sydnei fez, em algum momento da carreira, o curso de técnica de ensino do Centro de Estudos de Pessoal do Exército.

Nos primeiros anos da década de 1960, o curso preparatório chegou a ter centenas de alunos e absorvia boa parte da atenção de Sydnei. Mas, enquanto o curso se mantinha nos limites do escopo inicial, que era preparar candidatos ao colégio militar, o seu fundador começava a perseguir outras atividades.

É certo que se dedicava cada vez mais a construir uma carreira de professor. Dava aulas de matemática e de estatística no próprio curso (desde o começo até 1966), assim como no curso Dom Bosco, que acabara de ser aberto e destinava-se a preparar candidatos aos vestibulares de medicina; foi também professor de matemática em um colégio estadual, o Rio Branco, antes de 1965.¹³⁵ Além disso, participou de um encontro nacional de professores de matemática em Belém, em 1962, como membro da delegação que representava os professores do Paraná, e ajudou a organizar uma reunião estadual em Curitiba para discutir, com base na participação no encontro nacional, questões ligadas à atualização do ensino da disciplina. A participação da delegação foi financiada pela Secretaria Estadual de Educação. Sydnei já era reconhecido no Paraná por sua atuação profissional na área, tanto como professor quanto como dono do curso.¹³⁶

Paralelamente, também subia na hierarquia do Colégio Militar de Curitiba, em conexão com a sua ascensão na hierarquia do próprio Exército. Em agosto de 1961, Sydnei foi promovido a major e, muito rapidamente, em fevereiro de 1962, ao posto seguinte, tenente-coronel. A promoção rápida foi concedida pouco antes de assumir o cargo de subdiretor de ensino do colégio e deve ter coincidido também com uma ascensão na escala de posições específica do magistério militar (até então ele era adjunto de catedrático). Em 1963 e 1964, o tenente-coronel Sydnei foi diretor de ensino do colégio (cargo ainda subordinado ao de comandante da instituição, provavelmente ocupado por um coronel), chefe da seção psicotécnica (responsável pela avaliação psicológica dos candidatos) e orientador educacional. O movimento rápido na hierarquia representou, no entanto, o ponto máximo a que chegou na carreira militar. Àquela altura, já deveria ter o apelido com que ficaria famoso na cidade, Coronel Sydnei, embora não tenha chegado efetivamente a coronel quando no serviço ativo.

Além de cultivar a carreira de professor, também começava a se dedicar à Psicologia e à Pedagogia, na esteira dos cursos superiores que fez na Universidade

¹³⁵ Ver o *Diário do Paraná* de 15 de setembro de 1965.

¹³⁶ *Diário do Paraná*, 17 de agosto de 1962 e, no mesmo jornal, a edição de 30 de agosto de 1962.

Católica. Ligado a um centro de orientação e psicologia clínica da Universidade, o Coronel trabalhou, ainda no começo dos anos 1960, com seleção de pessoal para empresas e com orientação vocacional particular, ligado a escolas e cursos de Curitiba. Além disso, realizava psicodiagnose para um médico do Hospital Militar entre 1965 e 1967. Eram atividades muito novas, do ponto de vista profissional; a Psicologia, certamente já naquele momento muito ligada à orientação pedagógica, apenas foi regulamentada profissionalmente no Brasil em 1962. O Coronel Sydnei se iniciava em um conjunto de saberes e práticas em pleno processo de institucionalização. Tanto é que, apenas em 1963, Sydnei e outros profissionais fundaram a Associação Paranaense de Orientadores Educacionais, de cuja primeira diretoria foi membro na condição de vice-presidente.¹³⁷ Essa atuação, que, de certa forma, era de vanguarda, mostrar-se-ia determinante na conformação da faculdade que Sydnei fundaria, mais tarde; que teve, e ainda tem, o curso de Psicologia como um de seus mais importantes.

Combinando a atividade de professor com as novas searas em que começava a se envolver, o Coronel foi, também, na segunda metade da década de 1960, professor da Universidade Católica do Paraná. Em 1966, era professor interino de técnicas de orientação educativa e, em 1967 e 1968, de técnicas de exame psicopedagógico, sempre no Departamento de Educação. Também foi convidado para coordenar o curso de Orientação Educacional da Universidade.

Desde sua chegada a Curitiba, Sydnei se interessou cada vez mais pela educação. Começou trabalhando, no quartel, como instrutor de aspirantes a oficial da reserva e, nas horas vagas, como professor de português em um curso preparatório para sargentos, de propriedade de um vizinho também militar. Com o tempo, ao longo de duas décadas, construiu-se como professor e se tornou reconhecido a nível local. O curso que fundou em sociedade com o também oficial Waldyr Jansen de Mello alcançou bastante sucesso, a reboque da acirrada concorrência para admissão ao Colégio Militar de Curitiba. Além de atuar no próprio curso, Sydnei foi professor em outras instituições da cidade. Ser professor era o que havia escolhido e lutado para alcançar.

¹³⁷ *Diário do Paraná*, 26 de outubro de 1963.

É significativo que o oficial negro tenha começado a se afastar do Exército interessando-se pelo magistério. A carreira era uma das que mais atraía (e oferecia oportunidades reais) aos negros. Em sua biografia do médico e político Alfredo Casemiro da Rocha, Oracy Nogueira se impressionou com a proporção de homens e mulheres negros empregados no magistério no município de Cunha, São Paulo, cerca de meados do século XX. A proporção era muito maior do que em qualquer outra profissão de certo prestígio (NOGUEIRA, 1992, p. 161-168). O magistério, sobretudo na forma de uma carreira pública, talvez fosse especialmente atraente por motivos de duas ordens. Primeiro, por ser o intelecto o principal “instrumento” de trabalho do professor. Um patrimônio incorporado que, se pode até ser “herdado”, certamente não o é pronto – exige dedicação para ser acumulado. Portanto, seu mérito justifica-se por si mesmo. O membro de um grupo subordinado pode ser facilmente considerado um usurpador ou alguém que deu um golpe de sorte se tiver posses. Se seu capital for de tipo mais incorporado, entretanto, é muito mais difícil colocar em dúvida a legitimidade de sua posição. Segundo, o magistério público foi com frequência uma carreira estável, para cuja ocupação as qualificações, até mesmo pelas razões arroladas acima, podiam sobrepor-se com certa facilidade a considerações racialmente discriminatórias.

Em algum momento entre 1964 e 1966, Sydnei e Waldyr desfizeram a sociedade no curso preparatório. Acordaram que o primeiro ficaria com a parte do curso que pertencia ao colega e este, em troca, ficaria com os direitos sobre o livro que haviam escrito juntos, o *ABC do Admissão*. Pouco antes de desfazerem a parceria, tinham batizado o curso homenageando suas próprias histórias no Exército, ambos oficiais de infantaria: chamaram-no de *Curso Tuiuti* (nome de uma batalha importante da guerra da Tríplice Aliança). Com o afastamento de Waldyr, o Coronel foi impelido a assumir sozinho o comando do negócio. As novas circunstâncias, aliadas a fatores que será possível explorar em seguida, abalaram a escolha relativamente modesta que Sydnei tinha feito e construído nos cerca de quinze anos anteriores.¹³⁸

¹³⁸ Mello tinha publicado, já no ano de 1961, pelo menos outros três livros, todos sobre temas ligados ao Exército ou orientados para a preparação de postulantes às instituições de ensino do Exército. Recebeu, naquele ano, o título de cidadão honorário de Curitiba, outorgado pela Câmara Municipal (*Diário do Paraná*, 21 de outubro de 1961). É mais provável que a sociedade com Sydnei tenha terminado ainda em 1965 ou antes porque, em junho daquele ano, Mello, que se formara engenheiro pela Universidade Federal do Paraná, era diretor de uma empresa de engenharia (*Diário do Paraná*, 9 de junho de 1965).

4.2 “Um dos baluartes da educação particular em nosso estado”

Diário do Paraná, 28 de agosto de 1973.

No período que cerca o fim da sociedade com Waldyr, a atuação de Sydnei na área da educação não se confinava mais ao papel de professor. Como veremos em seguida, pouco tempo depois do rompimento passaria a crescer, claramente, a dedicação do Coronel ao curso e aos negócios. Mas há indícios de que, antes disso, começou a se transformar a atitude do Coronel a respeito da educação. E essa mudança de atitude foi influente sobre as linhas gerais do seu trabalho posterior como empresário.

O Coronel Sydnei foi membro da Comissão de Planejamento Educacional, instituída em 1963 pela prefeitura de Curitiba. Entre as finalidades da comissão, constava elaborar e acompanhar a aplicação do plano trienal da prefeitura para a área.¹³⁹ Ou seja, era uma instância determinante para as políticas públicas de educação do município. A presença do Coronel, não custa reforçar, atesta que ele começava a ser reconhecido, ao menos localmente, como um agente importante do campo educacional. E não simplesmente como empresário de alguma importância, mas como alguém habilitado a pensar e influenciar a política educacional. O papel de notável gabaritado a influenciar na gestão de várias esferas da vida social era, e espero tê-lo deixado claro no segundo capítulo, muito familiar para os oficiais do Exército, em especial depois que se estabeleceu a ditadura de 1964; todavia, o papel tampouco lhes era estranho antes do golpe. O Coronel, cujo posto o *Diário do Paraná* fez questão de destacar quando anunciou a

¹³⁹ *Diário do Paraná*, 28 de julho de 1963.

composição da comissão, passaria a assumir, nos anos seguintes, mais funções relacionadas com a gestão política da educação.

Essas atividades representam, assim como a condição de membro da comissão municipal, a entrada do Coronel, enquanto gestor-oficial, para a esfera da política mais institucional. Notavelmente, em 1965, foi membro da comissão administrativa da Escola Técnica Federal do Paraná, atual UTFPR. Depois, provavelmente em 1968, foi inspetor de ensino superior junto à Fundação de Estudos Sociais do Paraná e, em 1969, junto à Faculdade de Medicina Evangélica. O cargo foi criado em 1968 por lei estadual, que previa a lotação de cinco inspetores de ensino superior na Secretaria da Educação e Cultura – e o Coronel foi um dos nomeados.¹⁴⁰

Sem dúvida, o Coronel possuía a qualificação necessária para assumir esses cargos. Mas não bastava ser qualificado; era preciso ser considerado, reconhecido. E a posição de oficial é que, muito provavelmente, fornecia – em especial durante o governo dos ditadores militares – a credencial decisiva. E que credencial: os cargos na Escola Técnica Federal e na Secretaria (estadual) da Educação e Cultura revelam que ele tinha trânsito nos dois níveis superiores da administração. Ele os acessou, não custa lembrar, depois do golpe, quando, antes de 1964, apenas tinha atuado no nível municipal.

Por falar em “credencial decisiva”, acredito que a questão racial, que foi bastante influente em períodos anteriores desta história, transformou-se, em suas implicações sobre a trajetória, mais ou menos a partir do momento em que Sydnei se tornou “o Coronel”. No período que agora acompanhamos, começam a escassear os indícios de que fosse difícil a “assimilação” do oficial negro às esferas de atuação que passavam a produzir as condições de pertença à classe dominante.

O jovem oficial enfrentara as primeiras situações de hostilidade racial, quando chegara a Curitiba, lançando mão do trato pessoal (com o qual chegou a conquistar os familiares da esposa apesar da cor) e dos símbolos mais visíveis da autoridade de militar, a farda e a arma. Talvez, como lancei por hipótese, também tenha se beneficiado de algum tipo de identificação com “o autenticamente brasileiro”, em contraposição à identidade branca que, alternativamente, se consolidava como típica da região Sul. Todos esses contrapesos, entretanto, não foram suficientes para dissuadir completamente os episódios de cunho racista. Mas, conforme galgava uma posição de

¹⁴⁰ Lei estadual nº 5.821 de 3 de agosto de 1968.

classe dominante, o Coronel acumulava outros contra-recursos sociais que devem ter mitigado ainda mais as expressões *abertas* de racismo. Primeiro, aquela posição, enquanto representante da confiável e respeitável elite militar durante a ditadura, de notável gabaritado para gerir (ou, ao menos, vigiar) a vida social em todas as suas facetas. Segundo, a função de agente direto do progresso por meio da educação (em qual domínio, afinal, seria mais consensual a necessidade de um esforço nacional, sem divisões ideológicas, de classe ou de raça, em nome do progresso intelectual e material?). Terceiro, a própria posição social superior: dinheiro, “cultura”, contatos e poder.

Ao se tornar “o Coronel”, sua cor passou a ser, para muitos efeitos, “verde-oliva” (ver a afirmação do general Jorge Alves, no final da seção “A ‘cor’ dos cadetes e a dos generais”). Sydnei tinha sua posição consolidada e amplo escopo de reconhecimento, que mitigava a relevância da cor em muitas situações. Mas isso dependia de quais espaços frequentava e, como veremos no final deste capítulo, de quais eram suas ambições.

O fim da sociedade com Mello marcou o despertar do interesse do Coronel para uma forma mais “política” de pensar a educação. As atividades de caráter público em que começou a se envolver eram “políticas” tanto porque tinham sentido político quanto porque se atrelavam a relacionamentos e à possibilidade de trânsito na esfera da política institucional. Elas ainda contribuíram para consolidar uma visão geral de educação, que o Coronel empregaria mais tarde em sua prática como empresário.

4.2.1 Convergência de visões e de interesses a respeito do ensino superior

Não impressiona que a visão do Coronel sobre a educação fosse, em linhas gerais, a mesma encampada pelos governos dos militares. E o fato de ter se tornado um importante agente da concretização de tal visão a nível local reforça a tese, proposta no segundo capítulo, de que os oficiais que se lançavam a outras áreas de atividade, durante a ditadura – e muito provavelmente beneficiando-se ativa ou passivamente de suas posições de membros da elite militar para obter sucesso nelas –, convertiam-se em rotinizadores das concepções políticas cultivadas nos quartéis.

Dois pontos evidenciam essa convergência e atestam que o Coronel assumiu precisamente esse papel, inscrevendo a sua trajetória no processo de expansão do

ensino superior dos governos militares. Agindo imbuído dessas concepções, ele as reforçou, da perspectiva política; embora, da perspectiva pessoal, talvez não concordasse com elas em todas as suas consequências.

O primeiro ponto de convergência engloba o objetivo, levado a cabo pelo governo ditatorial, de expansão da oferta de ensino, em especial no nível superior, e a forma privilegiada de realizá-lo – preferindo fomentar o crescimento e o surgimento de instituições privadas. Os dados sobre a expansão da oferta de vagas nos primeiros anos da ditadura são impressionantes, e é muito difícil discordar quanto à necessidade de rápida expansão do sistema de ensino naquele momento.¹⁴¹ O que se pode objetar é que, mesmo sendo a expansão um objetivo nacional legítimo, a forma como ocorreu, isto é, a preferência pelo setor privado como seu carro-chefe, correspondeu, provavelmente, mais aos interesses do ascendente empresariado da educação do que ao interesse coletivo. Afinal, o sucesso do setor privado foi possível apenas por meio de incentivos econômicos do poder público – na forma de isenções tributárias, compra de vagas e, até mesmo, de aportes econômicos diretos (mais adiante nesta história, flagraremos esses incentivos em ação); recursos que poderiam ter sido usados para organizar a expansão do setor público. O governo, assim, preferiu de fato preterir-lo em nome do privado. A privatização da educação não foi inventada na ditadura militar, mas encontrou, a partir de 1964, facilidades para se aprofundar e consolidar (SAVIANI, 2008, p. 301).

Mas, se os interesses empresariais, os famosos acordos MEC-USAID e a desconfiança dos militares para com a eficiência (e a politização) do setor de ensino público tiveram o seu peso na formatação da política educacional, certamente também o tiveram determinadas noções de justiça social, muito difundidas tanto nos quartéis quanto fora deles. Isso nos leva ao segundo ponto de convergência das visões do Coronel e dos governos militares.

¹⁴¹ “Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginásial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663” (VIEIRA *apud* SAVIANI, 2008, p. 300)

O ditador Castelo Branco afirmou, na abertura da sessão legislativa de 1967:

Reformas básicas imprescindíveis foram levadas a efeito no Governo Revolucionário, especialmente no ensino superior: quebrou-se o privilégio da gratuidade indiscriminada nos estabelecimentos federais de nível superior, injustificada em um país no qual o ensino médio é ainda predominantemente privado, pago e demasiado oneroso para as condições médias da população nacional; [...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1987, p. 388).

Com “quebrou-se o privilégio da gratuidade indiscriminada...”, o ditador referia-se às primeiras universidades públicas que começavam a cobrar matrículas, taxas ou anuidades dos seus alunos. O plano era, nas palavras do deputado federal e diretor de ensino superior do Ministério da Educação e Cultura Epílogo Gonçalves de Campos, tornar o ensino superior gratuito apenas para aqueles que não pudessem pagar. Em 1968, Campos convocou os reitores das universidades públicas para uma reunião em Brasília, na qual pretendia defender a tese do “ensino pago”.¹⁴² Talvez não fosse muito difícil convencer os reitores. Flávio Suplicy de Lacerda, que fora ministro da educação entre 1964 e 1966 e que, em 1968, era reitor da Universidade Federal do Paraná, colocou a “sua” universidade à frente da aplicação da diretriz proferida pelo marechal em 1967: naquele ano, abriram-se inscrições para o primeiro vestibular para o curso pago de engenharia da UFPR.¹⁴³

Pouco antes, em fevereiro de 1968, Suplicy de Lacerda havia defendido a postura favorável ao ensino pago, em nota oficial da reitoria publicada em um jornal local. Seus argumentos explicitam bem os laços de complementaridade entre os dois aspectos destacados da política dos governos militares para a educação: a rápida expansão e a justificativa baseada na justiça social. Na nota, o reitor enquadrou o “ensino pago” em uma requalificação da função da universidade pública. O pagamento seria uma forma de institucionalizar o auxílio econômico ao estudante universitário pobre não com base em uma política pública, mas sim com base na caridade dos estudantes mais afortunados. Como a expansão de vagas na rede pública não era a prioridade governamental, é claro que apenas teriam acesso a ela alguns dos mais capazes entre os que não podiam pagar. E estes, os agraciados com a oportunidade, seriam apadrinhados pelos outros

¹⁴² *Diário do Paraná*, 18 de agosto de 1967.

¹⁴³ *Diário do Paraná*, 16 de abril de 1968.

estudantes. No subtexto do argumento, um apelo à solidariedade entre as classes – que o reitor não deixou de arrematar evocando o sentido patriótico das contribuições dos alunos que pudessem pagar (**Figura 1**).¹⁴⁴

Figura 1 – Ensino pago

Diário do Paraná, 7 de fevereiro de 1968.

Não há registros de qual era a postura do Coronel ainda no final dos anos 1960, quando estavam acirradas as discussões e começava-se a implantar as mudanças. É possível que não estivesse muito preocupado com o assunto na época. Mas, em 1975, o tema afetava diretamente os seus interesses enquanto proprietário e gestor de

¹⁴⁴ A discussão sobre a implantação do “ensino pago” nas universidades públicas teve vida longa. Talvez o fracasso da sua implantação tenha-se devido aos grandes protestos de 1968; o governo militar, assim, por prudência, teria esfriado a proposta que provocava oposição tão ferrenha dos estudantes. Mas a ideia permaneceu, tendo Jarbas Passarinho, à frente do Ministério da Educação e Cultura nos anos 1970, como seu principal defensor. Nas páginas do *Diário do Paraná* é possível acompanhar a persistência da ideia: Passarinho apresentando novas propostas, nas edições de 2 de fevereiro de 1971 e de 6 de dezembro de 1972; editorial do jornal defendendo o ponto do ministro, na edição de 1º de fevereiro de 1973; reunião de reitores das universidades do país com o objetivo de debater e viabilizar a generalização do ensino pago, noticiada em 25 de janeiro de 1980. E como não comentar que precisamente os mesmos argumentos vieram à baila novamente a respeito da recente crise financeira da Universidade de São Paulo? Editorial do jornal *Folha de São Paulo* de 4 de junho de 2014 reviveu as mesmíssimas propostas e justificativas, inclusive recorrendo também ao argumento da justiça social.

instituição privada de ensino superior. Estava bem informado e tinha posição definida, alinhando-se com os favoráveis às reformas privatizantes. Em março de 1975, o *Diário do Paraná* deu-lhe oportunidade de comentar, em suas páginas, as declarações do então reitor da Universidade Estadual de Londrina em favor do ensino pago nas instituições superiores públicas. Indo além do comentário, o Coronel expôs também a sua própria solução para o problema do acesso ao ensino superior: tornar o ensino público pago para os que pudessem pagar, por meio de matrículas, taxas e anuidades, e o ensino privado gratuito para os que não pudessem, por meio de bolsas de estudos em instituições privadas (**Figura 2**). O Estado se desoneraria, em parte, com o setor público, e pagaria aos empresários o serviço de organizar a expansão do setor privado. No arranjo, o Estado levava as altas taxas de crescimento da oferta de vagas no ensino superior e os empresários, lucrativos incentivos econômicos.

Figura 2 – O Coronel Sydnei sobre o ensino pago

Diário do Paraná, 8 de março de 1975

As opiniões do Coronel Sydnei convergiam com a política dos governos militares para a educação. Mas ele não apenas *concordava*; viveu essa política e contribuiu para concretizá-la, por meio da sua atuação como empresário. E tornou-se, no processo, "um dos baluartes da educação particular" no Paraná.

4.2.2 Empresário e vereador

Rompida a sociedade com Waldyr Jansen de Mello, entre 1964 e 1966, o Coronel Sydnei ficara como único proprietário do curso preparatório, que tinha boa reputação em Curitiba.¹⁴⁵ Mas como tinha propósitos ambiciosos, depois de pouco tempo acertou-se com novo sócio, também militar, o general Adalberto Massa. Reformado, Massa tinha mais tempo livre do que Sydnei para cuidar do negócio (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 739). Não que o curso tomasse tanto tempo que fosse impossível para Sydnei cuidar dele sozinho (na verdade, provavelmente, com ajuda da esposa); Massa entrou na sociedade logo antes de se iniciar um rápido ciclo de crescimento do Tuiuti. E, além da dedicação necessária para ajudar a coordenar esse crescimento, deve ter investido, também, alguma soma de capital em troca da parceria. Pois fica difícil imaginar, por um lado, que entrasse de graça na sociedade e, por outro, uma expansão tão rápida sem capital extra.

Ainda em 1966, em outubro, foi registrada a fundação de uma instituição mantenedora, a Sociedade Educacional Tuiuti. A mantenedora representava, a princípio, o abrigo formal sob o qual aconteceria o crescimento dos negócios (mais tarde, a existência de um ente formalizado para a gestão dos negócios, como a mantenedora, abriria também outras possibilidades).¹⁴⁶ Os sócios criaram, antes do fim daquele ano, sob administração da sociedade educacional, uma escola primária (primeira a quarta série) e um mini-ginásio (precursor da educação de jovens e adultos, o EJA). No ano seguinte, 1967, completaram seu projeto de expansão abrindo uma escola maternal e

¹⁴⁵ O Coronel afirmou que, como era bom professor, “chovia alunos” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 740). Segundo sua esposa, na época em que o curso funcionava em casa chegou a haver 300 matriculados (entrevista com Maria de Lourdes Rangel, 1999). Em 1964, anúncio do curso em um jornal local divulgava altos índices de aprovação dos alunos: 75% no Colégio Militar de Curitiba, 95% nos demais ginásios e 80% na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, no Colégio Naval e na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, escolas que precediam a entrada do jovem nas escolas militares (*Correio do Paraná*, 7 de fevereiro de 1964).

¹⁴⁶ Em 1970 a Sociedade Educacional Tuiuti encontrava-se, na verdade, em nome da esposa do Coronel, Maria de Lourdes Rangel Santos, e de sua mãe, América Silva (como sócia minoritária). É provável que a sociedade tenha sido fundada, em 1966, sob essa mesma configuração, o que indicaria que a parceria entre os dois oficiais era sustentada na confiança e não amparada legalmente (ou, talvez, amparada em outros dispositivos, como contratos individuais com a instituição mantenedora). A mantenedora, administrada oficialmente por Maria de Lourdes e por sua mãe, era definida legalmente como “sem fins lucrativos”. E tinha por objetivo a manutenção do Colégio Tuiuti e do Ginásio de Recuperação Tuiuti, que, possivelmente, remuneravam os parceiros Sydnei e Massa na condição de diretores. O contrato que estabelece a sociedade encontra-se no arquivo da Câmara Municipal de Curitiba, em meio ao processo relativo à concessão do título de Cidadão Honorário a Sydnei.

passando a ofertar o primeiro e o segundo ciclos regulares (quinta a oitava série e segundo grau, respectivamente). Dessa armação, resultou o *Colégio Tuiuti*, instalado, significativamente, na rua 24 de maio (dia da batalha de Tuiuti), próximo ao centro de Curitiba.

Tocar o negócio era o que o Coronel desejava e sentia que as obrigações de oficial tomavam-lhe tempo demais. A sociedade com o general Massa poderia ter resolvido o problema do tempo exigido pela gestão do – agora – colégio. Massa era, oficialmente, o diretor do estabelecimento. Mas Sydnei queria poder se dedicar ele mesmo à atividade de empresário. Tanto é que parou de dar aulas no curso preparatório em 1968, embora o curso tenha funcionado até o fechamento do Colégio Militar de Curitiba, em 1988.¹⁴⁷ O *Colégio Tuiuti* era o projeto do momento.

Apesar do desejo de se dedicar inteiramente ao colégio, o Coronel não queria simplesmente desistir da carreira de oficial depois de tanto tempo de serviço, ou, talvez, não houvesse mesmo essa possibilidade – “sair”. No fim das contas, se é que havia a possibilidade, Sydnei não estava tão longe da aposentadoria e não pode ter recebido bem a ideia, caso a tenha cogitado, de abrir mão da segurança econômica do soldo, com esposa e quatro filhos (o mais velho tinha cerca de 20 anos em 1968). A solução foi inusitada, embora realista e cheia de sentido, em vista dos desenvolvimentos posteriores de sua trajetória: resolveu concorrer ao cargo de vereador de Curitiba nas eleições de outubro de 1968.

Ele mesmo, ao contar o caso anos mais tarde, não fez questão de esconder que decidiu concorrer a vereador principalmente para se ver livre das obrigações de militar, pois “já estava metido até a alma com escola” e “não tinha mais nada com o Exército” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 742). Como já era do pessoal da reserva desde que entrara para o quadro do magistério, em 1958, se fosse eleito para qualquer cargo político, Sydnei seria reformado (aposentado) e não apenas tornado reservista, conforme a norma previa para o militar da ativa caso fosse eleito.

¹⁴⁷ A informação sobre o fechamento do curso em 1988 é de Maria de Lourdes Rangel, em entrevista de 1999. Quando Sydnei parou de dar aulas no curso, em 1968, ele atendia, em grande medida, jovens ligados ou que aspiravam à carreira das armas. Anunciava “Preparação para: admissão – Colégio Militar de Curitiba, Estadual, Santa Maria, demais ginásios; Escola de cadetes – Exército, Marinha, Aeronáutica; Escola de sargentos; Aulas particulares”, completando: “Os excepcionais resultados obtidos m exames pelos nossos alunos são uma garantia da capacidade do curso”. *O Estado do Paraná*, 3 de novembro de 1968.

O Coronel concorreu à Câmara Municipal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com o número 2.106. Já era conhecido em Curitiba, mormente em virtude da sua atuação como professor, e obteve 3.349 votos. O número foi suficiente para fazê-lo um dos 14 vereadores eleitos pelo partido. E, talvez, o primeiro vereador negro na história da cidade.

Depois de eleito, dividia o seu tempo entre o Colégio e a Câmara. Dispunha agora do tempo livre que desejara. E é possível que o sócio já não estivesse mais tão interessado na parceria ou que começassem a surgir diferenças entre os dois. O fato é que Sydnei tomou a frente dos negócios ao se tronar diretor do Colégio Tuiuti em 1969.¹⁴⁸

Mas, com a eleição, começou um envolvimento mais profundo com a política, o que obriga a suspeitar da alegação de que seu grande propósito, ao concorrer, fosse apenas ter mais tempo para os negócios. Acima de tudo porque, como ficará claro, quanto mais o Coronel entrava para a política institucional, melhores eram as chances de potencializar a atuação como empresário. A política tornou-se uma das áreas importantes de atuação do Coronel e um fator que conformou decisivamente a trajetória.

Único militar a ingressar na Câmara para aquela legislatura, sua posição no partido do governo dos militares era privilegiada, mesmo sem qualquer experiência política prévia. Apesar de não tendo sido um dos candidatos mais votados da ARENA, logo se tornou líder da bancada governista (não custa lembrar que o prefeito Omar Sabbag [1967-1971] era nomeado, e não eleito). E foi nessa condição, em nome da Aliança, que discursou na Câmara “ressaltando a importância da revolução” na véspera do seu quinto aniversário.¹⁴⁹

A atuação do Coronel na Câmara Municipal demonstra sua intenção de ser útil na área de educação. Encontrei registros de apenas umas poucas propostas que foram de

¹⁴⁸ Data de 1969 o diploma de diretor de estabelecimento de ensino que recebeu da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura, que é quando ele deve ter assumido o posto.

¹⁴⁹ “Na Câmara – Os poderes Executivo e Legislativo da Capital, também comemoraram ontem o 5º aniversário da Revolução, com sessão especial, na Câmara Municipal, que contou com a presença do prefeito, de todos os vereadores, de diretores e assessores da prefeitura municipal e grande número de populares. O presidente da casa, vereador Acyr José, fez um rápido retrospecto do movimento e o cel. Sydnei de Lima Santos, falou em nome da Aliança Renovadora Nacional e como líder do Governo municipal, ressaltando a importância da revolução. Falaram ainda os srs. Mauro de Alencar e Nobutero Matsuda, da Arena, e Aroldi Armstrong, do MDB. [...]” *Diário do Paraná*, 1º de abril de 1969.

sua iniciativa; mas a grande maioria denota essa preocupação. A primeira delas previa a criação de uma cartilha com informações sobre a cidade; não há indícios de que tenha chegado a ser produzida.

O vereador Sydnei Lima Santos quer que a prefeitura promova a edição de um “Guia Cívico” da cidade de Curitiba. Neste sentido, apresentou ontem um projeto de lei, na Câmara Municipal. O “Guia” conterá – se aprovado o projeto – informações e leis municipais (estas com os seus respectivos autores), dados sobre a denominação de ruas, avenidas, praças e logradouros públicos apresentando, por outro lado, fatos históricos de Curitiba, desde a sua fundação.¹⁵⁰

Outra proposição que chegou a apresentar na Câmara foi um projeto de alfabetização por meio do circo. Espetáculos itinerantes, promovidos ou incentivados pelo poder municipal, auxiliariam a ensinar crianças e adultos. Com essa abordagem, o Coronel tinha em mente principalmente os adultos, cujas dificuldades conhecia do seu trabalho com preparação de candidatos às escolas de sargentos (os candidatos eram praças das três forças) e, ainda mais, desde que abrisse o “mini-ginásio” (precursor do EJA) em 1966. Não encontrei indícios dessa proposta no arquivo da Câmara e ela provavelmente ficou no papel, mas parece ter sido um projeto que empolgou especialmente o Coronel, de acordo com o que contou seu filho.¹⁵¹

O Coronel ainda coordenou a organização de um ciclo de palestras, ocorrido nas dependências da Câmara Municipal, sobre a nova “lei de diretrizes e bases” da educação de 1971.¹⁵² O ciclo teve a participação de outras instituições, como a Universidade Federal do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura. O próprio Coronel Sydnei foi quem deu a palestra inicial, intitulada “Os princípios gerais da reforma”. É interessante que justamente ele tenha atuado como um apresentador, ou mesmo tradutor, daqueles princípios: a lei, também conhecida como “reforma Passarinho”, fora produzida pelo coronel e ministro da educação Jarbas Passarinho, instrutor de Sydnei nos tempos de Escola Militar.

Não era de balde que Sydnei se mantinha a par das novidades da lei. Além de estar profundamente envolvido com a educação por meio do Colégio, ele e a esposa já

¹⁵⁰ *Diário do Paraná*, 13 de dezembro de 1969.

¹⁵¹ Carlos Eduardo Rangel Santos, em entrevista ao autor.

¹⁵² *Diário do Paraná*, 11 de dezembro de 1971.

preparavam, em 1971, uma nova e decisiva etapa nas suas trajetórias. Com o Colégio consolidado, queriam ingressar também no negócio do ensino superior. Veremos mais para a frente que a lei de 1971 tocava em um ponto muito importante para esses planos.¹⁵³

As atividades do líder da bancada arenista na Câmara incluíram também a participação em uma série de grupos de trabalho. O Coronel foi presidente da comissão de educação, saúde pública e assistência social da Câmara de 1969 a 1971, membro do conselho municipal de telefones no mesmo período e, de 1970 a 1972, compreendendo seu último ano como edil, membro do conselho fiscal da Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS);¹⁵⁴ uma das responsabilidades da companhia, então como hoje, eram os contratos de transporte público da cidade. A participação nesses dois conselhos esteve relacionada com a posição de vereador, e não deixa de atestar que o Coronel ampliava, politicamente, o seu escopo de atuação, inclusive ocupando cargos de alguma influência no poder público municipal. A vereança o colocava no centro ou, ao menos, na órbita de diversos *anéis burocráticos* em potencial, assunto que explorei no segundo capítulo (CARDOSO, 1975, p. 165-221).

Cargos como os que ocupou ampliavam não apenas o seu escopo de influência desde dentro, no poder público, mas também as redes de relacionamentos pessoais nos círculos da classe dominante curitibana. Os *anéis burocráticos*, afinal, apesar de incrustados no Estado, concentravam-se *pessoalmente* em torno do detentor de um cargo – que possuía, em função dele, o poder pessoal de carimbar, de encaminhar a proposta, de assinar o parecer etc. O ganho “social” que o quadriênio na Câmara proporcionou ao Coronel deve ter sido importante e de efeitos duradouros ao longo do resto de sua vida em Curitiba. Mas a grande conquista do Coronel no período, acredito,

¹⁵³ A “lei de diretrizes e bases” de 1971 (lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971) não versava sobre o ensino superior, que havia sido objeto da “reforma universitária” de 1968 (lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968). Portanto, a lei interessava ao Coronel, sobretudo, enquanto dono e diretor do Colégio. Mas um de seus pontos incidia diretamente, naquele momento, sobre os planos de abrir a faculdade. O artigo 33 determinava que a formação do pessoal de administração, planejamento, orientação etc. das escolas passasse a ser de nível superior, ao passo que a lei anterior (de 1961, no parágrafo 52) colocava essas funções a cargo de pessoal formado nas escolas normais – normalistas, portanto. Esse público, já profissional, precisou buscar formação superior a partir de 1971, vindo a constituir uma grande fonte de alunos para os primeiros anos do curso de Pedagogia da Faculdade Tuiuti.

¹⁵⁴ Ver anúncio oficial da URBS no *Diário do Paraná* de 19 de março de 1972.

foi algo bem pontual e cujas consequências são muito mais palpáveis do que a atuação do capital social.

Em 2 de setembro de 1971 o vereador Horácio Rodrigues Sobrinho, que veio a criar raízes na Câmara Municipal de Curitiba, mas que, então, cumpria o seu primeiro mandato, protocolou o projeto de lei nº 167, que visava declarar “de utilidade pública a Sociedade Educacional Tuiuti”.¹⁵⁵ A Sociedade era instituição mantenedora, declarada sem fins lucrativos, responsável pela administração do Colégio Tuiuti e do Ginásio de Recuperação Tuiuti (o “mini-ginásio”).

Como tardasse a votação da proposta, em 13 de setembro o vereador Rodrigues solicitou caráter de urgência, prontamente acatado, e em dois dias o projeto foi apreciado e aprovado. Vale notar que o Coronel foi membro da comissão de educação, saúde pública e assistência social da Câmara, uma das comissões que apreciou a proposta, até 1971 – o que significa que talvez fosse membro ainda quando o projeto passou por análise. Naquele 24 de setembro o projeto foi sancionado.

Com a declaração municipal de utilidade pública, a Sociedade Educacional Tuiuti passou a gozar de uma série de benefícios em potencial: isenções tributárias a nível municipal, isenção de tarifas de serviços públicos, como água e energia elétrica e, ainda, elegibilidade para concessão de auxílio financeiro por parte da prefeitura municipal.¹⁵⁶ A contrapartida seria prestar “serviços à comunidade”, apresentando ao poder executivo relatórios anuais dos serviços prestados.¹⁵⁷

A declaração deve ter sido benéfica para a instituição, porque alguns anos depois, em 1977, tramitava em nome da Sociedade Educacional Tuiuti uma proposta de concessão do título de utilidade pública a nível federal. O reconhecimento foi concedido por decreto presidencial em 1981¹⁵⁸ e abria a possibilidade de a instituição receber doações da união ou de suas autarquias e imunidade fiscal. É bem provável que a Tuiuti tenha recebido ainda o título a nível estadual nos anos 1970.

¹⁵⁵ O projeto encontra-se no arquivo da Câmara Municipal de Curitiba.

¹⁵⁶ Informações sobre os benefícios potenciais constam no documento-síntese organizado pela Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (FEBRAEDA), disponível em seu sítio www.febraeda.com.br, acessado em 22 de julho de 2014.

¹⁵⁷ O Coronel tinha certa familiaridade com a “utilidade pública”. Ele mesmo propôs, quando vereador, a concessão do título municipal à Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba (ver o projeto de lei nº 115 de 1971). De fato, o título foi entregue (Lei Municipal nº 4008).

¹⁵⁸ Decreto nº 86.431 de 2 de outubro de 1981.

Os títulos de utilidade pública constituem o reconhecimento de que a instituição agraciada cumpre funções necessárias que complementam a atuação do Estado. Por tal motivo, um dos privilégios concedidos é a isenção tributária – ou, no caso do título federal, a *imunidade* tributária, muito mais abrangente do que isenções pontuais; o Estado delega a aplicação dos recursos que coletaria como impostos.

Analisando o decreto que conferiu o título à Tuiuti em 1981, que o concedia também, de uma canetada, a cerca de 70 outras instituições, é fácil perceber que foram dois os tipos mais comuns de beneficiados: as associações de caridade, grande parte delas religiosas, e as mantenedoras de instituições de ensino, muitas das quais dificilmente concebíveis como filantrópicas. A operação conceitual que permite colocar as mantenedoras nesse rol, não obstante, tem todo o espírito da política dos governos militares para a educação, especialmente com relação ao nível superior: delegar a expansão da oferta de vagas à iniciativa privada, mesmo que para isso fosse necessário aportar, em seu auxílio, direta ou indiretamente, dinheiro público.

O mandato do Coronel na Câmara Municipal de Curitiba terminaria no fim de 1972. Mas a política institucional o havia empolgado, revelando-se, inclusive, uma arena importante para defender os próprios interesses – apesar de, anos mais tarde, ele ter lembrado com certo amargor da experiência como vereador.¹⁵⁹ Não quis mais atuar no âmbito municipal, mas resolveu candidatar-se no pleito de 1970 ao cargo de deputado estadual. Era relativamente comum que os vereadores da capital tentassem a ascensão à assembleia legislativa do estado: dos treze arenistas eleitos para a Câmara em 1968, cinco, incluindo o Coronel, tentariam o passo naquele próximo 15 de novembro; assim como o fariam quatro dos sete emedebistas.¹⁶⁰

Diferente do 2.106, número com que havia sido eleito vereador, o 1.230, número de urna da candidatura a deputado, não deu boa sorte ao Coronel. Melhor sorte poderia dar ao analista mais ousado que tentasse adivinhar, do esforço de compor números de

¹⁵⁹ “De alguma forma, gostei da atividade política, no sentido de poder fazer alguma coisa por alguém, mas nunca vi vereador algum fazer alguma coisa que não fosse, pelo menos, em seu benefício de granjear a reeleição. É uma atividade que sempre visa a alguma coisa dessa. Não estou falando nem dessas coisas que falam hoje – que o cara comprou isso, ganhou aquilo... Acho que não era assim, pelo menos na Câmara de Curitiba onde militei. Mas não vi nenhum espírito público real nos meus colegas. Eu mesmo, de alguma forma, reconheço que caí no escalão pessoal: o meu interesse era parar com a atividade militar. Não posso dizer que não agi no meu interesse, tal como os outros. E não me candidatei novamente.” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 742).

¹⁶⁰ *Diário do Paraná*, 17 de setembro de 1970.

urna que remetem a tríades, a filiação do Coronel a associações maçônicas já naquele momento – às quais mais tarde foi de fato filiado. Com 3.227 votos, cerca de uma centena a menos do que no pleito de 1968, não deu o passo para a assembleia estadual que apenas três dos vereadores que o tentaram, dois da ARENA e um do MDB, conseguiram dar.¹⁶¹ Da derrota em 1970 é que deve ter vindo, efetivamente, a desilusão, ao menos momentânea, com a política eleitoral. Apesar da sua posição de destaque na Câmara, Sydney foi um dos dois vereadores arenistas que não tentou a reeleição em 1972.¹⁶²

Na verdade, talvez a vereança não valesse mais o tempo que demandava. Pois o Coronel já estava envolvido com a realização do seu maior projeto, a criação da Faculdade Tuiuti – sua entrada, como empresário, no ramo do ensino superior. Os preparativos já vinham adiantados no final de 1972, quando da nova eleição, e, talvez, em uma fase decisiva, que não permitia maiores distrações.

Sydney e o general Massa deram um fim na parceria no ano de 1970. Desconheço em que condições isso ocorreu e o que Massa levou em troca da sua parcela na sociedade. É evidente que Sydney permaneceu com o Colégio. Possivelmente as suas ambições para o negócio eram maiores do que as do sócio; datam de cerca de 1970, ou seja, da época em que terminou a parceria, os planos do casal Rangel Santos de construir a faculdade, que foi um projeto do qual o general já não participou (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 740).¹⁶³

As condições para concretizar a faculdade foram construídas ao longo de uma história de metamorfoses em que o oficial militar tornou-se professor, que se tornou empresário, mas nunca deixou de ser um militar. Essa condição estável plasmou-se na imaginação curitibana consagrando o persistente apelido de “Coronel Sydney”. Isso apesar do significativo deslocamento no espaço social e das mudanças de identidade que

¹⁶¹ *Diário do Paraná*, 26 de novembro de 1970.

¹⁶² *Diário do Paraná*, 10 de agosto de 1972.

¹⁶³ Massa, não fugindo à tendência de os oficiais do Exército atuarem no Estado, em diferentes funções, ou em empresas públicas ou estatais, assumiu a direção da Delegacia Regional do Trabalho sediada em Curitiba, permanecendo no cargo por longo tempo, de fevereiro de 1972 até 1985.

o acompanharam, pois Sydnei *se construiu* como professor e, depois, como empresário (“baluarte da educação privada”).

Do ponto de vista analítico pode-se representar essa história como a de sucessivas e bem sucedidas reconversões de *capitais*. Seria possível, assim, distinguir a origem do “capital inicial” na trajetória do jovem oficial Sydnei: a pertença à *elite militar*, somada, após a mudança para Curitiba, à *inserção social* na cidade. E considerar os rendimentos cumulativos dos recursos que tinha em função dessa posição transformando-se, ao longo da trajetória, em outros tipos de capital. As escolhas determinaram em que seriam investidos os recursos; ou seja, como aconteceriam as reconversões. É claro que o rendimento dos diferentes investimentos e os movimentos potenciais no espaço social que eles representam são dados no desenrolar dos processos históricos – ou seja, em um espaço social ele mesmo em transformação.

Por isso são tão relevantes para esta história a condição privilegiada do militar (e, sobretudo, do oficial) na sociedade brasileira, pelo menos ao longo de boa parte do século XX, e a escalada de poder da corporação, que teve seu auge nos anos seguintes a 1964. Esses dois fatores (que na verdade são um só, visto do ponto de vista sociológico, por um lado, e histórico, por outro) foram condições necessárias, embora não suficientes, da história de sucesso do Coronel Sydnei.

Somente considerando a ação de todos esses fatores é que poderemos compreender como se realizou a Faculdade Tuiuti, maior feito do Coronel e consolidação do fundamento econômico de uma posição de classe dominante.

4.2.3 A criação da faculdade

Curitiba tinha poucas instituições de ensino superior na virada da década de 1960 para a de 1970, mesmo contando mais de 600 mil habitantes e crescendo rapidamente. O Coronel, que já tinha ampla experiência com educação, e em vários níveis e funções – instrutor militar, professor, administrador, diretor e político –, costumava ler jornais dos grandes centros do país e notara que a expansão da oferta de instituições e vagas, a pleno vapor em São Paulo e no Rio de Janeiro, ainda não fora desencadeada na capital paranaense. A oferta de cursos era restrita, assim como o era, em alguma medida, a demanda: “todo mundo queria fazer Direito”. Mas havia alguns “gargalos” que obrigavam muitos dos jovens curitibanos que desejavam cursar Pedagogia ou

Engenharia, por exemplo, a mudar para cidades maiores caso não conquistassem alguma das escassas e concorridas vagas existentes na cidade (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 740-741).

Note-se que a escassez parecia afetar não apenas as carreiras mais novas – ou melhor, que passavam por um processo de modificação das suas condições de profissionalização, como a Pedagogia –, mas também as Engenharias – embora, talvez, nesse caso, em virtude da fragmentação da área em novas especializações.

“Puxa, acho que vou me interessar por isso e sair do segundo ciclo”, pensou o Coronel. Ele achava que haveria público para mais uma instituição superior: “achava e não me enganei” (*ibidem*). A análise do Coronel era arguta: os alunos “excedentes” que iam buscar formação superior em outras cidades eram aqueles que podiam e que estavam dispostos a pagar pelos estudos. Era muito provável que a abertura de novas vagas na cidade fosse atraente para eles, mesmo que tivessem que pagar o curso inteiro; igual teriam que se sustentar ou ser sustentados em outra cidade, mesmo se ingressassem em uma universidade pública.

Ainda à frente do Colégio Tuiuti, o Coronel e sua esposa, Maria de Lourdes, começaram a montar, por volta de 1970, a criação da faculdade. Os preparativos tomaram três anos, abarcando a metade do mandato de vereador e o período da candidatura fracassada a deputado estadual. Enviaram um projeto ao Ministério da Educação e Cultura, que avaliava a adequação da proposta e a encaminhava ao Conselho Federal de Educação (CFE), órgão que tinha a última palavra a respeito da abertura de novas instituições e cursos. As novas faculdades isoladas tinham permissão para abrir com no máximo três cursos e o projeto do Coronel, que aparentemente propunha abrir a Tuiuti com mais do que isso, foi cortado. O próprio conselho teria decidido quais seriam os três cursos iniciais, dentre aqueles contemplados no projeto.

Não era fácil passar pelo Conselho. Apesar de ter sido concebido, ainda antes do golpe, para ser um órgão “técnico”, isento, formado por especialistas reconhecidos na área de educação (ROTHEN, 2004, p. 43-45), o trâmite dos processos era, na prática, enviesado. Primeiro, por questões regionais. Como os estados maiores tinham mais conselheiros que os representassem, os seus processos corriam com mais agilidade. À parte isso, era importante ter algum relacionamento com os conselheiros. Afinal, “as coisas são mais fáceis quando você tem amigos”, disse o Coronel em um lampejo filosófico sobre o CFE – mas também sobre a vida (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 746).

Talvez ele não tenha tido qualquer facilidade adicional para aprovar o projeto de criação da faculdade, entre 1970 e 1973, muito embora Algacyr Munhoz Maeder, notório professor paranaense e ex-reitor da Universidade Federal, tenha assumido uma cadeira no conselho em 1973. Não é certo que qualquer amizade os tenha unido naquela situação, apesar da afinidade regional; foi apenas às vésperas de sua nora, Solange Nogueira Maeder, tornar-se a primeira diretora da faculdade, que o conselheiro redigiu o parecer favorável à abertura da Tuiuti.¹⁶⁴ Mas pode ter nascido aí qualquer sentimento de admiração do Coronel pelo conselheiro: em 1975, o diretório acadêmico do Colégio Tuiuti levava o nome de “Algacyr Munhoz Maeder”.¹⁶⁵

Não obstante, a avaliação dos conselheiros federais, idealmente feita levando em conta as necessidades locais em termos de novos cursos, dificilmente poderia ter sido mais acertada, tanto da perspectiva mercadológica quanto em relação à trajetória do Coronel até o momento. Lê-se, no parecer do conselheiro Maeder, que “os planos estaduais de educação e de desenvolvimento envolverão, nos próximos anos, um grande número de professores e técnicos em educação”, em referência clara à demanda por cursos de Pedagogia e, em certa medida, de Psicologia. Ambos se relacionavam com “novas áreas profissionalizantes”, sendo típicos da expansão do setor privado no início dos anos 1970 (SCHWARTSMAN *apud* SAMPAIO, 2000, p. 60). Pedagogia, Psicologia e Letras foram os três primeiros cursos da Faculdade Tuiuti.

O Coronel alugou, para sua nova sede, uma propriedade de extensa área verde, em região alta, com vista panorâmica. Talvez um dos terrenos mais bonitos da cidade, ainda hoje. O entorno se transformaria, ao longo dos anos seguintes, e graças à verticalização, no bairro de maior crescimento (nos anos 1990) e de uma das maiores densidades demográficas de Curitiba, o Bigorrilho. Embora o Coronel tenha alugado a propriedade de empreendedores imobiliários, ela fora erguida pelos padres Maristas para funcionar

¹⁶⁴ Ver o depoimento de Odette Brandão Pontes a Sérgio Feldman, em 1999, listado nas referências juntamente com as entrevistas. O parecer do conselheiro Maeder é o de número 1.255 de 1973, sob o processo nº 3.355 do CFE. Várias instituições de ensino fazem questão de demonstrar não terem esquecido sua gratidão ao conselheiro Maeder. A atual Universidade do Oeste Paulista, aberta em 1972, batizou uma de suas unidades como Faculdade de Ciências da Saúde e de Engenharia “Conselheiro Algacyr Munhoz Maeder” – deixando cristalino que a admiração pelo conselheiro vinha do que quer que tenha feito no exercício daquele cargo. A Faculdade Paranaense, de Rolândia, lembra, na página que narra sua história, ter contado, cerca de 1974, “com o inestimável trabalho do professor Algacyr Munhoz Maeder” (www.faccar.com.br). O conselheiro do CFE era uma figura a quem os fundadores de instituições de ensino superior costumavam ser muito gratos.

¹⁶⁵ *Diário do Paraná*, 20 de agosto de 1975.

como seminário, e de fato o foi por muitos anos. Os edifícios do seminário e o seu entorno imediato tornaram-se a sede da Tuiuti – o “Jardim Champagnat”, como nomeariam alguns anúncios da faculdade nos anos 1970;¹⁶⁶ mas, como a propriedade dos padres era muito grande, a maior parte dela virou, nas mãos dos empreendedores, um loteamento que circundava o “jardim” e constituiu o marco inicial para a incorporação propriamente urbana da região que – área de chácaras, muitas delas ocupadas desde um século antes por imigrantes poloneses – tinha ainda nos anos 1970 feições quase rurais (FENIANOS, 1997, *passim*). Tanto é que, quando a Tuiuti começou a funcionar, novas linhas de ônibus foram estabelecidas, desde o centro até o Bigorrilho, “atendendo os estudantes daquela instituição”.¹⁶⁷

Cerca de 1973, quando saiu o parecer favorável à abertura, o Coronel já tinha alugado os edifícios, previsto a adaptação das estruturas e a constituição da biblioteca e elaborado um rol de professores e funcionários a contratar, tudo detalhado no projeto analisado pelo Conselho Federal de Educação. Faltava apenas o aval para realizar o primeiro vestibular e iniciar as atividades. As provas foram realizadas a partir do dia 23 de novembro de 1973, decidindo a ocupação de 200 vagas no curso de Pedagogia, 200 no de Psicologia e mais 100 no de Letras.

No que se refere ao primeiro vestibular, há informações para os aprovados em Psicologia. Foram 467 candidatos disputando as 200 vagas; 215 deles se matricularam, sendo os quinze sobressalentes remanejados para outros cursos da faculdade.¹⁶⁸ O sucesso se explica, em parte, pela novidade que a carreira representava, regulamentada por lei, como profissão, apenas em 1962. O primeiro curso no estado foi o da Universidade Católica, aberto em 1969, e a Universidade Federal do Paraná abriria um

¹⁶⁶ Dizia um anúncio publicado no primeiro ano de funcionamento da faculdade: “A Faculdade Tuiuti está plantada em mil metros quadrados de um terreno coberto de bosques no Jardim Champagnat. Trata-se de uma região estritamente residencial, situada no ponto mais alto da cidade, a cinco minutos do centro. O Champagnat é verde, tem ar puro e o silêncio é constantemente melhorado pelo canto dos passarinhos. [...]” (*Diário do Paraná*, 6 de outubro de 1974). A localização e o ambiente agradável do “Jardim Champagnat” eram verdadeiros trunfos da faculdade.

¹⁶⁷ *Diário do Paraná*, 23 de março de 1974.

¹⁶⁸ Informações constantes no *Relatório da comissão verificadora designada pela portaria nº 13 de 21/02/79 do Conselho Federal de Educação, para verificar “in loco” as condições de funcionamento da habilitação de Formação de Psicólogo do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Tuiuti”, situada em Curitiba e mantida pela Sociedade Educacional Tuiuti, com sede em Curitiba, Estado do Paraná*. O relatório foi compilado por José Luiz Hesketh e Romeu de Moraes Almeida, data de 10 de março de 1979, e pôde ser consultado no arquivo do curso de história da Universidade Tuiuti do Paraná.

apenas em 1975. Nascido entre os cursos das instituições maiores, o da Tuiuti já tinha, em 1974, seu primeiro ano de funcionamento, uma vez e meia o número de alunos do curso da Católica.¹⁶⁹ A Psicologia estava, realmente, em franca expansão da oferta e a Tuiuti foi a segunda instituição do estado a abrir o curso. No ano seguinte, 1975, além do curso da Federal, outro foi aberto no estado, em uma faculdade isolada (assim como a Tuiuti), provavelmente no interior.

Apenas começava a formação de psicólogos profissionais a nível local: só 13 pessoas se declararam psicólogos de profissão, em Curitiba, em 1970; no censo seguinte foram registrados 1.357 psicólogos, dos quais 1.177 mulheres (IBGE, 1970, 36-37; *idem*, 1982-1983, p. 324). A Tuiuti contribuiu muito, ao longo da década de 1970, para a formação desse quadro. Somando as duas primeiras turmas formadas pela faculdade, em 1977 e 1978, tem-se cerca de 400 novos profissionais. Se a tendência se manteve para o ano seguinte, a Tuiuti tinha formado perto da metade dos psicólogos e psicólogas residentes em Curitiba em 1980.¹⁷⁰

Mas o curso não parece ter tido sucesso apenas por causa da demanda reprimida. Há indicações de que tinha boa qualidade, e é considerado informalmente, por muitos, o melhor da cidade naquela época – e um dos melhores ainda hoje. O Coronel mesmo tinha, sem dúvidas, um carinho especial pelo curso, tanto é que resolveu buscar formação superior em Psicologia pouco tempo depois de ter a faculdade funcionando: em 1978 formou-se bacharel e, no ano seguinte, licenciado em psicologia pela Faculdade São Marcos, de São Paulo.

Já o sucesso do curso de Pedagogia correspondeu, em parte significativa, a outra dinâmica mercadológica: menos a uma demanda latente do processo de profissionalização e reconhecimento do que a uma demanda recentemente criada por lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 estabelecia que os profissionais do ensino básico (que compreende os atuais fundamental e médio) – “professores, orientadores, supervisores e administradores” – deveriam ter formação no

¹⁶⁹ De acordo com os dados compilados pelo autor com base na Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1974 (BRASIL, 1975, p. 94-95).

¹⁷⁰ Os dados são do relatório, supracitado, compilado por Hesketh e Almeida.

ensino normal.¹⁷¹ Isto é, ocupavam esses cargos as famosas normalistas (era uma carreira fundamentalmente feminina), como o fora América Silva e como o era sua filha, Maria de Lourdes, esposa do Coronel. A nova LDB, de 1971, transformava a antiga figura da normalista. Determinava que aquelas mesmas funções passassem a ser ocupadas por profissionais com formação superior e ainda vaticinava que a admissão seria feita por meio de concurso público, “obedecidas para inscrição as exigências de formação constantes desta lei”.¹⁷²

A inclusão do curso de Pedagogia no projeto que o Coronel enviou ao MEC e ao CFE e a aprovação do curso pelos conselheiros tinham em vista o surgimento dessa enorme demanda, certamente suficiente para suprir várias turmas da nova instituição. É preciso notar que a formação superior em Pedagogia não era novidade; como o era Psicologia. As duas universidades de Curitiba já a ofertavam: desde 1938 a Federal e desde 1952 a Católica. Não fosse o novo catalisador da demanda, é difícil imaginar que a Pedagogia se tornasse um dos cursos típicos da explosão do ensino superior privado no início dos anos 1970 (FURTADO, 2012, p. 78).

De fato, relatos sobre as primeiras turmas do curso atestam que muitas das alunas (predominavam as mulheres) eram normalistas mais velhas – “havia poucas jovens, pessoal mais profissional”. Muitas eram diretoras de escola que “sentiram necessidade de uma atualização” em função de lei de 1971. Parece ter havido apenas duas “mocinhas” na primeira turma, que também já eram normalistas. Uma dessas alunas recordava assim suas colegas:

[...] a Chloris Justen era diretora do Instituto de Educação na época, a Doacir Rocha era diretora daquele grupo escolar [...] Amâncio Moro parece-me. [...] A Edna era diretora de um colégio parece-me que no Boqueirão, a Glaci era inspetora de ensino, a Ilsa inspetora de ensino também, a Irena era inspetora de ensino, morava em São José [dos Pinhais]. A Ivone diretora de outro colégio, Leonor era professora no Colégio Estadual, era advogada e coordenadora do Colégio Estadual do Paraná, a Lourdes Maria diretora do Tiradentes, você veja quantas diretoras. Maria Luiza Malucelli, a Norma trabalhava na Secretaria de Educação, a Irmã Lucina era diretora do Colégio Nossa Senhora Menina. Então você vê, todas ou supervisoras, orientadoras, diretoras.¹⁷³

¹⁷¹ Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, artigo 52.

¹⁷² Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, artigos 33 e 34.

¹⁷³ O depoimento e as citações do parágrafo anterior estão na entrevista de Maria da Luz Portugal Werneck para o projeto História da Universidade Tuiuti do Paraná, 1999.

Na opinião de outra moça que participava ativamente naqueles primeiros anos da faculdade, a turma era “representativa da comunidade”.¹⁷⁴ A expressão é interessante porque ambígua. Por um lado, eram mulheres importantes para a “comunidade” porque tinham certa formação, uma profissão (mais feminina do que masculina) de prestígio e porque tornavam-se relativamente conhecidas, na medida em que trabalhavam na educação de várias gerações; e ainda porque, ao menos até recentemente – e por ser uma das poucas profissões femininas –, o magistério atraía também jovens da classe alta local.

Por outro lado, o alunado dos primeiros anos da faculdade não deixava de representar uma parte da “sociedade” das colunas sociais. Se as alunas de Pedagogia eram, em grande medida, “mais profissionais” (presumivelmente mais velhas), o curso de Psicologia da Tuiuti era preferido por muitas moças da classe alta curitibana – ou, ao menos, do grupo que frequentava as colunas sociais. A Psicologia pode ter sido atraente para aquelas jovens enquanto uma nova possibilidade de profissão feminina (como mostram os dados sobre a presença de psicólogos em Curitiba em 1980). Nos primeiros quatro ou cinco anos depois da abertura da faculdade eram recorrentes nas colunas sociais congratulações por essa ou aquela menina ter passado no vestibular da Tuiuti. E nada poderia ser mais ilustrativo do que o fato de que a primeiro-lugar do primeiro vestibular para Psicologia foi a então primeira-dama de Curitiba, Fany Lerner (**Figuras 3 e 4**).¹⁷⁵

¹⁷⁴ Entrevista de Alboni Marisa Dudeque Pianowski Vieira para o projeto História da Universidade Tuiuti do Paraná, 1999.

¹⁷⁵ É preciso notar que, com isso, não quero dizer que todo, ou que a maioria, do corpo discente da faculdade fosse constituído por jovens da classe alta local. Para o curso de Pedagogia, a descrição transcrita sugere que aquele *tipo* (normalistas, profissionais, mais velhas) formava, de fato, grande parte da primeira turma. Sem um relato equivalente, fica difícil caracterizar com tamanha precisão o corpo discente daqueles primeiros anos do curso de Psicologia. As informações disponíveis sugerem, mais bem, que o curso era uma das opções das jovens da classe alta curitibana, mas não que elas fossem seu único público. Além dos recortes mostrados a seguir, ficam também outras amostras dessa proposição: “Estão circulando cumprimentos na ‘city’ para Marlene do Valle, aprovada em Psicologia na Tuiuti. Parabéns da coluna” (*Diário do Paraná*, 1º de fevereiro de 1977); “Janete Maria Pedroso de Moraes, filha do casal Edith H. de Moraes e comendador José Pedroso de Moraes, cola grau hoje, às 19,30 hs no Teatro Guaíra, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti, onde completou o curso de Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional. Uma das mais jovens formandas do Brasil, está ainda no 9º ano do curso de piano e no curso de Teoria Musical do Instituto Musical Raul Mensing. Pelo evento, os pais oferecem recepção em Santa Felicidade” (*Diário do Paraná*, 18 de dezembro de 1977).

Figura 3 – Primeira-dama no vestibular da Tuiuti

Diário do Paraná, 11 de abril de 1974

Figura 4 – Outra aprovada

Idem, 14 de abril de 1974

Essa predileção pela Tuiuti ajudava a compor um atrativo extra, que se somou aos já considerados para o seu sucesso naqueles anos iniciais. O ambiente da faculdade era “familiar”, pois administrado pessoalmente pelo Coronel e por sua esposa (mais tarde também por seu filho mais velho), que se relacionavam bastante com os funcionários e alunos; o tratamento pessoal e individualizado, marcando diferença com relação às outras instituições, foi até destacado em anúncio da Tuiuti nos anos 1970¹⁷⁶ e, não menos importante, a proprietária, Maria de Lourdes, que era normalista, fez o curso de Pedagogia com a primeira turma. Suas colegas eram também colegas de profissão e, muito possivelmente, conhecidas de outros espaços sociais da Curitiba antiga. O clima era, portanto, “familiar” em todos os sentidos – imagino que bastante diferente das universidades da cidade, a Federal e a Católica, esta administrada pelos irmãos maristas.

Além de ser um ambiente muito feminino e familiar, o “Jardim Champagnat” era bonito, com capela, “o jardim maravilhoso” e “um bosque lindo”;¹⁷⁷ e até casamento houve na capela da faculdade, também devidamente registrado na coluna social.¹⁷⁸ Fatores mais sutis, como esses atrativos, podem ter sido tão importantes para o sucesso inicial da Faculdade quanto a questão da demanda.

¹⁷⁶ “[...] A Faculdade Tuiuti sabe, por experiência própria, que cada aluno é um caso muito especial. A faculdade Tuiuti preocupa-se com cada um em particular. [...] Todas as vocações interessam ao Tuiuti. A Faculdade Tuiuti preparou o melhor para todos. [...]” (*Diário do Paraná*, 3 de novembro de 1974).

¹⁷⁷ Entrevista de Maria da Luz Portugal Werneck para o projeto História da Universidade Tuiuti do Paraná, 1999.

¹⁷⁸ *Diário do Paraná*, 4 de janeiro de 1979.

Nos anos seguintes, o curso de Psicologia manteve demanda mais consistente do que os demais, tornando-se o curso verdadeiramente disputado da faculdade. Assim como Pedagogia, seu primeiro vestibular ofertava 200 vagas, e talvez a procura, no começo, fosse equilibrada. Mas o vestibular de inverno de 1978 já apresentava grande descompasso. Foram abertas 50 vagas para cada um dos três cursos, apresentando-se 52 candidatos para Letras, 85 para Pedagogia e 660 para Psicologia.¹⁷⁹ Quando o Coronel se viu compelido a contestar publicamente a suposta facilidade de ser admitido na faculdade, recorreu à concorrência acirrada do vestibular de Psicologia: “No último vestibular da Faculdade Tuiuti, 750 candidatos disputaram 150 vagas. Em Psicologia, a média foi de 13 candidatos para uma vaga. [...]”, dizia o anúncio na imprensa local.¹⁸⁰

Pode-se levantar, ainda, um último fator relevante nos primeiros anos da instituição, e que reconecta a sua origem à política educacional dos governos militares: a ajuda econômica do Estado às instituições privadas. De um lado, no espírito do reconhecimento de que elas eram um dos braços da política oficial de educação. De outro, bem de acordo com o projeto de expansão econômica por acumulação capitalista levado adiante pelos militares, com atração de capital estrangeiro, fartos incentivos estatais ao setor privado, degradação da renda do trabalho e aprofundamento da desigualdade social.

Em pelo menos três ocasiões, nos anos 1970, a mantenedora Sociedade Educacional Tuiuti foi beneficiada – é verdade que junto com outras instituições. Todas as vezes o dinheiro foi concedido pelo governo do estado do Paraná, mas não é possível ter certeza sobre a sua origem, nem tampouco sobre se a mantenedora da Tuiuti chegou a receber auxílio de outras instâncias do poder público. Pode ser que o estado intermediasse o repasse de verbas federais, por exemplo, e/ou que o *Diário do Paraná*, meio em que pesquisei notícias sobre o assunto, privilegiasse aquelas relativas ao nível estadual.

No final do primeiro ano de existência da faculdade, a mantenedora recebeu 200 mil cruzeiros, de um repasse total de perto de 2 milhões, que o governo do Paraná fez a várias instituições particulares. A Tuiuti foi a terceira instituição listada que mais recebeu dinheiro. A notícia veicula a justificativa que deu o secretário estadual de

¹⁷⁹ *Idem*, 15 de julho de 1978.

¹⁸⁰ *Idem*, 30 de julho de 1978.

educação: “esta verba é dedicada à compra de vagas, ampliação da rede escolar e melhoria no equipamento das escolas. [...] Assim novos benefícios são proporcionados à classe estudantil paranaense que frequenta a rede particular de ensino”.¹⁸¹ A Sociedade Educacional Tuiuti recebeu novo repasse, de valor desconhecido, menos de um ano depois. No total, dezessete instituições foram agraciadas com mais de 2 milhões e 700 mil cruzeiros (entre elas, algumas públicas, como o Colégio Militar de Curitiba e a Universidade Federal do Paraná).¹⁸² Há notícia de novo repasse em 1977, desta vez na forma de bolsas de estudos pagas pela Secretaria Estadual de Educação para universitários pobres, totalizando 820 mil cruzeiros.¹⁸³ Repasses e compra de vagas eram estratégias governamentais para fomentar a expansão da oferta de vagas, especialmente na rede privada, e para assegurar a ocupação plena dos lugares disponíveis.

Talvez a melhor forma de representar o deslocamento do Coronel no espaço social seja apontando para as reconversões de capitais realizadas em meio aos processos históricos mais relevantes para a trajetória dele – no caso, a ascensão política dos militares e o crescimento da sua influência direta e da influência das suas concepções em diversos âmbitos da vida social. Uma última cadeia de acontecimentos deixa mais evidente o fluxo da dinâmica de reconversão dos capitais e conecta as várias esferas de atuação do Coronel no período abarcado por este item. Além de encerrar esta análise da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti.

Cerca de dois meses depois de formadas as primeiras turmas de cada um dos três cursos da Tuiuti, no final de 1976, o ministro da educação aprovou parecer do Conselho Federal de Educação concedendo-lhes o reconhecimento oficial dos diplomas.¹⁸⁴ O ministro era o paranaense Ney Aminthas de Barros Braga, general da reserva (posto atingido em 1963), prefeito de Curitiba (1954-1958), governador do estado (1961-1965; 1979-1982) e ministro de 1974 a 1978. Possivelmente dividiu “palanque” com o Coronel – que o considerou um “amigo” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 744) – nas eleições de 1967, quando foi escolhido senador pelo Paraná.

¹⁸¹ *Idem*, 13 de dezembro de 1973.

¹⁸² *Idem*, 29 de setembro de 1974.

¹⁸³ *Idem*, 24 de julho de 1977.

¹⁸⁴ *Diário do Paraná*, 11 de fevereiro de 1977.

Os formandos da Tuiuti de 1977, primeiros a terminarem seus cursos com o reconhecimento dos diplomas já concedido, tiveram Ney Braga de paraninfo em sua cerimônia de formatura, realizada no Teatro Guaíra, maior da cidade na época.¹⁸⁵ O ministro da educação compareceu e discursou, o que não sei se pode ser considerado trivial simplesmente por Braga ser paranaense ou por se tratar da primeira formatura após o reconhecimento oficial dos cursos. É mais provável que tenha sido honrado com a proposta em sinal de gratidão e aceitado comparecer por causa de sua afeição pessoal ao Coronel.¹⁸⁶

O Coronel tinha o costume de plasmar – ou de ver com bons olhos que se plasmassem – homenagens a figuras influentes nas dependências das suas instituições. Já ressaltai que o diretório acadêmico do Colégio Tuiuti tinha o nome de Algacyr Munhoz Maeder, conselheiro do CFE que redigiu o derradeiro parecer favorável à abertura da faculdade. O diretório acadêmico da faculdade parece também ter sido batizado em homenagem a ele (talvez postumamente, pois Maeder morreu em novembro de 1975); e a sede do diretório levava o nome do prefeito de Curitiba Jaime Lerner. A primeira turma de formandos da faculdade recebeu o nome de “presidente Ernesto Geisel”.

Em 1978, a Tuiuti buscava a aprovação de uma nova habilitação para o seu curso de Psicologia, que foi conquistada com o apoio do conselheiro paranaense Jucundino da Silva Furtado; embora, aparentemente, a atuação de Jucundino no CFE não tenha sido muito benéfica para o Coronel.¹⁸⁷ A imprensa curitibana se congratulou pela consecução de um projeto enquadrado como “da nossa gente” – uma vitória “do desejo paranaense de contribuir para a ciência e para a pesquisa científica”, não deixando de lembrar dos

¹⁸⁵ *Diário do Paraná*, 20 de dezembro de 1977.

¹⁸⁶ O Coronel achava importante que autoridades frequentassem as ocasiões especiais da sua instituição naqueles primeiros anos. Assim, o secretário estadual de educação, Francisco Borsari Neto, que possivelmente também tinha vínculos amistosos com o Coronel, proferiu a palestra de abertura da semana acadêmica de 1977 da Faculdade Tuiuti (Ver a notícia no *Diário do Paraná* de 12 de outubro de 1977).

¹⁸⁷ O que se pode depreender da entrevista concedida por Sydnei aos pesquisadores do CPDOC/FGV: “O senhor acha que a sua entrada no conselho [CFE] trouxe facilidades para a UTP? Acho que facilitou. Porque pelo menos não levei mais rasteira lá – eu levava muita rasteira. Com exceção, aliás, do período em que o dr. Algacyr Munhoz Mader foi conselheiro, antes ainda do Jucundino, que foi a primeira vez em que tive um amigo lá. Muitos dos meus cursos foram aprovados quando ele foi conselheiro” (TRAJETÓRIAS, 2002, p. 745).

esforços de Jucundino, de Ney Braga e de Euro Brandão, outro paranaense, que sucedeu Braga à frente do Ministério da Educação e Cultura (1978-1979).¹⁸⁸

Os acúmulos e as reconversões de capitais compreendidos no movimento de Sydnei no espaço social, de oficial do Exército a grande empresário da educação, foram “azeitados” pelo capital social que o Coronel construiu conforme adentrava nos círculos restritos da classe dominante de Curitiba. O capital social possibilitava e potencializava cada empreendimento.

Mais além, os indícios sugerem que a Faculdade, sua realização mais importante, não foi meramente um projeto pessoal. O capital social revelou-se decisivo na medida em que o Coronel conseguiu fazer-se parte do projeto político de um grupo fluente nas elites administrativas a níveis local e nacional. Afinal, não apenas “as coisas são mais fáceis quando você tem amigos”; elas realmente acontecem quando todos têm propósitos (e, portanto, interesses) convergentes.

A Faculdade representa o auge de um deslocamento no espaço social. Como vimos anteriormente, as posições nesse espaço são uma forma de representar a distribuição dos capitais, dos recursos mobilizáveis na competição social por bens escassos. Determinam as chances e as condições de vida dos indivíduos – e das classes (seja “no papel”, seja de fato [BOURDIEU, 1987]), uma vez que as posições são conjuntos de condições estruturais compartilhados por muitos indivíduos. O sucesso do negócio que o Coronel construiu representou a culminação do seu deslocamento no espaço social porque, naquele ponto, toda a dinâmica de capitais que marcou a singular trajetória desaguou na consolidação de importante reserva de capital econômico; na formação de um patrimônio e de uma fonte de poder. A dinâmica de capitais que levou a esse ponto, como mostrei até aqui, foi caracterizada, em grande medida, pelo manuseio hábil do capital social.

Nesse ponto, o Coronel alcançou uma posição (de classe) dominante no espaço social. O capital econômico, que agora se somava aos demais recursos sociais que mobilizou para construí-lo, colocava-o em plenas condições de manter e de prolongar ao

¹⁸⁸ *Diário do Paraná*, 18 de junho de 1978.

longo das gerações sua posição superior. Posição que é algo incerta se não apoiada na posse material ou, melhor, na posse dos meios de reprodução em série do capital.

4.3 Corolários da posição de classe dominante

A construção da Faculdade foi o marco de entrada do Coronel para a classe dominante em razão, principalmente, da consolidação do poder econômico que representa. Mas há, também, pistas mais sutis que apontam para o mesmo marco – se for permitido considerar a presença nas colunas sociais da imprensa local como um indicador da pertença à classe dominante.¹⁸⁹

O Coronel apareceu pela primeira vez na coluna social do *Diário do Paraná* no final de 1973, mencionado em uma fofoca sobre a abertura da Tuiuti. Simultaneamente pessoal e profissional, a fofoca encerra perfeitamente o cossurgimento *do negócio para o Coronel e do Coronel para a “sociedade”* (como em “a sociedade curitibana”). A notícia marca, assim, a sua entrada para a classe dominante. Sydnei teria compartilhado com amigos “o seu euforismo” pela criação da Faculdade Tuiuti durante um final-de-semana em Balneário Camboriú, Santa Catarina, destino de férias predileto de parte da “sociedade” curitibana e de muitas outras “sociedades” no interior do Paraná e do Rio Grande do Sul (**Figura 5**).

¹⁸⁹ É preciso fazer uma ressalva, porém. Não se deve confundir a presença nas colunas sociais com a possibilidade de mobilizar capital social. Este pôde ser inferido das conexões pessoais que tiveram ou que podem ter tido alguma relação com as ações e feitos concretos do Coronel – como vimos ao longo de boa parte do quarto capítulo. Aparecer nas colunas sociais, por outro lado, significa o surgimento de certo interesse público pela vida pessoal do sujeito, como se ele tivesse se tornado uma espécie personagem. É claro que essa condição não é exclusividade da classe dominante. Trato-a, aqui, como um indicador mais da relevância social alcançada pelo Coronel.

Figura 5 – *Week-end* em Camboriú**CRUZADAS**

O coronel Sidney Lima de Santos, que passou seu week-end em Camboriú com a família, não escondia para os amigos o seu euforismo com a concretização de um velho sonho: a criação da Faculdade Tuiuti, que já tem vestibular marcado para esse mês. Ele começou suas atividades no ensino preparatório para o ginásio, depois para o científico e agora ingressa no superior.

Diário do Paraná, 7 de nov. de 1973

O mesmo jornal havia mencionado Sydney e a abertura da faculdade alguns meses antes, no recorte reproduzido no início da seção deste trabalho intitulada “Um baluarte da educação privada em nosso estado”. Naquela ocasião, porém, o Coronel não era propriamente o tema da notícia, que tratava de uma homenagem a outra pessoa; e a seção do jornal não era bem uma coluna social. Ainda, ao caracterizar o Coronel como “baluarte da educação privada”, fazia-se referência exclusivamente à sua atuação profissional. Parte significativa da reconstrução de sua trajetória apoiou-se em registros jornalísticos de suas atividades. Quando era militar e, depois, quando se dedicava cada vez mais à carreira de professor, rastros da atuação profissional eram noticiados pela imprensa. O foco, contudo, era sempre dado à atuação *profissional*.

Quando o Coronel começou a ter alguma evidência na coluna social, depois de 1973, continuaram comuns registros jornalísticos de sua atuação *em função da faculdade*. Algumas dessas notícias já assumiam tom mais pessoal. Em 1975, em comemoração aos dezessete anos da “Tuiuti”, saiu uma matéria curta que, além de anunciar a ocasião, contava um pouco da história do Coronel, associando-a à história dos seus negócios:

De um curso de preparação ao Colégio Militar de Curitiba, em 1958, ao extraordinário complexo educacional de 1975, a Sociedade Educacional Tuiuti é a materialização de um sonho acalentado por dois homens – o capitão Sidney de Lima Santos e o major Waldir Jansen de Mello – que renunciaram às perspectivas de uma brilhante carreira militar para dedicar-se inteiramente à educação de gerações de paranaenses. Tudo começou com o curso Tuiuti, criado para a preparação de candidatos às escolas militares. Hoje, a Sociedade Educacional Tuiuti mantém o colégio e a faculdade Tuiuti. [...] Neste 24 de maio a sociedade educacional completa 17 anos de existência e o programa de comemorações vai tomar o dia todo. O coronel Sidney de Lima Santos continua

na presidência do empreendimento; o diretor administrativo é Sidney Antonio Rangel Santos; vice-presidente, dona Maria de Lourdes Rangel Santos.¹⁹⁰

O Coronel tinha presença no noticiário geral, como na ocasião em que os alunos do Colégio e da Faculdade foram, em uma espécie de excursão, conhecer as instalações do *Diário do Paraná* e do canal 6 de televisão, “liderados pelo seu diretor, coronel Sydnei Lima Santos”.¹⁹¹ Por outro lado, o diário, com o qual tinha, sem dúvida, boas relações,¹⁹² não deixou de veicular notas de caráter mais subjetivo; no seguinte caso, muito próximo de uma propaganda subliminar: “Sydnei Lima Santos, diretor do Colégio e Faculdade Tuiuti, [está] satisfeito com o resultado dos últimos vestibulares. Aliás, o empresário acha que o nível educacional no país vem crescendo muito.”¹⁹³ Não bastasse considerar interessante veicular a impressão de Sydnei sobre o vestibular – assunto em que ele era, é preciso reconhecer, uma espécie de autoridade –, a imprensa passou a se interessar, também, por sua comemoração de aniversário: “O cel. Sidney Lima Santos, diretor da Faculdade Tuiuti, recebeu inúmeros cumprimentos neste final de semana, pela troca de idade nova. Inúmeras personalidades do setor político lá estavam para dar seu abraço ao coronel.”¹⁹⁴

O fato é que o Coronel passou a frequentar a coluna social, tendo presença no noticiário curitibano como pessoa, e não mais simplesmente como oficial ou como professor. Meramente “aparecer” nesses lugares já indica uma mudança importante de posição social; mas é frutífero atentar, também, para o conteúdo de algumas das fofocas, pois elas oferecem mais pistas sobre a incorporação do Coronel à “sociedade”.

Em 1978 e 1979, a colunista social Fernanda Ortiz, do *Diário*, noticiou três situações que mostram bem a amplitude da incorporação: o Coronel recebeu um título honorífico de uma loja maçônica de Joinville, Santa Catarina, muito provavelmente ligada a oficiais do Exército; foi empossado como membro do “Clube dos 21 Irmãos Amigos”, representando o estado do Rio de Janeiro – o clube possuía um membro de

¹⁹⁰ *Diário do Paraná*, 24 de maio de 1975.

¹⁹¹ *Idem*, 25 de maio de 1976.

¹⁹² Sydnei, ainda quando vereador, incentivou as homenagens prestadas pela Câmara de Curitiba em virtude da morte do proprietário do grupo Diários Associados, ao qual pertencia o *Diário do Paraná*: o empresário Assis Chateaubriand (ver notícia no *Diário do Paraná* de 11 de setembro de 1969).

¹⁹³ *Diário do Paraná*, 14 de agosto de 1976.

¹⁹⁴ *Idem*, 31 de agosto de 1976.

cada estado e sua finalidade oficial era celebrar e zelar pelas datas cívicas do país e dos estados; e, por último, a colunista noticiou sua visita, junto com a esposa, ao então secretário de comunicação social do estado do Ceará, José Rangel Cavalcanti (que, talvez, fosse parente dela) (**Figuras 6, 7 e 8**). O Coronel passava a frequentar, também, diversos espaços associativos e de poder, nos quais as interações podiam beneficiar reciprocamente os seus membros.

Figura 6 – Comendador Sagrado

☆☆☆
O coronel Sydney Lima Santos recebeu ontem, em Joinville, o título de Comendador Sagrado na Milenar Ordem da Cavalaria, em cerimônia organizada pelo Gran Bailiado do Estado de Santa Catarina da Ordem Soberana e Militar do Templo de Jerusalém.

Diário do Paraná, 29 de agosto de 1978

Figura 7 – Clube dos 21 Irmãos Amigos

☆☆☆
Na reunião dedicada ao Rio de Janeiro, hoje, o Clube dos 21 Irmãos Amigos estará empossando cinco novos membros. São eles Estado da Paraíba - Des. Ariel Ferreira do Amaral e Silva; Estado do Paraná - Coriolano Caldas Silveira Mota; Estado do Rio de Janeiro - Sydney de Lima Santos; Estado do Rio Grande do Norte - Atila Vieira Lemos.

Idem, 28 de janeiro de 1979

Figura 8 – Visita ao Secretário de Estado do Ceará

☆☆☆
O casal Sidnei Lima Santos está retornando de viagem ao Ceará, onde foram hóspedes oficiais do Secretário de Estado da Comunicação Social, José Rangel Cavalcanti. Na berlinda assuntos relacionados com o setor de educação.

Idem, 22 de agosto de 1979

Voltando à “sociedade” curitibana, o Coronel, depois de dono da Tuiuti, passou a frequentar dois redutos da classe alta. Primeiro, foi um dos sócios fundadores do clube de campo Santa Mônica. Que, mesmo tendo sido fundado com a ideia de se contrapor ao exclusivismo do clube social mais tradicional da cidade, o Curitibano, não deixa de constituir um espaço restrito de convivência de classe. À parte as características particulares do clube, a *necessidade* de se associar a um clube de campo diz bastante sobre o tipo de interação social que o Coronel perseguia, se considerado lado a lado com o que vem sendo argumentado nesta seção.

Segundo, o Coronel, que se tornara torcedor do Coritiba Futebol Clube, acabou se envolvendo com o lado “cartola” do futebol. Isso pode ter começado em 1980, quando virou conselheiro do clube.¹⁹⁵ Ficou muito amigo de Evangelino da Costa Neves, que foi

¹⁹⁵ *Diário do Paraná*, 27 de janeiro de 1980.

presidente dos “coxas-brancas” ao longo de boa parte dos anos 1980, e participou ativamente de uma das conquistas mais importantes, o Campeonato Brasileiro de 1985. Depois do título, o Coronel foi vice-presidente de secretaria do Coritiba e assumiu a presidência por duas vezes, quando seu amigo Evangelino adoeceu. Sydnei é o único negro com uma foto na galeria de ex-presidentes do clube fundado por imigrantes alemães e seus descendentes e cujo estádio leva o nome de um major do Exército.

Como que coroando a inserção e o reconhecimento “sociais” do Coronel – em um verdadeiro processo de consagração desencadeado pela consolidação da sua situação econômica –, foi escolhido a “personalidade paranaense do ano” na área de educação pelo *Diário do Paraná* em 1982 (**Figura 9**). Em um sentido mais amplo, ainda que também ligado ao sucesso do Coronel como empresário, foi agraciado pela Câmara Municipal com o título de Cidadão Honorário de Curitiba em 1988.

Figura 9 – Personalidade do Ano, 1982

**Diretor
de Ensino**

SYDNEI SANTOS é profundamente ligado aos meios educacionais e culturais do Estado. Fundador da Sociedade Educacional Tuiuti, acabou fundando também a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Tuiuti”, a Faculdade de Reabilitação “Tuiuti”, o Colégio “Tuiuti”, a Clínica de Terapia Ocupacional “Tuiuti”, a Clínica Psicológica “Tuiuti”, a Clínica de Fisioterapia “Tuiuti”, a Clínica de Fonoaudiologia “Tuiuti”. Foi fundador igualmente, do Centro de Orientação e Psicologia Clínica da Universidade Católica do Paraná, oficial da Reserva do Exército, professor de Matemática, orientador educacional, psicólogo, membro da Adesp, foi ex-vereador de Curitiba, ex-professor da Universidade Católica do Paraná, ex-professor do Colégio Militar de Curitiba, ex-professor da Escola de Oficiais Especialistas e da Infanteria de Guarda da Aeronáutica.

Diário do Paraná, 26 de outubro de 1982.

O discurso que Sydnei proferiu quando recebia o título de Cidadão Honorário (reproduzido no **Anexo 3**) merece um breve comentário. Era o ano de 1988 e dois acontecimentos fundamentais atraíam a atenção pública: o centenário da abolição da escravidão e a preparação da nova Constituição. No discurso, o Coronel fez menção, ainda que sutil, apenas às inquietações que cercavam um desses eventos, quando disse, em tom conciliador:

Peço nesta oportunidade que o Deus de cada um e de todos nos permita uma união perfeita nesta hora cruciante da nacionalidade, acima de quaisquer ideologias ou de quaisquer sectarismos, para que o povo brasileiro possa suplantar as grandes dificuldades atuais (**Anexo 3**).

Era o militar, político e empresário que tinha a palavra, mas, aparentemente, não o homem negro que veio “de baixo” – e que, sem dúvidas, tinha consciência de pertencer de alguma forma a este último grupo. Sua voz poderia ter sido muito significativa se ao menos permitisse escutar, ainda que nas entrelinhas, quaisquer dissonâncias entre o reconhecimento de sua importância para a história de Curitiba e a relação entre cor e ascensão por sobre o cenário histórico da escravidão negra, da desigualdade, da discriminação. Mais uma vez, no entanto, ele preferiu não trazer a cor à tona em público.

Não teria o Coronel, agora poderoso e reconhecido, superado a questão da cor? Tornado a cor irrelevante em face de seu sucesso? Há razões para pensar que não; que no plano pessoal ele continuava manifestando sua compreensão particular e sua forma própria de lidar com o problema. Uma dessas razões eu gostaria de apresentar mais tarde, entre as considerações finais deste trabalho. A outra, que interessa aqui, é pouco mais do que um boato, mas significativo. Em conversas pessoais, informais, mais de uma vez escutei, de ex-funcionários ou de pessoas que conheceram o Coronel e a Tuiuti, que ele demonstrava certo carinho especial por alguns funcionários negros. E até que costumava “protegê-los”, dar-lhes oportunidades (de emprego, de estudo, enfim, de “Promoção Humana”, como diz o lema da Tuiuti). Quem me confidenciou essas impressões não deixou de enfatizar: tal simpatia vinha carregada de alguma forma de identificação racial. É muito interessante, quanto mais por constituir reação extremamente pessoalizada.

A recusa em tematizar a cor em público se manteve, ao que parece, ainda como uma atitude consolidada na personalidade do Coronel, uma forma de pensar e lidar com a questão racial forjada naquele período de hegemonia da ideologia da democracia racial. Mas com a redemocratização (e talvez desde o final dos anos 1970, quando começou a ressurgir um movimento negro combativo), a ideologia passou a ser fortemente questionada. É possível que, no final da vida, a atitude do Coronel já tivesse que se defrontar com outras atitudes frente a questão racial, que começavam a surgir no horizonte das retóricas de inclusão possíveis e em circulação. Voltarei a esse tema em seguida, nas conclusões.

O reconhecimento oficial da importância da história do Coronel para a cidade, encarnada na concessão do título de Cidadão Honorário, veio apenas depois de duas novas decepções eleitorais. Após estabelecida a Faculdade, Sydnei queria voltar para a política. Foi candidato à Assembleia Legislativa do Paraná em 1982 pelo PDS, o sucessor da ARENA dos militares. Viajou pelo interior do estado em campanha (há notícia de que esteve, pelo menos, em um comício no município de Assis Chateaubriand)¹⁹⁶ e investiu um bom dinheiro na tentativa de se eleger. Depois de derrotado com votação muito pequena – cerca do dobro de votos que recebeu na eleição para vereador em 1968¹⁹⁷ –, saindo como o terceiro menos votado dos 54 candidatos do partido, chegaram a correr boatos sobre a venda da Faculdade Tuiuti, que provavelmente passava por uma crise financeira. A dificuldade não deixou de recair sobre os funcionários, que tiveram alguns dos pagamentos atrasados.¹⁹⁸ Foi necessário que a instituição publicasse nota no jornal local desmentindo os boatos de venda.¹⁹⁹

Naquele pleito, a ambição política do Coronel também pode ter envolvido a Tuiuti de outra forma. Até que era natural envolver a instituição no projeto político, sabedor que era de que um cargo abria muitas possibilidades interessantes ao empresário. Entre as notícias rápidas do *Diário do Paraná* de poucos dias antes da votação:

Quem não é visto não é lembrado, diz o ditado popular. Parece que os candidatos Roslito Lima Portella, Sydnei Lima Santos e Donato Gulin, de uma forma indireta estão burlando a lei eleitoral que proibiu o uso de “outdoors” para propaganda política. Os três candidatos, todos do PDS, estão estampados em vários “outdoors” espalhados pela cidade e região metropolitana de Curitiba. Um faz propaganda de sua Faculdade, outro de um programa de TV do qual participa e o terceiro dá uma de garoto-propaganda da firma de sua família.²⁰⁰

Recuperado da derrota em 1982, o Coronel concorreu novamente nas eleições seguintes, de 1986, pelo PFL, tentando dar um passo ainda maior: queria ser deputado federal (**Figura 10**). Tampouco teve sucesso e resolveu, finalmente, desistir da política eleitoral depois da segunda tentativa seguida em que fracassou.

¹⁹⁶ “Mais de 10 mil no comício do PDS em Assis Chateaubriand”, *Diário do Paraná*, 21 de outubro de 1982.

¹⁹⁷ *Diário do Paraná*, 26 de novembro de 1982.

¹⁹⁸ Como relatou, ao autor, uma funcionária da faculdade na época.

¹⁹⁹ *Diário do Paraná*, 27 de novembro de 1982.

²⁰⁰ *Diário do Paraná*, 22 de outubro de 1982.

Figura 10 – Candidato a Deputado Federal em 1986

Nosso Tempo, 24 de outubro de 1986.

Não é possível apontar as razões do fracasso do Coronel em suas duas últimas tentativas de eleição. Tampouco se pode indicar por que a derrota foi tão expressiva em 1982 (não sei se em 1986 também o foi). O certo é que, por um lado, os recursos sociais de que dispunha não foram suficientes; o Coronel não conseguiu converter, com sucesso, os caracteres de sua posição de classe dominante em trunfos decisivos. Por outro, fatores negativos certamente influenciaram. É possível que não tivesse o traquejo político necessário para conseguir dar o passo seguinte, depois da Câmara Municipal. É certo também que alguém que cresce articulando, simultaneamente, negócios, vida social e política termina fazendo muitos desafetos, para não dizer inimigos. Ou, mesmo, acaba sendo visto como um “jogador”, ficando difícil, nesse caso, reconstruir uma imagem pública de aspecto desinteressado – de atuação pública em nome da educação, digamos. São todos fatores que comporiam uma prestação de contas sobre o fracasso eleitoral do Coronel, que àquele tempo já era tão reconhecido em Curitiba.

É preciso, todavia, notar que o “fracasso” político do Coronel foi relativo. Não conseguiu dar o passo à frente que a posição de deputado (estadual ou federal) representava. Mas seu desempenho político, em sentido mais geral, provou-se importantíssimo na construção de uma improvável trajetória de sucesso. Em sentido mais estrito, ainda – com relação à política institucional –, o cargo de vereador parece ter sido também de grande aproveitamento. Eleger-se para um cargo importante em uma competição (cada vez mais) democrática era, porém, muito diferente de fazer negócios e de costurar arranjos no interior de *anéis burocráticos*.

Relativizado o “fracasso”, permito-me sugerir uma hipótese para explicá-lo, e apresento-a em separado dos fatores arrolados mais acima apenas por ser especialmente relevante para um dos temas centrais deste trabalho. Em maio, vários meses antes da eleição de 15 de novembro de 1982, as articulações políticas começavam a assumir forma mais definitiva. O Coronel já tinha sido anunciado candidato a deputado estadual. Surgiu-lhe um novo apoio político:

TROCA DE SIGLA – O candidato à Câmara Federal Joaquim Alves comunicou que deixou o PTB e ingressou no PDS. Ele diz que vai transferir o apoio da umbanda do Paraná para o candidato à Assembléia Legislativa pelo partido governista, professor Sydnei Lima Santos.²⁰¹

O mais provável é que Alves fosse amigo do Coronel e que, ao trocar de partido, tenha preferido direcionar para ele, e não para outro dos mais de 50 candidatos do PDS, o apoio do grupo que buscava representar. Mas, por menor que tenha sido o peso desse apoio, e por mais difícil que seja compreender seu sentido em vista da trajetória do Coronel, não deixa de saltar à vista que chamava para si a representação dos adeptos de uma religião de origem afro-brasileira. Tal fato é interessante independente de haver ou não intenção de associá-la, *pelo viés da origem afro-brasileira*, à candidatura.

Sydnei fracassou nas três vezes em que tentou ampliar sua base de apoio político, em 1970, 1982 e 1986. Não conseguiu se tornar representante dos paranaenses, nem na Assembleia Legislativa, nem na Câmara dos Deputados. É possível que parte considerável de seu eleitorado em 1968, para a Câmara Municipal, fosse de militares, de conhecidos e de ex-alunos e seus pais. Afinal, Sydnei já preparara, desde a abertura do curso em 1958, centenas de estudantes para os exames de ingresso às mais variadas escolas. O passo seguinte exigia, no entanto, constituir-se em representante de algo maior; superar, em termos de representação, sua rede local de influência. A Faculdade e o Colégio não renderam o apoio necessário, pois, com pouco mais de 7 mil votos em 1982, não deve ter chegado perto do número de alunos que passaram por suas cadeiras.

Em um estado que já se acostumara a se ver como branco, dificilmente um homem negro, ainda que de sucesso e reconhecimento, poderia se tornar representante político com ampla base de apoio. Esbarrou em uma espécie de “teto” para suas ambições.

²⁰¹ *Diário do Paraná*, 23 de maio de 1982.

Após a derrota eleitoral de 1986, o Coronel ainda conseguiu colocação política que lhe permitiu beneficiar o crescimento da Faculdade. Foi nomeado membro do Conselho Federal de Educação em 1989, por intermédio de um amigo – deputado pelo Paraná e ministro –, que negociou a indicação diretamente com o presidente Sarney. Membro do Conselho até o ano de sua extinção, 1994, o Coronel teria se beneficiado, segundo ele mesmo, pelo menos de duas formas: por passar a conhecer exatamente os procedimentos daquela instância decisiva e por “não levar mais nenhuma rasteira” (TRAJETÓRIAS, p. 744-745). Não conquistara, por meio do voto dos paranaenses, posição política de alcance mais amplo; mas alcançou, pouco depois, uma colocação no centro das decisões técnicas e políticas na área que mais lhe interessava.

A Tuiuti já começara a ser ampliada em 1980, quando abriu uma Faculdade de Reabilitação, com os cursos de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia. Se a opção por esses cursos esteve ligada a razões econômicas e circunstanciais, como a possibilidade de aprovação no Conselho, outra motivação tão importante parece ter sido a inclinação de Maria de Lourdes, esposa do Coronel, para trabalhar com deficientes. A primeira ampliação foi, em boa medida, um projeto específico e bastante pessoal.

Enquanto esteve no Conselho, entretanto, o Coronel trabalhou para concretizar uma ambição maior: em 1990, entrou com processo de requisição para transformar a Tuiuti em Universidade. Nos anos seguintes à aprovação, inaugurou uma série de cursos, entre os quais, Odontologia e Processamento de Dados (em 1992) e Direito (em 1993). A abertura deste último era um desejo antigo, cultivado desde os anos 1970, certamente em vista da alta demanda, já que o Coronel sabia, como vimos, que “todo mundo queria fazer Direito”. Em 1994, outros cursos foram criados e a Faculdade foi elevada ao nível de Faculdades Integradas. É possível que, com o fechamento do Conselho e a instauração de um novo órgão regulador no ano seguinte (o Conselho Nacional de Educação), do qual seu reitor já não era membro, a promoção da Tuiuti a Universidade tenha sido postergada. O fato é que só se realizou em 1997. O Coronel morreu poucos anos depois, em 2001, aos 76 anos, ainda à frente da instituição que construiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...*

O Navio Negreiro, *Castro Alves*

A história do Coronel Sydnei foi excepcional. Por um lado, desde o ponto de vista de classe, em virtude do contraste entre posição inicial e ponto de chegada; por outro, porque era um homem negro que, assim como o médico e político Alfredo Casemiro da Rocha, que viveu no interior de São Paulo e cuja história foi contada por Oracy Nogueira, frequentemente “era o único de sua cor no círculo dominante de que participava” (NOGUEIRA, 1992, p. 21).

Para o sociólogo, as linhas de interesse na história do Coronel estão, a uma primeira vista, muito bem demarcadas – pelas noções de classe e de raça. O que pode dar a ilusão de que a forma de contá-la é também mais ou menos evidente. Mas ao longo da pesquisa fui descobrindo outras linhas de interesse, e as próprias nuances dessas linhas mais definidas, e dei-me conta da importância de construir um olhar – certamente muito particular – sobre a história. O processo de pesquisa, bem como o momento de construir uma narrativa, impõem escolhas importantes que vão definindo esse olhar. E a responsabilidade em sua construção é tanto maior quanto mais a história do Coronel é não apenas um caso excepcional, mas também um caso de peso para análise sociológica, que permite adentrar acontecimentos e processos fundamentais na história brasileira. O valor dos estudos biográficos em sociologia está na construção dessa perspectiva *de dentro*, em ambos os sentidos: por dentro dos processos sociais e por dentro do agente.

A escolha da *trajetória* como instrumento conceitual respondeu à preocupação de objetivar a inesgotável história de uma vida em busca de um conjunto de determinantes sociológicas que auxiliassem a compreendê-la não apenas como uma “vida”, mas também como a realização de um deslocamento no espaço das classes sociais. É claro que meu interesse, com isso, não foi limitar ou reduzir a riqueza de compreensões que a história de uma vida pode estimular, mas tão somente dirigir o olhar para determinados interesses analíticos e, assim, tornar viável a pesquisa e minha narrativa; e, na verdade, tornar *possível* a minha perspectiva particular.

Acredito que meu esforço de objetivação jogou luz sobre dois pontos, principalmente (e depois de discuti-los, quero comentar e sugerir algumas ideias sobre o que uma mirada mais subjetiva pode revelar a respeito da história do Coronel). A investigação, reconstrução e análise da trajetória propicia conclusões interessantes, de um lado, com relação ao caminho de Sydnei no espaço social e, de outro, no que diz respeito à articulação de determinantes de classe e de raça em diferentes momentos.

Quanto ao primeiro ponto, as escolhas do Coronel permitiram evidenciar os atalhos, as fronteiras e as barreiras que encontrou em seu deslocamento no espaço. Em conexão com determinados processos históricos, seu destino, bem com o de seu pai, teve características em comum com os destinos de outros indivíduos: os marinheiros que começaram a perceber melhores oportunidades de carreira depois de mudanças no recrutamento e na forma de subordinação dos praças aos oficiais; os filhos de militares de baixa patente que tinham a oportunidade de ingressar no Colégio Militar e, posteriormente, na Escola Militar (que encaminhava para a elite do Exército) e, por fim, os membros dessa elite que viram suas oportunidades de atuação se ampliarem depois do golpe de 1964.

Para além dos deslocamentos mais *típicos*, delineados na onda de processos sociais significativos, foi possível também qualificar algumas passagens críticas, não menos eloquentes sobre as situações sociais de determinados grupos. A entrada de Sydnei para a Escola Militar revelou quão estreita era, para os negros, a passagem entre os níveis mais baixos da hierarquia das Forças Armadas e o oficialato. Sua desilusão com a carreira militar logo após ter sido rejeitado, em virtude da cor, na seleção para a escola de oficiais da Aeronáutica, mostra como uma frustração precoce poderia tê-lo feito desistir do que talvez fosse sua melhor chance, naquele momento e dadas as condições, de ascender socialmente. Logo em seguida, depois de convencido pela mãe a tentar a seleção para outra escola de oficiais, a do Exército, uma análise da posição de Sydnei em meio aos demais cadetes sugere que a assimilação completa ao grupo, às suas expectativas e possibilidades reais, no interior da carreira militar, era improvável; direcionar a dedicação para fora da carreira propriamente militar foi, provavelmente, uma reação individual a ter tomado consciência, em algum grau, das dificuldades de realização profissional naqueles termos.

Acredito que essas descobertas, principalmente na medida em que permitem ver mais claramente ligações entre a história de um indivíduo negro e as histórias de uma

série de grupos sociais cuja sorte compartilhou em diferentes momentos da vida – o que é diferente de classificá-lo simplesmente como “negro”, avaliando, assim, seu deslocamento em função unicamente dessa característica –, vão além de algumas proposições clássicas sobre os caminhos típicos de ascensão social dos negros no Brasil. Entre elas, as de Oracy Nogueira, que apontou o magistério público, a “proteção” e o apadrinhamento pessoais e a carreira política (NOGUEIRA, 1992, p. 161-168; *idem*, 1998, p. 188); e de Octavio Ianni que, no mesmo sentido, apontou a aquisição de instrução, as relações pessoais e a atividade política (IANNI, 1988, p. 266-267). Desnecessário notar que, além de não se poder compreender a trajetória do Coronel apoiando-se em uma caracterização simplista de seu pertencimento social, seu deslocamento de forma alguma se confinou a qualquer desses caminhos considerados típicos.

Outra questão ligada à forma de conceber os caminhos trilhados na história do Coronel Sydnei diz respeito à “estratégia” de ascensão social. Pode parecer razoável, a princípio, enquadrá-la como “individualista”, seguindo a proposição de Oracy Nogueira: em uma sociedade, como a brasileira, em que a classificação racial depende, por um lado, da aparência, mas também de caracteres de classe social – em suma, em que o “preconceito racial” é de *marca*, e não de origem –, passar de uma categoria racial a outra é possível. Dessa forma, havendo a possibilidade de eventual assimilação individual ao grupo racial dominante (embora se possa questionar se a assimilação é plena), e, ainda, não constituindo a diferença racial uma barreira intransponível para a ascensão e para o convívio sociais, há estímulos à adoção de estratégias individualistas de ascensão (NOGUEIRA, 1998, p. 243).

Essa proposição abstrata não deixa de ser interessante, mas será ainda mais ao situá-la na história concreta do Coronel; pensando-a, assim, não como uma reação lógica, dada a situação, mas também – e principalmente – como uma conformação da subjetividade típica do período histórico de hegemonia da ideologia da democracia racial no Brasil. A atitude do Coronel quanto à cor, assim, já muito mais complexa do que aparenta se simplesmente enquadrada como parte de uma estratégia de ascensão social “individualista”, revela-se como uma forma de subjetividade e de atitude racial típica de uma época. Reservemos esse assunto para o final destas considerações e voltemos às conclusões mais analíticas.

Simplesmente enquadrar o caso do Coronel como representativo de uma “estratégia individualista” significaria, em termos teóricos, apenas concordar que nossa realidade social, apesar da desigualdade e da subordinação raciais, permite – e estimula – uma dinâmica complexa entre as categorias de raça e de classe. Quer dizer: com mais ou menos dificuldades, qualquer um pode chegar aonde quiser. Isso se aproxima muito da ideia antiga de Thales de Azevedo de que a nossa é uma “sociedade multirracial de classes”, em que, apesar do “preconceito de cor”, não há barreiras raciais intransponíveis à mobilidade social e, portanto, não há propriamente uma questão racial (AZEVEDO, 1955). Os resultados deste trabalho levam-nos além daquela proposição sobre a “estratégia individualista” pois permitem explorar alguns aspectos concretos da relação entre as dimensões de raça e de classe social.

Encontramo-nos, assim, diante do segundo conjunto de conclusões analíticas que a reconstrução da trajetória subsidia, isto é, como se articularam determinantes de raça e de classe em suas diferentes etapas.

Na história do marinheiro Astolpho, de que tratou boa parte do primeiro capítulo, cor, origem regional e pobreza situavam-no, quando menino, como parte do principal contingente a que a Marinha recorria na hora de recrutar os aprendizes para suas escolas – os aprendizes talvez tivessem situação pouco melhor do que os adultos que eram recrutados à força, quase como prisioneiros, para o serviço. A situação, composta pelos três critérios, tornava-o alvo preferencial da política de recrutamento. Por outra parte, a linha em grande medida racial que separava praças e oficiais da Marinha foi um dos elementos discursivos que deu inteligibilidade à revolta dos marinheiros de 1910, uma vez que os castigos físicos completavam o quadro que evocava quase imediatamente a submissão escravista. A revolta representou a culminação de uma etapa na conquista de direitos dos praças e de uma nova posição na hierarquia da Marinha; condições que permitiram a Astolpho encarar o trabalho mais como uma carreira, encerrando certas oportunidades, e menos como uma pena – o que o serviço na Armada representava até que se efetivassem essas mudanças. Sua história, nesse sentido, enquanto indivíduo sem posses e praticamente sem quaisquer recursos sociais, inscreve-se facilmente na história de grandes contingentes (de meninos pobres e negros, sobretudo do Nordeste) que tiveram sorte semelhante.

O filho, Sydnei, por outra parte, percebeu certas oportunidades desde cedo, ligadas à posição, mesmo que modesta, alcançada pelo pai. A questão da raça surgiu como

problema no momento em que pretendia dar verdadeiro salto na escala social, entrando para o oficialato das Forças Armadas; quando começou a escapar da posição de classe racializada que lhe era adequada. No momento em que terminou o curso do Colégio Militar, era um dos poucos negros da Capital da República que preenchiam os requisitos de instrução necessários para postular vaga nas academias de oficiais. Viu uma barreira racial erguer-se diante de si quando tentou efetivar a colocação social a que suas credenciais educacionais permitiam almejar, sendo recusado na Academia da Aeronáutica. Não bastava, portanto, preencher os pré-requisitos oficiais para aspirar a uma posição; era preciso, também, saber em quais pontos a estrutura de classes era permeável em termos raciais. Sydnei encontrou essa “brecha” na entrada para a Escola Militar do Exército, menos restritivo do que as demais Forças Armadas.

Apesar de ter conseguido ingressar, não era um dos destinados aos patamares mais altos da elite da instituição. O sistema regrado de promoções permitiria a ele, apenas pela dedicação à carreira, chegar até o ponto em que a progressão passava a ser questão mais política do que burocrática: a linha que separava o alto oficialato do generalato. Sem algumas das credenciais oficiosas para o ingresso nesse patamar, entretanto, suas chances eram diminutas: não tinha conexões familiares no oficialato, formara-se na menos prestigiosa das armas, a infantaria, que era também a que fazia menos generais, e, até então – assim como até hoje – houvera pouquíssimos generais negros (é verdade que, em boa medida, por causa dos “filtros” que acabamos de explorar, mas também por uma espécie de barreira racial, uma vez que o Exército permitia a entrada de certo número de não-brancos para sua elite que, não obstante, dificilmente chegavam a general). Sydnei era, sem dúvida, membro de uma elite cada vez mais poderosa, mas, ainda assim, sucessivos filtros, incluindo a barreira racial, limitavam suas chances reais de assimilação.

O pertencimento à elite militar, no entanto, proporcionava capitais rentáveis em outras esferas, como os negócios. Perceber a combinação dos limites internos da carreira com as potencialidades de empregar em outras atividades os capitais de que dispunha condicionou a transformação do oficial em professor e, logo, do professor em empresário da educação.

Administrar com sucesso um negócio em uma Curitiba que, nos anos 1950, quando Sydnei chegou de mudança com a família, era muito interiorana e na qual a tensão racial era especialmente acentuada, exigia uma rede social (de conhecidos, de contatos, de

“clientes”) que o fizesse reconhecido por seu trabalho, colocando em segundo plano a questão da cor. Os primeiros passos daquilo que denominei a *inserção social* de Sydnei em Curitiba, momento em que começou a construir essa rede, foram sedimentados pelo fato de ter mudado para a cidade casado com uma mulher branca pertencente a família de certa tradição e reconhecimento na “sociedade” local. O sentido das situações de racismo vividas pelo Coronel nos primeiros anos na cidade foi dado por essa forma particular de inserção.

No âmbito privado, foi, no primeiro momento, rejeitado por parte da família da esposa. Contornou o problema pela afeição pessoal que provocou, com o tempo; mas uma das reações, por parte da avó da esposa, foi, significativamente, aceitá-lo negando-se a reconhecê-lo como negro. A inserção na cidade, por outra parte, provocou situações de desconforto e de aberta tensão racial no espaço público. O foco era o fato de, por ser casado com uma branca e por ter posição social relativamente elevada, ser considerado “fora do lugar”. Ostentar a farda de militar e a arma que portava foram estratégias usadas para dissuadir as expressões mais abertas de racismo, e possivelmente também para encabular os olhares curiosos e acusatórios. O fato de a esposa ser um alvo preferencial das ofensas reforça a hipótese de que a tensão racial era fortemente influenciada pelo processo de formação e consolidação de uma identidade local “branca”. Ela era, provavelmente, vista e “falada” – uma moça de família conhecida na “sociedade”, casada com um negro carioca – como traidora de valores da comunidade; sendo um de seus valores basilares a branquidade.

A condição de oficial do Exército e o casamento com uma branca eram dois fatores que faziam Sydnei ser visto, por sua cor, como socialmente deslocado, até mesmo como um tipo de usurpador, na Curitiba antiga, e que atraíam situações de tensão racial. Entretanto, em círculos mais restritos, eram fatores que lhe concediam “crédito”. Constituíam, portanto, as bases de um importante *capital social*. Ao chegar na nova cidade munido desse capital, o jovem oficial já se encontrava em relativa proximidade com os círculos da *classe dominante*. Não é difícil de imaginar que, membro da elite militar e casado com uma mulher de uma das famílias antigas da comunidade, pudesse ser considerado “um dos nossos” nos círculos dominantes – muito provavelmente *apesar* da cor.

Simplesmente o capital social e o emprego seguro e respeitável, no entanto, não o colocavam em posição dominante. Esta foi conquistada ao longo da transformação do

oficial em empresário, período em que deve ter se consolidado, também, o apelido de “Coronel Sydnei”. A posição de classe dominante exigia um fundamento *econômico*, construído conforme o Coronel alcançava sucesso nos negócios no ramo da educação: abriu um curso preparatório em 1958, um colégio em 1967 e uma faculdade em 1973. Os negócios deram dois saltos importantes, em 1967 e em 1973, na onda de políticas agressivas de expansão da oferta de ensino privado. O Colégio e a Faculdade, como inúmeras outras instituições privadas, contaram com apoio e com recursos estatais. Mas dificilmente teriam sido criados se o Coronel não se movesse com desenvoltura nos círculos de poder e influência no interior dos quais tipicamente se articulavam os interesses públicos e privados nos piores anos da ditadura: os *anéis burocráticos*. A condição de ex-oficial o colocava diretamente no centro desses círculos altamente pessoalizados em que se negociava a política pública, o carimbo, a assinatura ou o parecer capazes de liberar “aquela verba” ou colocar “aquele projeto” em marcha. A fundação da Faculdade Tuiuti, finalmente, marcou a entrada do Coronel para a classe dominante, como bem mostra o fato de que seu dono começou a aparecer, mais ou menos na mesma época de sua fundação, nas colunas sociais dos jornais curitibanos.

O Coronel foi eleito vereador em 1968, pela ARENA, o partido do governo dos militares, em um contexto de recrudescimento da ditadura. Acabara de abrir o Colégio Tuiuti e talvez já começasse a pensar na Faculdade. Os negócios cresciam, em medida importante, em função de hábil manejo do capital social, convertendo-o nas oportunidades que subsidiariam a consolidação do poder econômico. A nova posição política potencializou as oportunidades criadas pelo capital social e trouxe, ainda, benefícios muito concretos para os negócios.

A política institucional provara-se interessante para o Coronel. Mas, disputando novamente pelo partido do governo, não conseguiu dar o passo seguinte nas eleições de 1970. Foi derrotado na disputa pelo cargo de deputado estadual. O peso de estar do lado dos militares possivelmente diminuía a cada eleição e Sydnei, que tentou outras duas vezes eleger-se, voltou a perder: em 1982, novamente almejando o posto de deputado estadual, e em 1986, tentando o de deputado federal. Embora membro consolidado da classe dominante curitibana, eleger-se deputado exigia ampliar muito a base de apoio político. É claro que não é possível reduzir as condições do sucesso político a essa dimensão, mas é razoável imaginar que os recursos sociais (o capital) de que dispunha o Coronel não eram suficientes para produzir tamanho efeito de ampliação. No pleito de

1982, por exemplo, apesar de parecer ter investido fortemente em propaganda, obteve pouco mais do dobro de votos que recebeu quando fora eleito vereador, 14 anos antes. Muito longe do necessário para conquistar o cargo.

Pode-se ainda levantar uma hipótese sobre as razões por que mesmo sua posição dominante não foi suficiente para mobilizar uma base maior de apoio político. O Coronel foi provavelmente o primeiro vereador negro de Curitiba. Assim como a farda de militar funcionara quando chegou à cidade para combater e dissuadir expressões mais abertas de racismo, o pertencimento à elite militar pode muito bem ter funcionado, naquele contexto de recrudescimento do regime, para identificá-lo com os interesses dominantes, da ordem social, etc., tornando o Coronel “um dos nossos”, verde-oliva antes que negro. Por isso, sem qualquer experiência política prévia, ele, que era o único militar eleito para a Câmara naquela legislatura, tornou-se imediatamente líder da bancada governista. Mesmo em uma Curitiba onde a branquidade já se havia consolidado como um dos símbolos maiores do pertencimento.

Nos anos 1980, o contexto político era outro. A oposição começava a conquistar vitórias importantes, até mesmo virando o jogo eleitoral (o Coronel continuou a se candidatar pelos partidos do governo – PDS, em 1982, e PFL, em 1986). Ademais, certamente fizera desafetos e inimigos em sua escalada social e ser dono de uma instituição privada de ensino não colocava necessariamente, ao contrário do que talvez ele pudesse supor, seus alunos e funcionários do seu lado na disputa política. Outros fatores poderiam ser levantados, inclusive referentes a aspectos mais pessoais, como o carisma.

Há uma possibilidade, no entanto, especialmente significativa, que se soma às mencionadas. Para ampliar a base de apoio político e fazer-se deputado era necessário tornar-se representante de algo; de uma causa, de um sentimento, de um desejo. A cor provavelmente dificultava que o Coronel forjasse essa ligação mais ampla com diferentes setores do eleitorado curitibano e paranaense. Ainda que tivesse alcançado uma privilegiada inserção social, sucesso econômico e conquistado uma posição de classe dominante, a cor pode ter se erguido como barreira em um novo patamar. Ao ampliar suas ambições políticas, esbarrou em um “teto” na política eleitoral.

É claro, portanto, que a raça foi uma dimensão influente na trajetória de Sydnei na medida em que operava em interação com a posição de classe. A forma pela qual a raça emergiu como problema em diferentes momentos da trajetória do Coronel dependia das

esferas em que estava envolvido e dos recursos sociais que tinha à disposição. Por maior que fosse o sucesso por ele alcançado, parece ter-lhe sido impossível “superar” a questão racial, que se recriava em novos condicionamentos e efeitos a cada novo patamar de sua trajetória no mundo social.

Mas algo se manteve constante: a atitude do Coronel frente a essa questão. Sempre preferiu silenciar sobre a sua cor em público, a exemplo da completa ausência de qualquer menção no discurso de recebimento do título de Cidadão Honorário de Curitiba (**Anexo 3**). Há boas indicações de que sua experiência nos primeiros anos na cidade foi marcada por situações em que a cor emergiu como foco de tensão, antipatias, desconforto em público e, pode-se imaginar, quase conflito. Entretanto, naquele importante discurso do emblemático ano de 1988, não considerou que o tema merecesse atenção quando lembrou o modo como a cidade o acolheu quando, em 1951, chegou de mudança do Rio. O Coronel costumava demonstrar apenas em situações mais íntimas a consciência que tinha do racismo e sua forma particular de lidar com ele.

Ao longo desta narrativa, procurei deter a atenção ao esbarrar com algum indício dessa emergência íntima. Gostaria de compartilhar nesta conclusão uma última descoberta. Durante a pesquisa, pude conhecer, na Faculdade Tuiuti, a sala em que o Coronel trabalhou (talvez desde a mudança de sede da instituição para o atual *campus* Barigui) até quando faleceu, em dezembro de 2001. Havia ali vários materiais depositados e certa confusão, mas algumas coisas permaneciam do jeito que haviam sido por ele deixadas. Surpreendi-me imediatamente ao ver, afixado em um quadro de alfinetes bem detrás de sua cadeira, um trecho do poema *O navio negreiro* em papel já amarelado.

Adentramos, aqui, em um novo conjunto de conclusões, não mais estimuladas pelo esforço de objetivação da trajetória, e sim por um olhar um pouco mais “subjetivo” sobre a vida do Coronel.

Retomando o argumento de um pouco acima, não acredito que sua atitude exemplifique simplesmente uma “estratégia individualista” de ascensão social – comportamento “racional” para o negro em ascensão em uma sociedade que não coloca barreiras de cor intransponíveis à mobilidade social. Silenciar sobre a cor, nesse marco, significaria controlar-se e tolerar a injustiça em nome de um propósito mais palpável do que a “utopia” de transformar a realidade racial. Seria muito mais interessante, por outro lado, pensar a historicidade da atitude do Coronel em busca de estabelecer menos

sua tipicidade do que a correspondência entre conformação da sensibilidade e experiência social mais objetiva.

Tratava-se realmente, no caso, de uma forma de sensibilidade, e não apenas de comportamento. As situações em que, na vida do Coronel, a questão da cor emergiu como problema pessoal – ao menos aquelas que pudemos acompanhar – certamente não dispararam nele apenas reações; elas mobilizaram simultaneamente formas de sentir, de perceber e de racionalizar a experiência da discriminação racial.

Como vimos, é bem razoável conceber a atitude do Coronel como forma de sensibilidade forjada – bem como, provavelmente, típica – no período em que a ideia da “democracia racial” era a referência hegemônica sobre o tema da raça na sociedade brasileira. Desde cerca de 1930 até a redemocratização pós-ditadura militar, praticamente não havia alternativas em termos do que Antonio Sérgio Guimarães denominou retóricas negras de inclusão (GUIMARÃES, 2012b). Ao menos não que pudessem competir com a democracia racial.

Eu poderia, com algum risco, delinear assim a ideologia (ou o “mito”, na expressão de Florestan Fernandes,) da democracia racial: no Brasil não há barreiras sociais rígidas, como as de raça, que dividiam a sociedade estadunidense, ou de estamento e nobreza, persistentes no Velho Mundo; a mobilidade social é, portanto, fundamentalmente aberta, embora existam “preconceitos” de classe e de cor; por fim, essa abertura torna democrática a própria sociabilidade, engendrando uma forma de democracia mais profunda e verdadeira do que a democracia liberal. Embora denunciada, pelo menos desde a década de 1950, como “mito”, como “ideologia” e expostas suas afinidades com o conservadorismo, ainda segundo Guimarães a ideia de democracia racial não deixou de animar até recentemente importantes focos de mobilização negra. A consigna “por uma autêntica democracia racial”, levantada em 1982 pelo Movimento Negro Unificado, ecoava a exigência de “igualdade de tratamento” (*idem*, p. 21-22). Mesmo que defendido por um movimento político, não deixava de ser um objetivo em que cabia muito bem a atitude de silenciar sobre a cor para negar-lhe a atenção que não mereceria. A cor, afinal, era mera aparência. A superação de “preconceitos” sem-sentido e tão pouco brasileiros não deixava de constituir uma das “promessas divinas da esperança” que talvez o Coronel visse inscritas na bandeira verde-amarela.

Uma implicação interessante dessa forma “histórica” de pensar a atitude do Coronel é que se pode estendê-la às demais gerações que entraram, direta ou indiretamente, nesta narrativa.

Seu pai, o marinheiro Astolpho, foi forjado em outros moldes. Nascido logo após a Abolição e a proclamação da República, defrontou-se certamente com as redefinições das noções de povo e de cidadania, com forte acento racial, que desafiavam o novo regime. Com apertada margem de escolha, conformou-se às modestas chances de vida oferecidas por uma condição profissional subalterna. Quando se tornou marinheiro, cerca de 1910, o grupo apenas conquistava o direito de não sujeição a castigos físicos, uma prática que revivia nos conveses dos modernos navios da Armada brasileira cenas odiosas do recente passado escravista. Astolpho já era um homem de tempos passados quando ganhavam aderência as particulares ideias de igualdade e de cidadania implicadas na ideologia da democracia racial. Provavelmente formaram sua percepção e atitude problemas ainda mais básicos do que a igualdade de tratamento racial: o apresamento de recrutas, negros, em sua maioria, para as forças armadas; a luta contra os castigos físicos; a República consolidando-se em combates sangrentos contra as hostes “fanáticas”, fundamentalmente mestiças, dos sertões. Astolpho viu nascer um novo ideal de igualdade racial – ideal de igualdade formal, não-substantiva, norteadas por concepções tradicionais e ainda racistas –, que talvez lhe causasse estranheza.

Sydnei, seu filho, cresceu com essas novas ideias, mudou-se para longe do Rio e tornou-se o Coronel. Quando morreu, sua atitude também já tinha com ele envelhecido. Na redemocratização e na atual Terceira República, o ideal de democracia racial foi abandonado pelos movimentos políticos e começou a ganhar força – e gradualmente apoio amplo – um ideal igualitário mais radical; do qual são componentes importantes a reivindicação da identidade racial e de igualdade substantiva e não somente formal.

A ideia desta pesquisa começou a tomar forma quando li uma reportagem em que um dos filhos do Coronel, alguns anos após sua morte, definia a si mesmo, na expressão empregada pelo jornal, como membro da “elite preta” e reivindicava a história do pai como a história de um homem negro (CARVALHO, 2008). O tom contrastava fortemente com a posição que o próprio Coronel sempre mantivera em público. Mas, com esse reenquadramento da história, abria-se o caminho para que ela ganhasse a imaginação pública em novos termos.

Como o Coronel ficará conhecido, afinal, é uma questão em aberto, em disputa, como o são os processos sociais e as lutas políticas. Ofereço esta investigação como meu próprio lance no jogo de sociedade a que Norbert Elias acreditava estarmos todos fadados. Espero que seja um lance instigante.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ARIAS NETO, JOSÉ MIGUEL (2001A). *EM BUSCA DA CIDADANIA: PRAÇAS DA ARMADA NACIONAL, 1867-1910*. TESE (DOUTORADO EM HISTÓRIA) – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ÁREA DE HISTÓRIA SOCIAL, FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO.

AVELINO, CAMILA BARRETO SANTOS (2010). *NOVOS CIDADÃOS: TRAJETÓRIAS, SOCIABILIDADE E TRABALHO EM SERGIPE APÓS A ABOLIÇÃO (COTINGUIBA, 1888-1910)*. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM HISTÓRIA) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL, UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, SANTO ANTÔNIO DE JESUS, BAHIA.

AZEVEDO, THALES DE (1955). *AS ELITES DE COR: UM ESTUDO DE ASCENSÃO SOCIAL*. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL.

BENCHIMOL, JAIME; SÁ, MAGALI ROMERO (2007). *ADOLPHO LUTZ: VIAGENS POR TERRA DE BICHOS E HOMENS*. RIO DE JANEIRO: EDITORA FIOCRUZ, V. 3, LIVRO 3.

BOURDIEU, PIERRE (1986A). “L’ILLUSION BIOGRAPHIQUE”, *ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES*, V. 62-63, JUN, P. 69-72.

____ (1986B). “THE FORMS OF CAPITAL” IN: RICHARDSON, J. E. (ED.) *HANDBOOK OF THEORY OF RESEARCH FOR THE SOCIOLOGY OF EDUCATION*. NOVA YORK, EU: GREENWOOD PRESS, P. 241-258.

____ (1987). “WHAT MAKES A SOCIAL CLASS? ON THE THEORETICAL AND PRACTICAL EXISTENCE OF GROUPS”, *BERKELEY JOURNAL OF SOCIOLOGY*, V. 32, P. 1-17.

____ (1989). “SOCIAL SPACE AND SYMBOLIC POWER”, *SOCIOLOGICAL THEORY*, V. 7, N. 1, P. 14-25.

____ (1996 [1992]). *AS REGRAS DA ARTE*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS.

____ (2007). *A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS*. SÃO PAULO: PERSPECTIVA.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA (1975). *SINOPSE ESTATÍSTICA DO ENSINO SUPERIOR – 1974*. RIO DE JANEIRO: MEC/SEEC.

CAPANEMA DE ALMEIDA, SÍLVIA (NO PRELO). “CORPO, COR E CIDADANIA: SER MARUJO NO PÓS-ABOLIÇÃO (ANOS 1890-1910)”, IN: MATTOS, HEBE ET AL. (ORGS.) *HISTÓRIAS DO PÓS-ABOLIÇÃO NO MUNDO ATLÂNTICO*. NITERÓI, RJ: EDITORA DA UFF.

CARDOSO, CIRO FLAMARION (1987). *ESCRAVO OU CAMPONÊS? O PROTOCAMPESINATO NEGRO NAS AMÉRICAS*. SÃO PAULO: BRASILIENSE.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE (1975). *AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO*. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA.

CARNEIRO, DAVID (1963). GALERIA DE ONTEM E DE HOJE. CURITIBA: VANGUARDA.

____ (1995). O PARANÁ NA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. CURITIBA: TRAVESSA DOS EDITORES.

CARNEIRO, DAVID; VARGAS, TÚLIO (1994). HISTÓRIA BIOGRÁFICA DA REPÚBLICA NO PARANÁ. CURITIBA: BANESTADO.

CARVALHO, JOSÉ MURILO DE (1977). "O EXÉRCITO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PODER DESESTABILIZADOR", IN: FAUSTO, BORIS. *HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. RIO DE JANEIRO; SÃO PAULO: DIFEL, T. III ("O BRASIL REPUBLICANO"), V. 2 ("SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES"), P. 183-234.

CASTRO, CELSO (1990). O ESPÍRITO MILITAR: UM ESTUDO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. RIO DE JANEIRO: ZAHAR.

CASTRO, CELSO; IZECKSOHN, VITOR; KRAAY, HENDRIK (ORGS.). *NOVA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA*. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2004.

COSTA PINTO, LUIZ DE AGUIAR (1998 [1953]). O NEGRO NO RIO DE JANEIRO: RELAÇÕES DE RAÇAS NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA. RIO DE JANEIRO: EDITORA UFRJ.

ELIAS, NORBERT (1978). *WHAT IS SOCIOLOGY?* NEW YORK: COLUMBIA UNIVERSITY PRESS.

____ (1994). *MOZART: SOCIOLOGIA DE UM GÊNIO*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR.

ELIAS, NORBERT; SCOTSON, JOHN (2000 [1965]). OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS: SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE PODER A PARTIR DE UMA COMUNIDADE. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR.

FEAVER, PETER (1999). "CIVIL-MILITARY RELATIONS", *ANNUAL REVIEW OF POLITICAL SCIENCE*, V. 2, P. 211-241.

FENIANOS, EDUARDO EMÍLIO (1997). *BIGORRILHO – SEU APELIDO É CHAMPAGNAT*. CURITIBA: UNIVERCIDADE (COLEÇÃO BAIRROS DE CURITIBA; V.11).

FERNANDES, FLORESTAN (2007A [1946]). "TIAGO MARQUES AIPOBIREU: UM BORORO MARGINAL", *TEMPO SOCIAL*, SÃO PAULO, V. 19, N. 2, P. 293-323.

____ (2007B [1972]). *O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS*. SÃO PAULO: GLOBAL.

____ (2008 [1964]). *A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES*. SÃO PAULO: GLOBAL, 2008, 2 v.

FERREIRA, BRUNO TORQUATO SILVA; MARTINS JR, CARLOS (2009). "O SORTEIO MILITAR E A QUESTÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO NO INÍCIO DA REPÚBLICA", *TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS*, CUIABÁ, V. 2, N. 2, JUL-DEZ 2009.

FERREIRA, JORGE (2011). *JOÃO GOULART: UMA BIOGRAFIA*. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.

FREYRE, GILBERTO (1977 [1936]). *SOBRADOS E MUCAMBOS*. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR.

FURTADO, ODAIR (2012). "50 ANOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA PROFISSÃO", *PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, SÃO PAULO, N. 32 (NÚMERO ESPECIAL), P. 66-85.

GUIMARÃES, ANTONIO SÉRGIO ALFREDO (2003). "COMO TRABALHAR COM 'RAÇA' EM SOCIOLOGIA", *EDUCAÇÃO E PESQUISA*, SÃO PAULO, V. 29, N. 1, JAN-JUN, P. 93-107.

____ (2011A). "RAÇA, COR, COR DA PELE E ETNIA", *CADERNOS DE CAMPO*, SÃO PAULO, N. 20, P. 265-271.

____ (2011B). "A REPÚBLICA DE 1889: UTOPIA DE BRANCO, MEDO DE PRETO (A LIBERDADE É NEGRA; A IGUALDADE, BRANCA E A FRATERNIDADE, MESTIÇA)", *CONTEMPORÂNEA*, N. 2, SÃO CARLOS/SP, JUL-DEZ 2011, P. 17-36.

____ (2012A). "THE BRAZILIAN SYSTEM OF RACIAL CLASSIFICATION", *ETHNIC AND RACIAL STUDIES*, V. 35, N. 7.

____ (2012B). "CIDADANIA E RETÓRICAS NEGRAS DE INCLUSÃO SOCIAL", *LUA NOVA*, N. 85, SÃO PAULO, P. 13-40.

____ (2013). "SOCIOLOGIA E RAÇA", XVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, SALVADOR, 13 DE SETEMBRO DE 2013 (FALA NA MESA REDONDA *RAÇA E ETNICIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA*). DISPONÍVEL EM: <WWW.FFLCH.USP.BR/SOCIOLOGIA/ASAG>.

HUNTINGTON, SAMUEL (2000 [1957]). *THE SOLDIER AND THE STATE: THE THEORY AND POLITICS OF CIVIL-MILITARY RELATIONS*. CAMBRIDGE, EU; LONDRES, INGLATERRA: HARVARD UNIVERSITY PRESS.

IANNI, OCTAVIO (1988 [1962]). *AS METAMORFOSES DO ESCRAVO: APOGEU E CRISE DA ESCRAVATURA NO BRASIL MERIDIONAL*. SÃO PAULO: HUCITEC; CURITIBA: SCIENTIA ET LABOR.

IBGE (1970). *CENSO DEMOGRÁFICO – PARANÁ*. RIO DE JANEIRO: IBGE, 1970.

____ (1982-1983). *CENSO DEMOGRÁFICO: DADOS GERAIS, MIGRAÇÃO, INSTRUÇÃO, FECUNDIDADE, MORTALIDADE*. RIO DE JANEIRO: IBGE, V. 1, T. 4 (26 V.)

IWAYA, MARILDA (2000). *PALÁCIO DA INSTRUÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOBRE O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ERASMO PILOTTO, 1940-1960*. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA.

JACOBSON, MATTHEW FRYE (1998). *WHITENESS OF A DIFFERENT COLOR: EUROPEAN IMMIGRANTS AND THE ALCHEMY OF RACE*. CAMBRIDGE, EU: HARVARD UNIVERSITY PRESS.

LIMA, SOLYANE SILVEIRA (2013). *"RECRUTÁ-LOS JOVENS": A FORMAÇÃO DE APRENDIZES MARINHEIROS EM SERGIPE E LISBOA (1868-1905)*. TESE (DOUTORADO EM EDUCAÇÃO) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE.

LATOUR, BRUNO (2002 [1996]). *REFLEXÃO SOBRE O CULTO MODERNO DOS DEUSES FE(I)TICHE*. BAURU: EDUSC.

LINS, MÔNICA REGINA FERREIRA (2012). *VIVEIROS DE "HOMENS DO MAR": ESCOLAS DE APRENDIZES-MARINHEIROS E AS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA MARINHA MILITAR DO RIO DE JANEIRO, 1870-1910*. TESE (DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA) – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

MAGALHÃES, MARIO (2012). *MARIGHELLA: O GUERRILHEIRO QUE INCENDIOU O MUNDO*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS.

MARCHIORI, FLÁVIA REGINA (2009). *PARANÁ: UM BRASIL DIFERENTE? CONSTRUÇÕES INTELECTUAIS DE UMA IDENTIDADE REGIONAL PARANAENSE*. MONOGRAFIA (GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SETOR DE CIÊNCIA HUMANAS, LETRAS E ARTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA (1996). "VIDA E HISTÓRIA NA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES (REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO DA HISTÓRIA DE VIDA)", *REVISTA USP*, SÃO PAULO, N. 29, MAR-MAIO, P. 14-19.

MARTINS, WILSON (1989 [1955]). *UM BRASIL DIFERENTE: ENSAIO SOBRE FENÔMENOS DE ACULTURAÇÃO NO PARANÁ*. SÃO PAULO: T. A. QUEIROZ.

MARQUES, VERA REGINA BELTRÃO; PANDINI, SÍLVIA (2004). "FEIOS, SUJOS E MALVADOS: OS APRENDIZES MARINHEIROS NO PARANÁ OITOCENTISTA", *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, N. 8, JUL-DEZ, P. 85-104.

MATTOS, RÔMULO COSTA (2009). "LIMA BARRETO E AS FAVELAS CARIOCAS", *NEUE ROMANIA*, BERLIN, V. 39, P. 35-48.

MCCANN, FRANK D. (2007 [2004]). *SOLDADOS DA PÁTRIA: HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO 1889-1937*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS.

MELO, JOSÉ JORGE DE (2012). *BOILESEN, UM EMPRESÁRIO DA DITADURA: A QUESTÃO DO APOIO DO EMPRESARIADO PAULISTA À OBAN/OPERAÇÃO BANDEIRANTES, 1969-1971*. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1987). *A EDUCAÇÃO NAS MENSAGENS PRESIDENCIAIS*. BRASÍLIA: INEP – COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO, V. 2, P. 388

MORAES, PEDRO RODOLFO BODÊ DE; SOUZA, MARCILENE GARCIA DE (1999). "INVISIBILIDADE, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA RACIAL EM CURITIBA", *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA*, CURITIBA, N. 13, P. 7-16, NOV.

MOTTA, JEOVAH (1976). *FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO*. RIO DE JANEIRO: EDITORA COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRÁFICAS.

NOGUEIRA, ORACY (1992). *NEGRO POLÍTICO, POLÍTICO NEGRO: A VIDA DO DOUTOR ALFREDO CASEMIRO DA ROCHA, PARLAMENTAR DA "REPÚBLICA VELHA"*. SÃO PAULO: EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

____ (1998). *PRECONCEITO DE MARCA: AS RELAÇÕES RACIAIS EM ITAPETININGA*. SÃO PAULO: EDUSP.

OLIVEIRA, RICARDO COSTA DE (2001). *O SILÊNCIO DOS VENCEDORES: GENEALOGIA, CLASSE DOMINANTE E ESTADO NO PARANÁ*. CURITIBA: MOINHO DO VERBO.

OMI, MICHAEL; WINANT, HOWARD (1986). *RACIAL FORMATION IN THE UNITED STATES: FROM THE 1960S TO THE 1980S*. LONDRES, INGLATERRA; NOVA YORK, EU: ROUTLEDGE & KEGAN PAUL.

OS ANOS DE CHUMBO: A MEMÓRIA MILITAR SOBRE A REPRESSÃO (1994)/INTRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO POR MARIA CELINA D'ARAUJO, GLAUCIO ARY DILLON SOARES, CELSO CASTRO. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARÁ.

PARETO, VILFREDO (1935). *THE MIND AND SOCIETY [TRATATTO DI SOCIOLOGIA GENERALE]*. LONDRES, INGLATERRA: JONATHAN CAPE, 1935, v. III: THEORY OF DERIVATIONS.

PAZ, OCTAVIO (2014 [1950]). *O LABIRINTO DA SOLIDÃO*. SÃO PAULO: COSAC NAIFY.

PEREGRINO, UMBERTO (1967). *HISTÓRIA E PROJEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS DO EXÉRCITO*. RIO DE JANEIRO: LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA.

PEREIRA JUNIOR, LUIZ COSTA (2005). *EMPREENDEDORES DO ENSINO SUPERIOR*. SÃO PAULO: EDITORA SEGMENTO.

PROMOVER: REVISTA DA UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (2002). CURITIBA: UTP, JUL 2002.

ROBERTS, BRIAN; KYLLÖNEN, RIITTA (2006). "EDITORIAL INTRODUCTION: SPECIAL ISSUE – 'BIOGRAPHICAL SOCIOLOGY' ", *QUALITATIVE SOCIOLOGY REVIEW*, v. 2, n. 1, ABRIL.

RODRIGUES, FERNANDO DA SILVA (2008). *UMA CARREIRA: AS FORMAS DE ACESSO À ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1925 A 1946*. TESE (DOUTORADO EM HISTÓRIA) – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ROEDIGER, DAVID (2005). *WORKING TOWARD WHITENESS: HOW AMERICA'S IMMIGRANTS BECAME WHITE, THE STRANGE JOURNEY FROM ELLIS ISLAND TO THE SUBURBS*. NOVA YORK: BASIC BOOKS.

ROTHEN, JOSÉ CARLOS (2004). *FUNCIONÁRIO INTELECTUAL DO ESTADO: UM ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA POLÍTICA DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO*. TESE (DOUTORADO EM EDUCAÇÃO) – UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA.

SAFATLE, VLADIMIR (2010). "DO USO DA VIOLÊNCIA CONTRA O ESTADO ILEGAL" IN: TELES, EDSON; SAFATLE, VLADIMIR (ORGS.). *O QUE RESTA DA DITADURA: A EXCEÇÃO BRASILEIRA*. SÃO PAULO: BOITEMPO, p. 237-252.

SAMPAIO, HELENA MARIA SANT'ANA (2000). *O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O SETOR PRIVADO*. SÃO PAULO: HUCITEC; FAPESP.

SANTOS, HERMÍLIO (2012). "BIOGRAPHICAL RESEARCH IN BRAZILIAN SOCIOLOGY: BRIEF CONSIDERATIONS", *NEWSLETTER RC 38 – ISA*, p. 18-24.

_____; OLIVEIRA, PATRÍCIA; SUSIN, PRISCILA (2014). "NARRATIVAS E PESQUISA BIOGRÁFICA NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: REVISÃO E PERSPECTIVAS", *CIVITAS*, v. 14, n. 2, PORTO ALEGRE, MAIO-AGOSTO 2014, p. 359-382.

SAVIANI, DEMERVAL (2008). "O LEGADO EDUCACIONAL DO REGIME MILITAR", *CAD. CEDES*, CAMPINAS, v. 28, n. 76, p. 291-312, SET-DEZ.

SCHWARCZ, LILIA MORITZ (1993). *O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL (1870-1930)*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS.

____ (2013). "BIOGRAFIA COMO GÊNERO E PROBLEMA", *HISTÓRIA SOCIAL*, n. 24, CAMPINAS/SP, PRIMEIRO SEMESTRE 2013, p. 51-73.

SEIDL, ERNESTO (2010). "A FORMAÇÃO DE UM EXÉRCITO À BRASILEIRA: LUTAS CORPORATIVAS E ADAPTAÇÃO INSTITUCIONAL", *HISTÓRIA*, v. 29, n. 2, FRANCA/SP, DEZ 2010.

SHANTZ, JEFFREY (2009). "BIOGRAPHICAL SOCIOLOGY: STRUGGLES OVER AN EMERGENT SOCIOLOGICAL PRACTICE", *A/B: AUTO/BIOGRAPHY STUDIES*, v. 24, n. 1, SUMMER, p. 113-128.

SILVA, MARIA NILZA DA; PANTA, MARIANA (2010). *O DOUTOR PRETO JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA: A PRESENÇA NEGRA PIONEIRA EM LONDRINA*. LONDRINA, PARANÁ, UEL.

SOUZA, MARCILENE GARCIA DE (2003). *JUVENTUDE NEGRA E RACISMO: O MOVIMENTO HIP HOP EM CURITIBA E A APREENSÃO DA IMAGEM DE "CAPITAL ECOLÓGICA" EM UMA HARMONIA RACIAL*. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIOLOGIA) – SETOR DE CIÊNCIA HUMANAS, LETRAS E ARTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA.

SPITZER, LEO (1989). *LIVES IN BETWEEN: ASSIMILATION AND MARGINALITY IN AUSTRIA, BRAZIL AND WEST AFRICA, 1780-1945*. CAMBRIDGE, INGLATERRA; NOVA YORK, EU; MELBOURNE, AUSTRÁLIA: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

STEPAN, ALFRED (1975). *OS MILITARES E POLÍTICA*. RIO DE JANEIRO: EDITORA ARTENOVA.

TRAJETÓRIAS DA UNIVERSIDADE PRIVADA NO BRASIL: DEPOIMENTOS AO CPDOC-FGV (2002). ORGANIZADORAS: LUCIANA HEYMANN & VERENA ALBERTI. BRASÍLIA, DF: CAPES; RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC, 2 v. IL.

WEBER, MAX (1982). *ENSAIOS DE SOCIOLOGIA*. RIO DE JANEIRO: LTC.

_____. (1999). *ECONOMIA E SOCIEDADE*. BRASÍLIA: EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; SÃO PAULO: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2 V.

WRIGHT-MILLS, CHARLES (1981 [1956]). *A ELITE DO PODER*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR.

_____. (2000 [1959]). *THE SOCIOLOGICAL IMAGINATION*. NOVA YORK: OXFORD UNIVERSITY PRESS

Matérias Jornalísticas

A USP E SEU TABU (2014). *FOLHA DE SÃO PAULO*, SÃO PAULO, 4 DE JUNHO DE 2014. EDITORIAL. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/OPINIAO/2014/06/1464642-EDITORIAL-A-USP-E-SEU-TABU.SHTML](http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1464642-editorial-a-usp-e-seu-tabu.shtml)>. ACESSO EM 4 DE JUNHO DE 2014.

ALENCASTRO, LUIS FELIPE DE (2012). “FORÇAS ARMADAS PASSAM AO LARGO DE DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO RACIAL”, *FOLHA DE SÃO PAULO*, 2 DE SETEMBRO DE 2012.

CARVALHO, MARIO CESAR (2008). “‘ELITE PRETA’ SE DIVIDE SOBRE EXTENSÃO DO PRECONCEITO”. *FOLHA DE SÃO PAULO*, SÃO PAULO, 23 NOV 2008. CADERNO ESPECIAL “RACISMO”.

COMISSÃO DA VERDADE É MOEDA FALSA, DIZ GENERAL (2012). *O ESTADO DE SÃO PAULO*, SÃO PAULO, 18 DE MAIO DE 2012.

DOUTOR PRETO (2013). *O ESTADO DE SÃO PAULO*, SÃO PAULO, 31 DE AGOSTO DE 2013.

FHC PROMOVE SEGUNDO GENERAL NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL (1999). *FOLHA DE SÃO PAULO*, SÃO PAULO, 1º DE ABRIL DE 1999.

GALERIA “ADVOPAR” DOS MAGISTRADOS (1979). *DIÁRIO DO PARANÁ*, CURITIBA, 14 DE FEVEREIRO DE 1979.

JUAREZ TÁVORA, PERSONAGEM E TESTEMUNHA (2000). *O Povo* (JORNAL), 18 JAN 2000.

MORRE FUNDADOR E REITOR DA TUIUTI (2001). *GAZETA DA POVO*, CURITIBA, 19 DEZ 2001.

NEGROS TÊM DIFICULDADES PARA PROGREDIR NAS FORÇAS ARMADAS (2006). *AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS*, BRASÍLIA, 28 DE NOVEMBRO DE 2006.

NOME AOS PATRÕES (2014). *REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*, ANO 10, N. 110, NOV 2014, P. 8.

Entrevistas realizadas pelo autor

BEZERRA, ADRIANA DENISE TEIXEIRA [8 ABR 2013].

PIMENTEL, ANA SYLVIA [23 MAR 2013].

SANTOS, CARLOS EDUARDO RANGEL [23 MAR 2013].

Entrevistas realizadas no projeto História da Universidade Tuiuti do Paraná

PONTES, ODETTE BRANDÃO [22 MAR 1999]. CARTA ENDEREÇADA A SÉRGIO FELDMAN.

RANGEL SANTOS, MARIA DE LOURDES [30 MAR 1999]. ENTREVISTADORA: ROSELI BOSCHILIA.

VIEIRA, ALBONI MARISA DUDEQUE PIANOVSKY [3 MAR 1999]. ENTREVISTADORES: ROSELI BOSCHILIA E SÉRGIO FELDMAN.

WERNECK, MARIA DA LUZ PORTUGAL [7 ABR 1999]. ENTREVISTADORAS: ROSELI BOSCHILIA E MARIA IGNÊS MANCINI DE BONI.

Periódicos

A MANHÃ, RIO DE JANEIRO

CORREIO DA MANHÃ, RIO DE JANEIRO

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, RIO DE JANEIRO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, RIO DE JANEIRO / BRASÍLIA

A REPÚBLICA, CURITIBA

O ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA

NOSSO TEMPO, FOZ DO IGUAÇU

Arquivos

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CURITIBA

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, CURITIBA

ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA, DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, RIO DE JANEIRO

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, RIO DE JANEIRO

Portais

memoria.bn.br – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, BIBLIOTECA NACIONAL

familysearch.org – FAMILY SEARCH, A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS

jusbrasil.net – PORTAL JUSBRASIL

www.nphed.cedeplar.ufmg.br – NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA

www.naviosbrasileiros.com.br – NAVIOS DE GUERRA BRASILEIROS

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha de matrícula na Escola Militar de Resende, 1946

MILITAR DE ENSINO		ESCOLA MILITAR DO REALENGO	
		GUARNIÇÃO: REALENGO	
FOLHA DE IDENTIDADE			
Nome	CARLOS EUGENIO PIRES DE ABEVEDO		
Filho de	Heliano Pires de Azevedo e Julieta Hononina Notta (Pires de Azevedo.)		
Nasceu em	10 de Janeiro de 1927		
Natural de	Pernambuco		
Município de	Acaife.		
Estado civil	Solteiro		
Profissão	Estudante		
Côr	Morena		
Cabelos	Castanhos lisos		
Barbas	Raspadas		
Bigódes	Raspados		
Olhos	Castanhos escuros		
Altura	1m,72		
Vacinado ?	Sim		
Sabe nadar ?			
Cicatriz, etc.	Não		
Outras notas	Foi identificado no P.I./22 sob o n.396 766		

23-11-28
1264
25

P.I./O/
368gt.

Anexo 2 – Fotos de alguns dos generais da turma de infantaria de 1946

a – Armando Patrício – Patrício é o militar fardado mais à frente, carregando o caixão do sargento morto no atentado do Riocentro, em 1981.

Fonte: “As imagens do atentado no Riocentro”, Acervo O Globo, 1º de maio de 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/as-imagens-do-atentado-no-riocentro-9708098>> Acesso em 3 de junho de 2014.

b – Carlos Tinoco Ribeiro Gomes – Tinoco é o de terno, entre um general e um ex-combatente da FEB.

Fonte: “Comemoração do dia da infantaria na 1ª Divisão do Exército”, *Folha Militar*, 5 de julho de 2013. Disponível em: < <http://folhamilitar.com.br/2013/07/comemoracao-do-dia-da-infantaria-na-1a-divisao-do-exercito>> Acesso em: 3 de junho de 2014.

Anexo 3 – Discurso de Cidadão Honorário, 18 de agosto de 1988

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO

Eis-me aqui de volta!
Eis-me aqui de volta no Templo Cívico Municipal, na nossa amada Curitiba.

Não posso e nem devo esconder a alegria de que estou possuído.

Entendo que a cidade, por mim adotada, já me havia considerado um de seus cidadãos, no justo momento em que me elegeu vereador a esta Câmara Municipal, no já distante quadriênio de 1968 a 1972.

Depois de trinta e sete anos de vida laboriosa na Cidade Sorriso em que procurei corresponder a acolhida carinhosa que seu povo me dedicou, através, principalmente, de minha devoção às causas do educar, recebo altaneira e orgulhosamente o Título de Cidadão Honorário de Curitiba.

Posso brandir o pergaminho que me legitima como filho desta terra benfazeja e progressista. Aqui cheguei como 1º Tenente do Exército Brasileiro para servir no saudoso 20º RI, situado num dos bairros mais desenvolvidos de Curitiba — o Bacacheri.

Identifiquei-me logo com as questões da Educação. Repentinamente percebi que se impunha uma decisão a respeito dos rumos de minha vida pessoal. Optei pela vida civil, na qual me encontro integralmente há vinte anos, sempre na educação.

Quero desfrutar do prazer e da glória de ocupar a Tribuna desta Casa de Leis, a qual adentrei pela vez primeira, como vereador eleito, faz vinte anos.

Aqui cada um tem de exhibir até o talento que não tem. Neste sacrossanto Tabernáculo Cívico pude aprender muito. Esta casa é muitas vezes mal compreendida porque cada edil não se conforma com sua missão precípua de legislar tão somente. Todos querem, como cidadãos plenos que são, ajudar na execução de todas as atividades que possam minorar o sofrimento do povo ou, melhor, resolver as questões cujas soluções podem fazer a felicidade de nossa gente.

Estes desencontros são os responsáveis, em muitos casos, pelo retardamento nas atividades conducentes ao desejo comum de fazer o povo feliz.

Permiti-vos, que me ouvis, vós, senhores edis da atualidade, vós senhores educadores que por esta Casa passaram e vós, senhores edis, meus companheiros de legislatura, que eu recorde com satisfação os nomes dos que procuraram desempenhar com honradez e dignidade o mandato que o povo lhes conferiu.

Cito seus nomes numa homenagem coracional àqueles meus pares.

Acyr José; Adalberto Daros; Ademar Bertolli; Adhail Sprenger Passos; Arlindo Ribas de Oliveira; Alexandre Sferelli; Alvin Jareski; Aroldi Armstrong; Eugênio Bim; Eneas Eugênio Faria; Edgar Felipe Dantas Pimentel; Elias Jorge; Ezequias Losso; Horácio Rodrigues; João Stival; João Batista Gnoato; João Derosso; João Mauro Lothario Bettega; Lauro Carvalho Chaves; Menotti Capriglione; Miguel Nasser Filho; Maurício Roslind Fruct; Nobutero Matsuda; Oatze Brambila;

Quero agradecer a suprema generosidade dos atuais vereadores que cito também nominalmente por me haverem legitimado — filho de Curitiba — como tudo leva a crer seja realmente a vontade do povo curitibano.

Horácio Rodrigues; Tito Zeglin; Mauro Moraes; Carvalho Chaves; Jorge Bernardi; Rosa Maria Chiamulera; Edson Muhlmann; Alípio Leal; Aziz Domingos; Cesar Pelosi; Emilio Mauro; Eugênio Bim; Gilberto Daher; Hasiel Pereira; Ivan Ribas; Ivanir Stival; Jairo Marcelino; Jefferson Wanderley; João Derosso; João Maciel; José Gorski; Luiz Carlos Betenheiser; Luiz Gil Leão; Marcos Isfer; Marlene Zanin; Moacir Tosin; Rubens Antonio Alves; Sady Ricardo; Santiago Losso; Sidgley Claudino; José Maria Correia; Waldir D'Angelis; Wenceslau Svoboda.

Quero agradecer à Presidência da Câmara Municipal de Curitiba pela sua habitual lhanza com que me tem distinguido desde quando fomos companheiros de bancada nesta Casa até o dia de hoje.

Quero agradecer ao jovem Vereador Mauro Moraes pela ajuda que deu para agilizar a Tramitação do Processo de concessão do meu Título de Cidadão Honorário.

Quero agradecer ao Vereador Emilio Mauro autor do projeto de concessão. Foi este jovem que teve a sensibilidade de perceber que um vetusto cidadão, voltado para os problemas do educar, desejoso de ser Curitibano de papel passado, estava há muitos anos sequestrado de obter tal galardão. Preciso dizer-lhe de público e do alto da grandeza desta Tribuna que minha família aqui representada pela minha esposa, Maria de Lourdes, pelos meus filhos: Luiz Guilherme, sua esposa, Vera e filhos, Maria Francisca e João Guilherme; Carlos Eduardo Rangel Santos e sua filha Camille; e Afonso, sua esposa, Marina, e filha Lívia agradeço-vos a magnitude de bondade de seu coração, pede ao criador que vos dê energia e capacidade para prosseguir em vossa trajetória em favor do povo e mais que, do que estiver ao seu alcance, tudo fará para ver-vos reconduzido no cargo de vereador.

Quero agradecer a todos vós, meus amigos, meus irmãos, que aqui viestes prestigiar este vetusto cidadão, na apoteose de uma trajetória simples porém plena de significação, principalmente por ser dedicada à causa da Educação.

Qualquer que faça algo em favor do progresso da juventude, por insignificante que seja o ato praticado, recebe a gratidão dos pais e da sociedade de maneira geral. Procurei sempre, cumprir o que ditava minha consciência e a filosofia Tutuense — PROMOÇÃO HUMANA. São passados 30 anos em que, com veneração, pude, creio, corresponder aos anseios educacionais de quantos acreditaram na excelência dos propósitos da Tututi.

Esta Casa de Leis aperfeiçoou-me a estrutura humana, retemperando-me o caráter forjado na Caserna e abriu-me os horizontes para sentir plenamente o quanto, qualquer cidadão e de maneira mais forte o homem público, pode fazer pelo próximo.

Peço nesta oportunidade que o Deus de cada um e de todos nos permita uma união perfeita nessa hora cruciente da nacionalidade, acima de qualquer ideologia ou de quaisquer sectarismos, para que o povo brasileiro possa suplantar as grandes dificuldades atuais.

Sejamos dignos da Liberdade, sejamos responsáveis pelos nossos atos, sejamos capazes, acima de tudo, de promovermos o bem-estar de nosso próximo, de nossos irmãos brasileiros de todas as longitudes, para merecermos nossa condição de seres humanos!

Nas fotos, flagrantes da solenidade de entrega do título.